



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS

“DÁ-ME DESSA ÁGUA”: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS EM
DISPUTA E AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS NO SERTÃO DE ALAGOAS

Recife
2021

FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS

**“DÁ-ME DESSA ÁGUA”: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS EM
DISPUTA E AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS NO SERTÃO DE ALAGOAS**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Análise regional e regionalização

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V331d Vasconcelos, Francisca Maria Teixeira.
“Dá-me dessa água” : projetos de desenvolvimento, territórios em disputa e as experiências comunitárias no sertão de Alagoas / Francisca Maria Teixeira Vasconcelos. - 2021.
272 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Brasil, Nordeste. 4. Água. 5. Comunidades. I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-072)

FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS

**“DÁ-ME DESSA ÁGUA”: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS
EM DISPUTA E AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS NO SERTÃO DE ALAGOAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 04/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim (Examinador Externo)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Alagoas

Dra. Mercedes Solá Pérez (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

No decorrer do Doutorado, me peguei por várias vezes imaginando o momento de escrever os agradecimentos. Cheguei a fazer alguns ensaios (mentalmente). A chegada dessa hora significava a finalização de um ciclo e por isso tamanha ansiedade. Esse ciclo se iniciou em 2016 e foram muitos os obstáculos que vão desde o falecimento do meu pai amado, ainda no primeiro semestre do curso até a pandemia da COVID-19, nos últimos semestres. Essa fase foi também composta pela realização de sonhos, dentre eles o nascimento de minha filha, minha vida: Flora. Com Flora ainda na barriga, finalizei a primeira versão da tese. O curso do Doutorado foi perpassado pela morte e pela vida (em vários sentidos e de forma literal) e que se reflete em idas e vindas, avanços e retrocessos no que se refere a escrita e construção da tese, aqui “finalizada” a partir de moradas, vivências acadêmicas na UFPE e deslocamentos para a pesquisa de campo entre o rio São Francisco -AL e o rio Capibaribe-PE.

Passaram-se cinco anos e meio e aqui estou para escrever o tão “esperado” agradecimentos. Confesso a enorme dificuldade, a falta de palavras, a emoção. Contudo, cabe aqui os registros de gratidão a algumas instituições e a várias pessoas queridas que muito me ensinaram e me apoiaram no decorrer dessa etapa.

De início, gostaria de agradecer ao universo pela família maravilhosa que tenho. A minha mãe (com pouquíssima formação) e meu pai querido (analfabeto) – que sempre nos direcionaram para uma boa formação acadêmica, nos fazendo entender a importância da educação em nossas vidas. Irmã e irmão querido, de quem fiquei distante por quase toda a vida devido ao fato de ter que estudar na cidade e morar com os tios para isso. Não pude compartilhar com eles tantos momentos especiais da infância e adolescência.

Ao meu amigo e companheiro, Lucas, pelo amor, carinho e cuidado no decorrer da escrita e do isolamento - Meu abraço, minha paz!

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por me conceder afastamento para o curso do Doutorado. Agradeço ainda a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, por me ceder uma bolsa no decorrer de dois anos, bem como aos colegas do Curso de Licenciatura em Geografia (Campus do Sertão/UFAL), pelo apoio no decorrer do afastamento de minhas atividades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE e a Secretaria do programa pela prestação e atenção em vários momentos do curso.

As professoras e professores que participaram da banca de qualificação e de defesa da tese: Simone Ferreira, Mônica Cox, Mercedes Solá, Paulo Scarim e Adelson Lopes por

aceitarem o convite, pela leitura, contribuições e atenção. A trajetória acadêmica e produção teórica de vocês me inspiraram em vários momentos de produção da tese.

Ao Zennus Feitoza, integrante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Ao orientador da tese – Bira, pelo aprendizado, pelas observações feitas aos textos que conformam a tese e pela amizade.

Aos Colegas e amigos do curso de mestrado e Doutorado, bem como do LEPEC pelo carinho e momentos de produção de conhecimento juntos e juntas: Judson, Anderson Camargo, Anderson Sousa, Girlan, Claudemir, Andrés, Taíse, Rosana, Dinho, Vitor, Alexandre, Ana Maria, Mariana, Juliana, Bia, Diego, Luana, Avelar, Maria, Saraiva, Tônia, Thiago, Luan, Renata, Plácido, Isabela, Fabiano, Josafá (in memoriam) e tantas outras pessoas queridas que conhecemos e convivemos nesse período. A Diogo pelos cafés, boas conversas e risadas para descontrair em tantos cantos do Recife. As amadas, maravilhosas e inesquecíveis Alice, Bruna e Aurília por quem tenho muita admiração e que me acolheram em tantos momentos difíceis. Alice, obrigada pelo olhar e ouvir carinhosos para com a tese.

As amigas, amigos e Hermanas (os) do Sertão por significarem tanto em minha vida: Thiago (pelo amor e apoio incondicional), Viviane (pela Luz e otimismo transmitidos), Sara (pela amizade, presença e afeto), Marilza (pelo acolhimento e alimento no Sertão e onde mais for necessário), Flávia e Paulo (pelo pequi e pelo abrigo no período de realização dos campos), Suana e Nacho (pela atenção, carinho e por de vez em quando subirem a serra para encherem nossa casa com plantinhas).

Ao Cícero Nilton, Francisca Neta e Danielle Gomes, amiga (os) querida (os) e melhores incentivadora (os)!

Aos amigos e amigas que me ajudaram não só com apoio emocional e material, mas também com a elaboração dos mapas e imagens: Thiago Pereira, Denize Santos, Lourdes Carvalho, Sara Flor e Cícero Bezerra.

Aos ex-alunos e alunas que contribuíram enormemente para a realização dos campos e para um melhor conhecimento sobre o Sertão: Isabela, Moisés e Clebson (O vaqueiro), não tenho palavras adequadas para expressar minha gratidão. Felipe, obrigada por me ajudar a desvendar a Fazenda Canafistula.

Aos povos e comunidades do Sertão de Alagoas pela oportunidade de conhecê-los e pelo aprendizado imensurável. Obrigada pela tese!

RESUMO

As políticas desenvolvimentistas demonstram a expansão do capital que, a partir do discurso colonial de propiciar desenvolvimento, emprego e renda, tem se territorializado e ressignificado os lugares, gerando relações de dominação sobre grupos subalternos. O Canal do Sertão, enquanto grande obra hídrica e de transposição, insere-se nos projetos de cunho desenvolvimentistas que vêm ocasionando transformações territoriais nos sertões da Região Nordeste, de maneira mais específica em Alagoas. Sob essa perspectiva, inferimos que os projetos de desenvolvimento, pensados e executados pelo Estado Moderno/Colonial, sob a justificativa de gerar desenvolvimento e melhorar as condições sociais e de vida da população, acabam por ocasionar um cenário de dúvidas, incertezas e de tensão sobre os territórios. Desse modo, apresentamos, como objetivo geral da tese, analisar a implantação do Canal do Sertão em Alagoas, à luz dos grandes projetos de desenvolvimento, evidenciando as transformações no que se refere aos processos e relações sobre a água, a terra e os territórios dos povos do Sertão. Logo, propomos desenvolver esta leitura a partir do diálogo com autores que, sob a perspectiva teórica da descolonialidade, têm em seus estudos questionado a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Eles estão inseridos no grupo denominado de modernidade/colonialidade que têm, a contar de suas pesquisas, apresentado a proposta de mudança do lugar de olhar e de fala, diante do conhecimento ocidental que sempre se apresentou como universal em nossa formação acadêmica e humana. Nossos resultados destacam a diversidade de “outros modos” de vida no Sertão a partir de diferentes usos das águas e da terra, com base nas experiências comunitárias.

Palavras-chave: Colonialidade; Desenvolvimento; Canal do Sertão; Território; Água; Comunidade.

ABSTRACT

Developmental public policies demonstrate the expansion of the capital, which, from the colonial discourse of generating growth, employment and income to the city, it has been territorialized and given new meaning to places, creating a relation of domination over subordinate groups. The *Canal do Sertão*, as a large water and transposition project, is part of developmental projects that have caused territorial transformations in the *sertão* of the Brazilian Northeast region, more specifically in Alagoas. From this perspective, we infer that the called “development projects”, designed and executed by the Modern/Colonial State, under the justification of development promotion and improving the social and living conditions of the population, end up causing a scenario of doubts, uncertainties and tension about the territories. Thus, we present, as the general objective of the thesis, the analyses of the implementation of the *Canal do Sertão* in Alagoas, described as one of the biggest developmental projects, highlighting the transformations related to processes and relationships about water, land and territories of the peoples of the Sertão. Therefore, we propose to develop this work based on dialogue with authors who, from the theoretical perspective of decoloniality, have had in their studies questioned the coloniality of power, knowledge, self-being and nature. They are part of a group called modernity/coloniality that have, based on their research, introduced the proposal to change the current place of speech and gives a different look, over the occidental knowledge that has always been universal in our academic and human education. Our results highlight the diversity of different ways of life in the *Sertão*, with new ways of using the water and the land, based on community experiences.

Keywords: Coloniality; Development; Canal do Sertão; Territory; Water; Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Sertão de Alagoas com destaque para o Alto Sertão – região de estudo..	22
Figura 2 - Mapa com destaque para os municípios do Alto Sertão de Alagoas e todo o Traçado	24
Figura 3 - Percursos da pesquisa no Sertão de Alagoas.....	27
Figura 4 - Organograma sobre Colonialidade do Poder.....	40
Figura 5 - Mapa com destaque para a região do Agreste de Alagoas e para as atividades	55
Figura 6 - O Sertão e os caminhos do gado no período colonial	81
Figura 7 - Localização dos povos indígenas no Alto Sertão de Alagoas	92
Figura 8 - Toré na mata com o povo Pankararu-PE. Campo Metodológico realizado na	94
Figura 9 - Parque eólico – Tacaratu-PE	95
Figura 10 - Diáspora do Povo Jiripankó de Tacaratu-PE para Pariconha-AL	96
Figura 11 - Município do Alto Sertão de Alagoas que apresentam comunidades remanescentes	109
Figura 12 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária situados no Alto Sertão de Alagoas	113
Figura 13 - Viveiro de plantas – Assentamento Maria - Bonita-Delmiro Gouveia-AL.....	114
Figura 14 - Região Hidrográfica do Rio São Francisco	116
Figura 15 – Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso	119
Figura 16 - Projetos hidrelétricos no rio São Francisco e área de estudo	125
Figura 17 - Registro de chegada das Famílias na Fazenda Canafístula-AL.....	136
Figura 18 - Hidrelétricas e impactos sobre o Sertão de Alagoas	142
Figura 19 - Bacias do Alto Sertão de Alagoas	147
Figura 20 - Corpos D’água, Alto Sertão de Alagoas.....	149
Figura 21 - Regiões Hidrográficas-Alagoas.....	151
Figura 22 - Proposta de captação de água no lago Moxotó	156
Figura 23 - Proposta de captação de água no lago Xingó	156
Figura 24 - Placa de Construção da Captação e Estação Elevatória do Canal do Sertão.....	160
Figura 25 - Mapa Canal do Sertão	163
Figura 26 - Contrato para construção do primeiro trecho da obra	164
Figura 27 - Inauguração dos trechos I e II do Canal do Sertão.....	165
Figura 28 - Trechos Canal do Sertão.....	168
Figura 29 - Tomada D’Água	170

Figura 30 - Estação Elevatória	171
Figura 31 - Estrutura Canal do Sertão	172
Figura 32 - Canal Trapezoidal.....	172
Figura 33 - Mantas Canal do Sertão.....	173
Figura 34 - Comportas Canal do Sertão	173
Figura 35 - Talvergue.....	174
Figura 36 - Perímetros de Irrigação Pariconha I, II e Delmiro Gouveia.....	176
Figura 37 - Perímetro de Irrigação Inhapi I e II	176
Figura 38 - Sistema Coletivo do Alto Sertão-AL.....	180
Figura 39 - Integração do Canal Adutor do Sertão com o Sistema Coletivo de	180
Figura 40 - Mapa Mental Canal do Sertão	184
Figura 41 - Portaria 238/2015 – SEARH/SRH	185
Figura 42 - Audiências públicas.....	189
Figura 43 - Placa Aprovação da obra do Canal Adutor do Sertão Alagoano.....	193
Figura 44 - Unidade de Conservação	197
Figura 45 - Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas, 2002	201
Figura 46 - Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas, 2010	202
Figura 47 - Uso e Ocupação da Terra no Alto sertão de Alagoas, 2017.....	203
Figura 48 - Acampamento Nelson Mandela	206
Figura 49 - Casa de sementes – Acampamento Nelson Mandela	208
Figura 50 - Antigo escritório da Obra Canal do Sertão em Água Branca-AL	210
Figura 51 - Cartaz do Seminário sobre o Canal do Sertão	215
Figura 52 - Participantes do seminário “Canal do sertão: Para quê? Para quem?”.....	216
Figura 53 - Início da 7ª Romaria das Águas e da Terra	217
Figura 54 - Encerramento da 7ª Romaria das Águas e da Terra-AL.....	218
Figura 55 - Povos e Comunidades Tradicionais – Alto Sertão de Alagoas	224
Figura 56 - Irrigação por gravidade – Alto Sertão	237
Figura 57 - Produção Agrícola – Acampamento Maria Leonora.....	241
Figura 58 - Produção agrícola – assentamento Maria Cristina	242
Figura 59 - Produção agrícola – Acampamento São Francisco	244
Figura 60 - Família acampada.....	245
Figura 61 - Produção agrícola camponesa – Inhapi	248
Figura 62 - Criação de peixes – Piranhas	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Povos Indígenas do Alto Sertão de Alagoas	97
Quadro 2 - Comunidades Quilombolas no Alto Sertão Alagoano	108
Quadro 3 - Barragens localizadas ao longo do rio São Francisco – Nordeste do Brasil.....	128
Quadro 4 - Intervenções e impactos a partir da instalação de hidrelétricas	137
Quadro 5 - Rios do Alto Sertão de Alagoas	146
Quadro 6 - Panorama Geral das ações voltadas para o Canal do Sertão nos governos de Alagoas	159
Quadro 7 - Trechos, empresas e contrato – Canal do Sertão	167
Quadro 8 - Fases de Implantação – Canal do Sertão.....	168
Quadro 9 – Atividades Econômicas projetadas – Canal do Sertão	177
Quadro 10 - Modelos de Gestão – Canal do Sertão	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Famílias em Grupos Tradicionais e Específicos no Alto Sertão de Alagoas.....	63
Tabela 2 - Demonstrativo da população livre e escrava das Alagoas com denominação das	105
Tabela 3 - Produtos transportados no trem da EFPA	123
Tabela 4 - Famílias Atingidas com a Barragem de Moxotó	133
Tabela 5 - Infraestrutura Hídrica para aproveitamento de água pluvial.....	148
Tabela 6 - Água utilizada na moagem da cana em usinas e destilarias de Alagoas.....	153
Tabela 7 - Perímetros de Irrigação e Adutoras.....	157
Tabela 8 - Características dos Perímetros de Irrigação – Alto Sertão-AL	177
Tabela 9 - Vazões para os perímetros de irrigação	177
Tabela 10 - Vazões para os perímetros de sequeiro	178
Tabela 11 - Vazões por região.....	178
Tabela 12 - Vazões das águas por atividade	181
Tabela 13 - Vazões das águas por trecho	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGECSA	Associação Gestora do Canal Adutor do Sertão Alagoano
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Arquivo Público de Alagoas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CASAL	Companhia de Saneamento de Alagoas
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAE	Conselho Nacional de Água e Energia
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
DVL	Documentários e Vídeos Linhares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRECI	Conselho Regional de Corretores de Imóveis
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GEAST	Grupo de Estudos Agrários e Sócio-Territoriais
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMA	Instituto de Meio Ambiente
ITERAL	Instituto de Terras de Alagoas
LAS	Licenciamento Ambiental Simplificado
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVV	Mineradora Vale Verde
OGU	Ouvidoria Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PSD	Partido Social Democrático
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PTDR	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SEAGRI	Secretaria de Agricultura
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	ENCONTRO E (RE)ENCONTRO COM O RIO SÃO FRANCISCO.....	17
1.2	O CANAL DO SERTÃO.....	23
1.3	A PESQUISA.....	24
1.4	PASSOS METODOLÓGICOS.....	26
1.5	A ESTRUTURA DA TESE	26
2	CAMINHOS TEÓRICOS E FERRAMENTAS PARA PENSAR OS TERRITÓRIOS DESDE AS NARRATIVAS DAS COMUNIDADES.....	30
3	O SERTÃO DE ALAGOAS E A MODERNO-COLONIALIDADE: COLONIALIDADE DO PODER E DA NATUREZA, DESENVOLVIMENTO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	36
3.1	A AMÉRICA LATINA COMO LUGAR DE ENUNCIÇÃO: A MODERNO-COLONIALIDADE, O EUROCENTRISMO E SEUS DISPOSITIVOS DE PODER SOBRE O SER, O SABER E A NATUREZA E OS PROCESSOS DE R-EXISTÊNCIAS.....	36
3.2	NOTAS SOBRE O PROCESSO MODERNO-COLONIAL DE DESENVOLVIMENTO.....	48
3.2.1	Políticas de Desenvolvimento do Modelo Primário Exportador Neocolonial em Alagoas	54
3.3	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	57
4	FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS DIVERSAS MATRIZES DE RACIONALIDADE NO SERTÃO DE ALAGOAS.....	66
4.1	O SER-TÃO	66
4.2	FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO-COLONIAL DE ALAGOAS	72
4.3	O GRANDE SERTÃO ALAGOANO	76
4.4	DELMIRO GOUVEIA: PROJETO DE CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO	83
4.5	O CANGAÇO: “NENHUMA REGRA TER”	86
4.6	AS TERRITORIALIDADES DAS R-EXISTÊNCIAS NO SERTÃO.....	91
4.6.1	Trajetórias Territoriais Indígenas no Sertão de Alagoas: insurgências e r-existências.....	91
4.6.2	A Territorialidade Negra no Sertão de Alagoas: narrativas pretensamente silenciadas.....	104

4.6.3	Luta pela terra, território e pela descolonialidade do poder	110
5	COLONIALIDADE DA NATUREZA E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO NA ROTA DOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS.....	116
5.1	RIO SÃO FRANCISCO: VÁRIAS ALCUNHAS E UM SÓ FADO.....	116
5.2	GRANDES OBRAS NO SERTÃO E AS MARCAS DA COLONIALIDADE: A ESTRADA DE FERRO PAULO AFONSO E A USINA HIDRELÉTRICA ANJQUINHOS	118
5.2.1	A Estrada de Ferro Paulo Afonso.....	118
5.2.2	Anjiquinho	125
5.3	A CHESF E A “VOCAÇÃO” DESENVOLVIMENTISTA DOS SERTÕES.....	126
5.4	USINAS HIDRELÉTRICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS.....	131
5.4.1	Complexo de Paulo Afonso, Moxotó e Itaparica e a reestruturação territorial no Sertão de Alagoas	131
5.4.2	UHE Xingó e desdobramentos no território.....	136
6	FACES DA ORDEM MODERNO-COLONIAL DO CANAL DO SERTÃO EM ALAGOAS – DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ÁGUAS.....	144
6.1	AS ÁGUAS NA TERRA DAS LAGOAS: RIOS E “CANAIS”.....	144
6.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO CANAL DO SERTÃO	155
6.3	ASPECTOS TÉCNICOS DO CANAL DO SERTÃO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ÁGUAS	169
6.4	GESTÃO DO CANAL DO SERTÃO	182
6.5	A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS.....	193
7	“DÁ-ME DESSA ÁGUA”: DISPUTAS TERRITORIAIS E AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DOS USOS DAS ÁGUAS E DA TERRA NO SERTÃO DE ALAGOAS	201
7.1	TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS SOBRE ÁREAS TRADICIONAIS DE AGRICULTURA E DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS..	201
7.2	DISPUTAS TERRITORIAIS PELO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CANAL DO SERTÃO.....	204
7.2.1	Acampamento Nelson Mandela: luta por água, terra e território.....	205

7.2.2	Ocupações e paralisações das obras do Canal do Sertão: continuidades dos conflitos.....	212
7.2.3	Romaria das Águas e da Terra: fé, mística e luta por água, terra e abundância	213
7.2.4	Audiência Pública e as narrativas sobre a (não) utilização das águas do Canal do Sertão	219
7.3	PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS E R-EXISTÊNCIA, USOS DA NATUREZA E A DIVERSIDADE DAS FORMAS DE VIDA NO SERTÃO	224
7.3.1	Os diferentes usos das águas do Canal do Sertão.....	234
7.3.2	Produção agrícola camponesa e experiências comunitárias no Alto Sertão-AL	239
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
	REFERÊNCIAS	257

1 INTRODUÇÃO

1.1 ENCONTRO E (RE)ENCONTRO COM O RIO SÃO FRANCISCO

A vida acadêmica e profissional tem nos dado oportunidade de vivenciar outros lugares a partir da cidade e do campo – Zona da Mata, Agreste e Sertão. A experiência de trabalhar, residir e agora estudar o Sertão de Alagoas, a partir da tese de doutorado, tem nos permitido uma melhor compreensão desse território. O Sertão a que nos referimos está posto a partir de diversos processos resultantes da colonização ibérica que culminaram em vários tipos de violência (MENDONÇA, 2013).

A nossa mudança para o Sertão de Alagoas foi antecedida pela experiência acadêmica, no decorrer de um ano e meio no Agreste de Alagoas. A terra de Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios, localiza-se no sopé do Planalto da Borborema, dista um pouco mais de 100km da capital Maceió e a 200km de Aracaju e se apresenta ainda como passagem para outros centros urbanos importantes da Região Nordeste, como Garanhuns-PE e Recife-PE. Nesse sentido, a decisão de tentar concurso público para assumir uma vaga ofertada para o Magistério Superior, em Delmiro Gouveia, foi perpassada pela sensação de insegurança devido ao distanciamento do Alto Sertão em relação à capital do estado de Alagoas e ao nosso local de origem. Assim, deslocamo-nos em meio à hesitação de tentar vaga para um concurso público, para aquele Sertão que parecia causar tanto temor nos alagoanos com quem obtive contato na região do Agreste, o que demonstrava o preconceito estrutural do Sertão sempre como “distante”. Ao chegarmos a Delmiro Gouveia, deparamo-nos com uma cidade, do interior, uma cidade como qualquer outra. Ela se destacava frente à Palmeira dos Índios, inclusive pela estrutura urbana e sua organização socioespacial.

As experiências de vida e da academia no Alto Sertão de Alagoas nos permitiram despertar, aos poucos, para as especificidades daquele lugar. Ali fora instalada, ainda em 1913, a primeira usina hidrelétrica do Nordeste. Anjiquinho foi pensada para subsidiar uma indústria de linhas em pleno Alto Sertão, e com essa veio todo um aparato representado pela modernidade colonial, a exemplo do cinema ali construído para os operários da fábrica. Assim, parte da formação territorial local se deu a partir importância econômica da Fábrica da Pedra e de Delmiro Gouveia na região, o que culminou, em meados do século XX, no desmembramento do Povoado Pedra do município de Água Branca e na emancipação política do município, vindo esse a ser denominado de Delmiro Gouveia.

As inquietações foram aumentando a partir da diversidade de povos, indígenas, quilombolas e do pulsar histórico de luta pela terra a partir das áreas de Reforma Agrária e dos movimentos sociais ali presentes. Esse quadro de inquietações se tornou mais complexo, quando nos deparamos com a construção de uma grande obra hídrica denominada Canal do Sertão e, com ela, o velho discurso sedutor de chegada do progresso e do desenvolvimento no Sertão pobre e, supostamente, “vazio”.

O Canal do Sertão é uma obra projetada pelo estado de Alagoas ainda no final do século XX, inicialmente pensada para transpor água do rio São Francisco e irrigar uma parte do Sertão de Alagoas, amenizando, na visão do estado, os efeitos da seca na região. Após avanços e retrocessos quanto à sua execução e implementação, seu projeto original foi passando por algumas transformações de cunho político e ideológico, tendo assumido sua última versão as principais nuances do modelo primário exportador neocolonial (SÓLAR-PÉREZ, 2017) que têm sido voltadas para o agrohídronegócio, em sua maior parte.

A aproximação com o Canal do Sertão, campo de estudo desta tese, intensificou-se a partir de alguns espaços de vivência proporcionados pelas atividades acadêmicas enquanto docente na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão:

- a) os relatos oriundos das mudanças no ritmo de vida das comunidades diretamente impactadas com a obra do Canal do Sertão (conversas, histórias e depoimentos de alunos na sala de aula, por exemplo);
- b) os depoimentos da população local que via na obra uma oportunidade de mudar e melhorar de vida (construindo casas, por exemplo, para alugar para os trabalhadores da obra);
- c) os colegas professores dos cursos de engenharias civil e de produção e suas narrativas quanto às perspectivas de pesquisa e análise da obra como vetor de desenvolvimento na região;
- d) os encontros casuais e de mobilização política com o então padre da paróquia de Delmiro Gouveia e nossas conversas sobre os impactos da obra e incertezas em torno dessa;
- e) a fala das lideranças e membros de alguns movimentos sociais com forte atuação na região, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e suas angústias quanto à falta de transparência e informações sobre a obra e a falta de projetos voltados para a população rural.

- f) a fala das lideranças e membros de alguns movimentos sociais com forte atuação na região, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e suas angústias quanto à falta de transparência e informações sobre a obra e a falta de projetos voltados para a população rural.

Diante desse cenário, começamos a nos questionar sobre as intencionalidades contidas na implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, implantados em diferentes momentos no Sertão de Alagoas, a saber: a Estrada de Ferro Paulo, instalada no final do século XIX e que ligou o município de Piranhas (AL) a Jatobá (PE); a usina hidrelétrica Anjiquinhos, construída por Delmiro Gouveia, em 1913, para subsidiar o funcionamento de uma Fábrica de Tecidos no Povoado Pedra; o conjunto de usinas hidrelétricas não só no Sertão de Alagoas (Piranhas e Delmiro Gouveia), bem como na sua área de entorno e região de influência (Paulo Afonso-BA e Petrolândia-PE); e o Canal do Sertão – todos esses projetos e obras em torno das águas do rio São Francisco. Nesse sentido, construímos a pergunta de tese que culminou na gestação da pesquisa: Por que os projetos de desenvolvimento, pensados e executados pelo Estado Moderno-Colonial, sob a justificativa de gerar desenvolvimento e melhorar as condições sociais e de vida da população, acabam por ocasionar um cenário de dúvidas, incertezas e de tensão sobre os territórios?

A partir dessas reflexões iniciais, buscamos construir nossa leitura investigativa tomando como base teórica a discussão sobre colonialidade, herdada do colonialismo (QUIJANO, 2005). O colonialismo desempenhado pelos países ibéricos na América, África e Ásia foi perpassado pela violência. Violência essa que, na atualidade, se apresenta ainda como elemento estrutural e que se materializa na colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, resultando em duas realidades históricas, a saber: na modernidade e na organização colonial do mundo (CRUZ, 2017).

A modernidade, como parte constitutiva da colonialidade (MIGNOLO, 2003; DUSSEL, 2005), apresenta o eurocentrismo enquanto maior referência epistêmica. O eurocentrismo se impõe, desde o século XVI, como referência universal em termos de poder. Essa colonialidade, que apresenta a Europa como modelo de civilização a ser seguido, tem como principais desdobramentos a ideologia do progresso, do crescimento, da modernização e do desenvolvimento que conformam as bases do capitalismo mundial na atualidade. Nesse sentido, o Estado Moderno-Colonial tem se utilizado de novos instrumentos ideológicos para a expansão territorial e garantia dos processos de espoliação e expropriação.

Dessa maneira, no seio das várias marcas da colonialidade, utilizamo-nos das acepções teóricas da colonialidade do poder e da colonialidade da natureza (QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2005), posto que, na atualidade, as formas de domínio e de exploração territorial possuem um considerável vínculo com o passado colonialista, quando a apropriação dos recursos naturais periféricos (CORONIL, 2005) assume centralidade na apropriação e expropriação dos territórios de vida – local de morada, de trabalho e reprodução e de vida dos povos originários.

Nesse sentido, o Modelo Primário-exportador Neocolonial, enquanto legado político, econômico e cultural, tem permitido um processo de (re)tomada dos recursos naturais e a inclusão de novos territórios ao capitalismo global, a partir dos grandes projetos de desenvolvimento em curso, no que hoje se apresenta como América Latina e Brasil. Ferreira (2017) se debruça sobre dois aparatos ideológicos que têm contribuído para a longevidade desse imaginário colonial, que seria a ideologia dos espaços vazios e a de vocações a serem assumidas pelos territórios,

A ideologia dos espaços vazios constrói a invisibilidade de certos atributos desses espaços e permeia a justificativa para a implantação de profundas alterações que visem sua pretensa ocupação efetiva, propiciada tão somente por determinado projeto de desenvolvimento. Nesse caminho classificatório, algumas vocações são definidas e naturalizadas como potencialidades necessárias desses espaços, necessária a implantação de determinado desenvolvimento (FERREIRA, 2017, p. 184).

A fala da autora nos direcionou, no decorrer da pesquisa, a refletir sobre os atributos direcionados ao Sertão de Alagoas enquanto região distante, pobre, seca, quente, bem como ao legado histórico, mas também econômico e político, a esse lançado em função do rio São Francisco – uma área conhecida pela marcante presença de projetos de desenvolvimento que têm a água como elemento central.

Em um rápido olhar sobre as áreas que vêm se apresentando como laboratório para aplicação de projetos de desenvolvimento, é notório o aprofundamento do extrativismo enquanto modelo primário-exportador neocolonial, bem como a demanda pelo recurso natural – água – no âmbito das atividades de monocultivo, mineração, hidrelétricas, barragens, irrigação e transposição – que tem resultado em um panorama de mercantilização e de privatização desse bem natural.

O desenvolvimento capitalista/moderno/ocidental (LANG, 2016) tem espoliado de maneira violenta muitos espaços. Para Cruz,

Trata-se da destruição de mundos, pois tal processo afeta, de maneira dramática, os recursos e os modos de vida de camponeses, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais em geral, resultando em intensos conflitos ambientais e territoriais por todo o continente e gerando milhares de verdadeiros “refugiados do desenvolvimento” (2017, p. 16).

A elaboração e a implantação dos projetos de desenvolvimento, com base na ideologia dos espaços vazios e de vocação, demonstram a expansão do capital que, a partir do discurso colonial de gerar desenvolvimento, tem ressignificado os lugares, gerando relações de dominação sobre grupos subalternos, como tem acontecido no Sertão de Alagoas, em função não somente dos projetos hidrelétricos, mas também, ao que parece, de projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Desse modo, apresentamos, como objetivo geral da tese, analisar a implantação do Canal do Sertão em Alagoas, à luz dos grandes projetos de desenvolvimento, evidenciando as transformações no que se refere aos processos e às relações sobre a água, a terra e sobre os territórios dos povos do Sertão. Para isso, destacamos os seguintes objetivos específicos:

- a) refletir sobre as diversas matrizes de racionalidade presentes no Sertão de Alagoas;
- b) identificar os elementos, pretéritos e atuais, que expressam a ordem moderno/colonial de desenvolvimento nos sertões de Alagoas;
- c) apresentar os principais aspectos históricos, políticos, sociais e ambientais do Canal do Sertão;
- d) apontar as disputas por água e terra nos territórios, bem como as experiências comunitárias de usos das águas a partir do Canal do Sertão, em Alagoas.

Propomos desenvolver esta leitura a partir do diálogo com autores¹ que, sob a perspectiva teórica da descolonialidade, têm em seus estudos questionado a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Eles estão inseridos no grupo denominado de modernidade/colonialidade, que, a partir de suas pesquisas, tem apresentado a proposta de mudança do nosso lugar de olhar e de fala, diante do conhecimento ocidental que sempre se apresentou como universal em nossa formação acadêmica e humana.

Concordamos com Massey (2005), para quem devemos, no âmbito da geografia e de várias outras ciências, desenvolver nossas análises a partir dos próprios sujeitos, de seus lugares de vida e de seus variados processos: culturais, econômicos, políticos, sociais, ambientais. Assim, a autora defende que descolonizemos a forma de produzir conhecimento e que nos

¹ A. Quijano (2005); Walter D. Mignolo (2005); Castro-Gómez (2005); A. Escobar (2003), dentre outros.

1.2 O CANAL DO SERTÃO

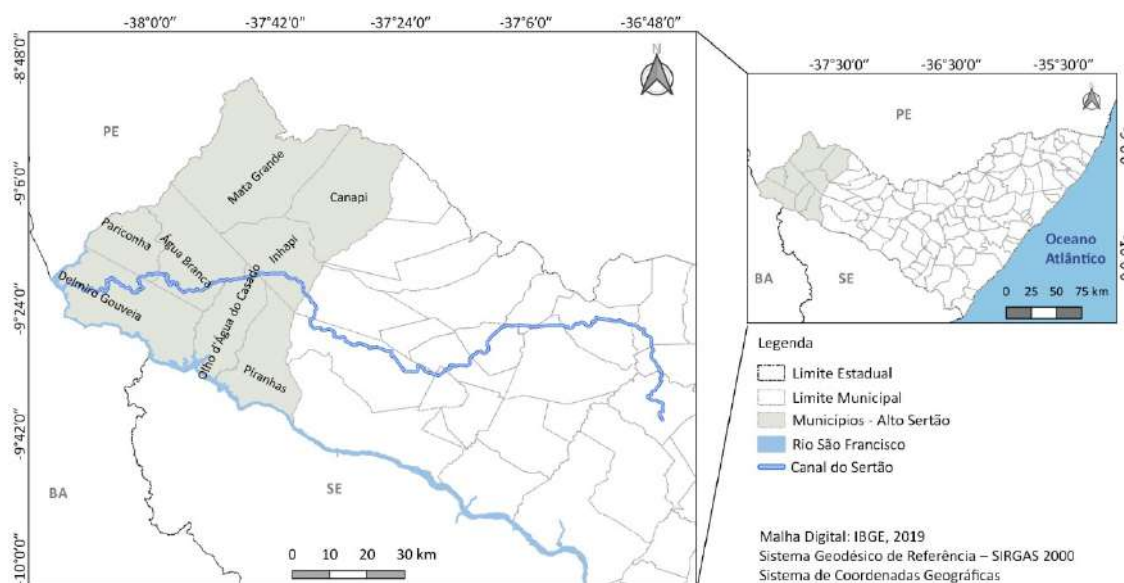
O Canal do Sertão é uma obra de transposição que se encontra em andamento no estado de Alagoas. Ela integrou o Programa de Aceleração do Crescimento² (PAC), do Governo Federal, e conta também com recursos do Governo Estadual. Sob o discurso ideológico de proporcionar mudanças amplas e profundas no que se refere ao desenvolvimento do semiárido alagoano, a obra é, oficialmente, pensada para ser destinada ao abastecimento urbano, rural e para a irrigação. Ao ser concluída, atingirá, direta e indiretamente, 42 municípios do Sertão e agreste alagoanos. A área abrangida pelo Canal do Sertão é de 10.431 km², representando 71,3% de todo o vale do São Francisco alagoano e em torno de 37,8% do território do estado de Alagoas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

O canal, cujo traçado pode ser verificado na Figura 2, quando concluído, terá a implantação de oito trechos que somarão 250 km de extensão, dos quais, atualmente, já se encontram em operação os trechos I, II e III. O trecho IV, até dezembro de 2019, encontrava-se com 80% de sua obra construída. Ao todo, os quatro trechos somam 123km de extensão.

De acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG, 2016), até o ano de 2016 foram gastos R\$ 2,24 bilhões com a construção do Canal do Sertão. O projeto destaca a irrigação como prioridade, cuja materialidade já é perceptível no Sertão de Alagoas.

² O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado pelo Governo Lula, em 2007, e era voltado para a execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e de energia. Desde o golpe político de 2016, o programa já vinha passando por reduzidas quedas orçamentárias. Portaria publicada em 5 de julho de 2019 anunciou que o programa não receberia mais novos projetos, permitindo apenas a retomada de obras em andamento e no valor inferior a R\$ 10 milhões e que não haviam sido concluídas até o final de 2018.

Figura 2 - Mapa com destaque para os municípios do Alto Sertão de Alagoas e todo o Traçado do Canal do Sertão



Fonte: SEINFRA, 2016.

1.3 A PESQUISA

O primeiro contato direto com o campo de estudo se deu em meados de 2015, a partir das atividades que englobaram a realização, em Delmiro Gouveia, da 7ª Romaria das Águas e da Terra, cujo tema e lema foram: “Dá-me dessa água” / “Água: canal da vida, presença de Deus”, realizada pela CPT. Na ocasião, foi realizado, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) / Campus do Sertão, o seminário “O Canal do Sertão: Para quê? Para quem?”. Na oportunidade, o Grupo de Estudos Agrários e Socioterritoriais (GEAST) ficou com a responsabilidade de apresentar e discutir alguns dados referentes ao Canal do Sertão, o que nos levou à realização de um trabalho de campo nos territórios do Acampamento Nelson Mandela, em Água Branca (AL), no Assentamento Maria Cristina, Acampamento Maria Leonora e Assentamento Genivaldo Moura, em Delmiro Gouveia (AL).

Esse momento foi de suma importância não só pelo contato inicial com a obra e pela dimensão territorial dessa nas comunidades pertencentes ao Sertão de Alagoas, mas por ter sido a primeira vez que o Campus da UFAL, instalado no Sertão desde o ano de 2010, abriu suas portas para receber cerca de seiscentas pessoas das comunidades da região, entre acampados, assentados, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, para além da comunidade acadêmica e de lideranças políticas locais, atraídos pelo oportunismo e curiosidade sobre aquele evento.

Naquele momento, talvez não tenhamos sido capazes de entender o que estava acontecendo. O que vivenciamos, em agosto de 2015, foi a emoção e o encantamento com toda aquela diversidade de vida pertencente ao Sertão, Sertão que se apresentava contrário ao narrado pelo imaginário colonial.

As informações a que tivemos acesso, a partir de visitas e conversas com as famílias, indicavam que o Canal do Sertão, já com alguns trechos em funcionamento em meio à instalação do restante da obra, já estava produzindo transformações territoriais no Sertão, a partir não somente de mudanças na paisagem, como também de tensões em torno da água e da terra, na região. Essas impressões foram ratificadas e materializadas pelos depoimentos dos sujeitos da região, não somente na ocasião de realização do seminário, mas igualmente a partir das falas no âmbito da Romaria das Águas.

Esses momentos da romaria, as falas, os depoimentos nos acompanharam por todos os meses seguintes, culminando na elaboração do projeto de pesquisa “Territórios em disputa: análise sobre as implicações do agrohidronegócio no Sertão de Alagoas”. Ele foi submetido à seleção para o curso de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ainda no ano de 2015. Com a aprovação, iniciamos as atividades acadêmicas do curso apenas no final do primeiro semestre daquele respectivo ano. Problemas de ordem pessoal, em função de um câncer que fez meu pai partir deste plano, nos colocaram numa relação de estranhamento e de dificuldades com a vida e, conseqüentemente, com a pesquisa.

Nesse processo, nossa pesquisa, a partir do diálogo com autores descoloniais, optou não só por ser iniciada a partir das leituras que nos revelassem o passado colonial de parte significativa das territorialidades das múltiplas racionalidades que compõem a área de estudo, bem como por ser construída a partir das famílias que encontramos e conversamos no Sertão de Alagoas. Nesse ínterim, não podemos abrir mão das principais nuances que demarcam a colonialidade do poder e da natureza a partir da relação do Estado com as comunidades. Dessa maneira, com base no respeito e na gratidão aos diversos sujeitos em que tivemos contato no decorrer da realização da pesquisa, tentamos romper com a histórica hierarquia que ainda se faz presente entre a universidade e a sociedade. Assim, os principais fundamentos da pesquisa primária referem-se às vozes dos sujeitos com os quais tivemos contato no decorrer da pesquisa a partir de diálogos horizontais.

Como fontes secundárias utilizadas, destacamos o levantamento de dados a partir da pesquisa em documentos oficiais, em documentos de registros históricos que apontam o modo de vida dos sujeitos em relação aos grandes projetos de desenvolvimento, bem como o levantamento bibliográfico sobre a colonialidade e descolonialidade que nos permitiu uma

leitura do tempo longo, a partir da história de Alagoas com o intuito de entendermos a multidimensionalidade dos territórios a que nos propomos estudar.

A seguir, resgataremos os registros que demonstram maiores detalhes dos percursos realizados por nós para a realização da pesquisa.

1.4 PASSOS METODOLÓGICOS

Em meio à jornada para o cumprimento de trinta créditos a partir das disciplinas, iniciamos os trabalhos de campo da pesquisa no início do ano de 2017. Os caminhos para a realização da pesquisa se deram a partir do Sertão de Alagoas e da Capital, Maceió.

O retorno ao Sertão aconteceu em março de 2017. Para aquele momento, tínhamos planejado iniciar os contatos com lideranças de movimentos sociais e representações que pudessem nos direcionar para algumas áreas localizadas às margens do Canal do Sertão, bem como retomar alguns contatos já feitos no decorrer da vivência em Delmiro Gouveia-AL.

A etapa seguinte foi a busca por material e referências que nos permitissem entender a formação do Estado Moderno-Colonial de Alagoas. Nessa perspectiva, viajamos para Maceió, em maio de 2017, e tínhamos como plano de trabalho as visitas às bibliotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHG), à Biblioteca do Arquivo Público de Alagoas (APA) e à Biblioteca Municipal de Maceió. No decorrer desse campo, só conseguimos ter acesso à biblioteca do IHG, uma vez que o APA encontrava-se em reforma e fechado para consulta pública. A Biblioteca Municipal, naquele momento, não se apresentou como atraente para a pesquisa, pela falta de acervo voltado para a temática de nossa pesquisa. No entanto, a realização desse campo foi um momento crucial devido ao contato com as obras de vários estudiosos alagoanos, como Craveiro Costa (1983), Fernandes Lima (1965), Luiz Sávio de Almeida (1989, 2004), Dirceu Lindoso (2000, 2005, 2011, 2011b), Alfredo Brandão (1988), Octávio Brandão (2001), Moreno Brandão (2004), Manuel Diegues Júnior (1954), Tadeu Rocha (1965) e Douglas Tenório (2010). Foram autores que, em parte, dialogamos para a construção do capítulo 4 da tese.

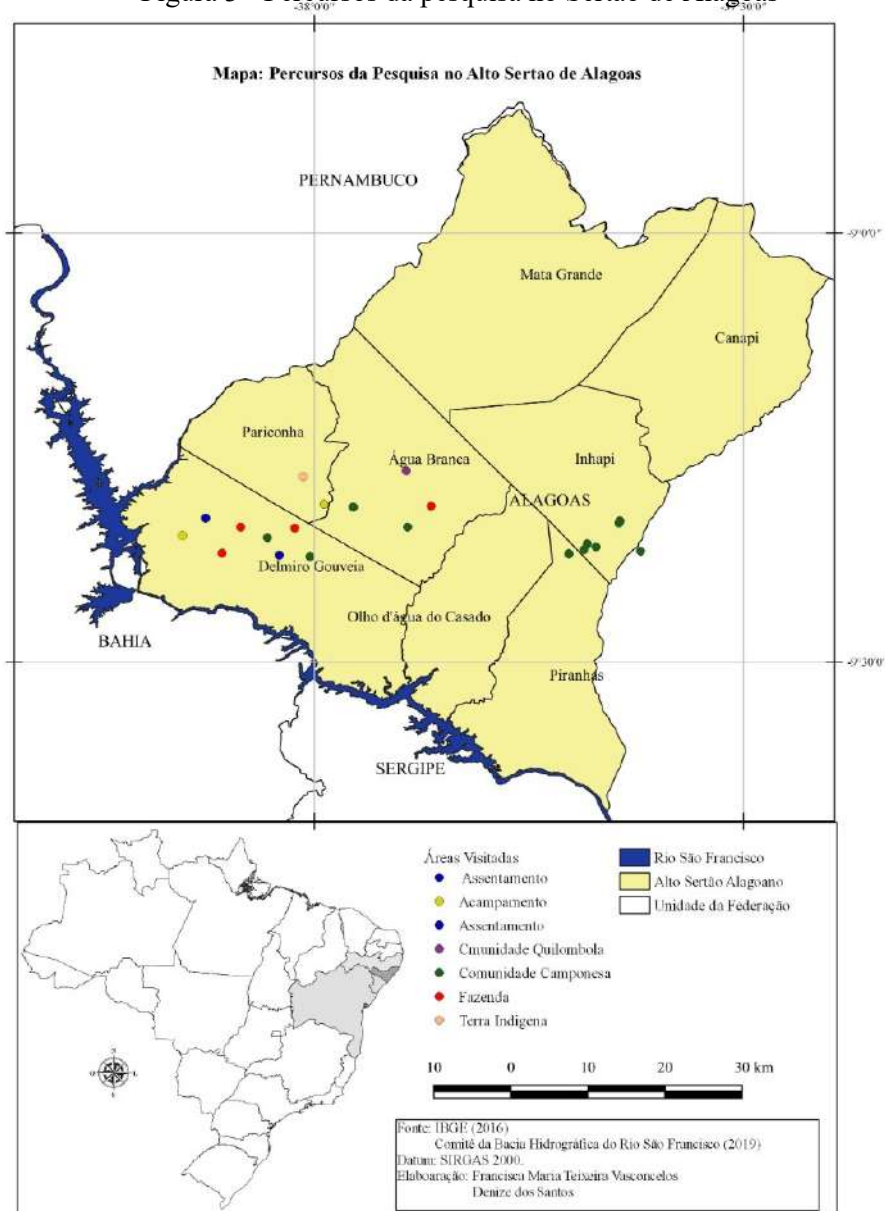
Em 2018, realizamos dois trabalhos de campo para a pesquisa. Em setembro de 2018, retornamos para Maceió na trilha de documentos oficiais sobre a obra em órgãos do Estado envolvidos com a execução e funcionamento da mesma. Nesse período, recorremos à busca de material na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura do Estado de Alagoas (SEAGRI), na Secretaria de Infraestrutura de Alagoas (SEINFRA), no Instituto de Colonização

e Reforma Agrária de Alagoas (INCRA) e na Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Alagoas (SEMARH).

Em novembro de 2018, deslocamo-nos para o Sertão de Alagoas, com o intuito de percorrer a obra em todo o Alto Sertão e verificar não só a estrutura e dimensão da mesma, como também quais eram as comunidades que ficavam no entorno e como estavam vivendo a partir da chegada dessa grande obra hídrica.

Entre fevereiro e abril de 2019, foram retomados os campos no Sertão. Assim, os deslocamentos por áreas de acampamentos, assentamentos, comunidades tradicionais, áreas indígenas e quilombolas podem ser visualizados a partir da Figura 3.

Figura 3 - Percursos da pesquisa no Sertão de Alagoas



Fonte: IBGE, 2016; VASCONCELOS, 2016, 2017, 2018.

As áreas correspondentes à realização da pesquisa de campo³ situam-se nos municípios do Alto Sertão Alagoano, a saber: Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Piranhas e Inhapi.

Estivemos junto aos povos e comunidades pertencentes a: assentamentos rurais (Assentamento Maria Cristina-Delmiro Gouveia-AL); Acampamentos rurais (Acampamento Maria Leonora – Delmiro Gouveia-AL e Acampamento São Francisco-Pariconha-AL); Terra Indígena Karuazu – Pariconha-AL; Comunidade Quilombola Cal-Água Branca-AL; Comunidades Camponesas localizadas na zona rural dos municípios de Piranhas-AL, Inhapi-AL, Água Branca-AL e Delmiro Gouveia-AL; e Fazendas voltadas para a prática da monocultura de coco e melancia em Delmiro Gouveia-AL e Água Branca-AL.

Os trabalhos de campo realizados no Alto Sertão nos direcionaram novamente para Maceió, no busca ainda de alguns dados oficiais sobre a obra. Nesse sentido, fomos em maio, agosto e setembro de 2019, respectivamente, para participação em Audiência Pública na Assembleia Legislativa e para buscar informações nos arquivos do Instituto de Meio Ambiente (IMA), da SEINFRA e do Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL).

Isso posto, apresentamos, a seguir, a estrutura da tese a partir das leituras realizadas no contexto das disciplinas, dos grupos de estudos, resultantes das reuniões de orientação (individual e coletiva) e dos campos realizados (no seu tempo, no meu tempo e com os tempos dos sujeitos envolvidos).

1.5 A ESTRUTURA DA TESE

De maneira geral, a tese se dedica a analisar as transformações territoriais resultantes da implantação de um grande projeto de desenvolvimento no Sertão de Alagoas. Dessa forma, pelo fato deste trabalho ter começado a ser gestado (de maneira inconsciente) em meio à 7ª Romaria das Águas e da Terra em Alagoas e pelo seu tema central “Dá-me dessa água” – água: canal da vida, presença de Deus” ter perpassado toda a construção dele, tomamos emprestado uma parte desse tema para o nosso último capítulo, bem como para parte do nosso título geral.

O primeiro capítulo dedica-se à introdução da tese a partir do nosso contato com o rio São Francisco, as informações básicas sobre a obra que pesquisamos, as principais localizações epistemológicas da pesquisa, os passos metodológicos e a estrutura da tese.

³ Não estão representados nos mapas nossos trabalhos de campo realizados em Maceió e no acampamento Nelson Mandela.

No segundo capítulo, discorremos sobre as escolhas teóricas e os principais caminhos traçados para a realização da pesquisa e construção da tese desde as narrativas dos sujeitos que integram os territórios por nós estudados.

No terceiro capítulo delineamos o constructo teórico com base na discussão de Sertão a partir do domínio ibérico sobre a América Latina, utilizando-nos da discussão e colonialismo e da colonialidade e dos dispositivos de poder advindos desse processo histórico. A partir de então, traçamos algumas notas sobre o processo moderno-colonial de desenvolvimento e sobre os povos e comunidades tradicionais.

No quarto capítulo, realizamos uma releitura da formação do estado moderno-colonial de Alagoas a partir do Sertão, com destaque para a visibilização dos povos e comunidades e do território, em contraposição ao entendimento deste enquanto “espaço vazio” e de “vocação”.

No quinto capítulo, procuramos abordar a relação histórica de grandes obras no Sertão com a Colonialidade do poder e da natureza. Partimos da leitura sobre a presença na região de grandes obras de infraestrutura como a Estrada de Ferro Paulo Afonso, as Usinas Hidrelétricas e de obras de transposição. Destacamos aqui a subalternização dos povos e comunidades no âmbito dos grandes projetos de desenvolvimento.

No sexto capítulo, trazemos uma breve análise sobre o bem natural –  gua – em Alagoas, no Sertão, buscando entender sua distribuição e seus usos, a fim de nos aproximarmos do projeto de transposição – Canal do Sertão, ao tratar dos principais aspectos em torno de sua criação, execução e funcionamento. A partir dessa abordagem, identificamos a modernização do território, em função de uma grande obra, como prática colonial e colonizadora.

Finalmente, no sétimo capítulo, abordamos as disputas por água, terra e território como resultado das políticas desenvolvimentistas de transposição no Sertão de Alagoas. Nesse capítulo, tratamos ainda das formas comunitárias de usos e a apropriação da água ao modelo proposto pela infraestrutura hídrica.

Nossas considerações finais trazem os resultados finais da pesquisa com reflexões gerais baseadas nos capítulos indicativos de estudos, a partir dos nossos achados de pesquisa. Em toda a construção da tese, procuramos nos posicionar de maneira reflexiva e crítica, enquanto pesquisadora, professora, mulher, nordestina, frente   temática posta em análise.

2 CAMINHOS TEÓRICOS E FERRAMENTAS PARA PENSAR OS TERRITÓRIOS DESDE AS NARRATIVAS DAS COMUNIDADES

Em meio às buscas teóricas e epistemológicas para a pesquisa que se iniciara em meio a tantas turbulências do ponto de vista pessoal, político (já que o início do curso coincidiu com golpe político no Brasil) e acadêmico, fomos apresentados à obra *Geografia e Giro Descolonial*. Trata-se de uma coletânea de textos organizados pelos professores Valter do Carmo Cruz (UFF) e por Denílson Araújo de Oliveira (UERJ), resultantes do I Seminário Geografia e Giro Descolonial: experiências, pensamento e horizontes de renovação do pensamento crítico realizado em 2014. São autores que têm desenvolvido suas pesquisas a partir do diálogo com o pensamento crítico descolonial latino-americano e que nos apresentaram aos precursores das denominadas epistemologias do Sul na América Latina: Quijano (2005), Dussel (2005), Lander (2005) e Mignolo (2003). As discussões teóricas desses autores sobre a Colonialidade do Poder, do Saber e da Natureza, bem como os pressupostos que perpassam a relação da América Latina com o colonialismo e a moderno-colonialidade, e os processos que resultaram no domínio e subalternização de diversos povos nos influenciaram nas escolhas teóricas e metodológicas.

Nossa identidade foi forjada no seio do colonialismo, em que a colonialidade reuniu todas as dimensões necessárias para materialização da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza a partir de um quadro complexo de hierarquizações. Nesse movimento, o preconceito com as etnias e raças que não a europeia destacam-se no âmbito das várias relações entre dominantes e dominados, conformando o que Quijano (1999) denominou de identidades opostas e que foi a base dos processos violentos de espoliação iniciados a partir da moderno-colonialidade.

Essas relações compõem a complexidade que representa o surgimento e a constituição da América Latina como território, que, para nós, é epistêmico, e que se apresenta, no seio da nossa pesquisa, como uma chave de leitura essencial sobre o nosso território de enunciação, a saber, o Sertão.

A geopolítica do conhecimento que tem vigorado desde 1492 tem sido produzida fora dos territórios de enunciação, a partir de uma episteme que se pretende ser superior sobre as demais matrizes de racionalidade e da diversidade que integra as suas várias formações territoriais com seus complexos modos de vida. O eurocentrismo desconsidera, assim, o conhecimento e o pensamento produzido fora de seu formato, de sua caixinha. Nesse sentido, alguns autores e estudiosos que têm produzido desde um espaço/mundo subalterno nos atentam para o fato de que

O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epístemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

O entendimento dessas epístemes próprias de cada região, lugar e povo nos foi invisibilizado e negado a partir de uma narrativa que se quer universal. Moldou nossos pensamentos e guiou a produção de conhecimento a que tivemos acesso desde os primeiros anos escolares. Nesse sentido, Mignolo nos fala sobre

Essa força hegemônica do pensamento [...], sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão de sociedade moderna com a forma mais avançada – e, no entanto, a mais normal – da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas (2005, p. 8).

São condições históricas e estruturais construídas desde o século XV que vêm sendo alimentada, retroalimentadas e atualizadas pelo sistema mundo-moderno e ainda colonial.

Assim, a partir do objetivo geral da tese, começamos a entender que sua construção deveria se dar com a descolonização do pensamento eurocentrizado e por igual dominante, ou, pelo menos, a partir de um exercício de descolonização, desconstrução. Com base nessa ideia, iniciamos o caminho árduo, inseguro e movediço de construção ou (deconstrução) da tese. Os principais fios que conduziram nossa construção teórico-conceitual e metodológica se deram a partir de algumas buscas, dentre elas, estudar o Programa de Investigación de Modernidad/Colonialidad Latino Americano. De acordo com Cruz,

Esse grupo tem nas formulações iniciais de Aníbal Quijano (Peru), Enrique Dussel (Argentina/México) e Walter Mignolo (Argentina/EUA) os aportes teóricos para uma crítica à ideia de modernidade, uma leitura do sistema-mundo, moderno-colonial, e uma interpretação da constituição das sociedades latino-americanas (2017, p. 25-26).

Os aportes teóricos a que tivemos acesso nos direcionaram para as seguintes teorias, conceitos e categorias, a saber: Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005) e Colonialidade da Natureza. Dessas, desdobraram-se outros mais, a exemplo dos conceitos de Desenvolvimento, de Sertão e de Povos e Comunidades. Após o traçado teórico, colocamo-nos diante do desafio do “fazer”. Por onde começarmos?

Os caminhos teóricos anteriormente descritos nos levaram ao entendimento da complexidade e diversidade epistêmica que compõem o universo subalterno, dos quais é parte constitutiva nosso recorte espacial e os sujeitos de nossa pesquisa, sujeitos esses com suas

próprias narrativas. Diante de tal reconhecimento, indagamo-nos sobre as seguintes localizações epistemológicas:

- a) qual o lugar de enunciação da pesquisa?
- b) o recorte espacial seria o único lugar de enunciação?
- c) de onde falamos? Do Alto Sertão de Alagoas, como área de estudo e/ou da América Latina e/ou também do lugar de origem e de formação da pesquisadora?
- d) o que é o Sertão?
- e) o que é o Sertão de Alagoas?
- f) quem são os sujeitos pertencentes ao Sertão de Alagoas?
- g) quais os projetos de desenvolvimento moderno e coloniais direcionados para o Sertão de Alagoas?
- h) o que é o Canal do Sertão? O que ele representa? A quem ele atende?
- i) quais os desdobramentos desse projeto de desenvolvimento sobre os povos e comunidades do Sertão?
- j) quais os conflitos?
- l) quais as resistências e r-existências?
- m) qual o saber-fazer mais adequado para dialogar com esses territórios?
- n) qual o saber-fazer dos povos que compõem esses territórios?

A princípio, partimos do entendimento que, para além do recorte espacial referente ao Alto Sertão de Alagoas, bem como ao recorte temporal (1992-2019), esse estudo é composto também de outros espaços-tempos. Para isso, Porto-Gonçalves (2017, p. 39) defende que “é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar”. Dessa maneira, temos à nossa disposição uma pluralidade de espaços com várias temporalidades e, assim, voltamo-nos para os tempos de vida, da infância, para as memórias.

Filha de morador de condição, as primeiras memórias são perpassadas pela violência do latifúndio: A renda mensal que nunca chegava em forma de espécie em casa porque esta já estava comprometida com a aquisição de alimentos básicos para o sustento da família no comércio do dono da terra; a falta de liberdade para a criação de animais porque o dono da terra podia não gostar; a partilha da produção agrícola anual com o dono da terra porque era antiético produzir em suas terras (mesmo em condição de exploração) e ele não ter acesso aos frutos dela; bem como as jornadas diárias apanhando castanha de caju sem o direito a nenhum litro para a venda.

No entanto, foi em meio à vivência dentro da lógica perversa do latifúndio que também resgatamos memórias sobre a partilha, a solidariedade, a importância da vizinhança para a troca

de produtos diante da falta de dinheiro para pagar pelo querosene para acender a lamparina ao cair da noite. Trocava-se um punhado de farinha, goma e até uma barra de sabão pela aquisição de outros produtos básicos necessários à manutenção da casa e da vida; a doação de frutas da estação aos que necessitavam; os caminhos até as cacimbas e cacimbões feitos pelos vizinhos que não tinham acesso à água; as trocas de dias de serviço na roça; a farinhada, momento de reencontro da família que se deslocava de outras localidades para ajudar no trabalho; e o envolvimento de demais membros da comunidade na realização de atividades específicas para a produção de goma e farinha. As farinhadas eram perpassadas por muito trabalho, mas também por boas conversas, afeto, comidas e histórias/estórias.

Dessa forma, um primeiro passo foi beber na nossa história e experiência de vida no Sertão do Ceará. Resgatar memórias, vivências, com o intuito de quebrar um pouco o gesso que a academia nos coloca, no sentido de nos endurecer e de adquirirmos movimentos mecânicos no fazer pesquisa. Ao que nos parece, considerar “também modo de vida” foi uma escolha pessoal e metodológica no sentido da imersão nos territórios de vida aos quais buscamos estudar ao longo do doutorado. Será que o Sertão de Alagoas era diferente do Sertão por nós vivido no interior do Ceará? Se sim, o que os diferenciava? Com base nesse resgate de memórias históricas, iniciamos os campos.

Ao voltarmos dos trabalhos de campo realizados junto a camponeses e camponesas dos municípios que compõem o Alto Sertão de Alagoas e munidos de tantas informações e revelações sobre os sujeitos com quem convivemos e que entrevistamos (o que nos deixou perplexos e, em alguns momentos, travados quanto à análise e interpretações necessárias para a escrita), ao dividirmos todas esses sentimentos com uma amiga, ela assim nos falou: “a realidade que você pesquisa não está cabendo na teoria que você levou pro campo”.

Desse modo, fomos entendendo que o exercício da descolonização epistêmica deveria se dar a partir desses espaços também e optamos pela construção da tese tomando como base a realidade por nós encontrada, tal como ela se apresentava, sobre os povos do Sertão diante de um projeto de desenvolvimento. Privilegiamos as suas falas e memórias, sentimentos, sem preconceito quanto às suas escolhas, formas de vida. Esse fato se repercutiu, inclusive, sobre as escolhas dos sujeitos e comunidades para realização de nossas entrevistas.

Dessa maneira, iniciamos um exercício teórico e metodológico com o intuito de uma consequente contribuição dessa realidade para repensarmos as teorias críticas no tocante, por exemplo, ao desenvolvimento, bem como ao modelo de universidade e de ciência a que temos tido acesso.

Porto-Gonçalves (2017), em diálogo com Haesbaert, Raffestin, e Lopes de Souza, dentre outros, chama-nos atenção para as múltiplas territorialidades contidas nos territórios: camponesas, indígenas, quilombolas, seringueiras etc. e que vêm exigindo, diante do Estado, o direito à diferença, protagonizando lutas por direitos na luta pela liberdade, autonomia e igualdade. O diálogo com esses autores a partir dos conceitos de território, territorialidade e territorialização foi nos levando ao preenchimento dessa lacuna que até um momento se apresentou sobre o Sertão e sobre seus povos.

Nesse processo de buscas teóricas e metodológicas, deparamo-nos com Dirceu Lindoso e uma obra clássica que se apresentou como sendo de suma importância na construção da tese: *O Grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso*. A partir de Lindoso (2011), traçamos o diálogo com o Sertão de Alagoas, denominado pelo autor de Grande Sertão. Ele trata da formação do Grande Sertão alagoano a partir de várias territorialidades, situadas inicialmente no período colonialista e nos enfrentamentos dos povos originários contra a atividade moderno-colonial da pecuária. Aborda, ainda, o papel da Igreja nos processos de exploração dos povos indígenas junto ao Estado moderno-colonial e nos apresenta os vaqueiros-tangedores e as derivações desses sujeitos em romeiros, rezadores, guerrilheiros e jagunços, adentrando no universo de Canudos e do cangaço. De igual maneira, aborda a presença negra no Sertão como também sendo uma territorialidade constitutiva desse espaço.

O diálogo com a obra nos insultou a mergulhar na interculturalidade que compunha o Sertão. O Sertão que não era só o do rio São Francisco e dos projetos e obras hídricas em sua volta, esse foi um dos primeiros aspectos por nós identificados ao iniciarmos nossos estudos sobre o Sertão a partir da elaboração do projeto de pesquisa. O Sertão foi se desnudando para nós como os territórios de muitos povos com uma ancestralidade indígena, negra e campesina fortíssima. O Sertão do cangaço, mas também do mandonismo político, dos coronéis. Assim, entendemos que o Grande Sertão de Lindoso (2001) era tão grande que nele cabiam vários sertões. Assim é que, em alguns momentos da escrita, vamos nos referir à nossa área de estudo como Grande Sertão e em outros momentos como sertões, fazendo alusão à dimensão de todos esses povos, etnias e comunidades que o compõem.

A partir dos trabalhos de campo, das conversas enquanto tomávamos um café, uma água, um suco, ao comermos um doce de umbu, no caminho para a roça, a roda de conversa ao entardecer e anoitecer no terreiro, a interlocução a partir de amigos e ex-alunos e o conhecimento de espaços e paisagens sertanejas inimagináveis para quem reduz seus movimentos a casa-universidade, os almoços na frente do sindicato (a melhor comida), na casa dos camponeses e camponesas, conformam vários diálogos de saberes (PORTO-

GONÇALVES, 2017) que têm nos permitido apontar epístemes outras que representam o verdadeiro aprendizado e valor que possamos vir a ter acesso a partir da construção de uma tese de doutorado.

Sobre outras epístemes e a diversidade que as compõe, Grosfoguel afirma que,

A partir dessa diversidade epistêmica há propostas anticapitalistas, antipatriarcais e antiimperiais diversas, que apresentam diferentes maneiras de enfrentar e solucionar os problemas produzidos pelas relações de poder sexuais, raciais, espirituais, linguísticas, de gênero e de classe no presente “sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. Essa diversidade de propostas de epistemologias “outras” subalternizadas e silenciadas pela epistemologia eurocêntrica apresentaria uma maneira de transcender a modernidade eurocentrada para além das propostas de culminar na modernidade ou de desenvolver a pós-modernidade. Essas últimas constituem críticas eurocênticas ao eurocentrismo (2007, p. 33-34).

Assim, ao tratarmos em nossa pesquisa dos povos do Sertão, estamos nos referindo a sujeitos que, a partir de suas experiências, religião, saberes, costumes e da ética que lhes é própria, têm tensionado a nós pesquisadores, com “nossas formas de fazer pesquisa e produzir conhecimento” (CRUZ, 2017), e, ainda, ao projeto moderno-colonial que lhes têm sido imposto via Canal do Sertão.

A colonialidade e descolonialidade também permite e provoca a fazer diferentes recortes espaço-temporais no sentido de evidenciar o próprio processo de colonialidade, mas também a existência de diferentes territorialidades e, conseqüentemente, modos de vida existentes. Também é possível entender a multidimensionalidade dos territórios e as relações interescares no sistema-mundo moderno/colonial e, por isso, resulta interessante entender a América Latina ao mesmo tempo que o Sertão alagoano.

3 O SERTÃO DE ALAGOAS E A MODERNO-COLONIALIDADE: COLONIALIDADE DO PODER E DA NATUREZA, DESENVOLVIMENTO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

3.1 A AMÉRICA LATINA COMO LUGAR DE ENUNCIÇÃO: A MODERNO-COLONIALIDADE, O EUROCENTRISMO E SEUS DISPOSITIVOS DE PODER SOBRE O SER, O SABER E A NATUREZA E OS PROCESSOS DE R-EXISTÊNCIAS

A busca pela descoberta do *lugar* Sertão e pelas diversas matrizes de racionalidade que o compõem nos remete, a partir da perspectiva teórica da descolonialidade, à busca de entendimento da invasão da América Latina com o controle das águas do atlântico pelos países ibéricos, a partir do século XVI. Esse recorte temporal e espacial deu origem à modernidade e à constituição do sistema-mundo moderno/colonial (DUSSEL, 1993; ESCOBAR, 2005; MIGNOLO, 2007). A modernidade não surge a partir de elementos e acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos ocorridos no centro da Europa nos séculos XVII e XVIII, a exemplo do Iluminismo, da Renascença e da Revolução Francesa, e sim em função do domínio dessa sobre a América Latina e dos desdobramentos históricos advindos desse processo,

Conceituamos a modernidade como uma série de práticas orientadas ao controle racional da vida humana, entre as quais figuram a institucionalização das ciências sociais, a organização capitalista da economia, a expansão colonial da Europa e, acima de tudo, a configuração jurídico-territorial dos estados-nacionais (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 84).

Dessa maneira, a constituição do sistema-mundo moderno se deu em torno da economia capitalista e de todos os instrumentos necessários a sua expansão e reprodução, dentre eles a ciência moderna, que se colocou à disposição desse modo de acumulação e dos anseios e projetos expansionistas do Estado-Nação. A modernidade se estruturou com base na exploração da natureza e dos povos originários que viviam em torno dela, explicitando os diferentes significados e usos pelas diferentes matrizes de racionalidade.

Nesse sentido, aliado ao sistema capitalista de produção, o colonialismo europeu, enquanto sistema político e econômico de apropriação e expansão territorial, teve como principal base de sustentação a colonialidade. Quijano afirma a importância de se diferenciar colonialismo e colonialidade,

O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado (2005, p. 93).

A colonialidade, advinda do colonialismo, proporcionou, no contexto da formação territorial da América Latina, a construção de um imaginário social e ideológico que a solidificou como uma importante matriz de poder no âmbito das diversas relações sociais. Nesse sentido, no lastro da busca pelo descortinamento da colonialidade enquanto face perversa da modernidade, destacamos como um importante mecanismo as relações e as várias práxis de poder vinculadas ao nosso passado colonial e aos processos de dominação territorial.

Apresentamos como locus de irradiação do poder em questão o Estado-Nação e seu compromisso na estruturação do capitalismo enquanto regime de acumulação diante de outras matrizes de racionalidades que não apresentavam, necessariamente, a perspectiva hegemônica política e econômica da modernidade como parte e como prioridade nas suas formas de vida. Estamos falando de povos originários com seus mundos de vida em torno da natureza e de suas materialidades.

Com base na função interpretativa e de entendimento que o poder nos oferece para visualisarmos a moderno-colonialidade ainda tão vívida nos tempos presentes, a busca pela compreensão da constituição do sistema-mundo moderno não pode ser feita separadamente da colonialidade e de sua representatividade na afirmação da Europa como centro de poder na organização colonial do mundo e dos sistemas de poder advindos dessa experiência,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e materializa-se a partir da América (QUIJANO, 2007, p. 93).

A matriz de poder resultante do sistema-mundo moderno/colonial fez com que a Europa assumisse não só uma posição de centralidade, como também a condição de espaço de controle sobre diversos povos, esse trunfo utilizado pela Europa condiz com a capacidade do poder, segundo Raffestin (1993), de controlar e dominar homens e coisas. O autor atribui como sendo os trunfos do poder a população, o território e os recursos e afirma que numa relação podem ser privilegiados somente alguns destes trunfos, contudo, ao tratamos da moderno-colonialidade, podemos afirmar que esses trunfos foram utilizados de maneira concomitante:

Desta forma, é no violento processo de dominação e exploração da América que se localiza um dos principais fatores da profunda transformação que o cenário mundial sofre em finais do século XV e início do século XVI. O extermínio de populações inteiras, a escravidão, a servidão, a (des) posseção de terras, a exploração das riquezas naturais encontram-se nos fundamentos das relações sociais e de poder que instituem a América, Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2011, p. 9).

A conquista/invasão da América foi uma construção econômica, política, cultural, ambiental e também epistêmica que fez erigir o sistema-mundo moderno/colonial com base no domínio e apropriação dos territórios para exploração e expropriação da população e da natureza. Desse modo, o autor discute ainda vários componentes utilizados para o exercício do poder, interessando-nos, no âmbito dessa discussão, a categoria de raça e a discriminação em torno dessas.

No que se refere à moderno-colonialidade, a raça se tornou um dos componentes mais eficazes no tocante à classificação mundial (QUIJANO, 2005). Com base nesse autor, Porto-Gonçalves e Quental (2011), ao analisarem a constituição do sistema-mundo e o papel da América nesse processo, apontam dois eixos fundamentais a considerar: “a classificação da população mundial a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas de trabalho” (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012, p. 6).

A divisão da população a partir do componente raça a distribuiu, sob o ponto de vista eurocêntrico, em diferentes funções e lugares não somente com base nas suas características biológicas (brancos, pretos, amarelos e mestiços). A cor determinou ainda as funções e espaços a serem ocupados pelos diversos povos na divisão do trabalho, inserindo-os, conseqüentemente, na condição de inferioridade diante de uma suposta superioridade desenhada e imposta pela Europa:

Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder (QUIJANO, 2005, p. 227).

Esse quadro demarcou uma notável condição de hierarquização entre dominantes (europeus) e dominados (demais povos colonizados), com ênfase nas diferentes características biológicas, sociais, culturais, religiosas etc. das diversas matrizes de racionalidades:

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que em 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura,

a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considera-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilização é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 18).

Dessa maneira, o sistema-mundo moderno-colonial se afirmou como racionalidade maior diante do mundo, e, junto com esse pensamento, foi sendo negada a natureza, a ancestralidade e todos os valores e sentidos que as compõem. Negou-se a pluralidade epistemológica dos territórios (MENDONÇA, 2013).

O sistema-mundo moderno-colonial materializou diversas formas coloniais de poder que se fizeram presentes e produziram desigualdades não só no âmbito da raça e do trabalho, mas também nas condições de gênero e na produção de conhecimento, por exemplo. Nesse sentido, a efetivação do sistema-mundo moderno-colonial não teria sido possível se a colonialidade do poder não tivesse penetrado intensamente a estrutura dos vários Estados e nações (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Mignolo nos apresenta, de maneira didática, o que seria a colonialidade do poder e como ela se faz presente em várias estruturas da sociedade contemporânea:

Figura 4 - Organograma sobre Colonialidade do Poder



Fonte: Mignolo, 2014, p. 44.

O autor nos chama a atenção para o fato de que o projeto da modernidade/colonialidade tem se reproduzido de maneira material e imaterial a partir da interconexão de diversos dispositivos. Ela é transversal não somente nos dispositivos de controle econômico, político e social da vida humana, mas também compõe os demais aspectos de nossa existência do ponto de vista do gênero, da sexualidade e de nossa consciência. É uma combinação de relações de apropriação, exploração e dominação, que tem avançado no decorrer do tempo.

A colonialidade do poder se apresenta como parte da violência estrutural na América Latina, como forma de garantir a afirmação da superioridade do homem branco europeu ocidental, hétero e cristão, perante os demais povos. “Trata-se do desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos” (QUIJANO, 2005, p. 16).

A experiência colonialista da América Latina demonstra, por exemplo, que, no contexto da criação dos aldeamentos, por muito tempo se reproduziu o imaginário colonial de que o índio não teria alma, sendo, assim, permitidas a sua morte e/ou escravização. Nesse sentido, a Igreja católica exerceu parceria nos projetos colonialistas de invasão dos territórios de vida. Tais ações se deram não somente por parte da Igreja, mas do Estado e de seu arcabouço institucional, demonstrando uma pequena porcentagem da enorme agressão quando do domínio europeu sobre esses povos, reforçando o poder e exploração sobre esses e a supressão de suas formas de pensar, falar e viver.

O poder advindo do sistema-mundo moderno/colonial se deu no sentido de impor e referenciar como verdade única um sistema político, econômico, cultural, religioso e social na busca de afirmar a narrativa europeia como única territorialidade capaz de se sobrepor sobre uma infinidade de outras territorialidades. O poder, como importante matriz interpretativa da colonialidade, demonstra não ser só político. Seu exercício para domínio e apropriação pode ser também simbólico e se dar de maneira imaterial e subjetiva (HAESBAERT, 2014; SAQUET, 2007).

Raffestin (1993) contribui na desconstrução do entendimento de poder como sendo unilateral, ao afirmar que esse “é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Contudo, a crítica se dá no direcionamento e uso desse poder e quem o detém e a serviço de quem e de quê está esse poder. No caso da implementação do sistema-mundo moderno/colonial, deu-se uma complexa estrutura de poder a partir do processo relacional entre Europa e América (RAFFESTIN, 1993). O entendimento dessa complexa relação não é possível somente a partir do colonialismo como estrutura política e econômica de dominação territorial; nota-se, na atualidade, o reflexo dessa moderno/colonialidade a partir da produção científica, da religião e das diferentes cosmovisões – nos diversos modos de vida. A essa perspectiva, estão atreladas as ideias de progresso, crescimento, racionalismo, modernização e desenvolvimento (CRUZ, 2017) – principais expoentes da modernidade utilizados no projeto de ocidentalização implementado na América.

Nesse caminho, a colonialidade do poder, aliada à colonialidade do saber e do ser, ocasionou um conjunto de processos desterritorializantes ao restringir a pluralidade de tantas outras racionalidades pertencentes à América Latina, África e Ásia. Dos povos indígenas, por exemplo, foram negadas e silenciadas suas línguas, religião, alimentação, danças e relação com a natureza,

A colonialidade do saber nos revela, ainda, que, para além do legado da desigualdade e injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo que vivemos e das epístemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10).

O eurocentrismo enquanto herança da moderno-colonialidade tem influenciado e comprometido o exercício de uma ciência que englobe o saber-fazer com base no modo de vida específico de várias racionalidades, comprometendo a produção de conhecimento no âmbito de uma infinidade de territórios de vida.

A valorização do saber europeu em detrimento dos outros saberes caminhou no sentido da negação do que é diferente à sua perspectiva de tempo, de espaço, de práticas, de sabor, de território – a defesa foi por uma linearidade e objetividade com base na razão.

A colonialidade e a modernidade têm permitido, ao longo dos últimos quinhentos anos, uma rede de relações hierárquicas, desiguais, desumanas e violentas. Nesse interím, o eurocentrismo tem viabilizado a continuidade e manutenção desse sistema-mundo. Segundo Quijano,

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (2005, p. 235).

O eurocentrismo como referência na produção de conhecimento se apresentou como um instrumento indispensável no processo de controle e dominação dos diversos povos e suas formas de vida. Assim, aglutinaram-se em torno da razão todos os parâmetros necessários, do ponto de vista científico e intelectual, para delimitar que a racionalidade europeia era a detentora de todo o conhecimento válido, podendo utilizá-lo nos processos de conquista territorial e colonial e, assim, se diferenciar das demais racionalidades, supostamente sem conteúdo válido.

No contexto do eurocentrismo, o tempo é tido como sendo linear, e a história é entendida como uma sucessão de acontecimentos em que a Europa se apresenta como referência e assume centralidade nesse processo. A partir dessa maneira de pensar o tempo, a categoria espaço foi colocada à margem e, juntamente com ela, as diversas populações com suas histórias particulares, suas territorialidades e diferentes processos de territorialização. Para Porto-Gonçalves,

Hoje é possível defrontarmo-nos com a emergência de matrizes de racionalidades outras tecidas a partir de outros modos de agir, pensar e sentir, seja na América Latina, na África, na Ásia, entre segmentos sociais não ocidentais nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa, com diversas populações indígenas e de afrodescendentes, que clamam por se afirmar diante de um mundo que se acreditou superior porque baseado num conhecimento científico universal (imperial) que se colonizou o pensamento científico em todo o mundo desqualificando outras formas de conhecimento (2002, p. 220).

O eurocentrismo representa um componente essencial na afirmação da Europa como detentora de um padrão de poder mundial e como exemplo máximo no único caminho a ser percorrido por outras racionalidades. Essa perspectiva moderno/colonial renova-se ao longo dos anos a partir da ampliação do centro de poder mundial hegemônico, que, além da Europa, passa a ser composto pela disputa política e econômica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China. Esse movimento atualiza a dicotomia histórica entre a racionalidade europeia/americana, sinônimo de civilização, de modernidade e de desenvolvimento face às demais racionalidades, sinônimo de incivilizadas, atrasadas e subdesenvolvidas. Todos esses processos giram em torno da moderno/colonialidade que apresenta o desenvolvimento como ideologia. Altera-se o recorte espacial e político da colonialidade do poder, contudo sua essência permanece intocável ao longo do tempo, gerando a violência epistêmica (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Para Castro-Gómez (2005), toda a invisibilidade dos povos originários e de suas práticas territoriais pela moderno-colonialidade ocasionou um processo de violência epistêmica. Cruz, analisando a formulação conceitual de Castro-Gómez, afirma que a violência epistêmica é:

Uma forma de exercício de poder que produz a invisibilidade de representação e de sua autorrepresentação; isto é, trata-se do apagamento, do anulamento e da supressão dos sistemas simbólicos, de subjetivação e representação que o outro tem de si mesmo, bem como de suas formas concretas de representações e registro de suas memórias e experiências (2017, p. 17).

Nessa perspectiva, a violência epistêmica cometida pelo colonialismo ocidental e a noção de superioridade/inferioridade surgida a partir desse culminaram na desigualdade no que se refere a vários direitos territoriais por parte de diversos sujeitos: indígenas, negros e mestiços. Cabe destacar que a violência que se reflete no cotidiano dos vários povos subalternizados não é somente a epistêmica. Essa se materializa diariamente a partir da segregação, do racismo e de dependência.

Para Porto-Gonçalves (2002), parte significativa das problemáticas em torno da moderno/colonialidade tem se dado em torno do debate que envolve a natureza. No cerne dessa discussão, a apropriação da natureza se apresenta como parte do mesmo processo histórico que hierarquizou a população a partir da categoria de raça, determinando, assim, sua posição social na divisão do trabalho.

A natureza vivida e entendida enquanto parte da vida dos povos originários foi transformada pela cultura ocidental e a partir do eurocentrismo em recursos fornecedores de matéria-prima para alimentar o modo capitalista de produção. Desvincular a natureza da vida

dos povos originários foi uma ação integrante da moderno/colonialidade para operacionalizar o seu controle a serviço de um poder que se reinvidicava mundial:

O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada. No Ocidente, a mutação da natureza para recursos naturais foi um sinal de progresso e modernização e, ao mesmo tempo, um sinal de que outras civilizações estagnaram e estavam sendo ultrapassadas pelo Ocidente (MIGNOLO, 2017, p. 7-8).

Mignolo (2017) atenta-nos para a importância da natureza como mais um instrumento de poder revelador da colonialidade enquanto parte do projeto de modernidade, e das dimensões apresentadas por essa em função do domínio ocidental.

Sobre a colonialidade na apropriação da natureza,

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios (ASSIS, 2014, p. 615).

Dentre as várias práticas de destruição dos povos por parte da moderno/colonialidade, a negação de relações ancestrais, de conhecimento e de memórias construídas a partir de suas relações junto à natureza se apresenta como uma das mais violentas. Para Porto-Gonçalves (2001), como parte da negação e apropriação da natureza, estavam povos e comunidades ligados de maneira muito forte a essa e que se reproduziam junto e a partir dela. São modos de vida que nos falam da natureza e de sua diversidade, bem como de seus significados.

Mesmo diante da negação identitária dos povos subalternizados pelo sistema-mundo moderno/colonial, esses grupos conseguiram preservar sua ancestralidade racial e étnica na afirmação de sua identidade territorial. No cerne do histórico distanciamento entre a sociedade, a ciência e a natureza, cabe destacarmos a visibilidade que têm sido direcionada para o conhecimento histórico e ancestral de diferentes povos e comunidades com relação à mãe natureza.

Nesse sentido, autores como Mignolo (2005) e Quijano (2005) defendem a descolonização epistêmica e a visibilidade de diversos povos originários com suas falas, crenças, danças, culinária, conhecimento e práticas de resistência, e apontam que o conceito de diferença colonial se apresenta como importante categoria para pensarmos a descolonialidade:

Diferença colonial é o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder no confronto de duas espécies de histórias locais

visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. Diferença colonial é onde se desenvolve a colonialidade (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Segundo Mignolo, a diferença colonial seria o espaço não somente de ação da colonialidade, mas também da insurgência de modos de vida que denunciam e que se contrapõem às várias dimensões da colonialidade,

Mas dizer colonialidade é dizer que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

Nesse sentido, o giro descolonial sugerido pelo Grupo Modernidade/Descolonialidade aponta a desobediência epistêmica como forma de se visibilizar outras epistemes, as outras várias matrizes de racionalidade que foram apagadas, negadas e subalternizadas e continuam sendo o alvo do espectro moderno-colonial. Desse modo, Raffestin (1993, p. 56) afirma ser “admissível falar de resistência onde existe poder”, uma vez que o poder é relacional. A matriz colonial de poder que compõe a moderno/colonialidade é perpassada também por povos e comunidades que resistiram ao poder central europeu e que materializaram as múltiplas hierarquias e violências em torno do poder em conflitos. Resistiram e R-existiram ao sistema – mundo com base na colonialidade e na modernidade a partir da defesa da vida, crenças, natureza, memória e identidade. “O que se tem é r-existência ,posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas sim que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se r-existe. Existo, logo, r-existo” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 50).

A trajetória moderno/colonial da América Latina, por exemplo, apresentou historicamente várias lutas no âmbito de revoltas e rebeliões por parte da população subalternizada no enfrentamento do poder dominante exercido pelo Estado ou por grupos específicos:

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas (LITTLE, 2002, p. 5).

O autor nos chama a atenção, ainda, para o fato de que a moderno/colonialidade não se deu sobre um substrato físico sem vida e sem importância. Ele afirma que essa ação se deu sobre territórios e sobre toda a multidimensionalidade que lhes são próprias. São processos de resistência e r-existência que denunciam a matriz de poder no âmbito do ordenamento colonial do território, em nome da modernização e do desenvolvimento.

O Estado, por meio de um aparato moderno/colonial, criou um arranjo territorial cuja essência demandou movimentos de territorialização em torno da ideologia do desenvolvimento. Esse modelo de ordenamento territorial teve como pressuposto processos de desterritorialização que se apresentam como sendo indelével na vida de vários povos e comunidades:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado, é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinaram as diferentes territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes mais importantes (SAQUET, 2007, p. 69).

Para o autor, a des-re-territorialização, por vezes, denota uma face positiva da violência colonialista e colonizadora quando da defesa e manutenção dos territórios de vida em meio a tanta perseguição pelo paradigma da modernidade.

Nesse sentido, Haesbaert (2005) discute a desterritorialização como mito, posto que, sempre que essa ocorre, se dá também um renascimento, um rearranjo no território a partir da reconfiguração das relações sociais a partir de outras e de novas identidades, demandando novas territorialidades e um consequente processo de re-territorialização. A colonialidade como condição no domínio e apropriação dos territórios de vida a partir do colonialismo se dá de forma paralela a projetos de resistência por parte dos vários povos originários.

Assim, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização nos ajudam na compreensão tanto das relações de poder no âmbito da moderno/colonialidade como dos processos de resistência e r-existência a partir das ações de diversos sujeitos que conformam as outras matrizes de racionalidade no seu exercício cotidiano de descolonialidade na luta por autonomia e liberdade.

Os processos de resistência/r-existência seriam o que Grosfoguel e Mignolo denominam de r-existência descolonial,

De modo que cuando decimos decolonialidad y por ello significamos el tercer término del complejo modernidad/colonialidad/descolonialidad, estamos significando u tipo de actividad (pensamento, giro, opción), de enfrentamento a la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad. Esse

enfrentamiento es sólo resistencia sino re-existencia, em el sentido del pensador, artista e activista colombiano Adolfo Albán Achinte (2008, p. 34).

As r-existências fazem parte e tensionam a arquitetura de poder moderno/colonial a partir das lutas em torno da descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza, bem como na defesa de outras formas de vida no enfrentamento da colonialidade global e dos males advindos dessa.

Para Corrêa (2016), as resistências e r-existências se configuram no cotidiano de vida a partir de diferentes aspectos. Podem se dar no âmbito de ações diárias mais discretas, bem como na direção de movimentos e ações mais explícitos. Podem ser identificadas na maneira de comer e de se alimentar, assim como a partir de algumas escolhas ideológicas e políticas presentes em algumas lutas coletivas. Dessa maneira, as resistências e r-existências delineiam diversos meios de territorialização. Podemos visualizar parte dessas r-existências nas ações dos

[...] zapatistas, seringueiros, indígenas, descapacitados, mulheres, ecologistas, migrantes, sem-documentos, homossexuais, camponeses, negros, hip hoppers, operários e jovens – que voltam à cena política, que recolocam a ágora, isto é, o lugar da política novamente em debate (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 223).

Os diferentes atos desses sujeitos nos falam sobre suas histórias, ascendência, modos de vida e, principalmente, de suas lutas. Suas experiências nos apresentam a descolonialidade. São racionalidades peculiares e que se contrapõem à racionalidade reproduzida pela ideologia desenvolvimentista e que é colonial. Daí a importância de nos debruçarmos sobre o estudo desses territórios plurais, de mudarmos nosso lugar de enunciação para que essas outras tantas racionalidades e suas epistemes sejam conhecidas e ouvidas (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido, Barcelos (2017, p. 264) nos questiona sobre “quais são os discursos/sujeitos/práticas/estruturas de dominação do mundo contemporâneo”? Afirmamos, assim, que a ordem moderno-colonial tem se perpetuado a partir da permanência e renovação do modelo primário-exportador. Essa vigência traz em sua gênese o discurso do desenvolvimento e do progresso e, como premissa básica, a colonialidade da natureza. A busca pelo entendimento do desenvolvimento e do desenvolvimentismo perpassa, necessariamente, pela compreensão da longa duração da forma primário-exportadora de produção colonial das nações.

A mercantilização da natureza, base do colonialismo e da colonialidade na América Latina, continua sendo tratada como a única maneira de se alcançar o desenvolvimento. A demanda mundial por *commodities* tem levado vários países da América Latina a processos de transformações territoriais a partir de regiões que têm sido monopolizadas pelo grande capital,

gerando um quadro de espoliação (HARVEY, 2005) a partir da (re)apropriação desses territórios.

O moderno e o colonial como faces da mesma moeda perpassam a trajetória desenvolvimentista que tenta atingir todos os espaços e territórios, inclusive os mais distantes e sem potencialidades e/ou “vocações” aparentes. A colonialidade do poder implantou a ideologia dos espaços atrasados e vazios. Esses elementos conformam a ideologia do desenvolvimento, que, na contemporaneidade, tem sido responsável pela usurpação do território na América Latina e dos espaços ainda não totalmente apropriados e dominados pelo capital, a exemplo de alguns sertões do Brasil e Nordeste. Esses, na perspectiva da narrativa colonial, tidos como regiões inóspitas, desabitadas, têm sido alvo de implantação de grandes projetos de desenvolvimento, imbuídos, ainda, de forte colonialidade.

Assim, torna-se indispensável resgatarmos alguns elementos que permeiam o desenvolvimento como forma de melhor entendermos a colonialidade presente na apropriação da natureza no Sertão de Alagoas.

3.2 NOTAS SOBRE O PROCESSO MODERNO-COLONIAL DE DESENVOLVIMENTO

A reprodução do capitalismo com base na apropriação e exploração da natureza assumiu centralidade no âmbito da corrida desenvolvimentista. O ato político estadunidense que se utilizou do termo “subdesenvolvido” como alusão às áreas “atrasadas” economicamente (BANERJEE, 2003, p. 77) reproduziu a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza ao dividir o mundo entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nesse sentido, no cerne do pensamento econômico eurocêntrico/americano, relacionou-se desenvolvimento aos processos de urbanização e de industrialização, a partir dos quais o Estado adotou como principal estratégia a substituição de importações e como principal viés de execução a modernização das estruturas produtivas. Ressalta-se que esses espaços denominados “subdesenvolvidos” vêm, do ponto de vista histórico, assumindo condições de subalternidade frente aos países do centro, apresentando-se como regiões de enclave para sustentação do capitalismo global. Esteva (1996, p. 60), ao se referir ao dia em que o presidente estadunidense Truman utilizou o termo subdesenvolvimento, afirma que:

Nesse dia, 2 bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas. Na verdade, desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros: um espelho que os despreza e os envia ao fim da fila, um espelho que reduz a definição de sua

identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma minoria pequena e homogeneizante.

O subdesenvolvimento retrata a busca pela ampliação do domínio ocidental, assim, a condição de pobreza e de atraso econômico alimentou o discurso e a ideologia do desenvolvimento a partir de correntes de pensamento e de políticas públicas. Ainda segundo Esteva,

O problema dos países subdesenvolvidos não é simplesmente o crescimento, mas sim o desenvolvimento [...]. desenvolvimento é crescimento com mudanças [...]. As mudanças, por sua vez, são sociais e culturais, econômicas, e qualitativas como quantitativas [...]. O conceito-chave é melhorar a qualidade de vida das pessoas (1996, p. 68).

A partir de Esteva (1996), é possível percebermos algumas variáveis que permearão a discussão de desenvolvimento a partir de algumas categorias como “mudanças”, “qualidade de vida” e, majoritariamente, “crescimento”, juntamente com “pobreza”, “industrialização” e “modernização”.

De acordo com Montenegro-Gómez (2005, p. 54), todo esse processo se deu sob a direção de “organismos internacionais de controle (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas etc.) dominados pelos países desenvolvidos – com Estados Unidos à frente”. Quanto às organizações multilaterais, destaca-se o Banco Mundial, incumbido de comandar a execução de vários planos de desenvolvimento responsáveis pela “retirada” dos países subdesenvolvidos da pobreza.

Ao longo da segunda metade do século XX, os supracitados debates foram ampliados a partir da inserção de novos elementos, como o de “integração” e “participação”. Emergiram, ainda, debates teóricos sobre a necessidade de se atentar para o cunho social que deveria compor o desenvolvimentismo em curso.

Nesse sentido, a busca pelo enquadramento na condição de desenvolvido supõe o atendimento a um conjunto de normas e regras para “[...] um modelo de progresso conforme padrões de modernidade ocidental capitalista, especialmente, orientados pelos Estados Unidos” (STEINBRENNER; COSTA, 2018, p. 5). De maneira geral, essa ideologia atingiu todos os espaços e de tal forma que, até que os primeiros danos fossem sentidos, manteve-se inquestionável e intacta na geopolítica mundial:

Passaram-se sete décadas desde que se prometeu ao sul que, por meio do “desenvolvimento”, este poderia participar do modo de vida dos países industrializados do Norte. Um acesso ao consumo praticamente ilimitado, combinado com uma carreira profissional individual autogerida. Isso tudo nos foi vendido como a essência da qualidade de vida (LANG, 2016, p. 27).

O “desenvolvimento” em questão tem agredido e alterado os territórios de vida, concentrando terras e expropriando bens naturais para geração de riquezas. No seio desse debate, aponta-se a exploração da natureza (QUIJANO, 2013) como elemento fundamental da colonialidade/modernidade/eurocentrada. As revoluções científicas e industrial reproduziram um imaginário social e acadêmico da espécie humana separada da natureza, e, como foi afirmado anteriormente, a colonialidade do poder naturalizou diversos níveis de hierarquia. “No processo de subalternização em que foi enquadrada a população asiática, africana e latina, a natureza ficou no patamar mais baixo da escala” (ESCOBAR, 2008, p. 121). O modo de vida ocidental baseado em valores e princípios de espoliação dos territórios colonizados rendeu a humanidade sérios problemas de ordem ambiental e territorial.

O avanço do capital sobre esses espaços tem proporcionado o surgimento de questões que nos remetem a um processo que vem se dando na América Latina como um todo em função das riquezas naturais e da disponibilidade de terra e água. “As ideias de civilização, progresso e desenvolvimento se construíram para encobrir, nos discursos hegemônicos, as teorias e práticas racistas envolvidas na exploração ilimitada dos bens naturais, do trabalho e da acumulação de lucro” (CUNHA, 2017, p. 172).

O Estado brasileiro, ao longo do século XX, intensificou o processo de modernização do território com base na criação de uma rede de infraestrutura para a territorialização do capital. Nesse sentido, essa territorialização tem se dado sob o viés ideológico dos “espaços vazios” e de “vocações”, podendo ser identificada em vários projetos nas últimas décadas, a exemplo

Da implantação e a expansão dos projetos desenvolvimentistas agropecuários, agrominerais e industriais na Amazônia, acompanhados pela infraestrutura das rodovias, hidrelétricas e projetos de colonização (Durante a Ditadura Militar); a implantação dos monocultivos de eucalipto destinados à produção de carvão para siderurgias e de celulose nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, associados a unidades fabris e portuárias (a partir dos anos 1950); a exploração do petróleo e do gás (a partir dos anos 1950); a expansão do agronegócio da soja sobre extensas áreas do cerrado brasileiro, inicialmente nos estados de Goiás e Mato Grosso (a partir dos anos 1970). Mais recentemente: o renascimento das atividades da mineração na região do Quadrilátero Ferrífero (MG) e na Amazônia; a exploração de petróleo e gás em águas profundas – Pré-Sal (na primeira década dos anos 2000); o projeto de transposição das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que favorece diversas atividades do agronegócio; e também a construção de infraestrutura para favorecer a circulação do capital, como grandes hidrelétricas, ferrovias, minerodutos, oleodutos, gasodutos e portos (FERREIRA, 2017, p. 184).

Essas intervenções territoriais se apresentam como continuidade das ações de apropriação e expropriação iniciadas no século XVI pelo Estado Moderno-Colonial em vários países da América Latina e no Brasil.

No bojo da crítica ao modelo de desenvolvimento neoliberal, parte significativa dos governos progressistas⁴, à frente de alguns países da América Latina, optou pela adoção de políticas de modernização em contraposição às reformas estruturais, como a agrária, urbana, tributária, educacional, a exemplo do Brasil, no decorrer da segunda metade do século XX.

O desenvolvimento seguiu sendo prioridade política e econômica no âmbito dos governos liberais e neoliberais do século XX, bem como nos governos progressistas do início do século XXI que conformaram a geopolítica no Brasil e parte da América Latina. Nesse sentido, o extrativismo tem se ressignificado e se apresentado sob nova roupagem:

Nesse período, foi intensificado o modelo primário exportador neocolonial, especialmente no segundo governo de Lula (2007-2010), a partir da criação, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – que propiciou a construção e ampliação de diversos empreendimentos ao longo do país, que geraram e ainda geram a circulação e a disponibilidade de serviços para as empresas nacionais e internacionais. São empreendimentos na área de transportes, energia e urbanos, como: portos, aeroportos, estradas, gasodutos, minerodutos, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, saneamento, pavimentação, estações de tratamento de esgotos (SOLÁ-PÉREZ, 2017, p. 152).

Nesse caminho, as obras de transposição se inserem nesse modelo de exploração posto que a elas estão atreladas várias atividades extrativistas ligadas ao agrohidronegócio, à mineração e ao petróleo e ao gás, por exemplo. Assim, o modelo primário exportador neocolonial nos oferece elementos para entendermos a execução do Canal do Sertão em Alagoas.

O modelo primário exportador neocolonial se apresenta como uma combinação de aspectos históricos, políticos e econômicos que perpassam a constituição territorial da América Latina. A valorização de *commodities*, nas primeiras décadas do século XXI, em função do crescimento econômico e político de vários países asiáticos, dentre eles a China, recolocou a América Latina num novo patamar mundial no que tange à exploração de recursos naturais para o fornecimento de matéria prima como principal forma de acumulação:

Até pouco tempo atrás, o discurso da esquerda tradicional questionava os modelos de desenvolvimento convencionais, e entre eles o do extrativismo.

⁴ Venezuela – Hugo Chávez (1999-2013); Argentina – Cristina Fernández (2007-2015); Bolívia – Evo Morales (2006-2019); Equador – Rafael Correa (2007-2017); Brasil – Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016); Uruguai – José Alberto Mujica (2010-2015).

Criticava-se a dependência das exportações, o papel das economias de enclave, as condições de trabalho, o enorme poder das empresas estrangeiras, a reduzida presença do Estado ou a precária tributação, esta pregação condenava os setores tipicamente extrativistas, como a mineração e a extração do petróleo. Exigia-se o abandono das reformas neoliberais e a ruptura com essa dependência. Muitos acreditavam, portanto, que uma vez que a nova esquerda conseguisse ocupar cargos nos governos promoveria mudanças substanciais nos setores extrativistas (GUDYNAS, 2012, p. 1).

Assim, a onda de governos progressistas na América Latina, em suas gestões, apresentou uma gama de contradições do ponto de vista ideológico, pois não romperam com a lógica massacrante do capital global ao criar meios legais para exploração da natureza e de mão de obra da população subalterna. Vê-se no modelo primário exportador neocolonial o único caminho possível rumo ao desenvolvimento, ancorado sob o discurso de geração de empregos e da chegada do progresso nas áreas mais “distantes”:

Assim, delegando os interesses das classes oprimidas e a bandeira da luta contra o imperialismo, os governos progressistas acabaram justificando a trilha do extrativismo como uma condição necessária para consolidar empregos, salários e políticas sociais (ARAÓZ, 2016, p. 448).

Toda essa conjuntura tem sido permeada pelo discurso do crescimento econômico, justificado pela criação e execução de programas sociais. Assim, o debate sobre desenvolvimento tem sido recorrente, a partir de novas formas de utilização dos recursos naturais. Segundo Acosta (2016, p. 67), “[...] o modelo primário exportador neocolonial eventualmente mantém e reproduz elementos-chave do extrativismo de raiz colonial”.

O desenvolvimento se apresenta como base constitutiva do imaginário colonial ocidental, uma vez que a partir desse é possível a reprodução de um conjunto de colonialidades que, ao longo da história, tem colocado os países do Sul Global numa condição de subalternidade. A subalternidade tem sido personificada a partir do exercício de poder, do saber eurocêntrico como única verdade, da espoliação sobre o ser e a natureza como principal forma de sustentação do modelo primário exportador neocolonial. Assim se dá a experiência mundial que apresenta o desenvolvimento e sob a qual se forjou a condição de subdesenvolvimento, ou seja, “[...] um aparato que se constrói sob a hierarquização de diferenças históricas, culturais e raciais” (ESCOBAR, 1995, p. 9),

O extrativismo vem sendo uma constante na vida econômica, social e política de muitos países do Sul global. Assim, com diversos graus de intensidade, todos os países da América Latina estão atravessados por essas práticas. Essa dependência da metrópole – da extração e exportação de matérias-primas – mantém-se praticamente inalterada até a atualidade. Alguns países mudaram um pouco os elementos relevantes do extrativismo tradicional ao lançarem

mão de uma maior intervenção do Estado nessas atividades. No entanto, para além de algumas diferenciações mais ou menos importantes, a modalidade de acumulação extrativista parece estar na medula da proposta produtiva tanto dos governos neoliberais quanto dos governos progressistas (ACOSTA, 2017, p. 51).

O extrativismo enquanto alicerce da colonização vem se resignificando como forma de manutenção do desenvolvimento enquanto modo de vida. O discurso e a justificativa continuam apresentando uma face colonial, contudo a partir de novas terminologias. Mas o nível de hierarquização se mantém inabalável, provocando conflitos e violências:

Essa é a nota do “desenvolvimento”: incluir territórios não totalmente capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bem naturais em commodities, propriedade coletiva em privada e vendável. Com um só objetivo: aumentar os fluxos de dinheiro e, assim, o “crescimento econômico”, paradigma irmão do desenvolvimento (LANG, 2016, p. 31).

Dessa maneira, o desenvolvimento atualiza as perspectivas de exploração contidas no histórico projeto ocidental. Essa ideologia naturalizou os graus de hierarquias entre os países do norte e os países do sul global, entre exploradores e explorados.

Em pleno século XXI, a América Latina ainda assume a condição de região subdesenvolvida que tem a função apenas de fornecer matéria-prima para os países centrais e desenvolvidos, adiando, na opinião de alguns autores, a transição para outros modelos econômicos (GUDYNAS; ALAYZA, 2011).

Nesse sentido, a partir da ideologia dos “espaços vazios” e de “vocações”, novas estratégias passam a se dar na busca de uma expansão do capital por meio da integração regional desigual, como através da criação, nos anos 2000, da IIRSA e, em 2007, no Brasil, do PAC, voltados para o financiamento e apoio a projetos de transportes, energia e telecomunicações.

Os projetos desenvolvimentistas pensados e implementados no Nordeste do Brasil, região historicamente e ideologicamente trabalhada pelo Estado Brasileiro como uma anomalia dentro do sistema-mundo, têm determinado o agrohidronegócio como “vocação” para várias áreas que, a princípio, se apresentavam sem importância para o Estado e para o setor privado.

A fruticultura irrigada tem cada vez mais se concretizado como prioridade pela elite econômica em meio a grandes obras de infraestrutura e diante do modo de vida local. Dessa forma, tal atividade se territorializou no Vale do rio Açu (RN), no Baixo Jaguaribe (CE) e no Vale do rio São Francisco (Petrolina, Juazeiro). No mesmo ritmo, a soja tem sido outro produto que tem conformado a realidade dos “espaços vazios” no Nordeste a partir de sua expansão no

Oeste baiano (Barreiras e Eduardo Magalhães), no Sul do Maranhão (Balsas) e no Sudoeste piauiense (Uruçui).

A seguir, apresentaremos como o estado de Alagoas vem se inserindo no modelo primário exportador neocolonial a partir das políticas de desenvolvimento.

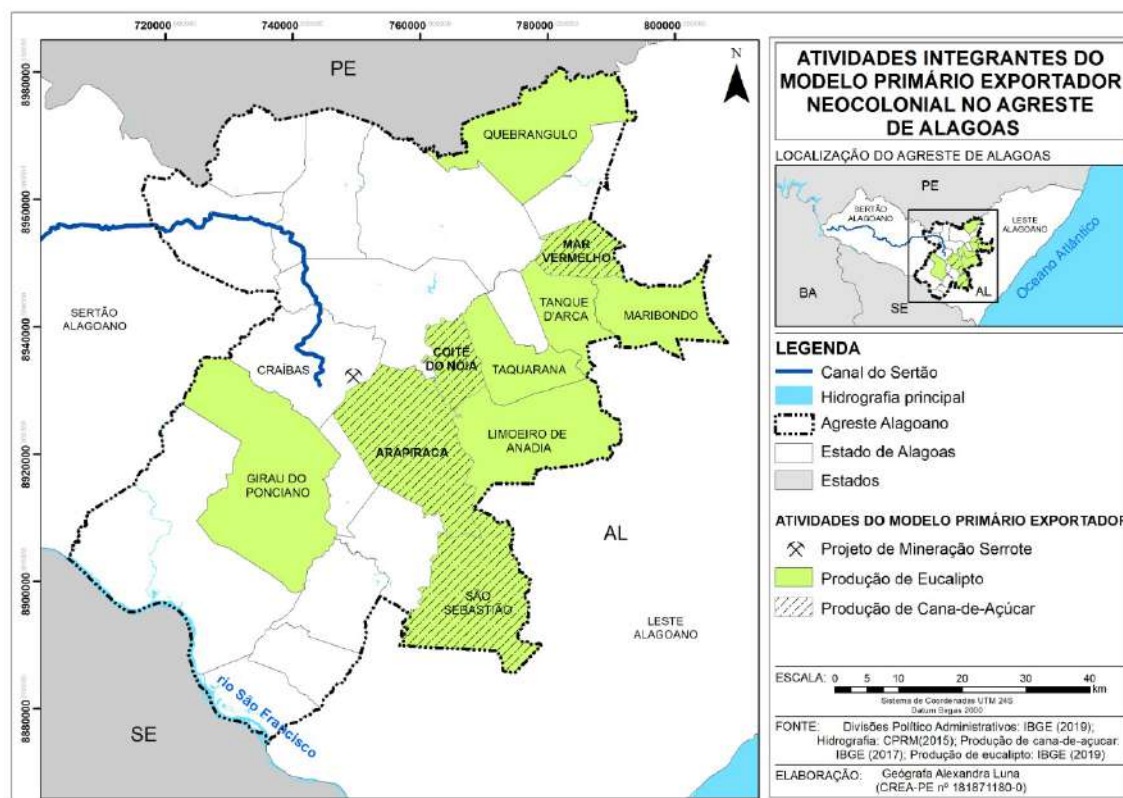
3.2.1 Políticas de Desenvolvimento do Modelo Primário Exportador Neocolonial em Alagoas

A dominação territorial europeia em Alagoas se materializou a partir da produção da cana-de-açúcar, viabilizada pela grande propriedade e pelo trabalho escravo. Ao longo dos últimos cinco séculos, a cana-de-açúcar determinou em Alagoas não só a condição de um dos maiores produtores de cana do Brasil, como também o poder econômico e político que garantiu uma forte aliança de classe da elite local a nível regional e nacional, que tem criado e recriado estratégias políticas para a inserção desse estado na lógica do modelo primário exportador neocolonial.

As atividades agroextrativistas seguem compondo o cenário da zona da mata alagoana no final do século XX. A paisagem alagoana fortemente relacionada à monocultura da cana vem sendo alterada com a inserção do eucalipto para produção de madeira. A monocultura do eucalipto, em Alagoas, assim como em outras regiões do país, “materializa-se como aliança de classes que atua por meio de uma rede do agronegócio articulando produção, distribuição e consumo, via internacionalização do capital” (ALMEIDA, 2012, p. 1). Essa atividade reforça o papel do Estado no ordenamento territorial a partir de atividades agroextrativistas.

Outros produtos que têm inserido Alagoas no cenário do modelo primário exportador neocolonial na América Latina tem sido o alto potencial apresentado pelo estado na produção mineral de ferro, cobre e ouro (Figura 5). Em Craíbas, agreste alagoano, desde 2012, a empresa brasileira Mineradora Vale Verde (MVV) iniciou seu processo de instalação na região, contudo, em 2015, essas obras foram paralisadas, tendo sido retomadas no início de 2018 a partir do investimento de 220 milhões de dólares por parte do Appian Capital Advisory LLP, fundo especializado em mineradoras em várias regiões do mundo e com sede em Londres.

Figura 5 - Mapa com destaque para a região do Agreste de Alagoas e para as atividades integrantes do modelo primário exportador neocolonial e todo o Traçado do Canal do Sertão



Fonte: IBGE 2017, 2019.

O início das atividades de mineração na região, mesmo antes de sua conclusão, já ocasiona conflitos na área, já que a obra prevê o deslocamento total e parcial de algumas comunidades. Outros conflitos têm se dado em função do desmatamento local e do arrendamento de terras para latifundiários, que resultou na ocupação, em 2017, de uma parte da propriedade pelos movimentos sociais reivindicando a área para produção camponesa.

As “vocações” predeterminadas por meio do modelo primário exportador neocolonial, em Alagoas, via PAC, têm se voltado para obras de transposição de bacias no intuito de subsidiar a economia primário-exportadora, uma vez que esse modelo possui uma forte dependência da água, colocando não só a mineração, como também o agrohidronegócio como elementos centrais do neodesenvolvimentismo no Brasil.

Nesse sentido, os sertões têm assumido centralidade no processo de retroalimentação da “indústria da seca”. Os estados que compõem a parte setentrional do Nordeste têm recebido a transposição das águas do rio São Francisco, concomitante às obras de transposição a nível estadual no Ceará, na Paraíba, Alagoas e Pernambuco com os respectivos projetos: Cinturão das águas, Coremas – Mãe D’água, Canal do Sertão e Adutora do Agreste.

O que existe em comum nessas obras é o ainda presente imaginário colonial a partir de práticas apontadas sobre a subalternização envolvendo comunidades próximas às obras e, como apontamento mais grave, o direcionamento da água para alimentar o agrohidronegócio, bem como o aumento de conflitos em torno dessa atividade, ocasionando disputas no território (BRITO, 2016).

Vários autores (QUIJANO, 2011; GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO, 2008) vêm apontando em seus estudos um giro descolonial como maneiras de se construir alternativas ao desenvolvimento e de descolonizarmos o imaginário eurocentrista a que nos foi direcionado e imposto no decorrer de nossa formação familiar, educacional, religiosa e cultural e que nos inseriu em um mundo de forma devastadora. Nesse sentido, várias práticas vêm se dando, com destaque para as exercidas pelos povos indígenas na América Latina. Muitos desses exemplos têm-se voltado para o *Bem Viver* em contraposição ao modo de vida ocidental e a princípios que coadunam com a racionalidade cartesiana, com a individualidade e com o consumo enquanto premissa básica. Sobre o Bem Viver, Acosta afirma que,

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (2016, p. 33).

Falarmos sobre alternativas de vida significa, necessariamente, defendermos um modo de vida que se contraponha ao atual modelo de desenvolvimento. A experiência global nos oferece subsídios para rompermos com o desenvolvimento que gera vários tipos de violências. A proposta de Bem Viver se apresenta como uma importante aliada aos processos de descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza.

Em relação às alternativas do desenvolvimento, Lang explica que

Todas essas correntes compartilham alguns princípios: a colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade, a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade estatal ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade (2016, p. 34).

A luta contra as políticas desenvolvimentistas, é a luta pela manutenção da espécie humana. Os povos indígenas, por exemplo, vêm nos dando importantes indicativos sobre a proposta de descolonialidade do poder, a partir do Bem Viver. Para Quijano,

A América Latina e sua “população indígena” ocupam, pois, um lugar basal, fundante na constituição e na história da “Colonialidade” de Poder. Daí seu atual lugar e papel na subversão epistêmica/ética/política deste padrão de poder em crise, implicada nas propostas de Des/”Colonialidade” Global de Poder e do Bem Viver como uma existência social alternativa (2013, p. 55).

A promessa de um desenvolvimento não veio acompanhada da democratização de um conjunto de direitos prometidos à sociedade. A cada novo projeto de desenvolvimento implantado nas mais variadas regiões da América Latina, África ou Ásia, o mesmo receituário e as mesmas promessas de industrialização, crescimento econômico e modernização são expostas. O resultado acaba sendo sempre a consolidação da colonialidade do poder e da natureza, de base eurocentrada e a concentração dos territórios pelo capitalismo global.

Assim, a concepção de Bem Viver como uma existência social alternativa ao desenvolvimento destoa-se da exploração, da padronização de valores, do egoísmo, da desigualdade e do desrespeito. O Bem Viver se conecta com nossa ancestralidade a partir da Mãe-Terra, da Mãe-Natureza que nos emana equilíbrio não só ambiental, mas emocional, espiritual. A luta pelo Bem Viver como alternativa às formas de morte geradas pelo desenvolvimento significa a luta pela vida, ou seja, de acordo com Quijano (2013), seria a luta pela existência social.

3.3 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Durante séculos, povos e comunidades vivenciam o amargor da subalternização por um padrão de poder que insiste em homogeneizar os territórios a partir de princípios moderno-coloniais. Por vezes, esse choque de múltiplas territorialidades tem ocasionado cenários de disputas entre as diferentes matrizes de racionalidade (FERREIRA, 2017) e provocado a invisibilidade dos sujeitos e povos tradicionais que ali já habitavam com sua pluralidade de saber, pensar e viver. Aponta-se um histórico de violências e de inúmeras relações de poder por parte do sistema moderno-colonial e de seu modelo primário exportador neocolonial.

Contudo, as resistências também têm se despontado junto à denúncia dos conflitos que perpassam a vida dos povos e comunidades diante do sistema-mundo moderno/colonial. Trata-se de propostas majoritárias quanto às formas de produção, assim, na contramão do sistema e de sua ditadura de modernidade e de utilização de tecnologias, as comunidades têm cada vez mais afirmado experiências próprias em função de seu histórico de vida e das relações identitárias estabelecidas junto ao território.

Isso posto, parte do silenciamento vivenciado pelos vários povos junto ao sistema-mundo moderno/colonial tem passado nos últimos anos por transformações em termos de visibilidade e do reconhecimento de direitos territoriais junto ao Estado.

Essa maior visibilidade social e política foi consequência, em grande parte, de conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre territórios ancestrais que até então tinham reduzido valor de mercado, sobretudo para o uso agrícola (DIEGUES, 2005, p. 1).

No cerne dessa questão, grupos e movimentos sociais se articulam em torno das transformações sociais, econômicas e políticas em curso tanto no Brasil como da América Latina. Percebe-se a coesão de diferentes e diversos sujeitos a partir da busca por direitos básicos e essenciais na manutenção de seus territórios e a diversidade em torno de suas formas de vida (usos das águas, da terra etc.).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 trouxe para a legislação esse reconhecimento, com rebatimentos positivos para estruturação das lutas étnicas e territoriais de vários povos, dentre eles os povos indígenas e os remanescentes de áreas de quilombos, a exemplo do art. 231,

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Os dispositivos institucionais, no âmbito da constituinte de 1988, a exemplo do parágrafo 1º do art. 231, reconhece as terras indígenas como sendo tradicionalmente ocupadas, sendo a esses povos cedidas em caráter permanente, contudo, na condição de tutela.

No âmbito do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. Assim, ele concede a posse efetiva de terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias remanescentes de quilombos. No entanto, Almeida (2004) ressalta a dificuldade de efetivação de políticas no sentido da dominialidade das terras por esses povos.

Little (2002) acrescenta ainda aos avanços na legislação sobre terras indígenas e quilombolas a criação de reservas extrativistas como sendo responsável pelos avanços na visibilidade de várias comunidades por parte do Estado. No cerne desse processo, reconhecem-se ainda aspectos positivos do ponto de vista do reconhecimento étnico dos povos a partir de

dispositivos, ritos e sumários, entretanto essa etnicidade não se materializa como uma política específica que venha a atender à realidade dos povos e de seus direitos.

Historicamente, o espaço agrário brasileiro tinha parte de seus problemas estruturais, a exemplo da concentração fundiária, reivindicados por instituições, organizações sindicais e por movimentos sociais de luta pelo acesso a terra. Sobre essa questão, Little afirma que:

Quando o Estado brasileiro inclui grupos não camponeses na problemática fundiária, esta vai além do tema de redistribuição fundiária de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial (2002, p. 2).

Desse modo, aumenta-se a complexidade relativa à questão agrária brasileira a partir da busca de reconhecimento de alguns direitos de povos e comunidades por parte do Estado, inclusive no sentido da importância e dimensão da diversidade e pluralidade de povos como parte do território brasileiro, denominada por Diegues e Arruda (2001) de enorme diversidade fundiária.

Após a constituinte de 1988 e o relativo avanço no reconhecimento de alguns direitos indígenas e de quilombolas, seguiram-se alguns marcos oficiais em termos de políticas públicas quanto às lutas representativas de outros povos e comunidades. Dessa maneira, destacam-se, a partir dos anos 2000, a criação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (2004) e do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais (2005), representando importantes avanços na criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais via Decreto 6040 (2007). A supracitada política demandou a discussão sobre os conceitos de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, Cruz (2012) nos atenta para o caráter não só político dessa categoria, bem como pela carga epistêmica que essa emprega.

Diegues e Arruda definem povos e comunidades tradicionais se referindo

[...] tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos e madeireiros (2001, p. 62).

A inserção dessa diversidade de povos na modalidade de tradicionais está relacionada, majoritariamente, aos modos específicos e combinados de identidades e dos aspectos de

coletividade que perpassam dimensões da vida e trabalho junto à natureza no que se refere, por exemplo, à agricultura a partir da pecuária, da pesca, bem como do extrativismo.

Montenegro (2012, p. 163) destaca três elementos a considerar no âmbito da legislação nacional, a saber:

- a) “compreensão dinâmica da tradição”;
- b) “a possibilidade de autodefinição”; e
- c) “a imbricação entre território e identidade”.

A luta pelo direito de autodenificação reflete uma luta histórica dos movimentos sociais, assim como as demais conquistas de povos e comunidades em termos de afirmação de uma identidade pluriétnica.

Sobre outras definições de Povos e Comunidades Tradicionais, o Decreto 6040/2007 afirma que

Povos e comunidades tradicionais – grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Para Little,

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis (2002, p. 23).

A discussão e busca pelo entendimento da noção de povos tradicionais tem se dado no âmbito do Estado, da academia, bem como no campo de atuação de movimentos e representações de vários povos e comunidades. Assim, várias têm sido as tentativas de coesão quanto aos elementos que melhor a definem conceitualmente, dentre esses: a relação dos povos e comunidades com o território, no âmbito da natureza, cultura, vizinhança, produção e escoamento agrícola etc. São elementos que denotam entendimentos e relações peculiares com a terra, com a água, com o espaço, com o tempo, paisagem, com o lugar.

Para Cruz,

Apesar da tentativa de uma definição de caráter mais técnico ou teórico-conceitual por parte da antropologia e da sociologia, como acima mencionados, o uso dos termos “povos e comunidades tradicionais” não se resume a uma “categoria de análise”, pois trata-se de um termo com fortes conotações políticas, tornando-se uma categoria da prática política, incorporada como uma espécie de

identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos (2012, p. 6).

Assim, a busca pela definição de povos e comunidades tradicionais exige o rigor e a complexidade própria dos sujeitos que os compõem e as múltiplas referências identitárias e territoriais que conformam suas formas de existência.

Essa trilha teórico-conceitual e política envolve ainda o diálogo com a categoria de território, posto que alguns conceitos correlatos a essa categoria assumem centralidade nas várias formas de vida desses povos e comunidades como o conflito, identidade e territorialidades,

A noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas. Em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território como aquelas existentes entre os faxinais do Paraná e pescadores artesanais (DIEGUES, 2005, p. 1).

A relação dos povos e comunidades com o território se dá a partir de longas vivências e experiências junto à terra de origem e/ou morada, à identidade adquirida a partir das relações sociais, aos saberes e sabores acumulados por várias gerações no trato com a terra e com a cultura, quase sempre de modo coletivo, e à importância representada pela natureza no âmbito de seus modos de vida.

Cruz (2012) destaca, ainda, a polêmica em torno do entendimento do termo tradicional. Os direcionamentos advindos da moderno-colonialidade relativos a progresso, desenvolvimento e urbanidade em contraposição ao que é subdesenvolvido e atrasado gerou uma falta de entendimento entre alguns segmentos e sujeitos sobre esse termo em função da carga pejorativa que esse apresenta, contudo, de acordo com Almeida (2008, p. 30), “a noção de ‘tradicional’ não se reduz à história, nem aos laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada”.

A insurgência de várias territorialidades e territórios em torno da luta por uma infinidade de direitos de povos e comunidades tradicionais no Brasil caminha de encontro do direito a diferença, a igualdade, a autonomia e liberdade e na crítica ao desenvolvimento e a racionalidade política e econômica disseminada por esse. Montenegro (2012) chama a atenção para a concepção de desenvolvimento sustentável atrelada aos povos, posto que o desenvolvimento em voga em vários países da América Latina e no Brasil, no decorrer dos

últimos anos, tem provocado mortes e deserdado milhares de pessoas de seus territórios e/ou os arrancado de seus modos de vida tradicionais.

Little destaca vários processos de territorializações desde o período colonial com o objetivo de demonstrar os impactos sobre os vários povos e comunidades

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial – a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodoceiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX – podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos (2002, p. 4).

Uma das faces dos processos de territorializações apresentados pelo autor refere-se às resistências e r-existências dos povos e comunidades no enfrentamento desse ordenamento territorial. O tensionamento entre o Estado Moderno-colonial e outras matrizes de racionalidade perpassara o seu projeto de nação e de sociedade. Nesse sentido, os processos de territorializações acima descritos pelo autor infere a força do Estado na implantação de um conjunto de políticas desterritorializadoras; no entanto, também demonstra que essas resultaram na formação de uma enorme variedade de agrupamentos sociais e de vivências em torno da natureza, conformando o que Little (2002, p. 5) denominou de “constantes processos de miscigenação biológica e sincretismo cultural que criaram novas categorias étnicas e raciais”. As resistências e r-existência se apresentam de maneira material e subjetiva a partir de vários elementos utilizados ao longo desses diferentes e diversos contextos. Dessas territorializações, desterritorializações e reterritorializações emergiram uma pluriétnicidade que resultou no decorrer do final do século XX e início do século XXI na união de vários povos reivindicando direitos essenciais para a continuidade e manutenção de suas formas de vida.

Para Cruz,

[...] Essas (re)configurações identitárias não são gratuitas, são novas estratégias na luta por direitos, formas de garantias de direitos sociais e culturais, notadamente, o chamado “direito étnico à terra”, e o chamado direito à “posse agroecológica da terra”, assegurando, desse modo, a pose coletiva ou familiar das terras e dos recursos naturais. A constituição desses novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito vem definindo as táticas e estratégias de luta pela terra no Brasil, sobretudo, pelo impacto da emergência da questão ambiental e da questão étnica que vem redefinindo o padrão de conflitividade e o campo relacional dos antagonismos. Isso implica uma espécie de “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais, complexificando a questão

fundiária e agrária, foco irradiador dos principais conflitos no campo brasileiro (2012, p. 7-8).

As novas representatividades sociais ampliam as lutas históricas desencadeadas por movimentos sindicais e camponeses no país e desafiam o Estado e a sociedade a encarar e perceber o racismo estrutural em torno do reconhecimento e do direito à diferença. São grupos que trazem para o debate aspectos com alcance para além do direito de acesso à terra e abordam questões identitárias, subjetivas e territoriais.

Apontam-se avanços importantes nesses processos de reconhecimento e na garantia de parte dos direitos desses, porém a invisibilidade quanto à diversidade territorial ainda é parte desse cenário de lutas. Como maneira de ilustrarmos e melhor visualizarmos essa afirmação, destacamos os dados contidos no relatório Técnico sobre Comunidades Tradicionais do Alto Sertão de Alagoas, elaborado em 2017 pela Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH) e pela Superintendência dos Direitos Humanos e Igualdade Racial (SUPDHIR), ambas pertencentes ao Governo de Alagoas. Os dados apresentados destacam a seguinte composição de povos e grupos específicos:

Tabela 1 - Quantidade de Famílias em Grupos Tradicionais e Específicos no Alto Sertão de Alagoas

Municípios	Famílias de pescadores artesanais	Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	Famílias ribeirinhas	Famílias de agricultura familiar	Famílias assentadas da Reforma Agrária	Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário	Famílias acampadas
Água Branca		01		541	62		01
Canapi	01	01	02	3.750,00	03		
Delmiro Gouveia	25			150	224	04	104
Inhapi			03	3.263,00	06	01	
Mata Grande				20			07
Olho D'Água do Casado				78	153		06
Pariconha				691	01		01
Piranhas	05			34	02		

Fonte: ALAGOAS, SEMUDH; SUPDHIR, 2017.

Os dados contidos na tabela anterior revelam o que Almeida (2004) denomina de limites das categoriais cadastrais e censitárias. O Estado não dispõe de instrumentos capazes de reunir informações que possam abranger a diversidade e importância de povos e comunidades tradicionais. Os dados contidos no relatório de secretarias de Estado referem-se ao Cadastro

Único para Programas Sociais (CADÚnico) e se apresentam de maneira parcial, revelando, por ora, a inconsistência de números e a falta de conhecimento mínimo sobre os povos tradicionais do Sertão de Alagoas.

Em função da dificuldade de acesso à falta de dados oficiais sobre os povos e comunidades tradicionais do Alto Sertão, faremos apenas algumas observações específicas sobre as categorias apresentadas pelo governo de Alagoas com o objetivo de evidenciarmos a falta de fidedignidade nas informações e a importância das terras tradicionalmente ocupadas por essas famílias no Sertão.

De modo sintético, o Alto Sertão de Alagoas possui pelo menos três municípios que ficam às margens do rio São Francisco: Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia. Assim, os supracitados municípios possuem várias comunidades que estabelecem uma forte relação com o rio, direcionando os usos de suas águas para reprodução da vida. Dessa maneira, é no mínimo estranho não aparecerem informações relativas às famílias ribeirinhas e de pescadores artesanais do município de Olho D'Água do Casado.

Quanto às comunidades de terreiros, o Alto Sertão de Alagoas possui uma significativa presença de comunidades quilombolas. Nesse sentido, as comunidades de terreiro fazem parte das matrizes de racionalidade africana, de identidade negra e de memória nessa região, devendo essas estarem contidas, para além dos municípios de Água Branca e Canapi, nos municípios de Delmiro Gouveia e Pariconha, por exemplo.

Quanto às informações relativas às famílias pertencentes à agricultura familiar, essas podem se apresentar de maneira mais completa por ser uma categoria contemplada nos dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE.

Destacamos as lacunas não só em nível de Alagoas como do Brasil referentes ao real conhecimento sobre a diversidade de povos e comunidades tradicionais e à complexidade em torno de suas práticas e modos de vida. Os bancos de dados construídos por parte do Estado reúnem dados mais precisos somente no âmbito das categorias indígenas, quilombolas e de camponeses (no capítulo seguinte iremos nos debruçar de maneira mais específica sobre essas categorias).

A importância dos povos e comunidades tradicionais do Sertão enquanto instrumento analítico para entendimento do Sertão de Alagoas deve se dar não somente no seio do processo de formação do Estado-Moderno Colonial de Alagoas e dos vários movimentos de territorializações advindos desse, como também no seio das várias conflitos, lutas e mobilizações e no aumento do leque por direitos territoriais que se tornaram mais expressivos

no decorrer da segunda metade do século XX. No Sertão de Alagoas, a luta se amplia a partir das ações de enfrentamento por parte dos povos originários e de comunidades quilombolas.

Para Montenegro,

[...] se faz necessário um olhar mais profundo sobre a forma especial em que as racionalidades dos povos originários, das comunidades tradicionais, dos grupos miscigenados trabalham no povoamento e aproveitamento dos territórios que ocupam, com lógicas não diretamente assimiláveis à lógica do capital. Esses espaços imbuídos de outras epístemes nos mostram que há diversidades ainda não totalmente subsumidas na lógica do capital, que se reforçam por conhecimentos e cosmovisões outras que não as ocidentais, modernas, científicas etc. (2012, p. 171).

As várias categorias que conformam os povos do Sertão de Alagoas estão imersas num conjunto de experiências coletivas, campesinas e comunitárias que demonstram o potencial poder de convívio e de respeito com a natureza e com o território. Uma leitura sobre essa diversidade de categorias no Sertão de Alagoas permite romper com um único olhar, uma única fala e com a única história sobre essa região, tão rica e tão importante para a reprodução da vida por milhares de povos, famílias e comunidades do/no Sertão. A seguir, trataremos das diversas matrizes de racionalidade no Sertão de Alagoas e de sua importância para a crítica ao modelo de desenvolvimento em curso.

4 FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS DIVERSAS MATRIZES DE RACIONALIDADE NO SERTÃO DE ALAGOAS

4.1 O SERTÃO

Sertão é um dos conceitos mais desafiadores e complexos no âmbito das ciências humanas, contudo, desde a colonização, esse vem se fazendo sentir a partir de vários saberes e fazeres. O sertão da seca, da miséria, do atraso, distante – vazio. O sertão da chuva, da cultura popular, do couro, da culinária – da vida. São múltiplos elementos que nos desafiam a buscar um entendimento coeso sobre esse lugar/território ainda tão pouco compreendido.

Da diversidade de saberes pertencentes ao mundo sertão, apresentam-se também a pluralidade de paisagens. O sertão está em vários lugares (Guimarães Rosa) retratados na literatura, no cinema, na música, na geografia. “Trata-se, portanto, de um espaço subjetivo e movente, migrante, mutante, grafável e rasurável e, por isso, de difícil apreensão” (MELO, 2011, p. 66).

Graciliano Ramos nos fala em suas crônicas de um Sertão de difícil vivência por causa da seca e do quanto à vida do sertanejo muda quando da chegada das chuvas.

Se a seca chegar, se elementos perturbadores intervierem na vida meio conjugal, o sertanejo, neto de ciganos e neto de selvagens, abandona o rancho, a mulher, os cacarecos, vai enrascar-se noutra aventura em lugar distante. Mas em alguns anos de safra, com o paiol cheio, a vazante próspera, conta na loja, a família consolida-se [...] (RAMOS, 1994, p. 34).

Em *Grande sertão: veredas*, aparecem as belezas naturais em torno da abundância de água, seja subterrânea, seja superficial:

O senhor vê, nos Gerais longe: nuns lugares, encostando o ouvido no chão, se escuta barulho de fortes águas, que vão rolando debaixo da terra. O senhor dorme sobre um rio? (p. 134).

[...] eles sabem como o Gerais é espaçoso; como no Gerais tem disso: que, passando noite tão serena, desse de manhã o desabe de repente daquela chuva... (p. 135).

Esses Gerais em serras planas, beleza por ser tudo tão grande, repondo a gente pequenino (p. 136).

Brandão aborda o sertão paulista. Sertão das matas. Vazio.

O sertão é o lugar onde, por oposição aos campos com matas, existem apenas matas sem campos, algumas impenetráveis, de um lado e do outro da Serra. Lugar de florestas, madeiras, ainda que todos saibam que de alguns anos para cá ele foi ocupado por raros moradores a quem se dá o nome de sertanejos (1995, p. 44).

A identidade sertaneja é abordada em forma de verso e poesia. Estrofes que, em sua maioria, vão trazer um Sertão associado à morte e às dificuldades, mas que também nos fala de seus encantos. Patativa do Assaré, poeta e homem do campo do Ceará, nos traz um pouco disso:

Cante lá, que eu canto cá

*Poeta cantô de rua,
Que na cidade nasceu,
Cante a cidade que é sua,
Que eu canto o sertão que é meu
Se aí você teve estudo
Aqui meu Deus me ensinou tudo,
Sem de livro precisa,
Por favô, não mexa aqui,
Que eu também não mexo aí,
Cante lá, que eu canto cá.*

Retrato do sertão

*Que prazer! Que grande gozo,
Que bela e doce emoção,
Ouvir o canto saudoso
Do galo do meu sertão,
Na risonha madrugada
De uma noite enluarada!
A gente sente um desejo,
Um desejo de rezar
E nesta prece jurar
Que Jesus foi sertanejo.*

Os versos selecionados de Patativa retratam a identidade sertaneja e toda a simbologia envolvida no (ser) tão. São versos que trazem a beleza e as cosmologias desse universo, mas também a tensão que perpassa o ser urbano x rural. No jaz de uma identidade sertaneja, Euclides da Cunha afirma ser “o homem dos sertões – pelo que esboçamos – mais do que qualquer outro está em função da terra” (CUNHA, p. 126).

São vários Sertões. O de Alagoas, abordado a partir das dificuldades devido à falta de chuva; o paulista, local de matas; o de Minas e entorno, falando-nos da abundância de água e da beleza da natureza; o cearense com seus encantos; o baiano relatando essa relação do homem com a terra e os conflitos em torno desta. A respeito das abordagens de Sertão na literatura brasileira:

Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e pela simplicidade. Natureza e organização social se fundem

na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre tipos miscigenados portadores da degeneração (OLIVEIRA apud MELO, 2011, p. 93).

No âmbito da ciência, as leituras são diversas e cheias de divergências teóricas e acadêmicas quanto aos elementos (físicos, humanos e/ou culturais) que melhor definem o que discutimos como Sertão. De acordo com Moraes (2003), o Sertão não seria, assim, definido a partir de elementos físicos e nem humanos. Ou seja, não poderíamos utilizar características naturais específicas para caracterizarmos o Sertão, muito menos esse poderia ser atribuído a partir do resultado da ação humana sobre um determinado espaço. Nessa perspectiva, o autor opta por se referir ao mesmo como um estado assumido por diversos lugares, onde esses não se apresentam, necessariamente, como sendo palpáveis.

O Sertão compõe o imaginário brasileiro desde o colonialismo, expandindo-se sobre esse, no decorrer dos séculos seguintes, não só a colonialidade do poder, mas também do saber, do ser e da natureza. Por ser de difícil compreensão e explicação, são muitas as histórias de destruição e reconstrução do Sertão. São muitas as imagens, símbolos e sentimentos sobre o Sertão. São muitos os sujeitos do Sertão.

Nesse ínterim, mesmo a Geografia enquanto ciência com sua dicotomia física e humana não tem dado conta de materializar de maneira mais compreensível e visível uma definição de Sertão. “Parece evidente que o Sertão possui uma realidade física, entranhado na experiência histórica e geográfica brasileira. Porém, o ponto de partida é o transbordamento de suas fronteiras para o imaginário, para a ficção, para a história das ideias” (ROMERO, 2015, p. 19). Nesse sentido, de acordo com o autor, percorrer alguns fios históricos, mas também ficcionais, seria um caminho diante da vastidão de elementos a considerarmos na discussão de Sertão, correndo o risco, é claro, de não conseguirmos tal objetivo.

Os primeiros registros de escrita associam o Sertão a lugares distantes e envolvido em mitologias assombrosas contida num espaço “desconhecido” em contraponto à Europa e à sua racionalidade. Referimo-nos, aqui, à imagem de Sertão reproduzida a partir das documentações colonialistas de caráter exploratório e violento, o mesmo colonialismo que produziu mapas deformados e pouco fiéis à realidade espacial. São os mapas da representação moderno-ocidental e cristã, a partir do registro de viajantes e missionários sobre seus itinerários e viagens:

Tanto nas representações cartográficas dos séculos XVI e XVII, como na cosmovisão da “máquina do mundo”, temos a presença dilatada do fantástico

delineando os contornos dos territórios desconhecidos. O sertão, como parte das terras incógnitas, não deixa de apresentar esses elementos fantásticos, constituindo-se, por vezes, um eldorado de pedras e metais preciosos, ou uma terra povoada por seres místicos e elementos que representam perigos diversos a qualquer empresa exploratória: sertão é o terreno do desconhecido que urge transformar o espaço de civilização (ROMERO, 2015, p. 30).

A impressão sobre o Sertão contido nos relatos geográficos e registros cartográficos no período colonial se dão a partir de uma geografia imaginária que começa a ser desvendada com o avanço das forças moderno-coloniais sobre os territórios:

O Sertão, estabelecido como espacialmente periférico, e também culturalmente tido como fora dos centros dinâmicos do mundo moderno. A origem do termo, possivelmente, expressa essa noção presente no expansionismo europeu pelo planeta, a constituir-se como centro que irradia civilização para os vários “sertões” a serem conquistados (RIBEIRO, 2000, p. 56).

Assim, o Sertão enquanto recorte espacial reflete o espaço que se contrapõe à urbanidade com sua dinâmica de serviços, em meio ao movimento cotidiano que reflete outros tempos e que se conecta com a natureza e cultura local. Essa seria um dos elementos que João Ferreira Gomes Neto (2011), na sua reflexão *Sobre onde se (des)encontra o sertão*, trata como dualidade atribuída ao Sertão, o Sertão que se apresenta em desconformidade com o que é desenvolvido e moderno. Assim, essa lógica se insere na ideologia colonial que sempre o colocou num lugar de inferioridade frente ao litoral e a sua condição de base econômica primário-exportadora a partir da cana-de-açúcar.

Partindo de tais apontamentos, percebemos que conhecer e explorar o Sertão tornou-se imprescindível por parte do Estado Moderno-Colonial. A ideologia eurocêntrica de desvalorizar o que não estava ao seu alcance e sob sua influência direta colocou ainda o Sertão, no âmbito de várias narrativas, como um espaço diretamente associado a condições naturais específicas e à barbárie dos povos que sempre ali habitaram. Sendo assim, de maneira geral e na busca de um aparato sobre o entendimento de Sertão, Gomes Neto (2011, p. 56) afirma ainda que esses “[...] correspondem a áreas de atração de interesses estrangeiros, são tidas como reservas de valor e são supostamente atrasadas em relação às regiões às quais são comparada”.

Dessa maneira, o Sertão se constituiu, ao longo dos últimos cinco séculos e a partir da lógica colonial, como espaço a ser apropriado e também a se tornar espaço de consumo. Esse fato se insere no que Santos (2007) denominou de perspectivas metonímicas de totalização, ou seja, a sociedade como um todo é tratada sob o ponto de vista ocidental no que se refere aos sujeitos, seus territórios e sua multidimensionalidade.

Cruz (2017) capta de maneira excelente essas perspectivas de compreensão da história e da humanidade sob a lente ocidental na seguinte passagem:

Isso significa que os lugares, as populações, as comunidades são tratados como se estivessem numa fila histórica que vai do estágio dos mais “selvagens” até os mais “civilizados”, dos mais “atrasados” aos mais “avançados”, dos mais “subdesenvolvidos” aos mais “desenvolvidos”. Nessa forma de conceber e classificar as experiências sociais e os lugares e, conseqüentemente, as identidades, as populações denominadas “tradicionais” são classificadas como “atrasadas” e “improdutivas” em detrimento dos tempos e espaços que são “modernos”, “avançados” e “produtivos”. Assim, essa visão colonialista caracteriza as expressões culturais de tais populações como “tradicionais” ou “não modernas”, como estando em processo de transição em direção a modernidade, e lhes nega toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias” [...] Trata-se de uma representação/narrativa que celebra a cosmovisão da modernidade/colonialidade, instituindo um imaginário em que se atribui, a priori, uma positividade ao novo, ao moderno, e uma negatividade ao velho, ao passado, ao tradicional. Essa perspectiva de compreensão da história e da realidade está pautada em uma ideologia de progresso e em uma espécie de “fundamentalismo do novo” (2017, p. 21).

A homogeneização dos espaços, projeto iniciado juntamente com o colonialismo, se sobrepôs à diversidade que integra o Sertão. O colonizador europeu referiu-se à mata e à natureza como sendo o espaço vazio, a ser apropriado, explorado. Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2017) se refere ao silenciamento do que ele denomina de outras temporalidades, ou seja, os tempos e movimentos de milhares de povos e o Sertão como lugar de enunciação a partir da diversidade dos povos indígenas, camponeses, quilombolas etc.

O vazio começa a ser “preenchido” pelos sujeitos que nele residem. Sujeitos estes com ascendência dos povos originários, dos indígenas, como afirma Lindoso (2011). O vaqueiro, o fazendeiro, os cangaceiros, os tangedores, os beatos – sujeitos moldados pelas dificuldades de vida no Sertão, o que faz Euclides da Cunha definir como sendo o sertanejo “que é, antes de tudo, um forte” (LINDOSO, 2011, pp.14).

A apropriação dos sertões pelo domínio ibérico é marcada pela violência contra todo e qualquer tipo de resistência que se apresentasse contra esse projeto de exploração. Nesse sentido, os povos originários se apresentaram como um obstáculo para o pleno domínio colonial, gerando um quadro de tensão entre estes e o Estado moderno-colonial.

Lindoso (2011) afirma que a escrita do Sertão se inicia com a violência da pecuária sobre o nomadismo dos indígenas. O Sertão se apresenta como espaço de exploração para o colonizador em contraposição a esse como espaço de vida para os povos originários:

Onde houve e há atopia, há também resistência. Nos territórios imperiais, os quilombos, instituições africanas de origem angolana, constituíram

organizados territórios (políticos, culturais, econômicos) de resistência à atopia imposta pelo modo de produção escravista. Muitos outros territórios de resistência africana se manifestaram em outras escalas nos territórios escravistas: numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na árdua luta pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar um destes movimentos que no âmbito “doméstico” ou social tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta a variedade de manifestações: de caráter linguístico, religiosos, artístico, social, político e de hábitos, gestos etc. Numerosas foram também as formas de resistência indígena em territórios coloniais: guerras, fugas, recusa ao trabalho escravo. No início da República, a história de Canudos revela um dos mais organizados movimentos de resistência por parte de grupos sociais menos favorecidos à imposição de atopia em territórios brasileiros. Um movimento que reuniu em torno de 25 mil pessoas numa comunidade produtiva, capaz de erguer, em mutirão, casas, escolas, açudes, igrejas. Sujeitos expulsos de suas terras pelos altos impostos cobrados pela República, em nome da modernidade, igualdade, da liberdade e da fraternidade. Falsamente acusados de resistência monarquista. Capazes de vencer três batalhas contra o exército republicano brasileiro, sucumbindo, sem rendição, apenas quando o número de soldados da última batalha foi multiplicado à proporção dos massacres (MELO, 2011, p. 99).

Assim, são vários os exemplos de luta e resistência no seio da formação territorial brasileira: da guerra dos bárbaros, do Quilombo dos Palmares, passando por Canudos, Caldeirão até os territórios de vida dos camponeses reunidos em vários movimentos sociais, bem como os povos e comunidades tradicionais que desde o final do século XX e início do século XXI vêm rompendo com relações patriarcais e reivindicando a demarcação de seus territórios e o acesso a direitos essenciais para sua existência.

Desse modo, falar do Sertão é falar do Estado Moderno-Colonial e de sua ação sobre esse território e o sobre diversos os povos, mas é também falar da resistência empreendida por estes sujeitos na defesa de suas vidas e território. Esses sujeitos irão nos falar de um Sertão a partir de suas lutas, de suas experiências, de seus modos de vida, como nos traz o camponês residente no sítio Olho D’aguinha, zona rural do município de Piranhas-AL:

O sertão, pra mim, primeiro que significa o meu porto seguro, o meu refúgio, minha casa. Eu não escolhi nascer aqui, né? Mas foi o destino, e creio que o destino me levou a nascer em um dos lugares mais belos do mundo. Um dos lugares mais aconchegante, mais puro, que é o sertão [...] foi onde meus avós sempre foram da roça, nasceram, cresceram e sempre viveram aqui. Meu pai, né? Que lutaram todo tempo junto aos pais deles e, em seguida, para nos criar, né? Com muita dificuldade, mas que no sertão com toda a dificuldade tudo que cê planta dá. Tudo que você quer você consegue. Tendo saúde, força de vontade e coragem, você consegue alcançar todos os seus objetivos [...] o sertão para mim é como se fosse a vida, uma dádiva. É único. É acolhedor. De um povo bravo, de um povo lutador, guerreiro, de coração gigantesco. Com todo o respeito a todos os lugares do mundo, não troco o meu sertão por terra de seu ninguém. A importância de se viver no sertão e estar em contato com

esse povo, com essa terra, com aquilo que a gente acredita e respeita não tem nada mais gratificante (Camponês, Piranhas-AL).

A fala do camponês apresenta o Sertão como seu território, abrigo, seu lugar de segurança. Traz no lastro da história da família a luta pela vida, a superação ao destacar o sustento da família a partir do trabalho na terra, apesar das dificuldades. Coloca-nos também a par da resistência do povo do Sertão a partir da braveza e coragem, mas também do afeto e do respeito.

O Sertão como território forjado na diferença diante da Europa como sinônimo de desenvolvimento, superioridade e modernidade em meio ao atraso, inferioridade e barbárie a que os sujeitos que nele residem foram condenados se apresenta a partir de outros significados para o sujeito com origem no Sertão:

O sertão é um lugar com cultura e clima bem específico. E nele cresci e gosto de viver. Tem um significado de muita resistência por parte dos sertanejos que apesar das dificuldades buscam por dias melhores e passam a conviver quando se tem a “seca”. Mas não o vejo como um lugar diferenciado, e sim como um lugar onde é possível prosperar e viver bem assim como em qualquer outro lugar (Camponês, Inhapi-AL).

São vários os sentidos empregados pelas camponesas e camponeses do Sertão de Alagoas sobre o significado desse. Significados a partir da vida no/do Sertão com toda a complexidade que lhe é própria e que não cabe numa definição fechada e exata utilizada pela literatura, ciência e cartografia.

4.2 FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO-COLONIAL DE ALAGOAS

O início da colonização no Brasil costuma ser tratada a partir de três centros de povoamento: São Paulo, Bahia e Pernambuco. No âmbito dos dois centros de povoamento situados na Região Nordeste – Bahia e Pernambuco, a história, a geografia e a sua organização colonial foram constituídas a partir do litoral, desconsiderando-se outros espaços com suas respectivas racionalidades, saberes, cosmovisões. A perspectiva de compreensão dos lugares, historicamente, não se deu a partir do próprio lugar. Ela foi sobreposta pela visão eurocêntrica de leitura dos espaços e territórios a partir de elementos do regime colonial.

Tratar a formação territorial de Alagoas nos remete à busca de compreensão do contexto sócio-histórico e geográfico desenvolvido na Europa do século XV. O projeto moderno e ocidental era o de colonização, ou seja, o de expandir suas fronteiras políticas e econômicas e adquirir novos territórios que pudessem, assim, alimentar o crescimento e a acumulação

capitalista que tem sustentado a ideologia do desenvolvimento há seis séculos, a partir da exploração e expropriação de bens da natureza e humana da América latina, Índias Orientais e África (PORTO-GONÇALVES, 2005).

É desse modo que a Capitania de Pernambuco vai ser inserida em uma das estratégias oficiais de colonização europeia e se transformar em um dos maiores centros difusores de população e apresamento de “índios selvagens” da Região Nordeste, vindo a conformar o que Faoro (1979) denominou de civilização do litoral, assentada sobre a economia açucareira, da qual se reproduziam todos os vícios e hábitos da nobreza portuguesa, sendo reflexo da modernidade ocidental e que se apresentava bem distante da realidade do interior, da mata, do Sertão, dos Tupinambás, Caetés, Tapuias.

Lindoso (2000) discute a organização socioespacial de Alagoas a partir do que ele classifica como sendo a Alagoas Boreal e a Alagoas Meridional. A Alagoas Boreal seria composta, majoritariamente, pela zona da mata, enquanto que a Alagoas Meridional se caracterizaria a partir do Sertão. Assim, o autor insere a formação territorial de Alagoas no contexto da colonização europeia e do domínio desses sobre os territórios de vida da população originária para alimentar o modo capitalista de produção.

Ainda de acordo com Lindoso (2011), são três os fatores a que devemos nos remeter quando da discussão sobre a formação territorial de Alagoas: o Quilombo dos Palmares, a constituição do Sertão e a produção de cana-de-açúcar.

O território que hoje corresponde ao estado de Alagoas tem a produção e organização socioespacial do litoral, atrelada ao processo histórico da atividade canavieira, especialmente, na formação de uma estrutura fundiária baseada em latifúndios, com base no trabalho escravo para servir à classe senhorial.

Segundo Duarte:

Desde cedo, os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo “Sul” da Capitania de Pernambuco, o que tem levado os historiógrafos à afirmativa certa de que o povoamento alagoano se fizera à sombra dessas fábricas de açúcar e, também, das fazendas de gado no S. Francisco, que deram lugar a tantos núcleos populacionais (1974, p. 25).

Esse fato representa o início da colonialidade do poder, do ser e da natureza no território e conquista do espaço alagoano pelos grandes proprietários de terra, uma vez que o período colonial gerou uma classe senhorial que vai exercer uma forte influência, poder e domínio sobre a produção do território alagoano. Embora essa área estivesse inicialmente ocupada pelos indígenas com suas relações totalmente integradas à natureza, esse espaço foi incorporado a diferentes formas de apropriação pelo colonizador que ali cada vez mais se instalava dando

continuidade à perseguição, à dizimação e ao genocídio dos povos originários com seus costumes, práticas, rituais, modos de vida e existência humana.

Castro-Gómez (2005) afirma que, para além disso, a colonialidade, enquanto parte integrante do colonialismo, queria também transformar a alma dos povos indígenas e transformar esse modo de vida a serviço do projeto civilizatório defendido pela Europa.

O colonialismo no Brasil também se utilizou de outros instrumentos para a invasão e saque do território. As Bandeiras e Entradas foram dois focos (partindo de São Paulo e Salvador) que permitiram o avanço da colonização pelos sertões do Brasil. Esse movimento significou a dizimação de várias nações indígenas, bem como a transformação de parte destas em mão de obra escrava e a transformação de seus territórios em currais de gado.

Faoro, referindo-se às Bandeiras, afirma:

[...] a penetração será obra oficialmente orientada, com a estrutura militar do reino já implantada na colônia. O ouro, a prata e as pedras preciosas dependiam, além disso, do controle dos sertões, do domínio da rede fluvial, pressuposto de todas as expedições, que só o Estado poderia legitimar, expressando seu domínio (1979, p. 158).

O bandeirismo permitiu a continuidade do controle territorial por parte da metrópole, daí originando-se muitos dos sujeitos sociais e de alianças políticas que sustentaram ao longo da história a terra e o poder nas mãos dos latifundiários e do Estado.

Outra frente de avanço pelos sertões nordestinos se deu pelos entradistas que através dos rios, principalmente do rio São Francisco, adentraram nos sertões à procura não só de ouro, prata e metais preciosos, como de terras para a prática da pecuária e de mão de obra escrava para a consequente sustentação do latifúndio canavieiro:

Garcia d'Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía de Tatuapera – a famosa Casa da Torre –, embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e, desde o governo de Tomé de Sousa, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o Sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda, pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terras nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes [...]. Não eram estes, porém, os únicos latifundiários; outros havia cujas posses era bem inferiores, mas que viviam como grão-senhores por possuírem sesmarias de grandes extensões, esparsas pelas mais diversas áreas dos sertões nordestinos (ANDRADE, 2005, p. 183-184).

Dessa maneira, deu-se o violento encontro e conflito entre diferentes matrizes de racionalidade. Lindoso (2011) nos fala de duas frentes que se deslocam pelo “Grande Sertão” do século XVII: uma representada pelos bandeirantes e entradistas, cujos objetivos falamos anteriormente e outra frente que se daria a partir dos movimentos migratórios étnicos formados por tribos indígenas para coleta, caça e sobrevivência no território. O resultado desse processo resultou em um intenso processo de violência, morte e escravização.

De acordo com Andrade,

A luta contra os índios Cariris, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhe tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos, menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gados (2005, p. 153).

No âmbito de projetos e de perspectivas de modo de vida diferenciado, a Guerra dos Bárbaros representa de maneira fiel o comportamento do Estado Colonial para com os povos originários de suas colônias: saqueamento dos bens naturais e das vidas. A guerra entre o Estado e os povos indígenas que resultou na matança deles, é apenas uma parte de nossa história e geografia colonial.

Desse modo, alguns percursos descoloniais (MARACCI, 2017) também perpassaram o domínio moderno-ocidental a partir dos conflitos que giravam em torno da expropriação e exploração da/na terra.

Alagoas ao se desmembrar da Capitania de Pernambuco, em 1817, vai se constituir enquanto estado colonial com sua história fortemente relacionada a Palmares. No final do século XVI, forma-se, na zona da mata da antiga Alagoas do Sul, o maior quilombo do Brasil dito colonial. A experiência do Quilombo dos Palmares é uma experiência de luta pela igualdade no acesso à terra, ao trabalho na terra, à dignidade, à liberdade e à autonomia – a luta contra à exploração e à expropriação gerada pela colonialidade do poder e da natureza. Após várias tentativas de destruição, o Quilombo dos Palmares foi destruído no final do século XVII pelas tropas de Domingos Jorge Velho, assassinando em 1695, Zumbi, o líder do quilombo.

Lindoso (2011) nos atenta ainda para a estreita relação entre a Guerra dos Bárbaros e a destruição do Quilombo dos Palmares. De acordo com o autor,

A Guerra dos Bárbaros, como lhe chama a historiografia colonial, foi o primeiro genocídio no século XVII contra uma etnia nativa. Com ela, o Estado Colonial se preparou para a Grande Empresa contra Palmares. A destruição

do Quilombo dos Palmares foi o segundo grande genocídio contra uma república de negros fugidos, que era o maior aglomerado de quilombolas dentro de uma confederação: cerca de 30 mil (LINDOSO, 2011, p. 24).

A Guerra dos Bárbaros (1650-1720), em Alagoas, provocou uma forte tensão entre o projeto moderno/colonial e os povos indígenas. Logo após a destruição do Quilombo dos Palmares (1694), aconteceu também a vitória desse projeto sobre os originários que tiveram que adentrar cada vez mais território adentro para liberar o território não só para a cana-de-açúcar como para a pecuária.

Em Alagoas, o avanço da invasão ibérica pelo interior do continente se deu, em muitas localidades, com a presença marcante da resistência indígena e dos povos africanos aqui utilizados como mão de obra escrava para o cultivo da cana. Nesse sentido, a forma violenta como se deu a instalação da moderno/colonialidade em Alagoas proporcionou a insurgência de algumas áreas de conflitos e de espaços de r-existência.

Ao tratar da formação do latifúndio moderno-colonial no Brasil, Porto-Gonçalves e Alentejano (2009) referem-se à geografia da liberdade e da diversificação produtiva praticada pelos indígenas e negros escravizados na busca de defesa do território e da vida. Esses espaços de liberdade resultam das contradições do capitalismo e que, na contramão dos princípios defendidos pela civilização litorânea, foram fortemente perseguidos.

No seio desse processo expansionista (FERREIRA, 2017) sobre uma parte do território ainda “desconhecida” pelo projeto ocidental de colonização, deu-se início o projeto de invasão da parte interior do território. As Bandeiras e Entradas foram instrumentos que permitiram a tomada dos sertões do Brasil, sendo a violência o elemento central na implementação desse projeto moderno-ocidental.

Dessa maneira, trataremos do Sertão de Alagoas e retomaremos algumas marcas do projeto de colonialidade nesse contido: os vários processos de violência, mas também os de resistência frente aos processos de dominação e exploração que organizaram “trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo” (SANTOS, 2017, p. 60).

4.3 O GRANDE SERTÃO ALAGOANO

As marcas espaço-temporais coloniais do Sertão de Alagoas estão atreladas à atividade da pecuária (ANDRADE, 2005; LINDOSO, 2000; CARVALHO, 2015; LIMA, 1965), contudo essas se apresentam imprecisas do ponto de vista das multiplicidades, heterogeneidades e

complexidades que impedem o mergulhar sobre o enorme “mar de territórios” (MELO, 2011) do Sertão – Sertão do cangaço, dos indígenas, dos remanescentes de quilombos e dos sem terra. Sertão da (re)existência, como também o Sertão dos coronéis e do empreendedor que, influenciado por uma sociedade cearense, recifense e europeia, implantou, em pleno Alto Sertão de Alagoas, uma usina hidrelétrica nas cachoeiras do rio São Francisco.

Lindoso (2011) trata da formação do Grande Sertão como aquele que se inicia em Minas Gerais e vai até o Piauí. Em nível de Região Nordeste, o Grande Sertão seria aquele que se formou a partir da guerra colonial entre colonizadores e indígenas, quando da tomada dos territórios livres dos indígenas que eram utilizados para caça, coleta e sobrevivência pelos colonos que transformaram esses espaços em currais de gado. Desse modo, podemos inserir o Sertão de Alagoas no que Lindoso (2011) denomina de Grande Sertão por ter sido esse formado no âmbito dos ataques curraleiros contra os povos indígenas que ocupavam o território hoje denominado Alagoas:

O Grande Sertão criou-se realmente depois da Guerra dos Bárbaros. A ofensiva curraleira parou o nomadismo da frente tapuia-kariri, pacificando o Sertão para a ocupação pelos currais de boi das savanas herbáceas, e ocupando os vales úmidos transversais, os cursos d’água escorriam em forma de rios, como o Moxotó, e de riachos para o talwegue são-franciscano. A ocupação dos vales transversais foi importante para a criação de Alagoas, porque passaram a sediar uma população que contava com a umidade para as lavouras de circunstância e para a fixação do pastoreio (LINDOSO, 2011, p. 33).

Assim, os vales úmidos conformou um dos elementos determinantes para a formação de parte do Sertão são-franciscano alagoano para instalação dos currais e início da produção agrícola que estruturaria as grandes propriedades nessa parte de Alagoas.

A formação de grandes propriedades no “Grande Sertão” de Alagoas gerou violência colonial, posto que essa veio a expropriar a ancestralidade local a partir da pecuária. Lima nos dá alguns direcionamentos sobre a formação do Grande Sertão alagoano a partir da criação de gado:

O avanço para o interior alagoano, após a queda do domínio holandês, deu-se com os criadores de gado, baianos, atingidos em 1651 pelos Ávilas que haviam sido ameaçados pela invasão batava. Nesse ano, eles chegaram a criar gado na região da Cachoeira de Paulo Afonso e, em 1658, surgem doações a pessoas do seu ciclo de atividade criatória, como Nicolau Aranha Pacheco, Francisco de Brá, um flamengo de Rotterdam evadido das hostes pátrias, Damião da Rocha e Baltazar de Farias. Tiveram terras no Vale do Capiá e parte dos Maciços Sertanejos de Água Branca e Mata Grande. Depois, alguns desses e mais outros: Teodósio da Rocha, Antonio Santo Macedo, e Sebastião de Sá, receberam a parte da cabeceira desse rio, na parte do Maciço de Exu, penetrando em Pernambuco, depois da Serra do Parafuso, em Alagoas, em

pleno Vale do Capiá com a pecuária, nas paragens semiáridas do “pediplano sertanejo” (1965, p. 74).

No século XVII, o povoamento do Grande Sertão de Alagoas se constituiu de maneira mais efetiva, a partir da pecuária e seguindo sempre o caminho das águas para a instalação das fazendas criadoras de gado:

[...] em 1725, a 3 de outubro, Paulo de Viveiros Afonso torna-se sesmeiro na área dos atuais municípios alagoanos de Delmiro Gouveia, Água Branca e Mata Grande. É possível que completasse esse roteiro, o que ligava a sede da Capitania pelo vale do Rio Ipojuca e Serra de Ororobá e chegava em Tacaratu, ligando-se com a região de Paulo Afonso. Ia-se completando o povoamento do “pediplano sertanejo”, tanto de Alagoas, quanto de uma parte de Pernambuco. Esses roteiros indicavam o povoamento e se fixando no domínio das caatingas, apoiando-se na pecuária que, apesar de render menos para a capitania, pôde seu poder de autossustentação suportar a população em franco crescimento vegetativo, pois, sem poder aquisitivo para as importações, essa atividade criatória fez os habitantes sertanejos praticarem um artesanato ao lado de uma agricultura de subsistência, um tanto isolado das causas externas, a não ser a da região aurífera do Brasil Sudeste (LIMA, 1965, p. 91-92).

A doação de sesmarias para a região do Sertão do São Francisco ocasionou a concentração de terra, poder e riqueza nas mãos dos proprietários de terra. Destacamos ainda, a divisão racial do trabalho, como marca identitária das relações sociais entre grandes proprietários de terra, povos indígenas e negros fugidos e/ou livres, mestiços sem terra formando de maneira evidente, ao longo da história, o enorme distanciamento entre dominantes e dominados.

Lusa, ao estudar o fundamento das ruralidades em Alagoas, afirma que essa foi edificada com base na violência:

Estava a simples estratificação das classes sociais entre dominantes e subalternos, que justificava o lugar de cada indivíduo na sociedade: a casa-grande, a senzala ou o mocambo; a fazenda de gado, o insuficiente sítio embrenhado por entre as matas semiáridas; ou a aldeia indígena. Deste modo, desenha-se o semiárido (2013, p. 349).

Assim, percebe-se que a colonialidade do poder no Sertão de Alagoas, própria do período histórico colonial, continua a se reproduzir no período republicano e que também se reflete e permanece na contemporaneidade. O Sertão alagoano tem sua história e geografia relacionadas não somente à chegada dos sesmeiros que se instalam na região e se reproduzem economicamente a partir da pecuária, como também da produção agrícola, principalmente do algodão.

Nesse quadro de constituição do Grande Sertão, enquanto espaço que passa a ser alvo das sesmarias a partir da pecuária, destacamos a condição dos povos indígenas que foram

expulsos do litoral pela cana-de-açúcar, tendo essas populações se direcionado para o interior alagoano. Acrescentamos a esse quadro os indígenas também fugidos dos aldeamentos nos sertões de Pernambuco, que encontraram no agreste e Sertão, principalmente no Sertão, espaço para a prática da pecuária e da agricultura.

O Grande Sertão de Alagoas se formou também a partir de encontros entre os vários povos, negros e indígenas, apresentando-se como lugar adequado para viverem em contato mais direto com a natureza e desenvolverem suas práticas para sobrevivência, posto que o adensamento populacional e a invasão colonial se fez de maneira mais “tardia” e dispersa nessa região. Rocha, sobre a prática religiosa das missões e de povoamento nos sertões, afirma que:

Na zona das últimas quedas do São Francisco, a civilização foi encontrar os índios Rodelas; ali chegou pelas mãos dos capuchinhos bretões, que iniciaram a sua obra missionária nos sertões nordestinos; mal terminaria a guerra holandesa os Capuchinhos franceses começaram a sua marcha para o oeste. Foi por volta de 1670 que os barbadinhos alcançaram o vale São Francisco, ali fundando suas primeiras aldeias: a de Aramuru, em terras alagoanas, vinte léguas a montante de Penedo; a de Rodelas, além das grandes quedas do rio, fundada por Francisco de Domfront, a de Pambus, organizada pelo mesmo Capuchinho e seu irmão de hábito Martin de Nante” (1963, p. 77).

Lima (1965) relata a existência de uma fazenda com nomes que remetem ao século XVII, atentando ainda para a influência das missões na formação territorial do Sertão alagoano. Assim como a Guerra dos Bárbaros, que se apresenta como importante elemento fundante do Grande Sertão de Alagoas, as missões, a serviço da Igreja católica e do Estado Colonial, exerceram forte influência na transformação do indígena em escravo para os currais de boi:

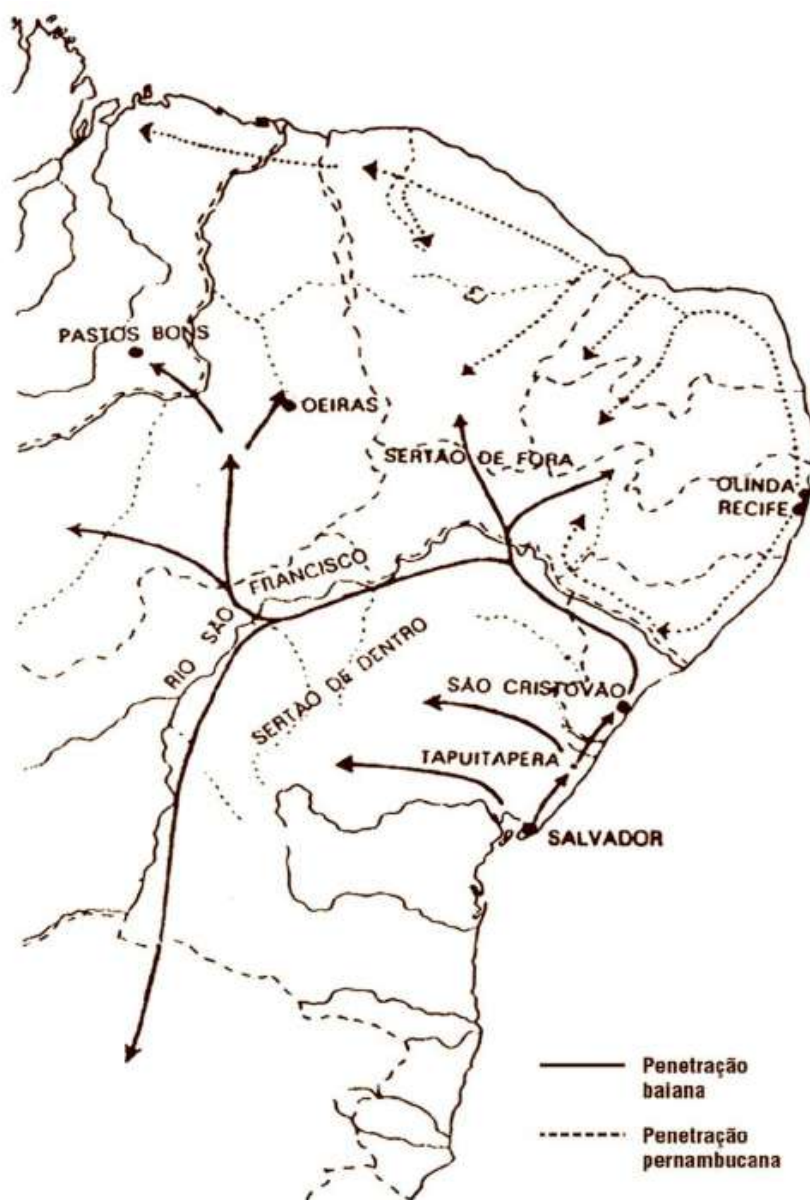
Diante do índio, a Igreja estava diante do selvagem. Diante do índio, a Igreja estava diante do gentio. Diante do índio, a Igreja estava diante do seu maior desafio. Para a Igreja missionária, nenhuma conversão é definitiva. A conversão tem sempre sua dialética oculta, a sua luta dos contrários. E a conversão é uma luta de contrários dentro do que se crer e do que se deixa de crer. O converso é o crente que afirma e é, a um tempo, o incrêdo que nega. A conversão é uma dialética do que se crer e do que deixou de se crer. O mundo da conversão é o mundo da constante vigilância. E o Estado Colonial é um Estado de constante suspeição. E o índio do Sertão vinha de seu mundo tribal, do mundo da diferença, para o mundo da conversão, onde ele tinha de abandonar seus mitos, suas crenças, seus costumes, sua não história primitiva (LINDOSO, 2011, p. 37).

Foram muitas as lutas dos povos indígenas do Sertão na defesa de seus territórios de vida. A luta contra o avanço da pecuária por seus pastos e a luta contra a Igreja e seu projeto de destruição cultural. Uma luta em defesa do espaço físico, material, bem como dos seus espaços simbólicos, imateriais e subjetivos. A luta dos povos do Grande Sertão contra a colonialidade

do poder, do ser e da natureza. Em suma, a Igreja mediou e facilitou a transformação do indígena tapuia-kariri em escravo do Estado Moderno-Colonial.

Nesse sentido, após o fim dos aldeamentos nessa região, essas áreas foram apropriadas pelos grandes proprietários de terras para a criação de gado. Não é à toa que o rio São Francisco foi considerado pelos historiadores como “rio dos currais”. Dessa maneira, nos séculos XVI e XVII, na região que atualmente se apresenta como divisa de Alagoas e Bahia, ocupadas pelos municípios de Paulo Afonso e Delmiro Gouveia, criadores de gado advindos tanto da Bahia como de Pernambuco, se encontraram a partir dos caminhos de gado oriundos de Salvador e Olinda (Figura 6).

Figura 6 - O Sertão e os caminhos do gado no período colonial



Fonte: ANDRADE, M. C., 2005.

As cachoeiras do rio São Francisco, que aparecem em várias cartas de sesmarias, cartas patentes, narrativas e livros de história como sendo áreas de criação de gado aparecem também nas narrativas de vários povos indígenas da região que a tinham como local sagrado de comunicação com sua ancestralidade e que dali foram expulsos para dar lugar às fazendas de gado (entre os séculos XVI e XVII) e a grandes obras (nos séculos XX e XXI).

Lima (1965), ao abordar a pecuária enquanto importante atividade para a ocupação do Sertão de Alagoas, afirma que muitos tornaram-se proprietários depois de terem sido empregados de criadores, e com a prática do sistema da “quarteação” recebiam uma cria em quatro que nascessem.

O Grande Sertão de Alagoas, nos anos que seguem ao colonialismo, foi ainda local de passagem de vários retirantes que, fugindo da seca e pela proximidade dessas localidades com o rio São Francisco, foram fincando raízes nessa área como posseiros, parceiros e moradores das fazendas criadoras de gado e produtoras de algodão.

Para Lindoso, o Grande Sertão também se formou no lastro das águas do rio São Francisco. Segundo o autor,

Foi o rio quem fez o Sertão ficar grande. Sem o rio São Francisco o Sertão não teria unidade, e seria a terra de dois sertões menores. De um lado do São Francisco, o Sertão baiano; de outro lado, o Sertão pernambucano. O rio traçaria duas histórias, de futuros diferentes. Mas, então, o Grande Sertão ficou maior que o rio. A lógica do Grande Sertão fez do Grande Sertão uma criação maior que o rio. E fez das longínquas terras alagoanas terras fluviais de um trecho do rio São Francisco de Borja (LINDOSO, 2011, p. 22).

Os caminhos das águas também conformaram a estruturação espacial do Sertão alagoano. Lusa (2013) argumenta que a água, como bem natural, escassa, foi sendo o foco de atração para o surgimento de pequenos povoados. Ela destaca ainda a proximidade dessas áreas aos caminhos de gado e esses como tendo sido determinantes para o aumento populacional no Sertão, posto que os sertões de várias regiões do Nordeste funcionavam como fontes de abastecimento de alimento e de mão de obra para a zona da mata canavieira.

Assim, a água determinou, em muitos períodos históricos, a fixação dos diversos povos indígenas, bem como, num período posterior, a partir da localização dos rios, cacimbas e olhos-d'águas, a consolidação e terminologia de várias localidades no Sertão de Alagoas atribuídos à presença das águas, a exemplo dos municípios de Olho D'água das Flores e de Olho D'água do Casado, bem como de Água Branca.

Dessa maneira, os elementos anteriormente por nós abordados, quanto à estruturação do projeto moderno-colonial, presente no Grande Sertão de Alagoas, demonstra o quanto que o Sertão, tido como vazio e como reduto de pessoas ignorantes, precisou ser ocupado, domesticado e dominado pelo projeto de modernidade, sobrepondo-se, assim, sobre as territorialidades originárias.

Assim, o Sertão de Alagoas precisa ser revisitado a partir dos vários sujeitos/comunidades oriundas dos povos tapuias-kariris, que, segundo Lindoso (2011), formaram o Grande Sertão de Alagoas ao enfrentarem os entradistas e bandeirantes contra a implantação dos currais de bois em seus territórios. Neste sentido, esses sujeitos foram transformados em soldados para destruir o Quilombo dos Palmares e, aos que sobreviveram,

foram, posteriormente, alvo da Igreja católica, que, após uma forte doutrinação, contribuíram para sua transformação em escravos nas fazendas de gado.

A partir dessa perspectiva, interessa-nos entendermos o Sertão contemporâneo, principiando pelas múltiplas racionalidades que predominaram e predominam na região no decorrer do século XX e início do XXI e a relação disso com o Sertão que se apresenta como lócus de grandes projetos de desenvolvimento.

4.4 DELMIRO GOUVEIA: PROJETO DE CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO

A imagem do Sertão de Alagoas, como região distante, desprovido de civilização e de possibilidades de progresso, permaneceu praticamente inalterada até início do século XX, quando chega nesses sertões o cearense Delmiro Gouveia. Delmiro Gouveia foi um cearense que migrou para Pernambuco no final do século XIX e que fez fortuna a partir do comércio de couro, adentrando, assim, nos movimentos recifenses da classe política, econômica, intelectual e cultural. Dos muitos que escreveram, até então, sobre a figura de Delmiro Gouveia, considerado por esses como um “mito”, o que trazem em comum, no âmbito de suas várias abordagens, é a sede desse personagem pelo progresso e pela tecnologia. Foi a partir de Delmiro Gouveia e das obras por ele implantadas no Alto Sertão de Alagoas, no início do século XX, que se iniciou uma mudança no imaginário social da população alagoana e regional de que alguns símbolos que compõem a urbanidade, bem como a modernidade, estariam restritos apenas ao litoral.

O Sertão alagoano sempre foi berço do mandonismo político por parte dos proprietários de terras, conhecidos como coronéis. Sobre o coronelismo:

Concebemos o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada [...] o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, os senhores de terras (LEAL, 1948, p. 21).

Assim, o coronelismo tem sido atualizado por representantes da política nacional e regional, a exemplo de Delmiro Gouveia e de suas relações junto à classe política alagoana do início do século XX frente à população do Sertão. Delmiro Gouveia, ao chegar em Alagoas, foi apadrinhado pela Família Malta, na época governador de Alagoas. No Sertão, em Água Branca, o Coronel Luna o recebeu dando todo apoio para sua instalação na região e retomada do comércio de couro a partir de Alagoas.

Sertão das secas, ponto de passagem de retirantes, de pobreza que passou a ter sua imagem ligada ao que Elias (1993) denominou de processo civilizatório. Delmiro Gouveia criou, ali, onde se pensava ser o “fim do mundo”, um lugar onde somente se admitia ser local de beatos e de cangaceiros, tudo o que naquele tempo era símbolo dos lugares chamados “civilizados” – a indústria, a escola, o cinema etc. Sua influência também se constitui a partir das viagens feitas pela Europa e América do Norte (NASCIMENTO, 2013). Delmiro Gouveia era um grande apreciador de arte e em torno de suas obras reunia a elite recifense nas festas que costumava dar em seu sobrado, localizado na Rua Apipucos.

A Delmiro Gouveia foi atribuído o desbravamento dos sertões, utilizando-se da localização geográfica do antigo povoado denominado de Pedra, da existência de uma estação de trem que ligava Piranhas-AL a Jatobá-PE e da proximidade às cachoeiras do rio São Francisco, no começo do século XX, para a implantação da primeira usina hidrelétrica do Nordeste e para a criação de uma fábrica de linhas.

Devido às ações de Delmiro Gouveia, alguns autores atribuíram a esse o título de “civilizador das terras, das águas e gentes” (MOTA, 1961). Dessa maneira, o Sertão de Alagoas, considerado por estudiosos, pelo Estado e pela sociedade em geral, como um espaço de gente mal educada e ignorante, passou a ser, no contexto político e econômico de Alagoas, Nordeste e Brasil, considerado como símbolo da modernidade.

A construção de um espaço fabril e a chegada de todo um aparato tecnológico para geração de energia e funcionamento das máquinas em terras distantes deu espaço à construção de novos ideários que perpassaram a mentalidade do sertanejo e da classe política e industrial alagoana. Sertanejo esse que viu a fábrica como destino e como forma de fugir do poder do dono da terra, da seca e das dificuldades que conformava o dia a dia no Sertão.

O cotidiano da fábrica impunha novos modos de pensar, comer, vestir e de ser. Cabe destacar ainda todo o apoio dado a Delmiro por parte do Estado, bem como das alianças políticas entre os coronéis da região para a instalação dos supracitados equipamentos industriais e urbanos.

Santos relata o dia de inauguração da Usina Hidrelétrica Anjiquinhos,

É agradável lembrar o dia em que chegou o primeiro jato d’água e acendeu-se a primeira lâmpada; toda a população da Pedra estava fora de casa assistindo o espetáculo maravilhoso da transformação que se operava na localidade sendo contagiante a alegria geral (1947, p. 35).

Alguns estudiosos do personagem Delmiro Gouveia e do Sertão costumam contrapor o histórico Sertão da pobreza e da violência nata ao Sertão do povoado da Pedra, que, a partir de Delmiro, se integrou precocemente à dita modernidade. Assim, Nascimento relata que

Pedra, Canudos e Juazeiro foram e ainda servem de comparação como experiências opostas, onde a primeira representaria o modelo de civilização e as outras de barbárie. Ao difundir a imagem do Sertão como de uma região de solo infértil, seco, quente, atrasada, incivilizada e habitada por uma sub-raça (os sertanejos, jagunços), que, além de inferiores, tinham vocação para o messianismo e a violência – a elite brasileira usou Canudos para reforçar sua concepção de Sertão fundamentada em teorias produzidas por intelectuais, como Nina Rodrigues, ao mesmo tempo em que tentava consolidar seu projeto de República, enquanto uma plêiade de intelectuais adeptos da modernidade, à frente de Assis Chateaubriand, Manuel de Oliveira Lima e Plínio Cavalcante, alçaram a experiência de Delmiro na Pedra como a condição efetiva de possibilidade de um outro Sertão civilizado e moderno, sobressaindo-se a educação escolar, segundo eles, como principal instrumento para se conseguir esse feito (2013, p. 29).

O Sertão de Alagoas, a partir de Anjiquinhos e da Fábrica da Pedra, transformou as perspectivas econômicas e políticas para o Nordeste. Contudo, alguns mitos coloniais, integrantes do modo de vida ocidental, fizeram-se obrigatórios no dia a dia da população local, a exemplo da submissão da população sertaneja, transformada em operariado, ao chefe-coronel industrial, Delmiro Gouveia. Esse costumava ser bastante exigente quanto à questão de higiene e boa aparência, bem como da educação. Destaca-se, assim, que a exigência de uma formação educacional para os operários da fábrica da Pedra não vinha acompanhada de boas intenções. Mecanismos de controle eram garantidos no seio desse processo de aquisição de conhecimentos. No entanto, a estruturação dessa realidade política e econômica do Alto Sertão alagoano, a partir de Delmiro, também se deu a partir de processos como a violência, a perseguição, a subalternidade, a obediência e a exploração.

Delmiro Gouveia, já no início do século XX, se apresentara como principal representante da moderno-colonialidade em Alagoas ao se apropriar das riquezas e potencialidades desse território, bem como da mão de obra da população local, negando o modo de vida local com seus costumes em nome de seu projeto de industrialização para a região.

Até hoje, a população local mantém um imaginário social de Delmiro Gouveia como “O Pioneiro”, fato facilmente observado no comércio local que, frequentemente, adota o termo como forma de referenciá-lo. Até os dias atuais, ele é considerado um mito, inspirando, ao que parece, políticos contemporâneos que demonstram ter se apropriado desse projeto de modernidade iniciado por Delmiro Gouveia na primeira metade do século XX. Por causa de Delmiro Gouveia, a cidade, que herdou seu nome, possui anualmente alguns feriados

municipais referentes a seu nascimento e morte, bem como teve recentemente construído em sua homenagem o Memorial Delmiro Gouveia. Assim, inspirada por Delmiro, a classe política local tem apoiado e defendido a instalação de projetos de desenvolvimento para a região ao longo dos últimos anos, beneficiando-se, inclusive, diretamente deles.

O que tem sido pouco discutido é o lastro de sangue por trás da trajetória de Delmiro Gouveia. O que não chega até a população local que tanto o idolatra são as formas por ele utilizadas para construir, em tão pouco tempo, o patrimônio que construiu e todo o aparato industrial e tecnológico numa região tão distante dos grandes centros urbanos regionais. O que parte da sociedade desconhece são as benesses concedidas a Delmiro Goveia por uma elite política alagoana, latifundiária que dominou Alagoas durante parte do século passado. O mesmo grupo que se apropriou de terras indígenas e de mão de escrava para sustentar seus privilégios políticos, econômicos e sociais. Parece que nos falta preencher algumas lacunas quanto à trajetória desse personagem que tanto tem influenciado várias gerações.

Contudo, a suposta estabilidade social desse grupo composto por Delmiro Gouveia e correligionários, conhecidos como os coronéis do Sertão, responsáveis por garantir a ordem, foi abalada pela desordem e desobediência trazida pelo movimento do cangaço. Esse fenômeno foi, fortemente, presente nos sertões nordestinos, com destaque para o Sertão alagoano. É sobre ele que trataremos a seguir, uma vez que essa foi uma matriz de racionalidade que também compôs o Grande Sertão de Alagoas.

4.5 O CANGAÇO: “NENHUMA REGRA TER”

Para Lindoso (2011), o cangaço é uma criação do Grande Sertão e afirma que o que os sujeitos cangaceiros “reproduzem não são erros, mas elementos de cultura. Eles têm uma história, e essa não se faz apenas com eventos, mas, principalmente, o que lhe dá essência, com elementos de cultura” (LINDOSO, 2011, p. 145).

O cangaço advém de sujeitos históricos que conformaram o Grande Sertão, a exemplo do vaqueiro e da relação de dependência e subserviência que esse estabelecia com o dono da terra, bem como do indígena e do homem branco sem terra. Seriam esses elementos que dariam essência ao movimento do cangaço como reflexo de relações sociais estabelecidas no âmbito dos currais de gado e da forma extensiva como se dava a atividade da pecuária nos séculos XVII e XVIII. Nesse ínterim, em função de desavenças na disputa por espaços e no estabelecimento das necessárias divisas entre as propriedades rurais, em algum momento, o vaqueiro teve de se armar para proteger os rebanhos de seus patrões. “Os subgrupos de

cangaceiros que infestaram os sertões, em datas diferentes, eram modelos que vinham dessas antecendências do século XIX, e sempre acoitados por beatos do culto popular do Bom Jesus” (LINDOSO, 2011, p. 177).

Carvalho (2015) corrobora o pensamento de Lindoso (2011) ao relacionar a origem do cangaço em Alagoas a grupos de vaqueiros armados para proteger as propriedades rurais.

A origem dos grupos armados e da violência está no início da colonização, quando os proprietários de terra – nas sesmarias, depois nos latifúndios – para estabelecerem o domínio sobre as áreas conquistadas, armavam homens para enfrentar os índios, que resistiam em sair das terras e abatiam os animais ou pilhavam as plantações dos colonos, quando surgiam a questão de divisas entre as propriedades, esses homens armados atacavam as fazendas vizinhas. Em outras ocasiões, esses bandos também serviam para resolver problemas com os posseiros, trabalhadores sem terra que ocupavam um pedaço da propriedade para cultivá-la (CARVALHO, 2015, p. 257).

Percebe-se que a violência em torno da luta pela terra tem continuidade nos anos subsequentes ao auge do colonialismo no Grande Sertão. Novos sujeitos surgem a partir do vaqueiro indígena que, posteriormente, se transforma no vaqueiro cangaceiro (LINDOSO, 2011).

Parte significativa dos estudos sobre o cangaço o associam ao banditismo. O cangaceiro seria o sujeito que entrou na vida do crime de maneira descontextualizada no âmbito de uma cultura que, majoritariamente, se constrói e se faz com base na violência.

O registro dessa temática em parte significativa da historiografia a que tivemos acesso, apresenta uma abordagem de caráter colonial, ao atribuir o Sertão como sendo atrasado socialmente e, economicamente, quando comparado com o litoral e com centros urbanos. Assim, destacamos no âmbito de nossas leituras sobre Alagoas e Nordeste a violência como parte integrante desses espaços, especialmente, pelo fato de o poder central europeu ter também se apropriado dessas áreas para ampliação de seu poderio econômico e não pela ausência dele.

Atribuir o cangaço apenas ao banditismo seria abrir mão de toda a dimensão e complexidade que envolve esse movimento. Nesse sentido, alguns estudos apontam para a intrínseca relação entre o cangaço e o messianismo.

Para Lindoso,

Algumas dessas peculiaridades logo transparecem: o apego religioso dos cangaceiros, como o subgrupo Lampião/Corisco com o beato Padre Cícero; a antecendência individual da figura do caçador de onças (animas que destruíam os rebanhos bovinos e caprinos) que evoluiu para a chefia cangaceira desses subgrupos armados autônomos; a organização do subgrupo cangaceiro em família de maridos/mulheres com a criação dos filhos fora dos subgrupos; a criação pelo subgrupo cangaceiro de uma ética de violência de fundo religioso e o respeito reverenciado aos beatos do Sertão, que eram homens errantes,

com áreas de atuação, mas que possuísem espaço social efetivo e a antecedência do uso de abigeato (2011, p. 174).

O autor ressalta elementos comuns na conformação do cangaceirismo. Aponta a violência adquirida no âmbito do latifúndio que perpassa, majoritariamente, o passado desses homens capturados pelo sistema colonial de exploração e apropriação da terra e a relação destes, com a religião. Aos beatos que se espacializaram pelo Nordeste do Brasil é atribuído o fato de também terem armado homens para a defesa de seus territórios sagrados:

Os primeiros casos de formação de subgrupos de vaqueiros armados com finalidade de fazer justiça própria surgiu no pé da Serra de Canudos, nas vertentes do Vaza-Barris, que índios do Sertão chamavam de Irapiranga, e depois dos acontecimentos de Monte Santo. Ali, o beato Antônio Conselheiro armou subgrupos de vaqueiros sertanejos e iniciou uma guerra em defesa da ideologia religiosa de Bom Jesus. Podemos colocar esses subgrupos de vaqueiros armados, que se estabeleciam ao redor de beatos, como modelos que deram origem aos bandos de cangaceiros (LINDOSO, 2011, p. 176).

Aos redutos religiosos de Antônio Conselheiro e de Padre Cícero, por exemplo, podemos associar as principais áreas de atuação do Cangaço. Aos beatos, muitos bandos do cangaço estiveram associados, na luta e também sob tutela desses.

Aqui trazidos alguns elementos de cunho social e cultural para entendermos a origem do cangaço no Grande Sertão, alguns registros históricos apontam a insurgência desses grupos de maneira mais efetiva e com a configuração própria do que se discute como cangaço a partir da segunda metade do século XIX.

Muitos foram os registros de bandos armados que já compunham a realidade do Nordeste nos séculos XVII e XVIII. Para Queiroz (1976, p. 17), durante as estiagens, formavam-se bandos que saqueavam e pilhavam povoados e fazendas, aproveitando-se do desespero e da fuga dos habitantes, porém, logo que chegavam as chuvas, os habitantes voltavam ao Sertão e os bandos desapareciam. Assim, a seca aparece como um dos pilares geradores desse movimento. Porém, não podemos tratar da seca separadamente das cercas:

Se a terra é para ele inacessível, ou quando possui uma nesga de chão vê-se atezado pelo domínio do latifúndio oceânico, devorador de todas as suas energias, monopolizador de todos os privilégios, ditador das piores torpezas, que fazer, senão revoltar-se? Pega em armas, sem objetivos claros, sem rumos certos, apenas para sobreviver no meio que é o seu (FACÓ, 1963, p. 38).

Para o autor, a concentração de terras estava no cerne da discussão sobre aspectos econômicos e sociais geradores de tamanha violência pelos sertões. Em Alagoas, são muitos os relatos de violência praticada por bandos armados em função de questões não só econômicas e

sociais, mas também políticas, a partir das brigas e vinganças cometidas entre famílias (CARVALHO, 2015; MOTTA, 1996; BRANDÃO, 2013).

O cangaço sob o domínio de um chefe (rei) vigora no Nordeste do final do século XIX até quase meados do século XX e com mobilidade característica entre o Sertão da Bahia e o Sertão do Ceará. Destaca-se o fato de o cangaço não ter adentrado o território da zona da mata e nem do agreste.

Um dos líderes mais conhecidos dentre os vários bandos que configurou o cangaço como parte da história do Nordeste e do Grande Sertão alagoano foi Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Durante duas décadas, ele abalou o poder do Estado ao percorrer várias localidades da Região Nordeste, causando medo, sendo, no Sertão alagoano, onde adentrou no cangaço como forma de lidar com os vários conflitos que perpassaram a vida de sua família:

O exemplar e mais famoso entre os cangaceiros é Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, descendente de uma morigerada família de pequenos criadores e cultivadores do município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco. A exemplo do que aconteceu com o Conselheiro, com Antônio Silvino e tantos outros, famílias poderosas locais, os Nogueiras e Saturninos, perseguem a sua família. Um dia, matam-lhe uma cabra. Os irmãos Ferreira vingam-se, assassinando um desafeto. Para escapar às malhas de uma justiça que será contra eles, fogem para o Estado vizinho de Alagoas. Aí mesmo, em 1918 ou 1919 o velho Ferreira é assassinado a mando das mesmas famílias que já o haviam perseguido em Pernambuco. Os filhos, Virgulino, Antônio, Ezequiel e Livino – que morreriam todos em combate com a polícia – ingressaram no cangaço, juntando-se Virgulino ao bando de Sebastião Pereira, Sinhô, então, dos cangaceiros mais famosos do Nordeste. Seu objetivo confesso é vingar a morte do pai (FACÓ, 1963, p. 57).

No Sertão de Alagoas, Lampião e seu bando atuaram fortemente. Foi em Água Branca-AL que a família de Lampião passou a residir após fugirem do Sertão de Pernambuco. Antes de entrar, definitivamente, no cangaço, Virgulino trabalhou, ainda jovem, na indústria de couro comandada na região por Delmiro Gouveia, na segunda década do século XX. Sobre sua vida no cangaço em Alagoas, Carvalho afirma que,

Lampião formou o maior bando que existiu no Nordeste, com mais de 150 homens organizados em pequenos grupos relativamente autônomos, e fez do território alagoano uma de suas áreas principais de atuação. Inicialmente era a região serrana de Água Branca e Mata Grande, o foco principal de atividade. Começou sua carreira atacando o povoado de Pariconha, em 1921, no mesmo ano em que a polícia matou seu pai. Seu primeiro ataque espetacular foi na cidade de Água Branca, em 1922, assaltando, com um grupo de 50 homens, a casa da família Torres (2015, p. 262).

No Sertão alagoano, Lampião formou parte significativa de seu bando, bem como também recebeu apoio (coito) de muitos fazendeiros da região para descanso em suas propriedades, para aquisição de armas etc.

A Lampião foi atribuído um misto de denominações, próprio do processo contraditório que conformou a sua história: justiceiro, bandido, estuprador, sanguinário etc. Apesar dos vários adjetivos direcionados a Lampião, o que se destaca na história é o de Lampião como “rei do cangaço”, devido à astúcia nos processos de fuga de seu bando pelo interior da caatinga e ao trabalho que deu ao estado, que, devido à dificuldade de mobilidade pelo Sertão, teve dificuldades de combater o seu bando, uma vez que os povos do Sertão são grandes conhecedores da caatinga, e isso permitiu com que os mesmos resistissem aos ataques do Estado por vários anos.

Seguem algumas referências atribuídas ao “rei do cangaço”:

Lampião tornou-se um mito, uma gesta, um romance do país nordestino [...] tudo isso afirmo porque sei, de ciência própria, que a vida do Capitão Virgulino não pode ser facilmente reconstruída. Ele não foi rei, estadista, cabo de guerra, nem poeta, nem santo. Quem sabe se não terá sido um pouco de tudo isso na sua vida clandestina? (MACÊDO, 1972, p. 14-15).

Lampião! Grito de dor, brado de guerra, chocalhar de dentes de tanto pavor, chispa de ódio, gemido de desalento, esturro de vaidade, lampejo de ambição, grandeza de valentia – signo de uma época, fim de uma era (BARROS, 2007, p. 79).

Lampião e o movimento do cangaço conformam a formação territorial do Grande Sertão de Alagoas. Foi em território alagoano que ele iniciou sua vida no cangaço e atuou fortemente, exercendo poder e medo em municípios sertanejos. Foi em uma dessas localidades – Piranhas – que ele e parte de seu bando tiveram suas cabeças expostas após sua morte e decapitação, quando foram emboscados, em 1938, pela polícia alagoana no município de Poço Redondo, em Sergipe. O cenário que compõe a morte do bando de Lampião é de violência e barbárie.

O cangaço como parte do Grande Sertão de Alagoas é parte da experiência colonial que se deu nesse estado a partir da violência utilizada, desde então, contra os povos indígenas, negros, posseiros e famílias sem terra. É uma experiência que trata da violência, como também da resistência, resistência que conforma a identidade territorial do Sertão. Essa violência, quando não matou, extinguiu, subordinou, fortaleceu – como veremos a seguir a partir de outras territorialidades de r-existências no Grande Sertão de Alagoas.

4.6 AS TERRITORIALIDADES DAS R-EXISTÊNCIAS NO SERTÃO

4.6.1 Trajetórias Territoriais Indígenas no Sertão de Alagoas: insurgências e r existências

O colonialismo, em Alagoas, a exemplo das demais regiões do país, resultou no extermínio indígena. Os sobreviventes foram presos em aldeamentos, o que denota um forte impacto territorial em função do choque cultural a partir da convivência de povos diversos com hábitos culturais e religiosos diferenciados. Esse quadro contribuiu com a fuga para outros espaços e a convivência com outros povos, geralmente, na condição de subalternidade ao branco. Para Carvalho,

Entre os séculos XVI e XVIII, os povos originários viveram um duro período de aculturação. Na expansão para as áreas sertanejas, num processo violento de ocupação, os “currais” invadiram os espaços comunitários indígenas, expropriando suas terras. Nesses tempos, sem seus ritos, sem seus campos de caças, sem suas organizações tribais, os grupos indígenas perdiam suas identidades. Obrigados a falar a língua dos vaqueiros, obrigados a rezar em língua estranha, obrigados a desmontar suas malocas, eles morriam aos montes. Nessa situação, os índios “históricos” somente conseguiam sobreviver transformando-se em moradores nos aldeamentos ou como trabalhadores na pecuária (2015, p. 44).

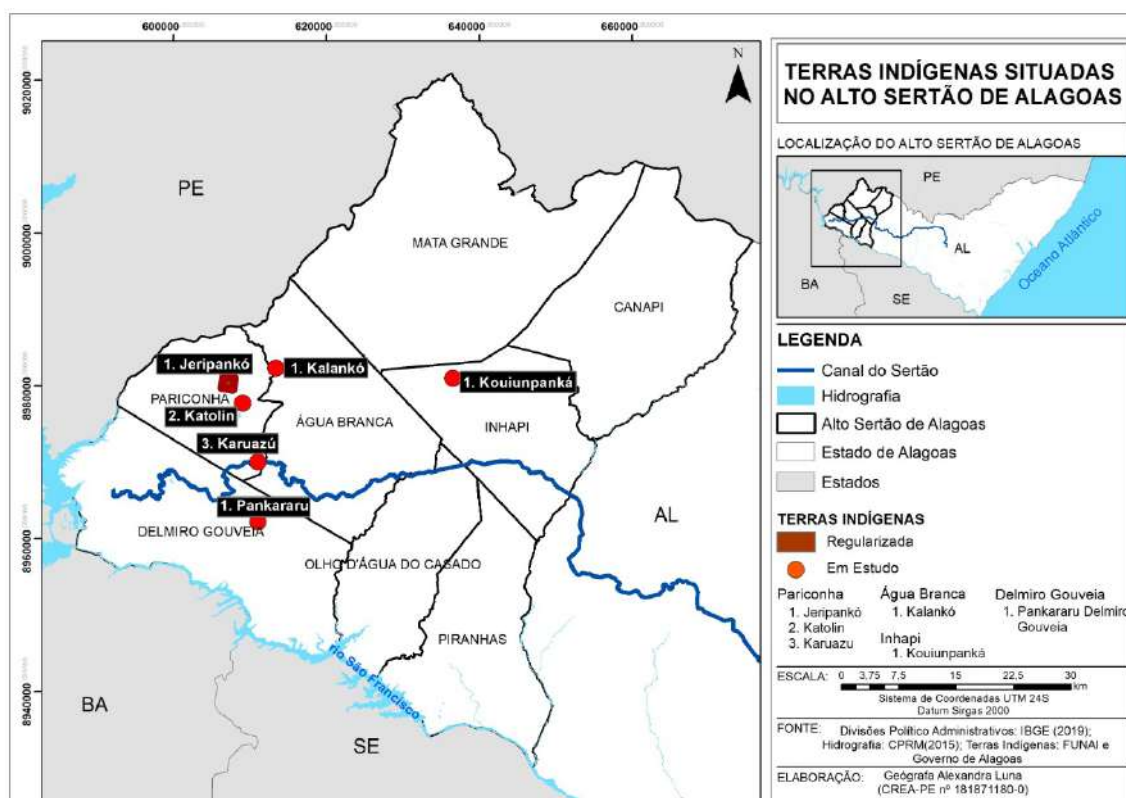
Nesse sentido, as lutas territoriais dos povos indígenas, em Alagoas, em função da imposição do padrão de acumulação capitalista, enquanto matriz hegemônica de poder, ocasionou a expropriação/espoliação da terra e território, gerando o processo de diáspora (PEIXOTO, 2018) de muitas etnias que tiveram suas terras tomadas pela cana-de-açúcar (na zona da mata) e pela pecuária (no Sertão).

Peixoto (2018) refere-se à diáspora realizada por povos indígenas como um processo de desterritorialização que os direciona a ocupar outros espaços, para além dos seus territórios de origem e a se reterritorializarem, adquirindo, muitas vezes, outras identidades territoriais, sem, contudo, perderem o vínculo com o tronco, com sua matriz de racionalidade de referência.

O confronto entre a racionalidade capitalista com a racionalidade indígena (não capitalistas) gerou uma gama de questões e análises de estudiosos de várias áreas da ciência sobre conflitos territoriais. Sem a pretensão de adentrarmos nas singularidades e especificidades desses conflitos, nem na complexidade que compõe as leituras sobre os povos indígenas em Alagoas, temos o propósito de trazer alguns elementos epistêmicos que fazem parte da formação territorial de Alagoas, para tentarmos apresentar o Sertão como lugar de enunciação da pesquisa, a partir das várias territorialidades e racionalidades presentes, como as dos vários povos indígenas do Sertão de Alagoas – Pankararu, Kalankó, Karuazu, Katóquinn, Koiunpanká

e Pankararu de Delmiro Gouveia (Figura 7). Interessa-nos entender, no entanto, as várias reinvenções territoriais (MARACCI, 2017) dos povos do Sertão diante das des-re-territorializações (HAESBAERT, 2004) proporcionadas pela colonialidade do poder, do ser, da saber e da natureza.

Figura 7 - Localização dos povos indígenas no Alto Sertão de Alagoas



Fonte: SEPLAG, 2017.

Os povos indígenas do Sertão de Alagoas estão localizados nos municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca e Inhapi. São parentes do povo Pankararu-PE. A etnia Pankararu reside no Sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco, por eles denominado de Opará, entre os municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia-PE. No século XVII, os Pankararu foram reunidos junto com outras etnias no aldeamento denominado de Brejo dos Padres. O fim do aldeamento, a partir da instituição da Lei de Terras, em 1850, demarcou vários conflitos na terra indígena Pankararu. A supracitada lei direcionava parte significativa das terras indígenas para o Estado e/ou para particulares. Assim,

Ao indígena “des-desterritorializado”, restou migrar, hábito já conhecido das populações nativas. Eles se incorporaram, então, aos municípios vizinhos, escondendo sua origem e suas práticas tradicionais, como forma de resistência, mas mantiveram alguns sistemas culturais tradicionais, através de um processo de re-elaboração e adaptação (HERBETTA, 2008, p. 179).

Nesse sentido, em função dos vários conflitos desencadeados no Brejo dos Padres entre índios, posseiros, latifundiários e Estado, parte dos povos indígenas, anteriormente confinados nos aldeamentos, tiveram de migrar para outras regiões. “Esse movimento/processo de diáspora é denominado de desdobro ou enxame do grupo e, por sua vez, é a emergência das pontas de rama” (PEIXOTO, 2018, p. 41). As pontas de rama estariam naturalmente ligadas ao denominado Tronco Velho:

Tal observação é possível quando os vemos como uma grande árvore onde os pankararu são o tronco e os grupos que se formaram com as diásporas e com os enxames são os ramos. O tronco sustenta a árvore na terra, retirando dela os nutrientes necessários para a sua vida, os ramos captam o oxigênio, trocam elementos com o vento, com os pássaros e insetos e eliminam os gases desnecessários, purificando e renovando o todo. Assim, percebe-se que o tronco e as ramas desenvolvem um laço de dependência e cooperação mútua que deve ser multiplicado ao criar novos grupos, ao soltar novos enxames (PEIXOTO, 2018, pp. 41-42).

Por mais que os povos das Pontas de Rama se distanciem de seu tronco e tenham sido bastante influenciados pela cultura ocidental cristã, elementos culturais e identitários em comum permanecem, dentre eles os cantos e os rituais (Figura 8⁵), inclusive quando da utilização de ervas e plantas medicinais, bastante utilizadas do ponto de vista cultural e religioso em torno dos Encantados, divindades de proteção da etnia Pankararu (VIEIRA, 2010).

⁵ A foto foi retirada no decorrer da realização de uma atividade de campo metodológico realizada junto aos Pankararu-PE em agosto de 2018. O registro trata-se de um toré no alto de uma das várias serras que margeiam a aldeia. Na ocasião, o grupo se deslocava por uma trilha e, em decorrência do fato das lideranças indígenas não terem encontrado o caminho correto, optaram pela comunicação com os Encantados a partir da dança.

Figura 8 - Toré na mata com o povo Pankararu-PE. Campo Metodológico realizado na Aldeia Brejo dos Padres-PE



Fonte: VASCONCELOS, F. M. T, 2018.

Atualmente, a terra indígena Pankararu tem seu território localizado numa área próxima ao entroncamento de grandes obras hídricas, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Itaparica (Petrolândia-PE), das Usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso-BA (Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso) e da obra de transposição do rio São Francisco. As famílias relatam vários conflitos em decorrência, por exemplo da construção de estradas e outras obras em suas terras, como linhas de transmissão sem a autorização delas e sem o devido pagamento de indenizações. Afirmam, ainda, que os lagos das usinas invadiram terras indígenas, comprometendo a sobrevivência das famílias, que se dava em torno do rio, a partir da pesca, bem como a sobreposição desses projetos sobre seus territórios sagrados, uma vez que isso tem impedido a comunicação dos mesmos com seus ancestrais. O povo indígena Pankararu-PE tem seu território atrelado a serras e encostas e ao rio São Francisco, para eles, lugares sagrados onde residem os Encantados.

Nesse sentido, as serras no entorno dos Pankararu-PE também vêm sendo invadidas por outro projeto de desenvolvimento relativo à produção de energia eólica (Figura 9). Dentre os

vários impactos apontados pelas famílias, o Pajé Washington destaca o fato de que “com esse complexo, os Encantados não conseguem mais ficar nesse local”.

Figura 9 - Parque eólico – Tacaratu-PE

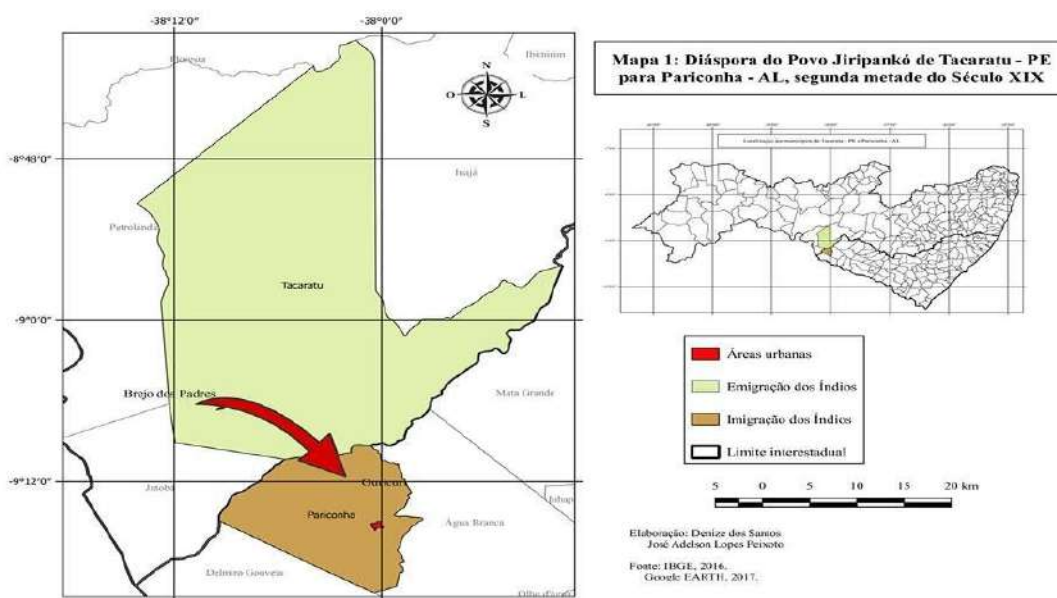


Fonte: VASCONCELOS, F. M. T., 2018.

Os povos indígenas do Alto Sertão de Alagoas possuem sua origem ligada ao povo Pankararu-PE. No século XIX, pelas dificuldades de acesso à terra e à reprodução da vida, algumas pontas de rama partiram em diáspora para o sertão alagoano: Jeripankó, Kalankó, Karuazu, Koyupanká, Katókin e, por último, os Pankararu de Delmiro Gouveia.

No âmbito da tese de doutorado intitulada *Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas*, Peixoto (2018) apresenta em mapas (Figura 10) a diáspora do primeiro povo descendente dos Pankararu – Jeripankó, que se instalou no sertão alagoano, dando início à territorialização de várias outras pontas de rama ligadas ao tronco Pankararu-PE.

Figura 10 - Diáspora do Povo Jiripankó de Tacaratu-PE para Pariconha-AL



Fonte: IBGE, 2016; Google Earth, 2017

Maracci, ao estudar as trajetórias territoriais dos Tupiniquim e dos Guarani Mbyá no estado do Espírito Santo, afirma que:

Tal como ocorrera com outras populações indígenas, submetidos a violentos massacres e a rigorosas restrições territoriais (políticas de integração e aldeamentos forçados) por parte dos colonizadores, enfrentaram uma redução populacional que quase os colocou em situação de extinção. Os grupos indígenas que resistiram sofreram um processo dramático de restrições territoriais por meio da repressão aos seus ritos, línguas, tradições e liberdade, restrições estas que ainda vemos atualizadas (2017, p. 216).

Devido à falta de acesso à terra e/ou pouca terra não só para a prática agrícola, mas para as práticas religiosas, muitas das ramas em Alagoas permanecerem durante anos em silêncio, realizando suas práticas religiosas em locais improvisados, contudo reproduzindo sua ancestralidade mesmo diante do preconceito e perseguição pela população local, atribuindo a eles denominações pejorativas como macumbeiros e/ou feiticeiros. De acordo com Freire (2020), as práticas religiosas dos povos indígenas de Alagoas giram em torno do Ouricuri e dos Encantados (Quadro 1), ambas com forte influência da religião católica. Para a autora:

Na tradição religiosa dos povos indígenas Jiripancó, Kalankó, Karuazu, Katokinn e Koiunpanká, etnias do sertão alagoano, além do Toré existe o ritual dos “Praiás”, espírito dos ancestrais (representados pelas vestes rituais feitas de palha) com os mesmos nomes dos ancestrais e vestidas pelos “Moços”, jovens do sexo masculino que guardam a tradição e o segredo e se preparam fisicamente e espiritualmente para participar dos rituais da aldeia, recebendo os “Homens” e vestindo os “Praiás” nas festas dos “Encantados”. O ritual dos “Praiás” (ou ancestrais) é realizado no terreiro da aldeia. Todo terreiro tem seu próprio “Encantado”. Existe uma constante participação de outras etnias nos

rituais, com a participação de “Praiás” de diversas etnias, o que cria e fortalece vínculos entre as comunidades. Esses povos celebram outros rituais além do Toré e das danças dos Praiás e dos Encantados, como a flechada do Imbu, a Puxada do Cipó e o Menino do Rancho (FREIRE, 2020, p. 46).

O depoimento do cacique Koiupanká disponibilizado no mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil retrata a situação vivenciada pelas pontas de rama no Sertão de Alagoas quanto às suas práticas e rituais religiosos: “Fazíamos [o ritual da queima do mucuri] escondidos, tínhamos medo. Fomos massacrados, discriminados e perseguidos. [...] Eu danço com fé, tenho fé no que estou fazendo. Tivemos que guardar embaixo dos panos, mas este pequeno grupo que guardou está servindo para ensinar os outros”.

O quadro a seguir reúne as informações básicas relativas aos povos indígenas do Alto Sertão de Alagoas, mas que nos permitem visualizar alguns aspectos organizacionais, religiosos e territoriais.

Quadro 1 - Povos Indígenas do Alto Sertão de Alagoas

Etnia	Nº de famílias (SESAI 2015)	Município	Aldeias	Rituais/Festas	Situação fundiária
Jeripankó	1.502	Pariconha	Ouricuri, Figueiredo, Moxotó, Serra do Engenho, Aratikun	Corrida do Imbu, O Menino do Rancho, A dança dos Passos, os Praiás e os Encantados	Em processo de revisão do território
Karuazu	1.749*	Pariconha	Tanque, Campinhos	Praia, Dança do Toré	Aguardando criação do Grupo de trabalho para identificação do território

Katokin		Pariconha	Katokin	Corrida do Umbu, os Praiás	Aguardando criação do Grupo de trabalho para identificação do território T
Kalankó	310	Água Branca	Januária, Lajedo do Couro, Sítio Gregório	Praia, Toré, Serviço de Chão	Conclusão do GT de identificação do Território
Koiunpanká	564	Inhapi	Baixa do Galo, Roçado, Baixa Fresca	Curá, Toré, Praia	Aguardando criação do grupo de trabalho para identificação do território
Pankararu Delmiro Gouveia	103**	Delmiro Gouveia	-	Toré, Poró	Nenhum procedimento de reconhecimento territorial / Povo desaldeado pleiteando a compra de uma reserva

Fonte: SEPLAG (2017); Vieira (2010); Herbetta (2006), Peixoto (2018); FREIRE (2020).

*De acordo com A SEPLAG (2017), o número refere-se ao valor total da população das aldeias katokin e karuazu, por estar destinado um único pólo base da SESAI para atendimento das duas comunidades.

**Dados divulgados pela Associação Indígena Pankararu de Delmiro Gouveia.

O Sertão de Alagoas foi, historicamente, sendo invadido pela pecuária por meio da tomada dos sertões indígenas e, posteriormente, dos negros, invasão essa comandada pela Casa da Torre. Tais conflitos, por terra e água, envolvendo povos indígenas e negros, posseiros e latifundiários, como vimos anteriormente, conformaram a fuga de parte dos indígenas, desde o século XVIII, reunidos no aldeamento Brejo dos Padres-PE para o Sertão alagoano. Esse território serviu de abrigo para as denominadas Pontas de Rama do “Tronco Pankararu”. Nesse

sentido, as ramas se concentraram nos municípios de Pariconha, Água Branca, Inhapi e Delmiro Gouveia (Como vimos na Figura 6).

Os povos do Sertão de Alagoas, como forma de sobrevivência, permaneceram durante anos em silêncio, disfarçando as formas originárias de seus rituais e práticas religiosas. Percebe-se que as principais práticas religiosas, de celebração e rituais estão ligadas às práticas do tronco velho, a saber: Praiás, Encantados e da Dança do Toré.

Até pouco tempo atrás, não podia falar que era índio, não. Se falasse que era índio, os fazendeiro, eles mandava os capanga matar o índio. Se o índio tivesse um emprego e ele falasse que era índio ou então que ia frequentar a aldeia-mãe ou que participava de algum ritual tribal, indígena, eles mandava matar e tirava do emprego. No mínimo, ele tirava do emprego. Não podia aquele índio trabalhar, não (ENTREVISTA CEDIDA A DVL, liderança pankararu de Delmiro Gouveia, 2014).

A perseguição logo se evidenciou, seja pela tentativa de tomada das terras por eles ocupadas, seja pela exploração de mão de obra, seja pelo preconceito em torno de seu modo de vida.

Assim, na década de 1980, o processo de luta por terra e território desencadeado pelos Jeripankó motivou a insurgência de uma rede dos vários povos indígenas no Sertão no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. A solidariedade entre os povos foi um importante mecanismo de r-existência, inclusive no que se refere às práticas religiosas e à ligação com o seu tronco.

A existência dos Jeripankó no Sertão de Alagoas está ligada historicamente a Zé Carapina e Izabel, que, tentando escapar dos conflitos internos e dos fazendeiros nas imediações de Brejo dos Padres, fugiram para Alagoas. Vieira (2013), em diálogo com Silva (2007), a partir dos relatos do cacique Genésio Miranda, afirma que os conflitos permearam a vida de Zé Carapina e de sua família desde que chegaram a terras alagoanas e iniciaram suas vidas a partir do trabalho na terra:

Ali, foram ajeitando... com pouco tempo, ela deu uma produção. Deu o primeiro filho, por nome de Francelino; a segunda filha, por nome de Maria; a terceira, por nome Ana e o quarto, por nome de José. Quando ele tava com os seus filhos tudinho, aí o fazendeiro chegou e encontrou ele já situado, com uma nova roça. Na época da colheita, já dava o andu, a fava, o feijão de corda, a abóbora...já tava tudo produzido. Aí o fazendeiro chegou: “Mas Zé Carapina, você fez uma roça dessa aqui? Eu não autorizei você fazer roça aqui não”. ‘Mas major, eu fiz isso porque já tenho criança que precisa comer. E a gente não tem outra comida a não ser a que vem da rocinha’. ‘Mas você derrube as cercas, que é para o gado comer a lavoura’. ‘Mas eu não faço isso não, que é crime! Derrubo não! O senhor quer derrubar, procure a justiça’. Agora, estamos lutando pelo resto da terra (Entrevista *apud* SILVA, 2007).

A chegada de Zé Carapina e de Izabel no Alto Sertão alagoano, no século XIX, é até o dia de hoje narrada pelo seu neto, Cacique Genésio. O casal pediu morada na propriedade da família Marques, uma das primeiras a instalar fazendas de gado no Alto Sertão juntamente à família do Barão de Água Branca. A fuga do Sertão de Pernambuco, por conta do nível de violência, foi vivenciada novamente em terras alagoanas, posto que o fazendeiro começou a perseguir Carapina e sua família por terem começado a produzir perto de um olho-d'água, denominado de Ouricuri, local onde passaram a residir e, em seguida, a receber parentes vindos de Brejo dos Padres-PE e onde hoje está localizada uma das aldeias do povo Jeripankó.

Peixoto trata das estratégias de sobrevivência e dos laços de identidade ainda existentes entre esse povo e seu tronco mais velho:

Assim, ao nascer um novo grupo, foi necessário ressignificar o espaço a partir das suas representações religiosas, dos seus elementos sagrados e dos seus ritos que de certa forma recriavam o ambiente originário em Pernambuco. Mesmo afastados geográfica e fisicamente do tronco Pankararu, os Jiripankó mantêm contato com aquele povo, pois conservam o hábito de visitá-los em Brejo dos Padres, principalmente durante as festividades e de recebê-los quando das festividades em Pariconha. Graças a essas relações, o Cacique Genésio Miranda conseguiu reunir os elementos necessários para conseguir o reconhecimento de seu povo junto ao Governo Federal e aos órgãos de tutela, consolidando-se como seu líder. A sua liderança foi sendo construída desde muito jovem quando começou a participar dos rituais fechados e frequentar o Terreiro e o Poró (casa de ritual) dos Pankararu, o que lhe foi permitindo forjar uma identidade política e religiosa e difundir seu aprendizado na comunidade Jiripankó (2018, p. 47).

Muitas dessas tradições preservadas ao longo dos anos, mesmo sob a forte influência da religião católica, perseguição e preconceito, permitiram com que funcionasse como importante elemento a ser considerado no processo de luta pela demarcação da terra Jeripankó e na luta dos demais povos indígenas do Sertão, a exemplo dos Karuazu.

O povo Karuazu apresenta-se como sendo também ligado ao tronco Pankararu. Está localizado na zona rural do município de Pariconha.

A história dos Karuazu são as histórias de saída da área Pankararu, das dificuldades de trabalho, das secas, dos conflitos e da instalação nesse novo local que vão constituir na matéria prima para afirmação coletiva dessa identidade. Pertencer aos karuazu parte do sentimento de compartilhar essa memória de migração (BARRETTO, 2010, p. 42).

A história desse povo, ligada à migração, tem como referência maior seu tronco, os Pankararu, bem como à família Panta Leão. Um negro, filho de indígenas do Brejo dos Padres, a quem os Karuazu pediram abrigo e de onde se reproduziram enquanto Ponta de Rama, chegando esses a se casarem e se reproduzirem entre si.

Os Karuazu vêm, desde o final da década de 1990, lutando pela demarcação de suas terras e afirmação de seu território. Desse modo, uma das lideranças destaca a importância da juventude indígena no âmbito da luta não somente pela demarcação da terra, mas pela reafirmação e manutenção da identidade Karuazu:

Participa também quando tem os jogos indígenas e quando tem as nossas festas tradicionais, sempre no período da quaresma [...] a corrida do umbu, quando surgirem os primeiros frutos do umbu. Chamamos festa do umbu [...] quando começa a quaresma a gente já começa as atividades no nosso terreiro (Liderança Karuazu, Aldeia Karuazu-Pariconha⁶).

A liderança Karuazu reconhece o papel político dos jovens indígenas em várias frentes de luta da comunidade, contudo ressalta a falta de espaço, de atividades e oportunidades para esses jovens, responsáveis pela continuidade das tradições do povo Karuazu.

Outro povo localizado no município de Pariconha é o povo Katókin. Esse tem algumas particularidades no âmbito dos povos indígenas do Sertão de Alagoas, dentre elas o fato de estarem aglomerados na periferia urbana de Pariconha-AL, o que compromete sua reprodução física e cultural. Outra especificidade refere-se à sua principal liderança, a cacique Maria das Graças, conhecida como Nina. Nina Katókin é uma forte liderança indígena, em Alagoas, e que se apresenta como fundamental para a luta territorial desse povo. Por meio de um sonho, Nina recebeu dos “Encantados” o etnônimo Katókin.

Ela relatou o sonho a Amorim:

Na primeira apareceu parte do nome em tábua pintada de branco; na segunda, pedindo orientação aos seus Encantados, Nina solicita confirmação do nome da aldeia que aparece completo noutro sonho; nos sonhos seguintes, recebe a aprovação do ‘rei’ dos índios como a cacica e recebe orientação para fazer seu arco e flecha. Índio que é índio carrega seu arco (AMORIM, 2003, p. 55-56).

O povo Katókin mantém um idioma próprio. Eles conhecem alguns vocábulos que são usados nos torés e toantes, não chegando a configurar uma língua. O idioma utilizado nos momentos sagrados e de culto é o Magogi, ensinado à geração atual pelos mais velhos. Esse processo de forte ancestralidade tem sido comprometido em função dos conflitos territoriais e da morosidade quanto ao reconhecimento e demarcação de suas terras pelo Estado. Segundo Vieira:

Os rituais obedecem a determinadas etapas, onde não pode haver somente uma parte, ou se a fizer, ficarão incompletos. São quatro as fases para que haja o ciclo completo dos rituais: inicia-se com a Corrida do Umbú, onde há a dança

⁶ Entrevista realizada em novembro de 2018.

da Tubiba; seguido pela Flechada do Umbú, onde as frutas colhidas aparecem entre final de novembro e início de dezembro – após cair a primeira fruta a comunidade toma conhecimento que está em tempo de iniciar o ciclo; a terceira etapa é a Puxada do Cipó, onde participam tanto os Praiás quanto os demais integrantes do povo – a partir deste ritual eles se certificam de como será a colheita durante aquele ano, promissora ou não e, para finalizar, a Queima da Cansação, que se realiza por quatro domingos seguidos, e, para que ocorra este, é necessária a troca de terreiro (2013, p. 199).

Os rituais sagrados compõem a territorialidade local, sendo indispensável para a afirmação desse território indígena no fortalecimento das lutas de reconhecimento por parte do Estado. Os conflitos por terra e território têm sido constantes, posto que, para além da produção agrícola, necessitam da terra para a prática religiosa.

A trajetória territorial do povo Kalankó, localizado no município de Água Branca-AL, também está ligada ao povo Pankararu-PE, tronco com que as famílias mantiveram-se ligadas, e isso permitiu que as várias gerações mantivessem e dessem continuidade as suas práticas religiosas e culturais em função das restrições territoriais sofridas por esse povo no Sertão de Alagoas.

A história dos Kalankó é de muita resistência em meio ao poder político exercido pelos Coronéis no ambiente das primeiras freguesias e vilas do Sertão, o que os obrigou a trabalhar para fazendeiros da região, bem como migrar durante alguns meses do ano para o corte de cana-de-açúcar na zona da mata alagoana.

O povo Kalankó, assim como os demais povos indígenas do Sertão, teve de permanecer no anonimato desde a chegada dos seus primeiros membros na região, no século XIX. No decorrer do século XX, a partir do contato com outros povos indígenas e movimentos sociais do Sertão, resolveu iniciar o processo de luta pela demarcação de seu território. A luta pelo reconhecimento étnico do povo Kalankó vem desde o final de década de 1970. O passo mais difícil e significativo foi o autorreconhecimento. Desde então, a luta tem se dado a partir de avanços e retrocessos no âmbito do território, por acesso à saúde, à educação e a demais direitos no tocante à manutenção da identidade étnica Kalankó.

[...] a gente quer a terra para preservar recursos naturais, a medicina tradicional, as matas, os córregos. O sertão precisa da terra para cultivar e plantar o milho, a mandioca, o algodão, a broca, a melancia (Liderança kalankó apud Herbeta, 2017).

A r-existência kalankó se faz a partir de várias práticas territoriais voltadas para a natureza e o que ela oferece para a reprodução da vida. Assim, o acesso a terra se faz indispensável para os povos indígenas do Sertão.

Nesse sentido é que o povo Koiunpanká, situado no município de Inhapi-AL, e a partir de um histórico de exploração e expropriação no que se refere à exploração de sua força de trabalho pelos fazendeiros da região, vê, na demarcação de suas terras a esperança de liberdade e autonomia para viverem de maneira digna.

Assim como os demais povos indígenas do Sertão alagoano e com base na mesma origem Pankararu-PE, esses também iniciaram a luta pela demarcação de suas terras. Esse povo apresenta uma forte relação com os demais povos parentes da região, contudo, de acordo com Vieira,

Percebe-se que a identidade cosmológica Koinpanká, em que se identifica o Dono do Terreiro – como os indígenas se referem ao seu fundador, o Encantado – espírito dos antepassados –, é oriunda do povo Pankararé, município de Nova Glória, sertão da Bahia (2013, p. 200).

Na última década, mais um povo assumiu publicamente sua identidade indígena no Sertão de Alagoas. Trata-se do povo Pankararu de Delmiro Gouveia. Esses residem na periferia do município de Delmiro Gouveia, nas imediações do bairro Pedra Velha. São mais de cem famílias sob a liderança do Cacique Edson e do Pajé Luís Vicente. De acordo com o Cacique Edson:

Somos Pankararus e vivemos aqui em Delmiro Gouveia. Nós temos parentes, isso é, irmãos, tios, primos lá na nossa aldeia-mãe que fica a aproximadamente cinquenta e poucos quilômetros daqui de Delmiro Gouveia, que é sertão de Alagoas [...] nós aqui, apesar de não viver lá dentro da aldeia-mãe, mas nós vivenciamos a nossa cultura trazidas de nossos antepassados, até o dia de hoje, nós vivenciamos o toré, a nossa cultura ((ENTREVISTA CEDIDA A DVL, liderança pankararu de Delmiro Gouveia, 2014).

O povo Pankararu de Delmiro Gouveia, por mais que resida na zona urbana, afirma possuir fortes laços com sua ancestralidade Pankararu-PE. O histórico de vida desse povo não se diferencia dos demais povos indígenas do Sertão que tiveram de migrar de Brejo dos Padres na busca de melhores condições de vida.

Eles destacam o papel do artesanato para a sobrevivência de muitas famílias da comunidade, bem como a relação com a natureza, apesar de não residirem na zona rural.

E nossos índio aqui, que fazem artesanato, que entende também da medicina natural, é a casca, as raízes, por exemplo, do bonome, da quixabeira, do mororó, do feijão brabo e além do remédio que a gente tira do cactus, né? Que aqui o sertão de Alagoas é rico no cactus. Tem uma utilidade grande, o cactu, né? E a gente até dói o coração quando fala na medicina natural. Uma boa parte tá em extinção das ervas medicinais é, as árvores frutíferas, nativas, da região sertão, o povo gosta, né? Cortaram pra fazer carvão pra vender e até hoje, o pouco que resta, estão ainda cortando, né? Destruindo a natureza

((ENTREVISTA CEDIDA A DVL, liderança pankararu de Delmiro Gouveia, 2014).

Para a liderança, não importa o local de moradia, as características físicas, o trabalho de parte das famílias. Para ele, ser indígena está relacionado à sua origem, sua cultura, está no sangue. Nesse sentido, esse povo realiza seus rituais sagrados num terreiro que funciona na propriedade rural de umas das lideranças. Lá vivenciam sua ancestralidade, tradição com base nos costumes e conhecimentos que lhes foram repassados por várias gerações.

A comunidade está reunida numa associação. Destaca as dificuldades não só quanto à luta pela terra, mas por moradia, uma vez que várias das famílias indígenas não possuem casa. O grupo reforça ainda uma identidade indígena no contexto da experiência de vida urbana.

A partir de uma breve contextualização sobre os povos indígenas do Sertão de Alagoas, podemos afirmar que a demarcação das terras indígenas nesta região de Alagoas ainda não foi devidamente finalizada e oficializada. Contudo, os povos têm r-existido a partir da solidariedade entre eles e da organização política na luta por terra, água e território, bem como a partir da manutenção e fortalecimento de suas cosmovisões, fortemente ligadas à natureza, à mata, ao sol, à lua, ao vento. Alguns desses povos mantêm um idioma próprio, a exemplo do povo Katokin. São lutas cotidianas pela descolonização do poder, do ser, do saber e da natureza. Os povos indígenas do Sertão de Alagoas conformam o que Maracci (2017) denominou de percursos descoloniais no contexto da ordem moderno-colonial de desenvolvimento vivenciada pelos sertões do Nordeste.

4.6.2 A Territorialidade Negra no Sertão de Alagoas: narrativas pretensamente silenciadas

A historiografia ocidental difundiu a afirmativa de que a presença negra restringiu-se à zona da mata alagoana, por ter sido essa bastante utilizada como mão de obra escrava na monocultura da cana-de-açúcar. Vários foram os discursos quanto à inviabilidade econômica de se ter escravos no Sertão, devido ao isolamento dessa área e facilidade para fuga, bem como às constantes secas.

Para Lindoso (2011, p. 158), “o negro não foi integrado ao Sertão. Ele chegou ao Sertão onde esse começa ou acaba. Nos limites. O negro é um ser que o Sertão rejeitou, isto é, nem integrou nem quis para si”. A pecuária não integrou o negro ao Sertão, e sim o índio a partir de vários contextos e funções: como jagunço, como cangaceiro, como vaqueiro. A formação do Grande Sertão versa sobre o indígena, subjugado ao pastoreio e ao poder do homem branco. A

pecuária, enquanto principal atividade econômica do Sertão, não necessitou da mão de obra escrava negra para ali exercer seu domínio.

A expansão da presença negra no Sertão alagoano se deu a partir da fuga de negros das amarras e escravidão da cana-de-açúcar no litoral e devido ao massacre e extermínio de parte significativa dos negros reunidos no Quilombo dos Palmares, fugindo os sobreviventes para as terras distantes onde pudessem ser livres.

No entanto, o Sertão, que, sob a perspectiva de uma narrativa colonial, estaria livre do trabalho escravo e poderia se apresentar como um território “desocupado” onde a população negra pudesse exercer sua liberdade, por mais que em proporção consideravelmente menor, também se utilizou do trabalho escravo dos povos negros, como podemos visualizar na tabela a seguir.

Tabela 2 - Demonstrativo da população livre e escrava das Alagoas com denominação das paróquias, condição e sexo – 1872

Paróquia	Livres			Escravos			Total
	Hom.	Mul.	Total	Hom.	Mul.	Total	
Pão-de-Açúcar – Sertão	4.166	4.479	8.645	234	234	407	9.052
Santana do Ipanema – Sertão	4.305	4.126	8.431	132	184	316	8.747
Traipu – Sertão	5.937	5.920	11.857	331	398	729	12.586
Água Branca – Sertão	2.617	2.665	5.282	143	195	338	5.620
Mata Grande – Sertão	2.214	2.121	4.335	154	123	277	4.612
Limoeiro – Zona da Mata	4.521	4.462	8.983	411	444	855	9.838
Palmeira dos Índios – Agreste	6.764	6.847	13.611	1.612	1.799	3.411	17.022
Total			61.144			6.333	67.477

Fonte: Andrade (2014, p. 116).

Os dados contidos na Tabela 2 demonstram que, em 1872, os municípios sertanejos de Pão-de-Açúcar-AL, Água Branca-AL e Mata Grande-AL, em relação ao número de escravos, ocupam, respectivamente, a terceira, quarta e quinta posição de um total de sete paróquias em Alagoas. Assim, podemos afirmar que o colonialismo sustentado pelo latifúndio, pela monocultura e pelo trabalho escravo também alcançou o Sertão. O escravo sempre foi visto com um bem de valor associado à riqueza gerada pela monocultura da cana-de-açúcar no litoral

em contraposição à pobreza do Sertão, o que confirma a sobreposição das forças produtivas sobre os territórios de indígenas e negros (SILVA, 2013).

Tavares, ao analisar estudo realizado por Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu (2011), afirma que

Contrariando posições por muito tempo legitimadas, as fontes documentais evidenciam a presença do cativo no Sertão, espaço de economia acanhada, voltada ao consumo interno. Os inventários indicam que a grande maioria possuidora de terras, portanto, agricultores e pecuaristas eram proprietários de escravos. Possuir escravos no Sertão não exportador não era algo excepcional, pelo contrário, era um fato comum entre os sertanejos (ABREU, 2011, p. 52).

Nesse sentido, descolonizar o imaginário social quanto à ausência da territorialidade negra na conformação do Sertão é necessário, com o objetivo de tentarmos entender esses lugares a partir de suas singularidades e particularidades, rompendo com o silêncio que permeia a história desses povos.

Araújo vem estudando a propriedade de escravos no Alto Sertão de Alagoas no século XIX. De acordo com a autora,

Em julho de 1863, Antônio José Pinto, um morador de Água Branca, requereu à justiça que procedesse ao inventário do seu sogro Jacinto Nunes da Cunha, que tinha falecido há 45 anos. Desde esse tempo, a viúva Francisca da Purificação Borges tinha permanecido com os bens, sem dividir com os seus cinco filhos, herdeiros de Jacinto. Em sua posse, existiam quatro escravos e, antes de decorrer o inventário, tinham libertado dois deles. Nesses casos de alforria, a senhora pagaria descontando do seu quinhão os valores dos escravizados que havia libertado (2017, p. 63).

Os inventários analisados por Araújo no município de Água Branca, no âmbito da sua pesquisa de mestrado, apontam a presença negra no Sertão de Alagoas e o reflexo disso na construção social e cultural de uma região ainda tão pouco estudada e que se estruturou com base numa classe latifundiária e escravocrata.

Estudos realizados por D'Carli (2007) sobre a presença negra no Sertão de Pernambuco, por exemplo, resgatam a participação da mão de obra escrava dos povos negros em todas as etapas do processo de produção, mesmo que de maneira diferenciada às relações estabelecidas entre senhores e escravos no litoral.

Nesse sentido, percebe-se que, assim como a terra se apresentava como um bem necessário para a classe latifundiária que se apropriou de vastas porções de terras, beneficiados pelas sesmarias e Lei de Terras, a mão de obra escrava, mesmo no Sertão e sob outra realidade, no que se refere ao processo de prática agrícola, era parte dessa realidade.

Araújo, ao analisar a estrutura da riqueza dos inventários das famílias de Água Branca entre 1851 e 1871, afirma que:

Os escravos correspondiam à boa parte da riqueza deixada por herança. Após a lei de interrupção do tráfico, em 1850, até o ano de 1871, eles perfaziam o percentual de 58,67%, um valor muito significativo na fortuna dos senhores, mostrando a importância da manutenção da escravidão na localidade (2017, p. 71).

A pesquisa de Araújo nos oferece algumas pistas para pensarmos a violência enquanto componente colonial que perpassa a trajetória territorial do Alto Sertão de Alagoas e da exploração e perseguição aos povos indígenas e negros, invisibilizados pelo Estado e pela Academia.

Santos (2018), ao estudar a etnografia dos rituais de rezadeiras e rezadores em Delmiro Gouveia, apresenta como uma das referências para entendimento do surgimento desses no Sertão de Alagoas a fuga de uma das escravas que acompanhava a comitiva de D. Pedro II ao visitar o rio São Francisco nos estados de Alagoas e Bahia. A supracitada escrava teria criado um quilombo, posteriormente formando-se a partir desse um dos povoados do atual município de Delmiro Gouveia:

A narrativa da formação histórica desse povoado, denominado posteriormente de Cruz, dá-se a partir da fuga da escrava Silivana e do seu esconderijo numa gruta às margens do São Francisco e que até os dias de hoje é local de visitação. No povoado Cruz vivem homens e mulheres, em sua maioria descendentes diretos de quilombolas e que se relacionaram entre si durante muitos anos (SANTOS, 2018, p. 42).

A historiografia da escravidão no Sertão nordestino explica ainda como o contingente de povos negros libertos pelo Fundo de Emancipação (aplicado entre 1872 e 1888) estabeleceu-se nas áreas de domínio político e econômico de seus antigos proprietários (MENDONÇA, 2008). Esse fato deve-se às redes de sociabilidade criadas entre escravos e homens livres no Sertão e às funções facilmente assumidas pelos povos negros no Sertão nas atividades de pecuária e agricultura.

Em Água Branca, um dos municípios onde predominou o maior número de escravos no Sertão de Alagoas, muitos dos negros libertos permaneceram nas imediações das antigas propriedades onde foram escravizados, contudo muitos foram os que se rebelaram contra o regime a que foram submetidos. Vários negros conseguiram fugir para as matas e serras da região, vindo, posteriormente, a dar origem a muitos núcleos comunitários que hoje se apresentam como redutos de remanescentes de quilombos.

No século XX e XXI, os remanescentes de quilombos no Alto Sertão, em um processo de insurgência política que se assemelha à rede de povos indígenas, se unem e iniciam a luta pelo seu reconhecimento étnico por parte do Estado. Esses têm se organizado e se articulado

politicamente num processo de reconhecimento oficial tentando romper com a lógica moderno/colonial de abandono e silêncio.

Em material publicado no ano de 2015 pelo Governo de Alagoas sobre as comunidades quilombolas presentes no território alagoano, dados da Fundação Palmares revelam que 12,3% destas famílias remanescentes de quilombos em Alagoas estão localizadas no Alto Sertão, distribuídas, assim, da seguinte maneira (Quadro 2).

Quadro 2 - Comunidades Quilombolas no Alto Sertão Alagoano

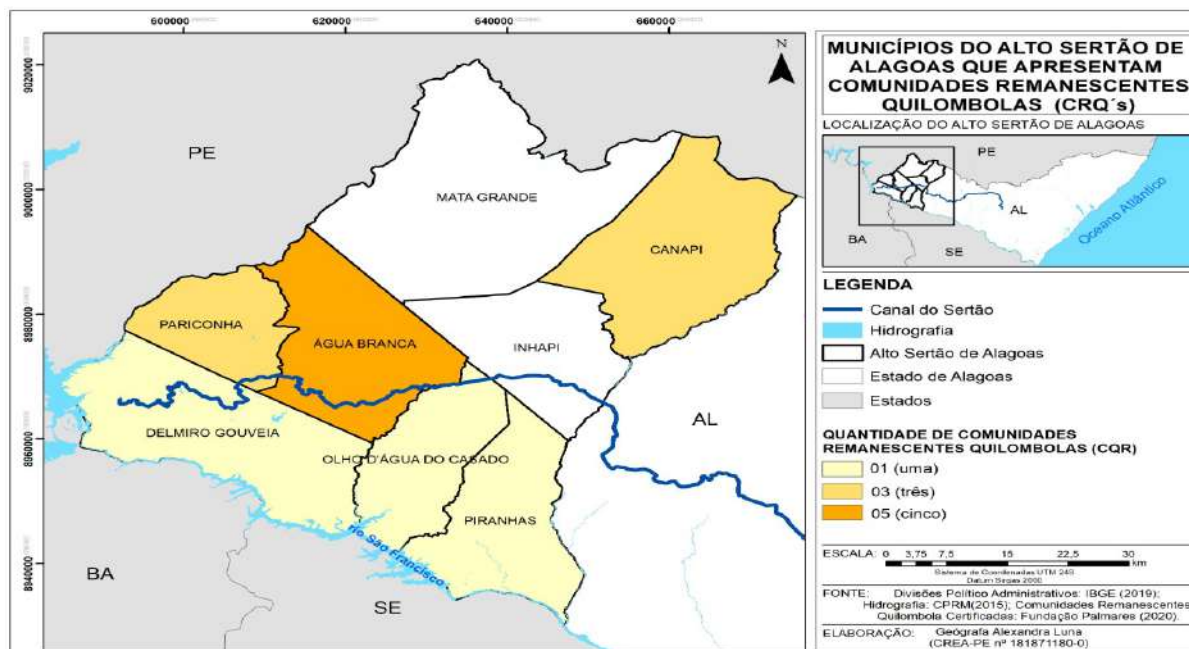
Comunidades	Município	Nº de Famílias	Data da Certificação (Fundação Palmares)
Lagoas das Pedras	Água Branca	50	19/11/2009
Barro Preto	Água Branca	50	19/11/2009
Serra das Viúvas	Água Branca	50	19/11/2009
Cal	Água branca	50	27/12/2010
Pov. Moreira de Baixo	Água Branca	120	02/02/2015
Mundumbi	Canapi	64	27/12/2010
Sítio Alto de Negros	Canapi	60	27/12/2010
Tupete	Canapi	73	27/12/2010
Povoado da Cruz	Delmiro Gouveia	72	19/04/2005
Alto da Boa Vista	Olho D'Água do Casado	85	07/04/2015
Burnio	Pariconha	50	19/11/2009
Melancias	Pariconha	30	27/12/2010
Malhada Vermelha	Pariconha	15	19/11/2009
Sítio Laje	Piranhas	30	27/12/2010

Fonte: ITERAL.

Isso significa que, para além da presença no Sertão alagoano dos povos negros devido à escravidão, evidencia-se a territorialização deles pela r-existência ao longo dos anos. A figura

a seguir nos permite visualizar melhor a territorialização dessas comunidades no Alto Sertão de Alagoas.

Figura 11 - Município do Alto Sertão de Alagoas que apresentam comunidades remanescentes de quilombos



Fonte: SEPLAG, 2015; Fundação Palmares, 2020.

Água Branca é o município do Alto Sertão com maior número de comunidades quilombolas. Parte dessas comunidades se formou a partir da fuga de escravos de propriedades da região para as serras, como o Morro de Caraunã, região onde atualmente está concentrada parte das comunidades de remanescentes de quilombos do município de Água Branca.

Os quilombos foram perseguidos e destruídos, contudo as territorialidades baseadas em laços comunitários e solidários em meio aos conflitos com o Estado Moderno-Colonial e que foram reproduzidas nestes espaços atravessaram séculos e re-existiram ao dispositivo da colonialidade do poder.

Esses sujeitos passaram por uma intensa dinâmica de des-reterritorialização, “sua reterritorialização já nasce como uma forma de resistência, de descolonização e tensionamento, uma experiência de giro descolonial” CORRÊA, 2016, p. 24). Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, no final da década de 1980, a partir da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas conhecidas até então a partir de denominações pejorativas adquirem o direito de acesso à terra. Falar de acesso à terra significa, dentre vários direitos e conquistas, o de acesso à moradia, políticas públicas e ao território. Trata-se, no entanto, do direito ao não silenciamento e à publicização de sua identidade, de explicitar suas raízes contra a prática de

branqueamento que sempre figurou como importante elemento no ordenamento territorial brasileiro. Nessa perspectiva, trata-se ainda do direito a escola e a contratação de professores que tenham a mesma identidade quilombola,

A gente não tem professor da mesma comunidade. A gente torce muito que tivesse, que fosse da comunidade da gente, que conhece as crianças das pessoas todinha e pra ensinar melhor, né? Eu preferia que fosse da comunidade, porque até mesmo por onde eu ando, nas reuniões de quilombolas, eles falam muito que professor tem que ser da comunidade. Pra contar as histórias da comunidade pras crianças, falar do folclore da comunidade, incentivá-los, mas, assim, a gente não tem. Se for perguntar uma coisa a uma criança, ele não sabe por quê. Que não tem um professor da comunidade que ensine, né? Só professor de fora da comunidade, que não sabe nossa história (Liderança da Comunidade Quilombola Cal, Água Branca⁷).

Entende-se que uma das frentes de luta é a desconstrução das narrativas ocidental-branca que predomina como um dispositivo de poder forte no processo de formação educacional das comunidades. Para Corrêa (2017, p. 125), “o branqueamento da cultura tinha e ainda tem como alvos, principalmente: religiosidade, linguagem, musicalidade, a origem e a participação de negros no corpo da cultura brasileira”.

A origem e formação de todas as comunidades não será possível de se realizar no âmbito desta pesquisa, no entanto cabe-nos afirmar que a presença negra conforma a identidade do Sertão de Alagoas, sendo testemunha da r-existência desse povo em diversos tempos e espaços impostos pela moderno/colonialidade.

4.6.3 Luta pela terra, território e pela descolonialidade do poder

O fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade (QUIJANO, 2005), e é com base nesse pensamento de Quijano que afirmamos que o estado de Alagoas – de maneira mais específica, o Sertão –, a partir da colonialidade do poder e da natureza, tem como marca indelével de sua formação territorial a concentração de terra e água.

Barbosa e Porto-Gonçalves (2014), com base em autores clássicos da descolonialidade, acrescentam os elementos étnicos e de raça como fundamento da questão agrária brasileira, posto que essa foi delineada a partir da concentração de terra e poder pelo colonizador europeu, branco e cristão, e que esse formato foi reproduzido de maneira hegemônica ao longo dos séculos, sobretudo nos sertões, uma vez que a desigualdade de acesso à terra produziu hierarquias violentas sobre os diversos povos.

⁷ Entrevista em novembro de 2018.

A estrutura fundiária do Sertão de Alagoas é baseada na predominância de pequenas e médias propriedades, o que não significa afirmar que o latifúndio não se faça presente escravizando, expropriando, explorando, concentrando renda e poder político. Esse quadro, segundo Lusa (2013), contribuiu para que os processos de resistência e re-existência também conformem a realidade do Sertão de Alagoas.

Nesse sentido, os povos do Sertão, a exemplo dos indígenas, dos quilombolas e dos camponeses sem terra, têm denunciado vários conflitos que perpassam a questão agrária, compondo o que Cruz (2011) denominou de “novos-velhos” sujeitos protagonistas, uma vez que todos os componentes que compõem suas lutas têm como origem a mesma condição que é a de subalternização diante dos princípios e valores da moderno/colonialidade:

Estes povos emergem enquanto movimentos sociais politicamente organizados em diferentes identidades coletivas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, ilhéus, vazanteiros, geraizeiros, pescadores artesanais, comunidades de fecho ou de fundo de pasto etc.) reivindicando reconhecimento de suas práticas culturais e de seus territórios tradicionalmente ocupados, travando uma luta que permeia questões materiais (ex.: luta pela terra) e simbólicas (ex.: luta pelo reconhecimento da diferença/identidade) (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 17).

Cosme (2017) aponta como consequência direta e perversa da concentração fundiária e da minifundização, em Alagoas, a desigualdade, a violência e o conflito (por terra, água e território). Violência que compromete o direito à vida.

Como reflexo de uma estrutura fundiária concentrada e desigual que materializou relações sociais de caráter patriarcal e reacionária e de mandonismo político, o Sertão alagoano se apresenta como seio da luta pela Reforma Agrária em Alagoas, de onde se pôde verificar, no final da década de 1980, as primeiras ocupações e desapropriações de terra:

Em 26 de janeiro de 1987, acontece a primeira ocupação do MST em Alagoas, com a participação de 76 famílias, que resistiram à tentativa de expulsão realizada pelo fazendeiro Miguel Grande, pois a Pastoral Rural e a Executiva do MST já acompanhavam a luta desses posseiros desde 1985 – tratava-se do conflito na fazenda Pebá. Com a reocupação, o juiz de Delmiro Gouveia foi pessoalmente efetuar o despejo, e as famílias acamparam então na beira da estrada. Meses depois, ocuparam a fazenda Lameirão, no mesmo município, mas foram novamente despejadas e retornaram para o mesmo local. Na madrugada do dia 26 de fevereiro de 1988 reocuparam a fazenda Pebá (SILVA, 2013, p. 396).

O relato de um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra demonstra o Sertão de Alagoas como espaço histórico de luta, resistência e re-existência em meio à colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza. Os três anos de ocupação,

despejos e perseguição, por parte dos fazendeiros das fazendas Peba e Lameirão, renderam a desapropriação das áreas, em 1988.

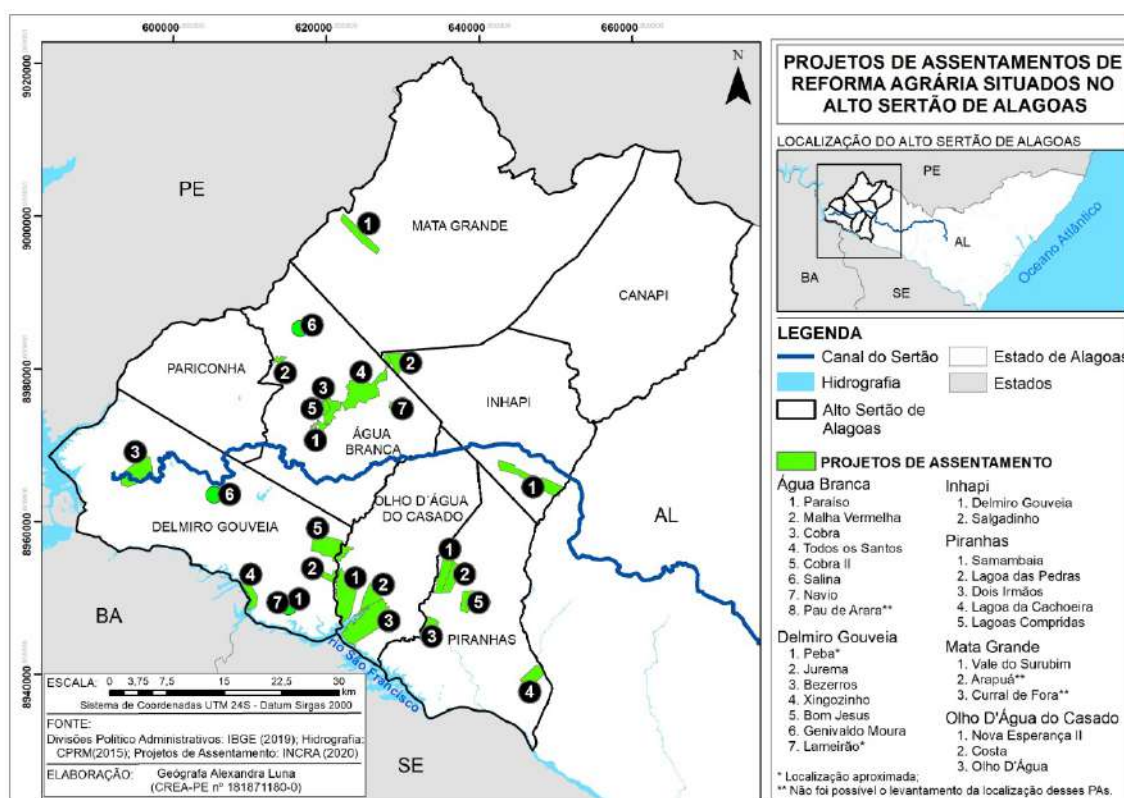
A luta pela terra no Sertão de Alagoas nos remete a Porto-Gonçalves (2014) ao abordar a transformação da luta pela terra em luta pelo território. Nesse sentido, a luta pela Reforma Agrária não se reduz somente ao acesso à terra pelas famílias. A luta se dá também pelo acesso a uma série de políticas públicas que permitam relações socioidentitárias, de autonomia e liberdade na terra. Assim é que Silva (2013) nos traz alguns recortes da luta por Reforma Agrária no Sertão de Alagoas no começo dos anos de 1990,

Ainda em 1991, em Delmiro Gouveia, no assentamento Lameirão, acontece o I Encontro Regional do MST, para discutir os rumos dos assentamentos. No mesmo ano, em junho, é feita a primeira ocupação na prefeitura, pelos assentados do Peba e do Lameirão, para reivindicar professores, merenda escolar, posto médico, água potável, entre outras reivindicações feitas pelas famílias (SILVA, 2013, p. 400).

A luta por terra, água e território, no Sertão de Alagoas, se territorializa na década de 1990 e 2000 a partir do bloqueio de rodovias, ocupação da CHESF e de novas propriedades em várias cidades do Alto Sertão como em Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas e Inhapi.

À luta por terra e território por parte do MST juntou-se à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, no começo dos anos 2000, esteve à frente do acampamento na propriedade Patos e Branquinha em Inhapi. De acordo com Lima (2013, p. 389), “a fazenda foi desapropriada em 2001, beneficiando quarenta famílias, e o imóvel passou a ser chamado Delmiro Gouveia”. Dessa maneira, podemos visualizar (Figura 12) os assentamentos rurais localizados no Alto Sertão de Alagoas, resultantes da luta por terra e território.

Figura 12 - Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária situados no Alto Sertão de Alagoas



Fonte: INCRA, 2020.

Os assentamentos rurais no Sertão de Alagoas representam a materialidade de várias ações de movimentos sociais de luta pela terra, água e território. Para além do fato da população alagoana vir tendo acesso à alimentação saudável produzida em áreas de Reforma Agrária a partir das feiras de reforma agrária, camponesas e agroecológicas, muitas áreas reformadas vêm apresentando importantes processos de territorialização a partir da organização da produção. Podemos citar como exemplo o assentamento Maria Bonita em Delmiro Gouveia, que, em 2016, inaugurou a primeira agroindústria em Alagoas instalada em um espaço de Reforma Agrária. Ela beneficia frutas e castanha de caju para a produção de vários tipos de doces polpas, gerando renda e segurança para as famílias assentadas em meio às adversidades do assentamento, pois, de acordo com uma das lideranças do MST na região,

Nesse momento, aqui na região, a briga do MST ainda é por terra mas também por água. A gente tem assentamento como o Maria Bonita, aquele assentamento lá tem um tempão e aquele assentamento não tem água. Não sei como se consegue montar uma agroindústria daquele tamanho, num assentamento com quase 100 famílias e não tem água (Liderança MST, Delmiro Gouveia⁸)

⁸ Entrevista em novembro de 2018.

O depoimento acima retrata muitas das lutas do MST no âmbito da Reforma Agrária, lutas que continuam após a entrada das famílias na terra, mas também retrata a força das famílias no que se refere ao trabalho na terra e à organização da produção (Figura 13).

Figura 13 - Viveiro de plantas – Assentamento Maria - Bonita-Delmiro Gouveia-AL



Fonte: VASCONCELOS, F. M. T., 2015.

Em trabalho de campo junto às famílias do assentamento Maria Bonita, tivemos oportunidade de conhecermos a diversidade presente na produção agrícola. Na ocasião, as atividades coletivas que se destacavam no assentamento referiam-se à fruticultura e à apicultura. No viveiro construído pelas famílias assentadas, elas produziam mudas de cajueiro, laranjeira e jaqueira que serviriam para a produção e frutas no assentamento, venda e também doação.

No decorrer deste capítulo, abordamos a diversidade de comunidades do Sertão de Alagoas, silenciada durante parte da modernidade/colonialidade e que, a partir dos diversos sujeitos, povos do Sertão e povos originários, tem ganhado voz e força na luta por seus territórios.

Barcelos, ao tratar das consequências dos grandes projetos de desenvolvimento sobre as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, populações camponesas, ribeirinhas, dentre outras, afirma que:

São estes sujeitos que recolocam, hoje, no plano político, o esgotamento/crise do modelo de desenvolvimento como caminho único. São estes os que provocam/enunciam uma crítica radical ao desenvolvimento. Até porque são estes que continuamente vêm sendo os primeiros expropriados por grandes barragens, monoculturas, siderúrgicas, estradas, corredores logísticos, portos, enfim, obras de desenvolvimento e os primeiros também a recusarem estas ideias fáceis do imaginário desenvolvimentista, como progresso, economia, justiça, sustentabilidade, avaliação de impactos, cidadania, controle social [...] enfim, estes sujeitos ampliam e tornam obrigatória uma mudança nas formas de pensar, de interpretar, de agir e narrar o/no mundo, ou seja, nos provocam a pensar os vários giros de que necessitamos (2017, p. 266).

Assim é que negamos a tese de Sertão como espaço vazio e afirmamos que, a partir da vivência em Alagoas como professora/pesquisadora, o Sertão é dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos povos originários e das comunidades tradicionais e camponesas – de múltiplas matrizes de racionalidade. O Sertão dos povos que re-existem. O Sertão de Alagoas como lugar de enunciação é o Sertão das pontas de ramas do tronco Pankararu; dos remanescentes de negros escravizados em Água Branca e Mata Grande, fugidos das fazendas do Sertão de Pernambuco e da zona da mata alagoana; o Sertão dos que ficaram de fora da terra que lhes foi tomada pela moderno-colonialidade e que foi repartida entre os brancos e seus descendentes; o Sertão do São Francisco, o Grande Sertão – Os Sertões.

5 COLONIALIDADE DA NATUREZA E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO NA ROTA DOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

5.1 RIO SÃO FRANCISCO: VÁRIAS ALCUNHAS E UM SÓ FADO

O rio São Francisco nasce no estado de Minas Gerais, Sudeste do Brasil, e percorre quatro estados do Nordeste brasileiro: Bahia, Pernambuco, Sergipe, até o seu encontro com o Oceano Atlântico em Penedo-AL (Figura 14). Nasce numa área de Cerrado, expande-se no Sertão e deságua no litoral. Parte da geografia da Região Nordeste se apresenta a partir do Rio-Opará, termo atribuído ao rio pelas populações indígenas que habitavam seu território antes da colonização que determinou a colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza, a partir de suas águas.

Figura 14 - Região Hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: ANA, 2013.

O rio São Francisco é imbuído de uma enorme misticidade que envolve os diversos povos – indígenas, ribeirinhos, pescadores e dos sertanejos com suas várias crenças, lendas, histórias e contos que esses nos apresentam.

O choque cultural entre os povos originários do Sertão com os colonizadores, a exemplo da Casa da Torre e do seu projeto colonial de apropriação dos territórios de vida indígenas, proporcionou, ainda, a criação de uma outra terminologia atribuída ao rio São Francisco – “rio

dos currais”, devido à forte presença de fazendas que tinham como principal atividade a pecuária e que estavam localizadas às suas margens.

Podemos perceber, com base numa vasta literatura acadêmica e histórica, a importância do rio São Francisco para a formação territorial da Região Nordeste. Assumindo, assim, a água um importante papel para o povoamento do território, o rio São Francisco, com sua enorme oferta de água, permitiu a invasão de parte do interior da Região Nordeste por meio da pecuária, bem como serviu, via navegação, como meio de transporte para matérias-primas que precisavam ser transportadas dos sertões para vilas e centros de outras regiões do país.

No cerne dessa discussão, o rio São Francisco foi denominado ainda de rio da integração nacional. Ainda no século XIX, a partir desse se deu a instalação de grandes obras e a apropriação do território, a exemplo de ferrovias, como a da Estrada de Ferro Paulo Afonso, pensadas e executadas ainda no período dito Imperial.

Assim, o rio São Francisco vem sendo alvo de infinitas ações por parte do Estado e do setor privado. Essa discussão se insere no que Mignolo discute como sendo a colonialidade da natureza, pois, de acordo com o autor,

A “colonialidade” envolveu a “natureza” e os “recursos naturais” em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da “natureza” para gerar quantidades maciças de “produtos” agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de “recursos naturais” após a Revolução Industrial. O primeiro ainda foi o período da regeneração; com o segundo, entramos no período da reciclagem. A revolução industrial e tecnológica também possibilitou a industrialização de “produtos” agrícolas e a mercantilização do alimento e da vida (MIGNOLO, 2016, p. 8).

Dessa maneira, em todas as etapas da matriz colonial, o uso da natureza tem dado especial importância à exploração dos recursos hídricos, assumindo a água, nesse sentido, importante centralidade nos processos de domínio e apropriação dos territórios. Para Torres (2007), a busca de entendimento sobre a organização do território da Região Nordeste se dá através da maneira como a água vem sendo distribuída e utilizada.

Dessa forma é que, desde o final do século XIX, vários projetos de desenvolvimento têm sido direcionados para o Sertão de Alagoas e seu entorno, e todos esses envolvem o bem natural água.

Nesse sentido, no decorrer deste capítulo, buscaremos entender o impulso desenvolvimentista no Sertão de Alagoas, a partir da apropriação e domínio das águas do rio São Francisco para aproveitamento hidroelétrico e para obras de transposição que visam a atender os interesses do agrohidronegócio.

5.2 GRANDES OBRAS NO SERTÃO E AS MARCAS DA COLONIALIDADE: A ESTRADA DE FERRO PAULO AFONSO E A USINA HIDRELÉTRICA ANJIQUINHOS

5.2.1 A Estrada de Ferro Paulo Afonso

A construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA), em pleno Sertão alagoano e pernambucano, é parte de um contexto histórico de várias transformações mundiais no âmbito do sistema capitalista de produção e da ideologia dos “espaços vazios”, que determinou que esses espaços precisavam ser transformados e, sobretudo, civilizados. Os espaços vazios seriam preenchidos com conteúdos do progresso.

Nesse sentido, “a Revolução Industrial, o avanço científico e o capital circulante promoveram a fundação, utilização e expansão dos primeiros trilhos” (LUCENO; LAROQUE, 2011, p. 83). Ransolin também vai ao encontro dessa afirmação ao dizer que

A questão ferroviária se inseria no contexto do capitalismo, sua evolução na chamada Primeira Revolução Industrial, afinal, gerou o ponto de partida de um surto industrial sem precedentes e movimentava enormes capitais, aplicados nas obras e equipamentos, além de consumir montanhas de ferro e máquinas (1999, p. 17).

Dessa maneira, a construção de grandes obras se apresentou como parte importante de uma política de integração e de modernização dos territórios, a fim de operacionalizar as relações comerciais, sendo tais territórios influenciados pela ideologia de desenvolvimento europeu.

A execução da obra Estrada de Ferro Paulo Afonso resultou de estudos realizados pela Comissão Hidráulica do Império, no final da segunda metade do século XIX. Ela ligava o Sertão de Alagoas, no atual município de Piranhas, ao Sertão de Pernambuco, atual Petrolândia, em um trecho não navegável do rio São Francisco devido às cachoeiras de Paulo Afonso, assim, a ferrovia contornaria as cachoeiras. Via Decreto nº 7323, as obras de construção da ferrovia se iniciaram em 1878. Em meio a várias contradições quanto à justificativa de implantação da ferrovia Paulo Afonso numa região tida como inóspita aos olhos do mercado e do poder político de então, a ferrovia foi inaugurada em 1883, ocasionando um enorme quadro de transformações diretas e indiretas nas cidades por onde passava e na região sertaneja como um todo.

A obra foi autorizada pelo Visconde de Sinimbu, alagoano que ocupava o cargo de conselheiro no Império, sendo finalizada em 1883, totalizando 116km de extensão de ferrovia pelo Sertão (Figura 15).

Figura 15 – Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso



Fonte: BOMFIM, L. R. F. A. (2007).

Para além de contornar um trecho não navegável do rio São Francisco, oficialmente, a obra foi justificada como forma de socorrer vários sertanejos vitimados pela seca que se instalara nos sertões do Nordeste, a partir do ano de 1877. Sobre esse aspecto, Oliveira assim descreve:

Se o patrimonialismo e o mando coronelístico, que percorrem a história social e política do Brasil, se estruturam baseados em práticas sociais que são permeadas de mecanismos de exclusão, é difícil concordarmos que interesses populares, como o caso dos flagelados, tenham sido prioritariamente conjugados nas decisões quanto à implantação da ferrovia (2003, p. 264).

Vários autores (TENÓRIO (1996); SILVA (2012)) se debruçaram sobre os possíveis motivos que levaram à implantação da Estrada de Ferro Paulo Afonso, contudo infere-se que essa ferrovia advém do poder de uma classe política que tentava se afirmar no Brasil república via obras de infraestrutura com o objetivo de atender tanto aos interesses de uma pequena elite regional que sempre se utilizou do viés social para se reproduzir, economicamente e

politicamente quanto ao capital internacional. Alagoas, ao longo do tempo, tem sido um lugar exemplar quando nos referimos a alianças, jogos e acordos políticos para beneficiamento da elite local.

Alagoas é um estado que, historicamente, tem sua economia atrelada à monocultura da cana-de-açúcar e a todo um dinamismo econômico gerado pela importância desse produto no mercado europeu. No entanto, o Sertão teve sua formação territorial ligada à pecuária extensiva e à produção para o autoconsumo, visto sempre como complemento. Assim, de maneira secundária, o Sertão vivenciou o ciclo do algodão, o que nos faz perceber que a Estrada de Ferro Paulo Afonso foi uma grande obra que teve como um de seus objetivos viabilizar o escoamento da produção algodoeira do Sertão:

Quanto à ferrovia, Estevão Pinto mostra que a importância da linha Recife-São Francisco foi de caráter nacional, pois significou a efetiva conquista dos sertões e a ligação comercial e social das regiões do Alto e do Baixo São Francisco. Ao descrever a linha a partir de Piranhas até Jatobá, destaca que a pobreza e a escassez da população na região não tornavam rentável o funcionamento dessa linha, justificando a sua construção apenas pela expansão comercial, à medida que encurtava distância. Com o funcionamento dessa linha, em 1881, Piranhas consolida sua posição de principal entreposto comercial, ligando ao Baixo São Francisco e à cachoeira de Paulo Afonso (MACIEL, 2009, p. 90).

Maciel (2009) refere-se à ferrovia Paulo Afonso como um importante instrumento econômico da chegada do progresso no Sertão de Alagoas e de possibilitar a organização do território para o capital estrangeiro no seio de sua espacialização. Nesse sentido, as obras de infraestrutura sempre se apresentavam como essenciais para atender à demanda capitalista em ascensão, pois, segundo Oliveira (2003, p. 263), “o cenário político imperial, já abalado pela ação dos republicanos, exigia medidas que conjugassem interiorização e crescimento econômico”.

Dessa maneira, as políticas territoriais de transportes (de maneira específica, a ferroviária) apresentaram-se como essenciais para o projeto de integração das várias regiões produtoras de matéria-prima com o intuito de integrar o Sertão distante aos grandes centros urbanos regionais, nacionais e internacionais:

A infraestrutura organiza o território, forma redes que conectam países, cidades e regiões a uma mesma lógica de acumulação e influencia a divisão territorial do trabalho, as especializações produtivas, as complementaridades entre diferentes regiões e os padrões de estruturação socioespacial, além de (re)definir o uso e ocupação do solo. Por não existir investimento em infraestrutura que não seja impactante territorialmente, é que deve observar com cuidado seus efeitos sociais e ambientais o que, em última instância, indica os interesses que prevalecem em torno dele. Este processo ocorre de forma contraditória e conflitante, pois é movimento pelos interesses dos

grupos hegemônicos, mormente em contraposição a outros, de grupos de menor força econômica e política (BIACHI; MACEDO, 2018, p. 16).

Ao abordarmos alguns elementos para entendermos uma série de transformações territoriais no Sertão de Alagoas a partir de grandes obras, referimo-nos a alguns elementos que nos fazem refletir sobre a importância da seca de 1877 para a efetivação da mesma. Os sertanejos que fugiam da seca tendiam a se deslocarem para os municípios com portos fluviais, sendo a região em estudo sempre ponto de chegada e partida por conta da importância do rio São Francisco e da ligação dele com o centro do país e com vários centros urbanos regionais. Assim, em Piranhas, foi instalada pelo presidente da província uma comissão de socorro pública, que cedia alimentos e medicamentos para os retirantes e de onde parte desses geralmente seguia seu caminho por meio da navegação a vapor ou de trem. Sobre a paisagem local a partir do funcionamento da ferrovia, Sampaio fez o seguinte registro:

Havia aí então muito povo. O mulhério era extraordinário, e isso se explicava pelo afluxo dos retirantes do alto Sertão que a seca prolongada expelira dos seus lares. A população masculina estava espalhada ao longo da via férrea em trabalhos de construção, enquanto o elemento feminino e as crianças permaneciam na sede onde se lhes distribuía em mantimentos parte dos salários ganho por seus pais e maridos empregados nos serviços da estrada. As habitações eram poucas para tanta gente. Improvisaram ranchos de palha, pequenas tendas fechadas com esteiras tudo quanto era possível imaginar-se para agasalhar a população excedente ou adventícia (1955, p. 44).

Sendo assim, foi a partir da disponibilidade da mão de obra desses sujeitos que a Estrada de Ferro Paulo Afonso foi implantada. Neste contexto, cabe-nos, ainda, fazermos referências às condições de trabalho dos operários envolvidos na supracitada obra, como parte da modernidade que se instala no território, vem a disciplina e o rigor, bem como a carga horária excessiva. Mesmo não sendo admitida a utilização de trabalho escravo nas obras ferroviárias, o trabalho era bastante árduo. “A disciplina requeria obediência e pontualidade, exigia-se eficácia e regularidade” (SILVA, 2012, p. 50).

As cidades onde se localizaram as estações ferroviárias foram: Piranhas, Olho D’Água do Casado, Talhado, Delmiro Gouveia e Sinimbu, em Alagoas; Volta, Quixaba e Petrolândia, em Pernambuco. No antigo povoado de Pedra (atual município de Delmiro Gouveia), a movimentação foi intensa devido ao comércio de peles e, posteriormente, do comércio de linhas em função da fábrica de tecidos ali instalada. Inclusive, foi em frente à antiga estação ferroviária que Delmiro passou a residir assim que fixou residência no povoado, recém-chegado de Pernambuco.

Quanto às transformações territoriais, destacamos em nossa retomada histórica o município de Piranhas, posto que o processo migratório e o transporte de mercadorias imprimiram marcas identitárias no lugar a partir da ferrovia.

O aumento no fluxo de pessoas e de mercadorias passou a perpassar o modo de vida local, ganhando, a partir de então, um maior ar de urbanidade a pequena cidade de Piranhas. Silva (2003, p. 34) aborda a chegada do trem como equipamento moderno e, juntamente com ele, toda a hierarquia das classes sociais que podiam pagar por um assento melhor, segundo o autor, “assim como nos grandes vapores, os usuários do trem tinham seus assentos definidos de acordo com sua posição social”.

As transformações territoriais em Piranhas e região estão diretamente interligadas à chegada dessa grande obra. As supracitadas transformações vão desde o dinamismo assumido pelo comércio local, apresentando o município uma das feiras mais movimentadas do Sertão de Alagoas, até a configuração urbana e sua arquitetura que reflete até os dias atuais a importância, do ponto de vista econômico, da estação ferroviária e do porto no transporte da população local e de mercadorias entre o baixo São Francisco e o Médio, bem como a oferta de bens e serviços a partir do trabalho assalariado para uma classe trabalhadora de outras regiões, que ocupou cargos elevados nos trabalhos da ferrovia e que, com seus costumes, valores e hábitos, passou a moldar o modo de vida local.

Entre os trabalhadores da EFPA [Estrada de Ferro Paulo Afonso], havia o administrador da ferrovia, os inspetores de cada uma das estações, o chefe de escritório, o encarregado (responsável pela mercadoria transportada), maquinistas, telegrafistas, bilheteiros. No vão livre da Estação de Piranhas havia horta, jardim, mangueiras e parreiras e, num de seus prédios, funcionou a Sociedade Dramática e Recreativa Familiar, na maior parte do tempo presidida por ferroviários, para cuidar de assistência social, festas populares e educação cívica (OLIVEIRA, 2003, p. 274).

Oliveira (2003) nos apresenta de maneira direta as várias funções exercidas pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Paulo Afonso e um conjunto de atividades que envolviam a sociabilidade em Piranhas, bem como os valores de civilidade trazidos a partir do funcionamento dessas obras no Sertão e também percebidos a partir das escolas instaladas por funcionários da ferrovia e de toda a disciplina envolta nos trabalhos diários.

As informações contidas na Tabela 3 nos permitem perceber a importância da ferrovia não somente para o transporte de passageiros, como também para o escoamento da produção local e dos produtos agrícolas que vigoravam no mercado no final do século XIX e começo do século XX, nos sertões de Alagoas e Pernambuco.

Tabela 3 - Produtos transportados no trem da EFPA

Produtos	1910
Açúcar	13
Alcool/Aguardente	125
Caroço de Algodão	410
Milho	200
Farinha de Mandioca	230
Couros	67
Peles	507
Madeiras	115
Lenha	131
Café	13

Fonte: Relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas. 1910:56-1909:101, EFPA; Rc-SF, p. 82. Dados compilados por Oliveira (2003).

Os dados destacam a importância do comércio do algodão na região, apresentando ainda um maior destaque quanto ao comércio de peles e couros numa região que se constitui, do ponto de vista territorial, a partir da agropecuária e que, a partir da figura de Delmiro Gouveia, passa a beneficiar couros e peles para o comércio internacional. Assim, os dados nos revelam o papel desempenhado pela ferrovia para a chegada e saída de utensílios básicos para a população local e, posteriormente, para os produtos da Fábrica da Pedra. Sobre esses produtos, Rocha afirma que:

Na Pedra, os courinhos eram imunizados, classificados e enfiados, seguindo por trem até Piranhas, e daí, pelo S. Francisco e pelo mar, até o porto de Jaraguá, onde eram embarcados para os Estados Unidos, numa média anual de um milhão e meio de peles de bodes e carneiro (1963, p. 103).

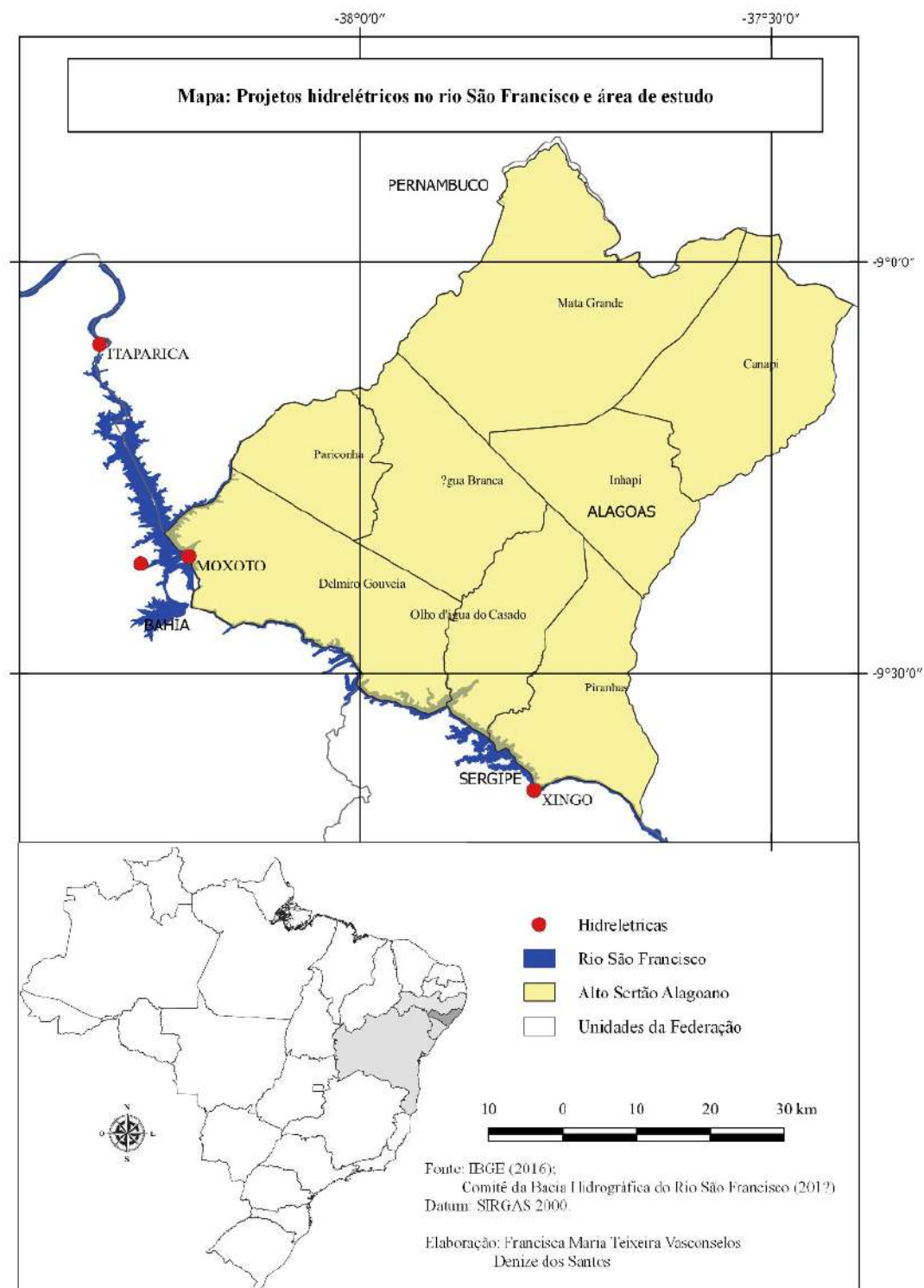
A Ferrovia Paulo Afonso foi desativada em 1964. O que podemos observar é que, se ela se apresentou como importante símbolo de chegada da modernidade nos sertões distantes de Alagoas, o seu fim se repercutiu de maneira muito negativa no imaginário social da população local que atribui ao fim das atividades ferroviárias a estagnação do comércio local e da feira, conhecida como uma das mais movimentadas da região.

Assim, inferimos que a EFPA assumiu uma destacável importância na reorganização territorial do Sertão de Alagoas, ainda no final do século XIX, apresentando-se como pontapé inicial de um conjunto de grandes projetos desenvolvimentistas a serem implantadas no decorrer dos séculos seguintes na região, em função da importância e centralidade, assumidas, pelas águas do rio São Francisco para a geração de energia e obras de transposição para alimentar o agrohidronegócio em ascensão em várias regiões do Nordeste.

É com base nesse contexto geral que engloba a construção de 116 km de linhas férreas ligando o Sertão de Alagoas a Pernambuco, no final do século XIX, que reuniremos elementos para entendermos o Sertão de Alagoas como parte importantíssima de um recorte geográfico configurado como sede de um complexo de hidrelétricas (Figura 16).

As usinas hidrelétricas apresentadas no mapa não estão localizadas na sua totalidade em Alagoas, contudo todas elas impactaram, direta ou indiretamente, o Sertão de Alagoas, daí a opção pela abordagem sobre estas no decorrer deste capítulo

Figura 16 - Projetos hidrelétricos no rio São Francisco e área de estudo



Fonte: Comitê da Bacia do rio São Francisco, 2017

5.2.2 Anjiquinho

Anteriormente abordamos a presença no Sertão de Alagoas, no começo do século XX, do industrial cearense Delmiro Gouveia. Em Alagoas, Delmiro, no que se refere à modernização

do território, se dedicou a criar projetos visando o aproveitamento hidroelétrico das águas do rio São Francisco.

Delmiro Gouveia tentou obter concessões para o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, numa associação com uma empresa americana junto aos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, do qual recebeu resposta negativa. Assim, ele começou a executar um planejamento particular de uma usina hidrelétrica, juntamente a uma fábrica de linhas e posterior fornecimento de energia para parte dos estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas.

Ao adquirir terras nas duas margens da cachoeira e contratar assessoria hidráulica, elétrica e técnica internacional, ele inaugurou a pequena usina hidrelétrica, em 1913, como nos apresenta de maneira detalhada Rocha:

Concluída a montagem da turbina hidráulica, gerador elétrico e bomba centrífuga, sob a direção técnica do engenheiro italiano Luigi Borella, as linhas transmissoras e os canos adutores levaram de Paulo Afonso até a Pedra, vencendo um percurso de 24 km, a luz e a água que o pioneiro prometera fazer chegar ao núcleo industrial que fundara no meio das caatingas alagoanas (1963, p. 106).

Nesse sentido, no começo do século XX, foi instalado, no Sertão de Alagoas, o primeiro projeto para geração de energia elétrica a partir da utilização das águas do rio São Francisco, denominado de Usina Hidrelétrica de Anjiquinhos.

Vários estudos realizados sobre Delmiro Gouveia e suas atividades empreendedoras em pleno Sertão alagoano destacam o fato de esse ter feito chegar luz elétrica no Alto Sertão antes da oferta desses serviços em grandes centros urbanos do Nordeste.

Projeto elaborado, juntamente com a Usina Hidrelétrica Anjiquinho, a Companhia Agro Fabril Mercantil, localizada no povoado de Pedra, foi inaugurada em 1914, tendo o seu funcionamento atrelado à energia fornecida pela usina, bem como a vila operária e parte do povoado. A morte de Delmiro, em 1917, impediu a execução da segunda etapa da usina Anjiquinho, contudo inseriu mais ainda a região das cachoeiras e cânions do rio São Francisco no cenário nacional como espaço propício para a geração de energia e para subsidiar a indústria nascente e em ascensão no Brasil na primeira década do século XX.

5.3 A CHESF E A “VOCAÇÃO” DESENVOLVIMENTISTA DOS SERTÕES

Em relação ao Brasil, tratar de grandes projetos remete-nos, necessariamente, à atuação do Estado brasileiro, em meados da primeira década de XX, e suas várias intervenções no

território brasileiro, a fim de promover o desenvolvimento econômico via industrialização. Esse cenário foi composto por um processo de reordenamento institucional em face da reestruturação produtiva que desencadeou o impulso modernizador que exigia novos padrões de organização da economia e novas formas de acumulação e que teve à frente uma classe burguesa-industrial.

Como forma de alimentar o ideário modernizador de meados do século XX, no Brasil, o setor energético se apresentou como um item de infraestrutura básica. As primeiras concessões a para geração e distribuição de energia no Brasil estiveram, até o início da década de 1930, concentradas nas mãos de empresas estrangeiras, como a canadense Light and Power e a empresa norte-americana Electric Bond & Share Corporation. O código de Águas, em 1934, a Constituição de 1937 e o Conselho Nacional de Água e Energia (CNAE), criado em 1939, reuniram duas importantes pautas políticas que culminaram na restrição de parte das ações de empresas internacionais, em território brasileiro, passando o Estado a instituir políticas para aproveitamento hidrelétrico, para isso apoiando estudos e mapeamentos a fim de detectar o potencial energético nas várias bacias hidrográficas.

Para isso, foi criada, no final da década de 1940, a Comissão do Vale do São Francisco, com o intuito de realizar estudos e planejamentos para a produção de energia em níveis estadual e federal. Assim, em 1948, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), via Decreto-Lei nº 8.03, para transmitir, produzir e comercializar energia para a Região Nordeste, de maneira direta para os estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grandes do Norte, Ceará e Piauí (CHESF, 2018).

Pelo Decreto Nº 19.706, a empresa obteve concessão por 50 anos para efetuar o aproveitamento progressivo de energia elétrica do trecho do rio São Francisco entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), fornecer energia em alta tensão a concessionários de serviços públicos e, respeitados os direitos de terceiros, realizar a distribuição da eletricidade (CHESF, 2018, p. 33).

A serviço do Estado, a CHESF se apresenta como um importante elemento dos vetores de modernização dentro do quadro estatal que se forma ainda na primeira metade do século XX, no Brasil, e como um importante setor para executar obras a fim de diminuir o desequilíbrio econômico entre o Sudeste e o Nordeste e proporcionar a tão desejada unidade nacional (CHESF, 2018).

A tão desejada unidade nacional refere-se à industrialização, em curso, no Sudeste do Brasil, e à perspectiva de ampliação do capitalismo que vinha se expandindo e precisava atingir regiões distantes desse centro, a exemplo do Nordeste. Assim, o projeto estatal de criação de usinas hidrelétricas ia de encontro aos anseios do cenário formado por um mercado capitalista em ampla ascensão.

Cabe destacar, ainda, no seio do processo de criação da CHESF, os interesses políticos nacionais e regionais em torno da efetivação desse projeto. Apontam-se embates entre as regiões Nordeste e Sudeste/Sul, bem como em nível intrarregional, na busca da ocupação de cargos estratégicos dentro da própria companhia, posto que Pernambuco e Bahia disputaram o comando da CHESF durante os 20 primeiros anos da instituição. Salienta-se, ainda, um Brasil que tem à frente desse processo uma burguesia-industrial emergente, mas que ainda carrega na sua essência a representatividade de classes políticas tradicionais e agrárias.

Na década de 1950, o Estado brasileiro espacializa ações voltadas para o setor energético como parte integrante do projeto de modernização das estruturas produtivas no país, sendo as grandes obras de infraestrutura indispensáveis para a expansão da industrialização.

Na década de 1960, o setor elétrico continua a se expandir devido à criação da Eletrobrás e, na década de 1970, as usinas hidrelétricas se destacam no processo de produção de energia elétrica no Brasil. É importante salientar que todos os subsídios que o setor energético recebeu nesse período se outorgam em governos de Ditadura Militar, reforçando o quanto que esse período da história brasileira favoreceu o capital internacional, criando condições para que este fizesse uso do território.

É no seio desse conjunto de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas que demarca o Estado na corrida pelo domínio dos recursos minerais e hídricos no país que a CHESF cria um conjunto de usinas hidrelétricas na região que abrange os sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco (Quadro 3).

Quadro 3 - Barragens localizadas ao longo do rio São Francisco – Nordeste do Brasil

BARRA-GEM	LOCALIZAÇÃO	ÁREA INUNDADA	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	PESSOAS ATINGIDAS	INDÍGENAS ATINGIDOS	ENTRADA EM OPERAÇÃO	CIDA-DES ATINGIDAS
Angiquinho I	Delmiro Gouveia (AL)	-	1911	-	-	1913	-
Paulo Afonso I	Paulo Afonso (BA)	4.800 km ² (PA I, II e III)	1948	-	-	1955	-

Paulo Afonso II	Paulo Afonso (BA	-	1955			1961	
Paulo Afonso III	Paulo Afonso (BA		1966			1971	
Moxotó	Paulo Afonso (BA	90 km2	1971	5.600		1977	Petrolân-dia (PE), Delmiro Gouveia (AL), Paulo Afonso (BA) e Glória (BA)
Paulo Afonso IV	Paulo Afonso – BA	14,6 km2	1975	-	-	1979	Delmiro Gouveia-AL, Paulo Afonso-BA
Itaparica	Itaparica-PE	834 km2	1979	65.000	669 (Tuxá)	1988	Petrolân-dia, Floresta e Itacuruba e Belém do São Francis-co (PE), Glória, Barra do Tarrachil, Rodelas, Chorro-chó, Abaré e Curaçá (BA
Xingó	Piranhas-AL/Canind	60km 2	1987	18 famílias	Etnias do Baixo	1994	Piranhas, Olho

	é de São Francisco- SE				São Francisc o		D'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Paulo Afonso
--	------------------------------	--	--	--	----------------------	--	--

Fonte: CHESF, CEMIG, ELETROBRÁS (1986), Dossiê 500 Anos (2004); Araújo (2000).

Nesse sentido, desde meados do século XX, o rio São Francisco, enquanto importante bem natural do Nordeste do Brasil e de parte do estado de Minas Gerais, passa, de maneira mais intensa, a ser ordenado e a sofrer fortes intervenções por parte do Estado a partir do uso de suas águas para a geração de energia elétrica e de vários outros empreendimentos necessários à execução do projeto de industrialização e urbanização brasileiro:

A expansão dos empreendimentos hidrelétricos nos últimos 30 anos do século XX, se por um lado garantiu o suprimento de eletricidade necessária a industrialização e urbanização do Brasil, teve como contrapartida empreendimentos polêmicos e que não justificam do ponto de vista dos impactos gerados da quantidade de energia que produzem (SOUZA; JACOBI, 2014, p. 29).

Mediante a implantação desses grandes projetos, ocorreu uma nova ocupação territorial. Para Bortoleto (2001, p. 55), “o território foi apropriado pelo centro hegemônico, tanto do ponto de vista político quanto econômico”.

Contudo, a instalação de grandes projetos de desenvolvimento no Brasil sob o discurso da chegada do progresso e do desenvolvimento ocasionou um conjunto de problemas sociais, ambientais e econômicos nas suas áreas de instalação. Ao invés da geração de emprego, da distribuição igualitária de renda, da melhoria de rodovias, de transporte e de bens e serviços em regiões distantes dos grandes centros urbanos e industriais, vieram junto com esses grandes projetos hidrelétricos a migração, a ocupação desordenada, mudança do curso e vazão do rio, impacto da agricultura camponesa e na cultura agrícola local, no transporte e no meio ambiente como um todo.

Esses são alguns aspectos para entendermos a implantação de grandes obras hídricas, a exemplo de usinas hidrelétricas no Sertão de Alagoas e região circunvizinha.

5.4 USINAS HIDRELÉTRICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

5.4.1 Complexo de Paulo Afonso, Moxotó e Itaparica e a reestruturação territorial no Sertão de Alagoas

A discussão sobre grandes projetos de desenvolvimento no Sertão nordestino, de maneira mais específica, em Alagoas, nos direciona a busca de entendimento à implantação de usinas hidrelétricas não somente no território alagoano, mas, nos municípios e estados vizinhos, posto que, como em todo grande empreendimento, seus impactos excedem a área de localização, atingindo outros espaços (BORTOLETO, 2001).

Nesse sentido, aqui merece destaque a quantidade de estudos e análises feitas, anteriormente, com destaque para a pesquisa de doutorado de Azevedo (2008) sobre a reestruturação urbana em cidades do submédio São Francisco.

Com a estatização do setor elétrico brasileiro e a retirada de cena de empresas estrangeiras, a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I foi feita pela CHESF, porém com forte presença de capital estrangeiro:

Um empréstimo de 15 milhões de dólares do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) assegurou grande parte da cobertura de despesas em moedas estrangeiras com a compra de duas unidades geradoras e demais equipamentos e materiais importados, mediante concorrências internacionais. O material hidráulico e elétrico da usina e os equipamentos das subestações de Recife, Salvador, Angelim e Itabaiana foram fornecidos pela firma norte-americana Westinghouse. Os equipamentos das linhas-tronco de transmissão foram adquiridos de diversos fabricantes, entre os quais a General Electric, a Svenska Metallwerken e a Compagnie Générale d'lectro-Céramique (CHESF, 2018, p. 40).

No final da década de 1940, iniciaram-se as obras para a construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I, incluindo o acampamento para alojar o escritório, as demais estruturas administrativas, bem como o alojamento para moradia dos trabalhadores. Sobre esse assunto, Silveira destaca que:

Em 1948, foi criado o Acampamento CHESF. Foi prevista a construção de alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros e altos funcionários, para mão de obra qualificada e uma terceira para famílias de operários. Posteriormente, foram instaladas casas, escolas, hospital, mercado, clubes sociais, além de uma infraestrutura que oferecesse aos funcionários transporte e comunicações (2018, p. 11).

A exemplo da Estrada de Ferro Paulo Afonso, Silveira (2018) aponta a hierarquização desses espaços delimitada pela formação e funções exercidas no âmbito da companhia,

iniciando-se, assim, a segregação espacial local que diferencia bairros e espaços com uma melhor estrutura física no que se refere à oferta de bens e serviços, frente aos demais espaços projetados para recepção dos operários (como as vilas) e as de ínfima infraestrutura como a dos espaços ocupados pelos “cassacos”⁹.

Tal cenário lembra o que foi abordado por Nascimento (2013) sobre a estrutura física montada no antigo povoado de Pedra, quando da instalação da Agrofábrica e construção da vila de operários e da disciplina e normas que passaram a conformar o modo de vida local.

O que a revisão de literatura apresenta e destaca, em sua maioria, é a instalação de uma grande obra nos sertões, sem se deter nos vários sujeitos envolvidos no processo. No cerne dessa discussão, atenta-se, ainda, para o fato de que nem todos os envolvidos no processo migratório, que se deu em torno da construção dessa grande obra, foram absorvidos. Dessa forma, alguns grupos começaram a ocupar desordenadamente o espaço à margem da obra, fora do muro da CHESF, na esperança de adquirir posteriormente emprego ou de se ter acesso aos serviços que passaram a ser ofertados na região pela CHESF, como os de educação e saúde. Sem recursos para necessidades básicas, inclusive moradia, os sujeitos que não conseguiam ser incorporados pela obra iam improvisando abrigo, chegando a utilizar os sacos de cimento vazios, inutilizados e descartados. Esse espaço ficou conhecido em Paulo Afonso como Vila Poty (SILVEIRA, 2018).

A paisagem da Vila Poty destoava bastante do cenário que passou a ser estruturado em Paulo Afonso a partir da chegada da CHESF, como a construção de aeroporto, rodovias e de uma série de linhas de transmissões que em poucos anos começaram a cortar os sertões da região anunciando a chegada da tecnologia. Junto com a tecnologia e a promessa de progresso, chegam também as desigualdades sociais no âmbito das condições de trabalho, por exemplo. Assim, decorrem as primeiras experiências organizativas na região a partir da ação dos sindicatos (SILVEIRA, 2018).

Em 1955, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso foi inaugurada. Iniciava-se, ali, o início de construção de um complexo de hidrelétricas que fariam uso das águas do rio São Francisco, explorando-o e intensificando o movimento de apropriação do território. Nesse movimento, com enorme aparato político e econômico, as usinas Paulo Afonso II e III foram construídas, respectivamente, nos anos de 1968 e 1974. De acordo com a CHESF (2018, p. 63), “as três usinas totalizaram 1.524MW, concebendo o maior conjunto energético do país”.

⁹ Cassacos referem-se à mão de obra volúvel e que se apresenta disponível para situações como essa de grandes obras.

A década de 1970 delimita o avanço dos grandes projetos hidrelétricos na região com fortes impactos devido aos interesses do capital. Nesse sentido, aumenta a dimensão da infraestrutura, das áreas atingidas, inclusive o nível populacional:

A barragem de Moxotó, nome de um afluente pela margem esquerda do rio São Francisco, foi erguida 3 km a montante das comportas principais do barramento de Paulo Afonso I, II e III. O aproveitamento hidrelétrico inundou área de 90 km² pertencente aos municípios de Delmiro Gouveia (AL), Glória (BA) e Jatobá (PE), exigindo a transferência dos habitantes de Barra e Glória para a cidade de Nova Glória (BA), construída pela CHESF (CHESF, 2018, p. 70).

Assim, a instalação da barragem de Moxotó amplia o complexo hidrelétrico Paulo Afonso e sua abrangência territorial, adentrando o estado de Alagoas. Para além da remoção das famílias e do processo de desterritorialização vivenciado por elas, aconteceu também a perda da cultura agrícola da população rural de Alagoas desenvolvida na área inundada pela barragem (Tabela 4).

Tabela 4 - Famílias Atingidas com a Barragem de Moxotó

Origem (município/estado)	Número de famílias atingidas	Percentual (%)
Glória-BA	563	56
Petrolândia-AL	231	23
Delmiro Gouveia-AL	178	17,6
Paulo Afonso-BA	35	3,4

Fonte: Dossiê 500 anos: Rio São Francisco (2004).

Em 1979, entra em operação Paulo Afonso IV, fechando o conjunto de hidrelétricas naquele espaço, tornando-a a maior usina hidrelétrica do complexo, transformando, segundo a CHESF (2018), o centro de Paulo Afonso numa ilha artificial. Na região iniciou-se a ação de empreiteiras que passaram a se responsabilizar por grandes obras na região, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Itaparica (PE), Xingó (AL) e de obras hídricas mais contemporâneas, como a do Canal do Sertão (AL).

Num contexto de recesso econômico após a crise do petróleo, em 1979, foi finalizada, em 1987, a Usina de Itaparica, construída em Petrolândia-PE. A obra de Itaparica causou uma série de transtornos junto ao Estado como o atraso da obra, as remoções e o fracasso na implantação dos perímetros irrigados (ARAÚJO, 1991). Galvão nos dá um panorama geral do resultado da implantação dessa grande obra no Sertão:

[...] áreas inundadas: distritos-sede dos municípios de Petrolândia (com população de aproximadamente 10.000 residentes) e de Itacuruba (com cerca de 5.000 habitantes), no Estado de Pernambuco; distrito-

sede do município de Rodelas (com cerca de 2.000 residentes) e distrito de Barra do Tarrachil, no município de Chorrochó (com aproximadamente 1.000 habitantes), no Estado da Bahia; 22 (vinte e dois) núcleos rurais com mais de 250 habitantes, situados nos dois estados; comunidade indígena Tuxá, no município de Rodelas, compreendendo cerca de 210 famílias; área com exploração agrícola e pecuária no total de 47.545 hectares, dos quais 16.537 ha. com agricultura irrigada; um total de 4.160 imóveis urbanos, compreendendo residências, prédios públicos, igrejas, cemitérios e terrenos; 3.988 moradias rurais, abrigando 4.174 famílias; um total de 52.400 habitantes diretamente afetados com a formação do reservatório, dos quais 24.585 residiam em áreas urbanas e 27.815 em áreas rurais; e destruição de diversos trechos de estradas federais e estaduais pavimentadas, cerca de 150 km de estradas vicinais e de algumas dezenas de quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica (1999, p. 36).

De todo o cenário que envolve a chegada da CHESF nos sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, a obra de Itaparica é a mais complexa por apresentar, de maneira mais onerosa, toda a ação devastadora de uma ação modernizadora sobre a vida da população local e do seu território de origem, em nome do progresso. “Todo o universo de saberes ancestrais, formas de ser, fazer e conceber elaboradas por esses povos e que orientavam suas relações entre si e com a natureza” (FERREIRA, 2017, p. 180) foi submerso casas, ruas, plantações, calçadas, pontos de encontros, igrejas e a transferência desses ambientes para novos espaços e lugares planejados, causando transformações territoriais. Toda essa crueldade para acrescentar 1.500MW à rede energética da CHESF, atingindo cerca de 10.400 famílias numa área de 834 km² (CHESF, 2018).

Nesse sentido, destaca-se que a experiência de modernização do território via Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, Moxotó e Petrolândia atingiu não só as áreas inundadas diretamente pelos lagos e canteiros de obras, como também as áreas circunvizinhas, a exemplo da zona rural do município de Delmiro Gouveia-AL. Tratando-se especificamente da UHE de Petrolândia, Alagoas não teve nenhuma área inundada, mas recebeu um dos projetos de reassentamento, a partir dos quais 30 famílias tiveram de ser reassentadas na fazenda Canafistula, zona rural de Delmiro Gouveia, pelo fato de terem tido o seu povoado de origem, Riacho Salgado, tomado pela construção do canteiro de obras do lago da UHE (ARAÚJO, 2001). Esse projeto de menor porte nunca teve acompanhamento da CHESF e nem da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

Em trabalho de campo na zona rural de Delmiro Gouveia, tivemos a oportunidade de visitar essa localidade com o intuito de ainda encontrarmos pessoas que vivenciaram esse processo de desterritorialização. Encontramos algumas famílias e tivemos o privilégio de conversarmos com uma delas:

Olha aqui, não tem tanto o que contar. Porque aqui é um reassentamento da CHESF que foi terra por terra e casas por casas. A história foi essa. Ele só tirou o pessoal da beira de rio onde nós morava e botou praqui, pra esse deserto. Foi assim. E os mais velhos por que são muito besta pegaram e aceitaram. Fizeram esse reassentamento aqui e esse terreno era de Lila Torre de Água Branca. Daí, a CHESF negociou com Lila esse terreno aqui pra reassentar o povo de lá de onde nós morava que era o Rio Fundo, né? Só modificou por que lá quem tinha muito aí fizeram uma união pra todos tirarem iguais. Foi assim. Onde tinha local melhor pra ficar do que aqui num quiseram ir porque aqui tinha muita madeira, tinha muita lenha, tinha muito imbú. Eu num queria vim pra cá. Os mais velhos é que estavam na frente. Tinha que ser o que a maioria quisesse. Eu sou baiana e orgulhosa. Eu odeio Alagoas. Estou aqui por falta de sorte. Eu vou comparar a Bahia, Glória, Paulo Afonso, Rio Fundo que foi onde eu nasci mermo por isso aqui? Só se for doido. Mas eu num queria ir pra lá porque eu já era moradeira há muitos ano no Pernambuco. Nós viemos pra cá em 82. Daí, essa parte de beira de rio, aquela parte que hoje é Jatobá, num sabe? Aquela parte pra cá dava pra todo mundo comprar e fazer casa, né? Eu vou comparar uma beira de rio daquela com um lugar desse? Lá os terreno era melhor de trabalhar, era pé de serra, nós criava bicho dentro e cerva verde porque tinha a serra a favor dos bichinho. Nós trabalhava. Feijão de corda lá nós tinha. Cerca verde da serra. Eu vou comparar? Aí você quer comparar esses terreno aqui com o que nós tinha lá? Aqui ó, essas terra aqui... tá certo são boa. Num são ruim não, né? Mas é um terreno que o salão desse terreno é bem pertinho. Precisa se acertar um lugar pra ser o salão fundo. Chove... chove... chueu essa semana quando for a semana que vem tá tudo seco torrado. E lá pra nós num era assim. Aí tu acha que um pé de lavoura pode ter a vida aqui que lá tinha? (Atingido pela Barragem de Itaparica, Fazenda Canafistula-Delmiro Gouveia-AL¹⁰).

O depoimento anterior demonstra a dificuldade de adaptação ao novo lugar de morada. Passaram-se 36 anos, e as falas ainda demonstram arrependimento, saudade e dificuldade de (re)territorialização. As famílias chegaram à Fazenda Canasfístula em 1982. Cada família recebeu 27ha de terra, contudo, destacam o fato de que a CHESF não cumpriu com a promessa feita de construir um cemitério, um campo de futebol e do pagamento de um salário mínimo durante cinco anos para as 30 famílias.

Às famílias foi entregue a estrutura da escola e do posto de saúde, no entanto, nem a CHESF e nem a prefeitura do município de Delmiro Gouveia-AL deram condições para o funcionamento desses espaços. Parte significativa dessas famílias têm origem em terras pernambucanas, apontando, assim, a dificuldade de adaptação ao novo lugar. Relacionam-se com a sede do município para fazer compras, utilizar serviços de saúde, educação, contudo sempre se referindo ao local de origem como sendo melhor. As famílias lamentam a falta de orientação e planejamento para com os recursos pagos pela CHESF. Em meio a nossa conversa, foi relatada a dificuldade atual vivenciada por algumas famílias, uma vez que os filhos foram

¹⁰ Entrevista em fevereiro de 2019.

casando e a terra foi ficando pequena para a sobrevivência. A situação relatada pelas famílias reassentadas na Fazenda Canafistula nos remete a Bortoleto, ao afirmar que

Configurando-se como processos exógenos, os impactos das hidrelétricas atingem uma maior magnitude por não serem “pensados” em função daqueles que sofrerão seus efeitos, ou seja, as populações diretamente atingidas e vizinhas. O que ocorre é que os interesses locais não fazem parte da elaboração inicial desses projetos (2001, p. 59).

Figura 17 - Registro de chegada das Famílias na Fazenda Canafistula-AL



Fonte: Jornal Terra por Terra na margem do Lago, 1982.

Nesse sentido, em meio à discussão sobre a vocação dessa região para geração de energia, merece destaque a Usina Hidrelétrica de Xingó, por ser a última usina hidrelétrica a jusante do Rio São Francisco e por estar localizada no Sertão de Alagoas, recebendo fortes impactos decorrentes dessa grande obra hídrica.

5.4.2 UHE Xingó e desdobramentos no território

O último barramento das águas do rio São Francisco pela CHESF na região de estudo data de 1987. A Usina Hidrelétrica de Xingó apresenta uma configuração técnica que se diferencia das demais usinas construídas no leito do rio São Francisco, posto que, para a sua construção, foram aproveitadas as paredes do cânion, que, de acordo com a CHESF (2018),

propicia uma queda natural de suas águas, o que, consequentemente, também permitiu um barateamento da obra para o Estado, bem como um melhor aproveitamento energético. Xingó, mesmo tendo suas obras paralisadas devido à crise vivenciada pelo setor energético no final da década de 1980, teve-as retomadas em 1990 e a garantia de um montante de recursos para a sua finalização, devido a forças políticas alagoanas organizadas no Congresso Nacional. Dessa maneira, em 1994, ela entra em operação. De acordo com a CHESF,

A primeira unidade geradora de Xingó entrou em operação em dezembro de 1994, no fim do governo Itamar Franco. Mais duas unidades entraram em serviço em 1995 e mais outras duas no ano seguinte. Em setembro de 1997, o presidente Fernando Henrique anunciou, por telecomando em Brasília, a sexta e última unidade geradora da primeira etapa. Com 3.000MW, Xingó tornou-se a terceira maior usina do país, depois de Itaipú e Tucuruí. Graças à hidrelétrica, a capacidade geradora da CHESF atingiu a marca de 10.704MW, posicionando-a como maior agente de geração do setor elétrico em termos de potência instalada de energia elétrica (2018, p. 95).

Apesar de a UHE Xingó se localizar entre os estados de Alagoas e Sergipe, o relatório de impacto ambiental aponta maiores impactos do lado alagoano por atingir diretamente e indiretamente pelo menos três municípios de nossa área de estudo: Piranhas-AL, Olho D'Água do Casado-AL e Delmiro Gouveia-AL. Dados contidos no quadro a seguir nos ajudam na visualização sobre a complexidade de impactos causados pela construção desse tipo de projeto nos territórios.

Quadro 4 - Intervenções e impactos a partir da instalação de hidrelétricas

ETAPA	INTERVENÇÕES/OCORRÊNCIAS	IMPACTOS/RISCOS
Construção (vias de acesso, canteiros de obras, escavações)	Supressão da Vegetação ☐ Abertura de estradas ☐ Ruídos ☐ Alteração da dinâmica fluvial ☐ Fluxos migratórios ☐ Ocupação irregular e grilagem de terras ☐ Especulação imobiliária ☐ Deslocamento compulsório de populações ☐ Urbanização – favelização	Riscos de doenças de transmissão vetorial: malária, leishmaniose, febre amarela, dengue, esquistossomose ☐ ☐ Riscos de doenças sexualmente transmissíveis: DSTs- Aids, Sífilis, Hepatites Virais ☐ ☐ Aumento de morbimortalidade por causas externas ☐ ☐ Desestruturação social

Enchimento do reservatório	Captura de animais – Perturbação da Fauna ☐ Inundação: áreas urbanas, áreas agricultáveis ☐ Alteração nas espécies de peixes ☐ Migração de peixes ☐ Remoção forçada de populações	Riscos de epidemias pela proliferação de vetores: malária, dengue, febre amarela ☐ Alteração na qualidade da água ☐ Inundação de sítios arqueológicos e sagrados ☐ Limitação na navegabilidade pelas populações indígenas, ribeirinhos e outras
Operação	Formação de lagos ☐ Inundação de florestas ☐ Perda da biodiversidade ☐ Perda de emprego e renda	Riscos de epidemias pela proliferação de vetores: malária, dengue, Febre Amarela ☐ Alteração da qualidade da água

Fonte: Elaborado por Missifany Silveira a partir de Britto (2014) e Rovere *et al.* (2009).

Os dados contidos no quadro anterior demonstram expressiva alteração nos espaços que têm recebido esses grandes projetos hidrelétricos, com impactos no âmbito da saúde, do meio ambiente, no quadro social, econômico e na dinâmica populacional.

No que se refere aos danos territoriais na fase de instalação da obra, ela provocou a remoção de dezoito famílias, bem como a perda das áreas de cultivo agrícola. De acordo com dados apresentados pela CHESF (2018), o lago inundou cerca de setenta propriedades rurais, incluindo as localizadas nos municípios de Olho D'Água do Casado-AL e Delmiro Gouveia-AL, bem como um enorme impacto do ponto de vista arqueológico.

Xingó se apresenta, após a Estrada de Ferro Paulo Afonso, como sendo um dos projetos desenvolvimentistas de maiores impactos sobre a região, não só de Piranhas, mas das áreas

circunvizinhas. Tais impactos se dão em vários aspectos, todavia o enorme processo de migração em função da possibilidade de emprego na obra marcou profundamente a configuração territorial de parte do Sertão alagoano. Nesse sentido, parte desse contingente populacional foi se aglomerando no bairro denominado de Nossa Senhora da Saúde, imprimindo na paisagem local todas as desigualdades sociais, econômicas e culturais advindas das novas relações sociais e de hierarquia da UHE. Quando a obra foi finalizada, a população se deparou com o desemprego e, impossibilitada de migrar novamente, permaneceu na região, alimentando o quadro de subalternidade local. O bairro de Nossa Senhora da Saúde se contrapunha ao bairro de Xingó, posto que esse último foi planejado e pensado para os funcionários da usina que ocupavam importantes cargos de engenheiros e técnicos.

O estudo de Silva (2003) sobre a modernização vivenciada pela área circunvizinha da UHE Xingó nos permite visualizar as mudanças da dinâmica territorial local a partir da construção de infraestrutura urbana que se contrapõe ao modo de vida local:

À CHESF coube a construção e implantação dos setores habitacionais das vilas em Alagoas, denominados de bairro Xingó, constituindo uma área integrada dotada de serviços que contemplava as mais diversas edificações voltadas para o atendimento à população usuária (agências bancárias, de correios, dos escritórios da CASAL – Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto, CEAL- Companhia de Eletricidade de Alagoas, da Sede do Sindicato Rural de Piranhas, Fórum de Justiça, Quartel da Polícia Militar). Construiu hospital, categoria regional, postos de saúde [...] (SILVA, 2003, p.48-49).

A construção da UHE de Xingó proporcionou uma nova relação da população local com o território, a partir da criação de novos bairros e de espaços com infraestrutura urbana e moderna, bem como novas relações identitárias com o rio.

Um outro elemento é o fato de essa UHE se localizar numa área de enorme riqueza não só natural, mas também histórica, arqueológica e cultural, o que permitiu, a partir de várias obras de infraestrutura, a exemplo da ponte Delmiro Gouveia – ligando Sergipe a Alagoas – e de estradas, o crescimento da região como importante destino turístico, aumentando ainda mais a distância da população local com o rio e/ou, alterando suas formas de relacionamento. Estudos realizados por Santos (2008) demonstram que, apesar da realização EIA-RIMA e do Plano Diretor, esses projetos de desenvolvimento pensados e executados no Sertão não levam em conta a preservação da cultura e do modo de vida local.

Antes da construção da UHE de Xingó, as relações identitárias com o lugar se davam a partir da moradia e do trabalho em torno do rio. Entretanto, Xingó gerou uma ação superinvasiva nos territórios de vida locais, posto que a instalação de um megaempreendimento com tamanha

magnitude tecnológica ocasionou não só mais um barramento no rio, como também a privação de acesso ao rio, uma vez que a população local não pode adentrar na área da CHESF. Houve ainda a inundação de terras férteis, agricultáveis e a imposição de relações capitalistas de produção que direcionou a população local a se urbanizar, ao negar a parte mais antiga da cidade e se mudar para o bairro Xingó que representava o novo, o moderno, e tudo isso se contrapunha às relações históricas de vida e de trabalho com a terra, com o rio.

A UHE de Xingó se sobrepõe ainda ao território ocupado pela população ribeirinha, cuja reprodução de suas vidas se dava a partir do rio e de seu movimento relativamente natural que os permitia a atividade de pesca, de transporte e de lazer. Sales, Netto e Araújo, ao abordarem os impactos da UHE de Xingó na vida da população ribeirinha de Alagoas e Sergipe, afirmam que

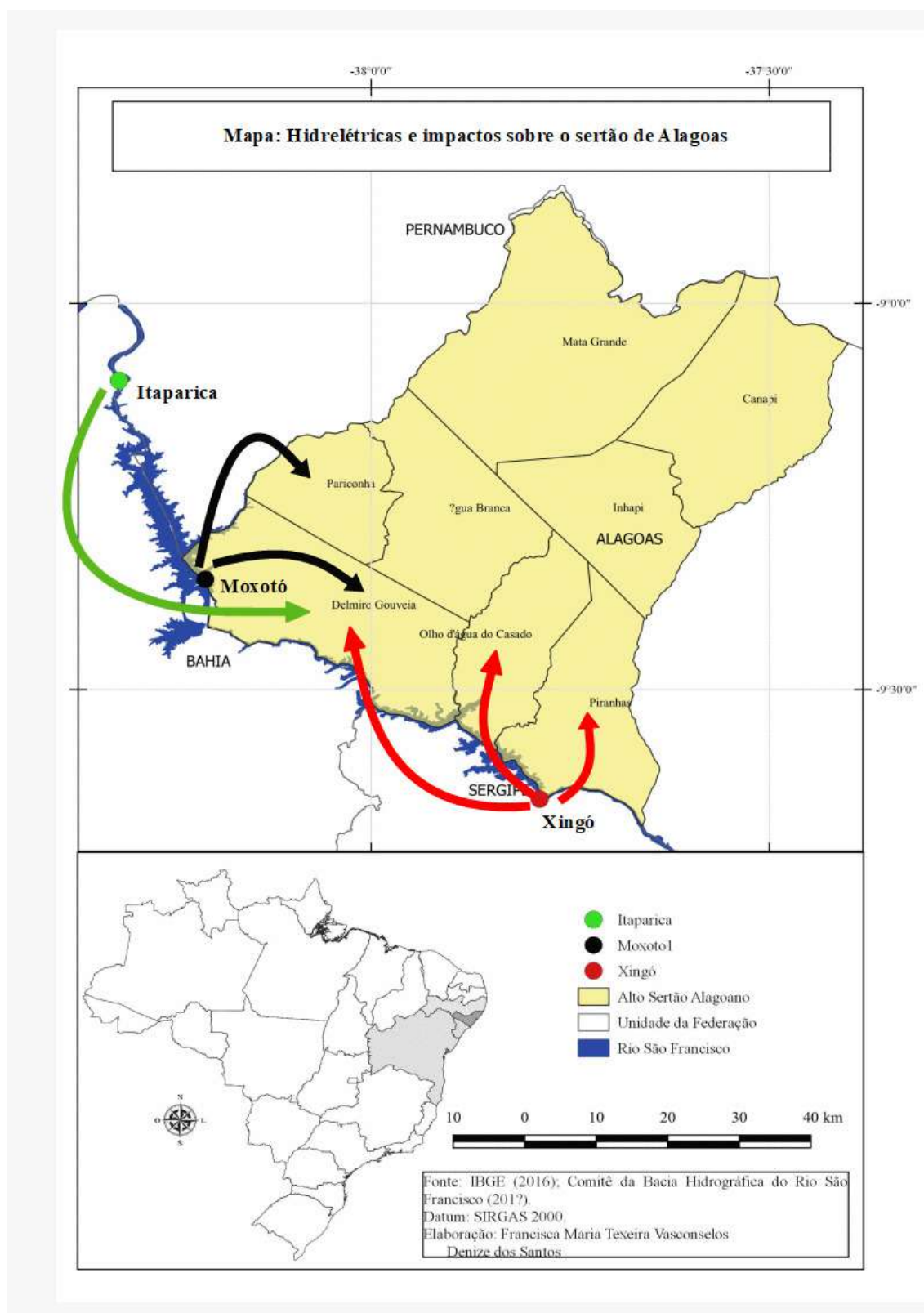
As ações antropogênicas após a instalação da Hidrelétrica de Xingó consolidou os processos de regularização das vazões, consequentemente, deixou o rio São Francisco sem possibilidades de inundação das lagoas marginais, dos córregos e ribeirões, ocasionando impactos ambientais irreversíveis com prejuízos aos outros usos e aos ecossistemas. As operações das hidrelétricas atingiram os pescados em todo o baixo curso do rio em decorrência da redução da vazão; da influência da erosão marginal; do progressivo assoreamento da calha; impedimento da piracema; como também a falta de carreamento de sedimentos agravando as condições da ictiofauna e levando a quase extinção da pesca, que serviam de subsistência as comunidades ribeirinhas; interferência na navegação e mudanças geodinâmicas na sua foz (2016, p. 12).

É bastante corrente o problema de elevação da vazão do rio pela UHE de Xingó na região, como podemos observar na reportagem do dia 22 de março de 2018 (g1.globo), em que a CHESF foi notificada pelo Ministério Público Federal em função do fato de essa Companhia não avisar à população local com antecedência sobre os aumentos repentinos na vazão, sendo necessário que ela crie um sistema de alerta. O supracitado órgão afirma que tais procedimentos têm se dado “com riscos não apenas materiais, mas também à própria vida e integridade física de pessoas”. Nesse sentido, áreas de reforma agrária, em Delmiro Gouveia, denunciam com frequência tais acontecimentos e o quanto ficam vulneráveis a acidentes no momento em que muitas vezes os pescadores se encontram em pleno rio.

Em entrevista com moradores da zona rural de Piranhas e Olho D’água do Casado, os relatos apontam a dificuldade que é ter acesso ao rio, o quanto que é caro, pois os donos de restaurantes formam um cartel, o que inviabiliza não só o passeio pelo mesmo, como também qualquer tipo de lazer nas suas margens.

Nota-se que o Sertão de Alagoas, junto com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, tem sido uma região importante no âmbito da produção de energia (Figura 18). Nossas leituras apontam para o entendimento de que as áreas receptoras desses projetos de desenvolvimento vêm sofrendo um violento processo de espoliação, com frequentes movimentos de desterritorialização, conflitos e disputas territoriais.

Figura 18 - Hidrelétricas e impactos sobre o Sertão de Alagoas



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, 2017; CHESF, 2018.

A Figura 18 demonstra as áreas do Sertão de Alagoas que foram atingidas diretamente e indiretamente por esses projetos desenvolvimentistas, permitindo a visualização da dimensão

territorial de grandes obras no Sertão de Alagoas e região circunvizinha. As usinas hidrelétricas de Moxotó, Itaparica e Xingó atingiram pelo menos quatro municípios do Alto Sertão de Alagoas, sendo que Delmiro Gouveia foi o município mais diretamente impactado por todas.

A implantação de um complexo de usinas hidrelétricas nos sertões de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco demonstra as contradições contidas no discurso comandado pelo Estado com base na modernização e no progresso. O direcionamento das águas do rio São Francisco para a geração de energia em nome do desenvolvimento tem provocado mortes, uma vez que o capital, ao se apropriar da terra utilizada para a morada, para a produção de autoconsumo, com o qual a população estabelece e constrói seus laços e suas vidas, causa a morte. Para além de aspectos físicos e materiais, a terra é vivência, é vida, é memória, ancestralidade.

Os diversos impactos do ponto de vista social, cultural, ambiental e econômicos comprometem um conjunto de direitos territoriais das populações. Direitos territoriais básicos, como o de permanecer junto à sua família e vizinhos em vez de terem que seguirem caminhos diferentes a partir dos processos de reassentamentos; o direito de produzir nas terras sempre férteis na margem do rio; o direito de deslocamento e mobilidade que passam a ser comprometidos pela mudança na vazão do rio em função dos grandes projetos; o direito à terra e à água; e o direito à liberdade.

Nesse sentido é que afirmamos que as águas apropriadas pelo Estado e pelo mercado não estão voltadas para o território, o território entendido em todas as suas dimensões e que representa a vida. Esses projetos têm sido causadores de enormes e graves conflitos no território.

6 FACES DA ORDEM MODERNO-COLONIAL DO CANAL DO SERTÃO EM ALAGOAS – DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ÁGUAS

6.1 AS ÁGUAS NA TERRA DAS LAGOAS: RIOS E “CANAIS”

O poeta Patativa do Assaré, em “A Festa da Natureza”, afirma que “Chegando o tempo do inverno, tudo é amoroso e terno, sentindo o Pai Eterno sua bondade sem fim. O nosso Sertão amado, estrumicado pelado, fica logo transformado no mais bonito jardim”. Patativa traz em seus versos a beleza da chegada da chuva no Sertão e o quanto isso muda a vida dos sertanejos. Com a água caindo no chão rachado, amenizando o calor escaldante e fazendo aflorar uma vegetação verde e exuberante, é pensado no quanto de vida o Sertão abriga. A vida, no Sertão, está relacionada à água. Vida essa que existe, que está ali em todo o momento, mas que quase sempre só consegue se exibir quando a água cai do céu e/ou quando permanece por todo o ano, água correndo, margeando e/ou meandrando o território de vida Sertão a partir da mãe natureza.

Octávio Brandão escreveu, nos anos de 1916 e 1917, uma obra clássica alagoana denominada *Canais e lagoas*. O livro trata de uma região de Alagoas riquíssima pela abundância do bem natural água. A obra aborda, de maneira mais específica, a área onde estão localizadas duas importantes lagoas denominadas de Manguaba e Mundaú e a diversidade da natureza que conformava a área hoje onde fica a capital Maceió, o que nos direciona para a importância desse complexo lagunar.

As águas se destacam no âmbito da Alagoas Boreal, a partir das lagoas, rios e do Oceano Atlântico. Na denominada Alagoas Meridional, o rio São Francisco se destaca ao acompanhar e margear por 200km a paisagem sertaneja – assim, “Alagoas se apresenta como uma terra dilatada pelas águas” (SILVA; MUNIZ; MENEZES, 2018, p. 3).

Essa disponibilidade hídrica se concentrou em sua maior parte na zona da mata, permitindo um conjunto de elementos físicos e econômicos propícios à produção da cana-de-açúcar como principal vetor de produção agrícola desde o século XVI, o que colocou Alagoas na rota da moderno-colonialidade e de todo o aparato por ela utilizado para apropriação e expropriação territorial. Para Almeida (2018, p. 43), “quem deseja colonizar procura água. É um dos elementos mínimos para existir a implantação de uma sociedade; não podemos reduzir nossa história pela água, mas sempre andar com ela pela presença, pela falta”.

A geografia dos recursos hídricos em Alagoas refere-se basicamente à dos rios que deságuam no oceano atlântico e aos que deságuam no rio São Francisco, sendo que parte

significativa deles possuem suas nascentes em Pernambuco, como o Moxotó, Capiá, Ipanema e Traipú.

Para os rios que têm nascentes em Alagoas, destacam-se os rios Manguaba, Camaragibe e Mirim. Os rios Mundaú e Paraíba formam um complexo lagunar. Brandão assim os descreve:

O Mundaú dilata-se admiravelmente pela região que acalentou o sonho glorioso e a tragédia esquiliana dos Palmares – grito estupendo a rebentar de almas libertas, protesto infinito dos Negros, varados, cosidos a bala, recuando pelos flancos das montanhas, metendo-se pelos chapadões sem fim, alcandorando-se nas serranias desoladas, formidáveis e heroicos [...] É o grande rio da raça negra, como o São Francisco foi a estrada por onde seguiu a raça branca e o Paraíba foi a agulha de marear da raça indígena, quando, batida pelo sol dos altos sertões, descia às paragens varonis da zona das matas (2001, p. 34).

Rio dos Pedregais – assim se pode denominar o Paraíba [...] E, na verdade, quem, pelos estios enervantes, atravessar o Paraíba em terras do Engenho Novo, no Pilar, e lhe vir as águas mansas, fatigadas, tranquilas, silenciosas, sob um céu impassível e entre as árvores torcidas, horrendas, espectrais, quase agônicas [...] julgará que o meu rio luminoso vem fugindo de alguma batalha, cheio de imensa agonia e da tristeza horrível dos vencidos. Mas aí daqueles que, com estas ideias, o procurar nas invernias. Então o Paraíba se transforma; de vencido, passa a vencedor. São águas mugidoras, vivas, desvairadas (2001, p. 36).

Esses rios, canais e lagoas descritos de forma poética por Brandão conformam, no conjunto da geodiversidade de Alagoas, um conjunto de elementos da natureza que têm direcionado os usos de parte significativa das terras em Alagoas para a histórica e secular indústria da cana, fato também retificado por Andrade, ao declarar que,

A Oeste dos tabuleiros estende-se a área da região da Mata que dispõe de solos oriundos da decomposição das rochas cristalinas e que é drenada pelos dois principais rios alagoanos – O mundaú e o Paraíba do Meio. Aí se localiza a maior porção das usinas do Estado e, sobretudo, aqueles que, tradicionalmente, dispõem de maior área como a Serra Grande, a Brasileiro – hoje de “fogo morto”, uma vez que está há vários anos sem moer -, e a Central Leão (2005, p. 42).

Os rios localizados no Sertão de Alagoas se apresentam como sendo a maior parte deles intermitentes, com exceção dos rios São Francisco e Moxotó, tendo sido de suma importância para a penetração da colonização nesta porção do território alagoano. O Quadro 5 exhibe a disposição de rios e riachos que correm pelo Alto Sertão alagoano.

Quadro 5 - Rios do Alto Sertão de Alagoas

Municípios	Rios
Água Branca	-
Canapi	-
Delmiro Gouveia	Rios São Francisco e Moxotó
Inhapi	-
Mata Grande	Rios: Moxotó e Capiá; Riachos: Grotão, Cumbe, Bebedouro, Gravatá, Varginha, Terra Nova, Mata Escura, Parafuso e Samburá; Lagoas: Santa Cruz, Santa Rosa, Tatu, Jurema, Quipá, Santa Luzia, Serrote Preto, Pitachinan e Rio Grande.
Olho D'água do Casado	Rio São Francisco
Pariconha	O município é recortado por uma rede hidrográfica densa, constituída pelo rio Moxotó e vários riachos que nascem no planalto da Borborema e direcionam-se para os rios Moxotó e São Francisco. Os principais riachos são: Salgadinho e Tanque.
Piranhas	São Francisco, Capiá, Boa Vista, Urucu

Fonte: PTDRS do Alto Sertão, 2006.

Sobre os rios do Sertão, destacamos este trecho de Almeida:

Dos rios do Sertão e agreste, nenhum deles vai ao mar, com os cursos começando pelo rio Moxotó, correndo pela fronteira com Pernambuco, que é de extrema importância em nossa história sertaneja, desde que se pode adentrar até Sertânia, fronteira de Pernambuco com a Paraíba. Em seguida, temos o Riacho Talhada que deságua antes de Piranhas e na altura do atual Olho D'Água do Casado. É outro rio de penetração sertaneja e sua região hidrográfica atinge as cercanias de Mata Grande e Inhapi, além de boa parte do Sertão (2018, p. 36).

O autor refere-se aos rios de penetração sertaneja e da importância desses para o Sertão. Na figura a seguir é possível visualizarmos a hidrografia diversa do Alto Sertão e parte dos rios e riachos citados por Almeida (2018) e dispostos no Quadro 5.

se refere: “Assim, os ventos que sobem o São Francisco e as regiões aplainadas vizinhas transportam umidade até atingir serras como as de Mata Grande e Água Branca, localizadas muito no interior. Daí ser o Sertão alagoano, de modo geral, bem mais úmido [...]”. Tais condições naturais permitem diferenciar esses municípios do ponto de vista hídrico, climático e de relevo, dos demais municípios da região.

Os dados contidos na Tabela 5 apontam algumas das políticas de abastecimento que vêm sendo, ao longo dos últimos anos, adotadas pelo Estado e articulações sociais, para amenizar problemas de armazenamento de água, a exemplo da construção de açudes e da construção de cisternas de placas.

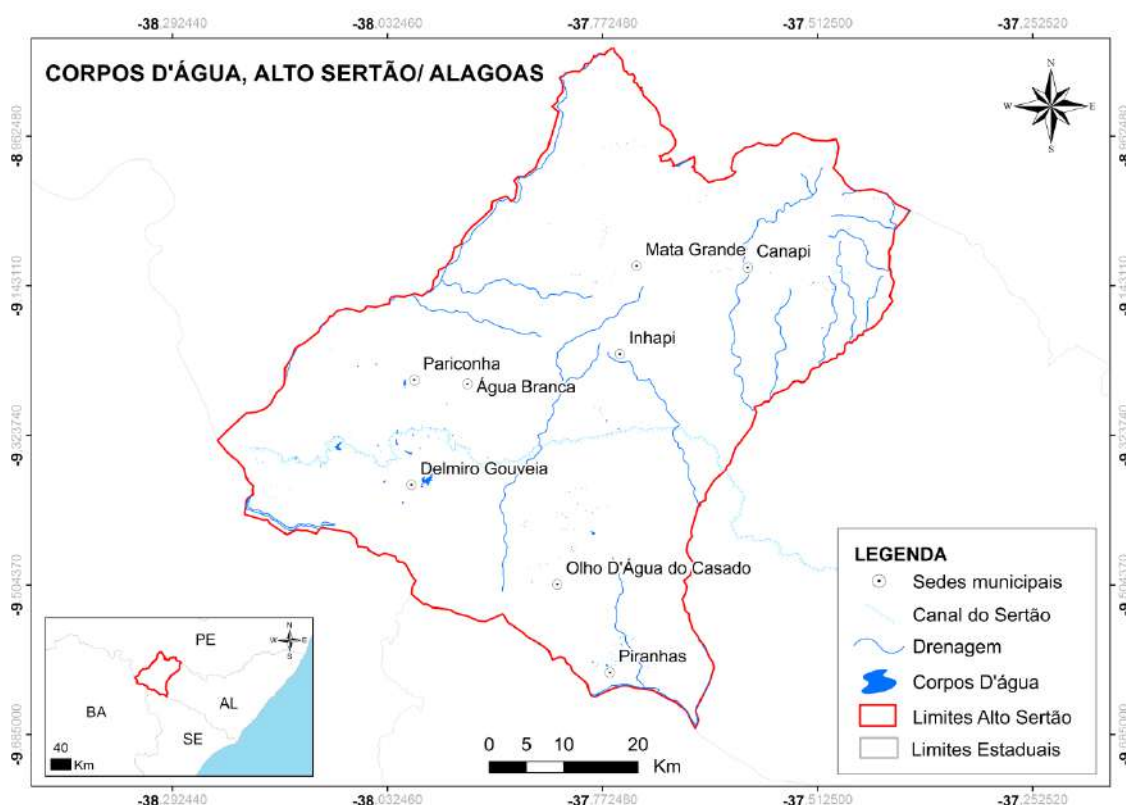
Tabela 5 - Infraestrutura Hídrica para aproveitamento de água pluvial

Municípios	Número de açudes públicos	Número de açudes particulares	Número de cisternas	Poços artesianos	
				Ativados	Desativados
Piranhas		04	300	05	11
Canapi					
Inhapi					
Delmiro					
Gouveia					
Olho D'Água do Casado					
Água Branca	08	20	100		08
Pariconha	140	09	125	03	07
Mata Grande	08	08	110	09	10
Total	164	41	635	17	36

Fonte: PTDRS (2006).

No decorrer do século XX, a política de açudagem se tornou regra na Região Nordeste, contudo, enquanto política pública, não contribuiu para mudar a realidade do Sertão em termos de acesso à água nos períodos de estiagem. É sabido que a referida política beneficiou, sim, grupos políticos locais que a transformaram na conhecida “indústria da seca”. Nesse sentido, a partir da Figura 20 podemos visualizar, de maneira mais atualizada, os corpos-d'água na nossa região de estudo.

Figura 20 - Corpos D'água, Alto Sertão de Alagoas



Fonte: Identificação dos corpos d'água a partir de interpretação visual de imagem de satélite disponível no Programa Google Earth Pro; SEPLAG, 2018. Diagramação: Maria de Lourdes Carvalho Neta.

Os dados disponibilizados pelo PTDRS, em parte, apresentam semelhanças com a espacialidade dos corpos-d'água verificada a partir da imagem, sendo que percebemos mais facilmente uma maior concentração desses corpos nos municípios de Pariconha e Água Branca. Verificamos ainda que, ao compararmos os corpos-d'água contidos na imagem com os dados da Tabela 5, percebemos a incidência de corpos-d'água no município de Delmiro Gouveia, diferentemente da falta de dados com relação a açudes públicos e particulares no supracitado município na tabela em análise.

Assim, podemos estar diante das dificuldades quanto à organização de dados por parte do estudo realizado pelo PTDRS, como também diante do fato de muitos corpos-d'água terem sido criados a partir da implantação do Canal do Sertão. Nossos trabalhos de campo identificaram a recorrência quanto à prática de pequenos barramentos nas áreas de seu entorno.

Cabe destacar pequenos projetos que têm sido bastante acessíveis às famílias sertanejas e que tem garantido o armazenamento de água nos períodos de seca.

Para Porto-Gonçalves,

Entretanto, mais do que a escassez da água pela excessiva evaporação, práticas que vêm sendo desenvolvidas pelos movimentos populares e que vêm contando com apoio governamental nos últimos anos, indicam que a solução para garantir água está mais na conservação e proteção contra a evaporação do que na transposição de água de rios de bacias distantes como parecem acreditar os ideólogos do projeto de transposição do rio São Francisco. Experiências comunitárias bem sucedidas como as da ASA – Articulação do Semiárido – vêm demonstrando excelentes resultados não com obras faraônicas, mas com a construção de cisternas que protegem da evaporação a boa quantidade de água que ali se precipita. Em 2006, constam-se mais de 200 mil dessas cisternas (2008, p. 206).

As cisternas de placas, enquanto alternativa de acesso à água nos sertões, têm se apresentado como uma importante estratégia de convivência com o território, a partir da garantia de acesso à água potável, das condições de autonomia e liberdade e de empoderamento, principalmente, das mulheres.

Todavia, as diferentes formas de ocupação da terra e usos das águas e o atual nível de degradação ambiental na região têm provocado a extinção de nascentes de água no Sertão. A pesquisa sobre os impactos climáticos nas regiões da caatinga alagoana, que vem sendo realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, aponta que, nos últimos 30 anos, milhares de olhos-d'água desapareceram no Sertão alagoano. De acordo com o pesquisador Neison Freire,

Tanto as autoridades quanto os trabalhadores rurais têm uma percepção geral de que nos últimos 30 anos houve uma redução dos corpos hídricos e recargas hídricas nessas regiões. As secas e as estiagens prolongadas vêm impactando, principalmente, a agricultura familiar. Nas margens do São Francisco já não há mais cultivo de arroz, por exemplo. E a pesca artesanal nas lagoas foi praticamente extinta, além do pouco uso social dessas águas. (<https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/10494-1-349-olhos-d-agua-do-sertao-alagoano-desapareceram>. Acesso em 20 de setembro de 2019).

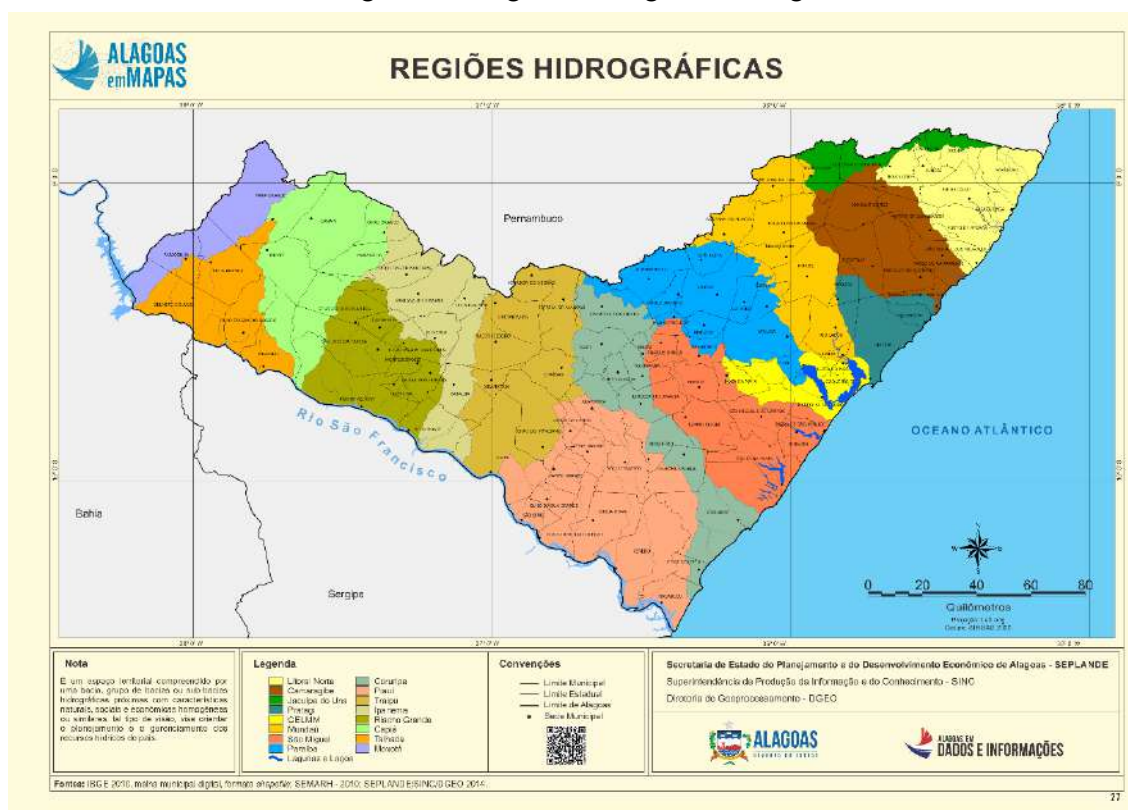
O trecho destacado da reportagem retrata uma parte da realidade da geodiversidade alagoana e o agravamento das condições de acesso à água, o que intensifica os efeitos da seca que conforma o Sertão alagoano.

Alagoas se apresenta como um dos estados da Região Nordeste que tem a menor porção de seu território inserido no denominado Polígono das Secas, sendo esse em torno de 43% (ANDRADE, 2005). Sob esse ângulo e sobre os registros e efeitos da seca em Alagoas, Lima (1967) afirma que, desde meados do século XIX, aparecem, por parte dos agricultores, inúmeras reclamações sobre o fenômeno da seca no interior alagoano, fazendo com que parte da população local viesse a migrar para a zona da mata alagoana ou para outras regiões do país. O que o autor não trata é das milhares de pessoas que, fugindo dos efeitos da seca, seguiam em marcha rumo ao São Francisco.

Nesse sentido, no que se refere às águas em Alagoas, temos duas perspectivas históricas e de análise, a de um estado conhecido pela abundância de água – que lhe rendeu, inclusive, o nome ALAGOAS. Abundância de água que alimenta e sustenta a indústria do turismo, da cana e derivados dentre outros; e, sob a segunda perspectiva, a que alimenta o discurso da escassez (PORTO-GONÇALVES, 2004), cujas finalidades econômicas e políticas também subsidiam o ramo industrial e a conhecida “indústria da seca” – ambas coadunam com a ideologia do desenvolvimento defendida pelo Estado Moderno-Colonial.

Alagoas possui 16 regiões hidrográficas (Figura 21), com uma variedade de bacias hidrográficas que se localizam, em grande parte, na denominada vertente oriental (SEMARH), onde a maioria dos rios é perene.

Figura 21 - Regiões Hidrográficas-Alagoas



Fonte: Alagoas em Mapas. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-mapas>. Acesso em: 27 abr. 20120.

Em Alagoas, seguindo o marco de gestão descentralizada, democrática e científica das águas no Brasil, data de 1997 a criação da Política Estadual de Recursos Hídricos, cujos objetivos são:

- I) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - utilizar de forma racional e integrada os recursos hídricos, incluindo o

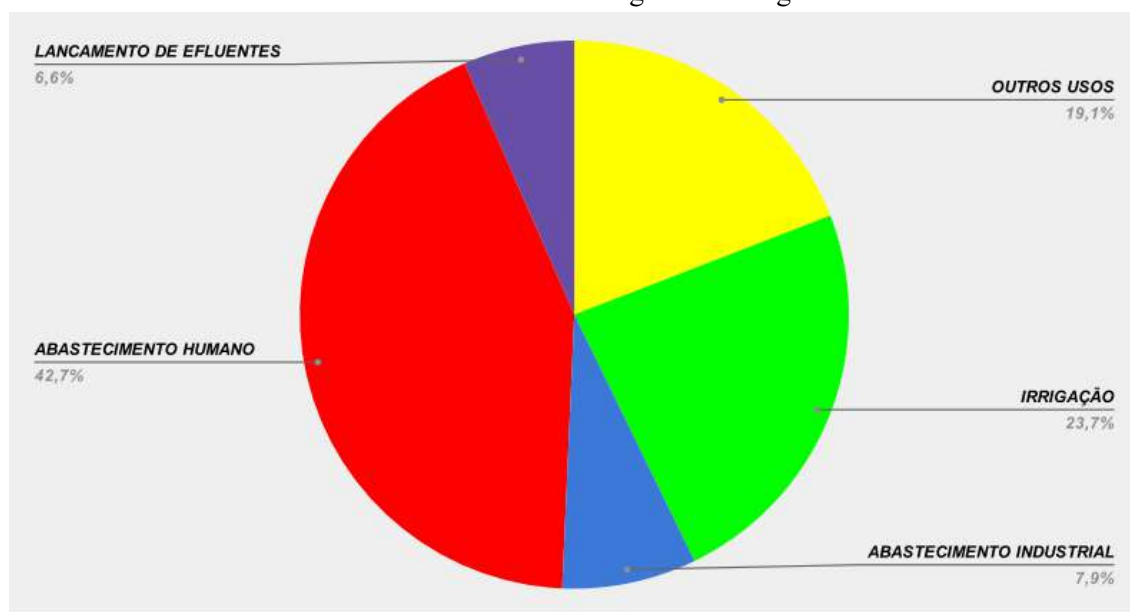
transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - buscar a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (MARTINS, 2012).

Os objetivos da política estadual reproduzem os princípios ao nível nacional em torno dos aspectos voltados para a qualidade, racionalidade, do desenvolvimento sustentável e da prevenção e defesa da água. A governança em torno do elemento tido como “bem comum” pela Constituição de 1988 passa a ser dotado de elementos econômicos e políticos, o que, na opinião de Porto-Gonçalves (2008), leva a água a um nível mundial e de Brasil, a assumir destaque na geopolítica do final de século XX e início do século XXI.

Como garantia da água enquanto bem comum e que apresenta o consumo humano e animal como prioridade, a gestão dos recursos hídricos em Alagoas deve priorizar processos de descentralização que atenda à diversidade que conforma a realidade econômica, social, cultural e ambiental do estado. Nesse sentido, como garantia e reflexo de boa execução do plano Estadual de Recursos Hídricos, tem-se a outorga de direito e uso dos recursos hídricos.

Em Alagoas, a regulamentação da outorga de direito de uso de recursos hídricos no estado data de 2001. O gráfico a seguir nos apresenta um panorama geral, do ponto de vista oficial, dos usos das águas em Alagoas.

Gráfico 1 - Usos das águas em Alagoas



Fonte: SEMARH, 2019.

Uma análise dos usos das águas em Alagoas a partir das outorgas¹¹ concedidas pela SEMARH, entre 2001 e 2019, demonstra que o abastecimento humano (42,7%) e a irrigação (23,7%) se apresentam como os maiores tipos e usos das águas, quando comparados às demais categorias, como: indústria (7,9%), lançamento de efluentes (6,6%) e outros usos¹² (19,1%), que, de acordo com os dados, apresentam menores volumes outorgados. Observa-se, ainda, que, no ano de 2016, se deu um aumento da concessão de outorgas, totalizando 560. De maneira geral, a média de durabilidade dessas outorgas é de quatro anos, com exceção de algumas outorgas para irrigação, uso industrial e lançamento de efluentes que têm tido uma média de durabilidade que varia entre dez e quinze anos.

Lira (2007) aponta o setor sucroalcooleiro como maior destaque no âmbito da atividade industrial em Alagoas. Nesse sentido, cabe salientar a demanda da indústria mundial por água e o consequente desequilíbrio ambiental em torno da forte disputa e domínio sobre esse elemento natural. A Tabela 6 nos apresenta a quantidade de água envolvida na moagem de cana em dez usinas/destilarias em Alagoas.

Tabela 6 - Água utilizada na moagem da cana em usinas e destilarias de Alagoas

Usina	Cana Moída (TC/dia)	Vazão (m ³ /h)	Necessidade hídrica (m ³ /TC)
Usina A/AL	12,000	4,000	8,00
Usina B/AL	10,000	2,400	5,80
Usina C/AL	7,000	3,500	5,20
Usina D/AL	9,000	3,200	3,20
Usina E/AL	10,000	300	0,70
Usina F/AL	8,000	3,000	9,00
Usina G/AL	6,000	2,900	11,60
Usina H/AL	7,200	3,300	4,30
Destilaria AAL	5,500	2,800	12,20
Destilaria B/AL	4,000	3,680	10,10

Fonte: Buarque, 2003, dados compilados por Vasconcelos, F. M. T.

Os dados denotam o volume de água utilizada por parte do setor sucroalcooleiro de Alagoas, um dos mais representativos do estado, e o quanto que a água se apresenta como indispensável para o processo industrial envolvendo a cana, com destaque para o açúcar que diariamente se faz presente nas mesas dos alagoanos. Em estudo realizado por Almeida (2009), a autora trata do forte impacto desse tipo de produção para o sistema fluvial dos principais rios de Alagoas, devido não só à quantidade de água utilizada no processo de produção, como

¹¹ Infelizmente, nosso levantamento de dados não conseguiu dar conta do número de liberação de outorgas por região hidrográfica e nem da média de vazão para cada um dos usos, ficando a dica para estudos posteriores.

¹² Outras finalidades de usos que podem não se encaixar nas categorias apresentadas.

também à quantidade de efluentes lançados nessas áreas, sendo a água utilizada em diversas etapas produtivas, o que justifica a densidade de usinas e destilarias nesses espaços.

Assim, pensar Alagoas a partir da hegemonia da cana é tratar da complexidade que esse produto exerce não só do ponto vista de concentração da terra, como também da concentração da água e do papel que essa realiza nos processos de espacialização e territorialização de inúmeras atividades produtivas do setor sucroalcooleiro.

A complexidade e o contraste em torno do acesso e usos das águas em Alagoas também são perpassados pelos processos de lutas, denúncias e conflitos. Nesse sentido, o Estado não oferece à sociedade dados e informações a esse respeito, o que o permite a continuar criando mecanismos de subalternização das comunidades que têm sido vítimas de seu projeto moderno-colonial de destruição de vidas e de territórios. São os movimentos sociais e as instituições voltadas para a garantia de direitos humanos que têm exercido esse papel de coletar informações e de mapear situações de conflitos territoriais.

Assim, a CPT tem sido a agência de mediação política que realiza os levantamentos a partir das comunidades e sistematiza esses dados e também analisa os processos de violência e injustiça identificados. Após esse rigor e checagem da veracidade da informação é que se produz a notícia e se buscam as autoridades responsáveis para registro e denúncia.

Desde a década de 1980, a CPT vem realizando eventos como a Romaria da Terra e das Águas e, desde o começo dos anos 2000, reunindo dados no Caderno de Conflitos que envolvem água. A Comissão Pastoral da Terra tem sido, em nível de Brasil e, de maneira mais específica, de Alagoas um importante instrumento de denúncias quanto às injustiças e às violências que permeiam o campo nos processos de luta por terra, água e direito.

Entre 2002 e 2018, o Caderno de Conflitos da CPT registrou um total de 4.118 famílias envolvidas em conflitos por água em Alagoas. A região alagoana que registrou o maior número de pessoas envolvidas em conflitos foi o Sertão, com 49%. Os conflitos se deram em áreas de Barragens, comunidades quilombolas, de pescadores e áreas de reforma agrária em função das seguintes situações: uso e preservação, expropriação, destruição, poluição, divergências, falta de reassentamentos e impedimento de acesso à água.

No Sertão de Alagoas, a CHESF se apresenta como a maior causadora de conflitos. Dessa maneira, apontamos uma parte do índice de conflitos nessa região em decorrência dos projetos de desenvolvimento implantados e que tem a água como elemento central no âmbito da implantação de hidroelétricas e barragens para a geração de energia. Assim, nos próximos pontos, iremos nos debruçar sobre a busca de entendimento sobre um novo projeto de desenvolvimento que está sendo implantado no Sertão de Alagoas.

O Canal do Sertão representa uma nova roupagem de desenvolvimento para o Sertão de Alagoas, agora com base não somente no aproveitamento hidroelétrico das águas do rio São Francisco, como também na sua transposição. A implantação dessa grande obra amplia a ideologia de “vocação” dessa região como área propícia para a geração de energia e para irrigação com o objetivo de alimentar e ampliar o agrohidronegócio.

6.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO CANAL DO SERTÃO

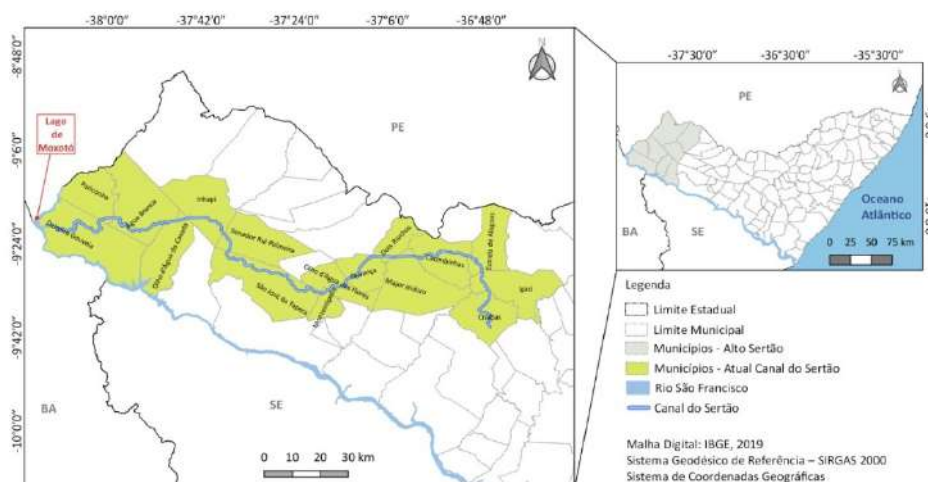
A utilização das   guas do rio São Francisco para irrigar o Sertão de Alagoas vem sendo delineada desde a década de 1940, quando o então Senador Rui Palmeira já apresentava essa ideia em sua gestão. Duas décadas depois, nos anos de 1960, ela foi retomada pelo governador Luís Cavalcante, que defendia que a obra deveria ir até Palmeira dos índios, no agreste de Alagoas. Entretanto, foi somente no início dos anos de 1990 que a histórica obra de transposição, em Alagoas, saiu do plano das ideias a partir da elaboração do primeiro projeto.

O projeto do Canal do Sertão foi idealizado e criado no governo de Geraldo Bulhões e se apresentou como principal instrumento político de sua campanha e governo, quando foi criada, em 1991, a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação que teve como secretário José Bandeira, responsável pela criação da primeira versão do projeto Canal do Sertão, na época, denominado de Canal de Irrigação do Sertão.

No estudo denominado Pré-viabilidade do Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, realizado em 1991 pela COHIDRO, é apresentado um esquema de aproveitamento das   guas do rio São Francisco para irrigar o Sertão via um canal e adutoras para levar água    população e a perímetros de irrigação. O supracitado estudo trabalha com duas possibilidades de espaços para a captação de água do rio São Francisco (Figuras 22 e 23):

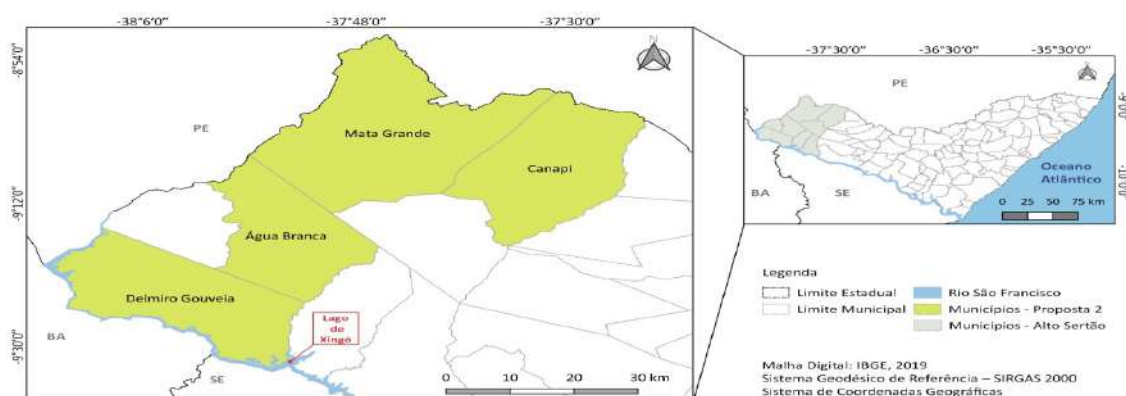
- a) Moxotó (tanto no reservatório como no rio); e
- b) no local onde, posteriormente, construiu-se o reservatório de Xingó.

Figura 22 - Proposta de captação de água no lago Moxotó



Fonte: Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, 1991.

Figura 23 - Proposta de captação de água no lago Xingó



Fonte: Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, 1991.

Por questões técnicas, a estação elevatória foi projetada para ser construída no reservatório Moxotó.

O estudo de pré-viabilidade apresentou ainda as seguintes metas com

- Abastecimento d'água aos perímetros de irrigação;
- fornecimento d'água para o gado e para as mínimas necessidades dos pequenos produtores;
- através da introdução da piscicultura, criar condições para ofertar alimento de alto valor proteico a baixo custo;
- treinamento e orientação em métodos agrícolas modernos, através da implantação de áreas pilotos para irrigação;
- geração de renda e oferta de alimentos durante todo o ano, utilizando-se o trabalho comunitário nas unidades econômicas pontuais;

- oferta de água tratada para consumo às populações urbanas das cidades e distritos mais populosos (1991, p. 4).

Nesse sentido, o aludido estudo contém apenas aspectos iniciais e gerais da obra, todavia aponta importantes direcionamentos de engenharia. A primeira versão do projeto apresentava dados mais precisos apenas para os primeiros 45km. O seu traçado principal perpassava as principais cidades do Alto Sertão, a exemplo de Delmiro Gouveia, Água Branca, Mata Grande e Canapi, como é possível detectar a partir da projeção dos seguintes perímetros e adutoras com suas respectivas áreas (Tabela 7).

Tabela 7 - Perímetros de Irrigação e Adutoras

Perímetros de Irrigação e Adutoras	Área (ha)
Moxotó	1.000,00
Delmiro Gouveia	1.000,00
Capiá	9.000,00
Riacho Grande	4.500,00
Adutora de usos múltiplos	4.500,00

Fonte: COHIDRO, 1991. Dados compilados por VASCONCELOS, F. M. T., 2019.

O principal objetivo do Canal de Irrigação do Sertão era irrigar o Sertão. A água seria destinada para consumo humano, irrigação, piscicultura e outros fins. De acordo com o secretário de Irrigação de Alagoas, José Bandeira, “[...] a solução agora é a irrigação de qualquer maneira. Não há mais clima na região do Sertão do meu estado para soluções paliativas”. As afirmações do secretário constam numa reportagem sobre o projeto no *Jornal de Alagoas*, em 22 de dezembro de 1991.

O desejo e empenho do governo de Alagoas em torno da implantação da obra contava com um cenário político que beneficiava a situação. É o que podemos ver a partir da reportagem do *Jornal de Alagoas*, do dia 11 de março de 1992, que afirmava:

Na “propalada” Sudene, como secretário nacional está o ex-governador de Alagoas, Dr. Moacir Andrade, com status de ministro e, como chefe está o senhor Elionaldo Magalhães, que também é atuante deputado estadual em Alagoas, tudo isto e muito mais com a convivência das estrelas maiores, o presidente Collor e Geraldo Bulhões.

O trecho recortado da matéria retrata a configuração de forças políticas alagoanas e o arranjo delas em cargos e espaços estratégicos para a viabilização de grandes obras em Alagoas, como a Usina Hidrelétrica de Xingó e o Canal de Irrigação do Sertão. A esse fato, acrescentam-se, ainda, os laços identitários desses personagens. Todos sendo não somente alagoanos, como sendo de origem sertaneja, como o Governador Geraldo Bulhões, com origem em Santana do

Ipanema e José Bandeira, que, na época, também ocupava o cargo de prefeito de Delmiro Gouveia.

Assim sendo, a “engenharia política” em torno da obra se torna mais complexa, e cheia de aspectos contraditórios, a partir de Fernando Collor de Melo e da esposa, Roseane Collor, cujas origens remetem a uma das famílias com histórico poder político no Sertão, a família Malta, oligarquia forte no município de Canapi – região a ser beneficiada pelo canal.

Nossas leituras estendem-se, ainda, à Usina Hidrelétrica de Xingó, não só pela garantia de retomada da obra, a partir da articulação entre o então líder do governo no Congresso Nacional, Renan Calheiros, e o presidente da república, como pelo fato de ela beneficiar, ainda, a família de Roseane Collor, fato que podemos identificar no texto de Vaz (2005, p. 167) “A ética da malandragem no sub-mundo do Congresso Nacional”.

A construção da Hidrelétrica de Xingó, embora fosse atender todo o Nordeste, também injetava recursos na economia alagoana. Antes parada por falta de dinheiro, agora era prioridade no novo governo. E a família Malta ia pegando as sobras daquela obra gigantesca, avaliada em 3,6 bilhões de dólares. Um dos irmãos de Roseane, Pompilho, havia deixado a fazenda onde trabalhava com o pai, João Alvino, para montar uma transportadora que ficava com as subempreitadas do consórcio de Xingó.

Assim, percebe-se que a política em Alagoas denota o enorme poder de uma aristocracia rural ainda bastante atuante no final dos anos de 1980 que mesclava interesses públicos e privados. As frentes políticas, em Alagoas, articularam e renovaram seu poder a partir da instância nacional, para captura do máximo de recursos públicos, a fim de garantir, em níveis estadual e local, benefícios e vantagens por parte de algumas famílias na região.

Ainda assim, o quadro político, anteriormente descrito, apresentava divergências internas, o que culminou em cenas de avanços e retrocessos quanto ao início de execução do Canal de Irrigação do Sertão. Um exemplo eram as divergências do ponto de vista “técnico” e de entendimento entre os setores estadual e nacional de irrigação, com relação, por exemplo, ao local de início da obra. Para a secretaria nacional, devia iniciar-se a partir de Xingó e para a estadual de Moxotó; outro ponto de discordância era com relação ao total de área irrigável em Alagoas. O projeto elaborado pela equipe do secretário estadual afirmava ser um total de cem mil ha, enquanto que a secretaria nacional relatava ser apenas quarenta mil ha. A esse painel, acrescenta-se, ainda, a divergência deles quanto à melhor iniciativa para resolver os problemas de “acesso à água” no Sertão de Alagoas – José Bandeira defendia essa grande obra hídrica e Moacir Andrade era defensor de pequenas obras a exemplo de cisternas, barragens e açudes.

Em 1992, o estado de Alagoas deu início à obra, porém foram feitas apenas algumas escavações e movimentação de terra. Na sequência, os embates políticos culminaram, ainda em 1992, na inviabilidade da obra devido a irregularidades técnicas, o que causou a paralisação dela em 1993, ficando a pouca estrutura abandonada. Mas, do ponto de vista político, a justificativa apresentada deu destaque ao fato da equipe de irrigação estadual ter submetido o projeto à CODEVASF com um termo novo e que não se encontrava no projeto original, que era o de “canal adutor”. Assim, o secretário nacional de irrigação afirmou: “não temos como financiar um projeto que, além de errado, está alterado” (JORNAL DE ALAGOAS, 1992). Isso posto, até a paralisação da obra, haviam sido construídos apenas 20km dessa e realizada a contratação inicial das obras da Tomada D’Água e da Estação Elevatória, com a contratação da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

O panorama que engloba a construção do Canal do Sertão, inicialmente denominado de Canal de Irrigação do Sertão, apresenta o conjunto de deliberações em torno da maior obra hídrica da história de Alagoas, o que demonstra os conflitos e disputas, do ponto de vista político e econômico, em torno de sua criação e execução.

Conflitos e disputas que demarcam, antes mesmo do início de sua execução, divergências quanto à viabilidade da obra para uma região de Sertão e quanto ao recorte espacial dele, posto que esse deveria beneficiar diretamente os sujeitos envolvidos na sua execução, como é demonstrado a partir do beneficiamento de famílias tradicionais da região com a chegada de grandes obras hídricas no Sertão de Alagoas.

Em *O Estudo sobre o Canal do Sertão*, elaborado, em 2017, pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), é possível obtermos um panorama geral de como se deu o andamento da obra Canal do Sertão no decorrer dos governos que sucederam ao de Geraldo Bulhões (Quadro 6).

Quadro 6 - Panorama Geral das ações voltadas para o Canal do Sertão nos governos de Alagoas

Governo	Gestão (ano)	Ações desenvolvidas
Divaldo Suruagy	1995-1997	Projeto do Canal do Sertão ficou paralisado à espera de estudos de viabilidade da obra.
Ronaldo Lessa	1999-2005	Retomou a obra do Canal do Sertão a partir da realização do Estudo de Viabilidade e de Sustentabilidade da obra.

Teotônio Vilela	2006-2014	Continuidade da obra e inauguração dos trechos I e II
Renan Filho	2015-dias atuais	Continuidade da obra e inauguração dos trechos III

Fonte: SEPLAG, 2017. Dados compilados por VASCONCELOS, F. M. T. 2020.

Os dados contidos, no quadro anterior, destacam a fixação dos governantes na construção do Canal do Sertão. Percebe-se que, desde os anos 2000, tal edificação tem tido continuidade a partir da garantia de orçamento, com destaque para a inclusão da mesma no PAC, que garantiu a parceria entre Governo Federal e Governo Estadual, como veremos adiante.

Desse modo, em 2002, quando da contratação da empresa Hydro/Tecnosolos pela CODEVASF, foi realizado o Estudo de Sustentabilidade do Projeto Canal do Sertão Alagoano, o qual visa a “comprovar a sustentabilidade do empreendimento Canal do Sertão, por meio do planejamento de atividades que darão sustentação a ele” (2002, p. 4). De maneira geral e objetiva, as principais atividades apontadas pelo estudo giram em torno da fruticultura irrigada.

Em 2002, as obras foram retomadas a partir da inclusão da obra no Projeto Alvorada, do Governo Fernando Henrique Cardoso (Figura 24).

Figura 24 - Placa de Construção da Captação e Estação Elevatória do Canal do Sertão



Fonte: Disponível em: <http://valmirpedrosa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

A partir de recursos federais e da realização dos estudos necessários, o projeto foi readaptado a partir da modificação da estrutura de parte das obras, como da inserção de ferro na Estação elevatória e de tubos de sifão-invertido. De acordo com a reportagem de 3 de setembro de 2002, do jornal *BBC*:

A liberação dos primeiros R\$ 9 milhões no Orçamento Geral da União (OGU) de 2001 para a primeira fase – e a garantia de mais R\$ 21 milhões no OGU de 2002 – foram conseguidas principalmente pela pressão dos senadores e candidatos à reeleição Teotônio Vilella Filho (PSDB) e Renan Calheiros (PMDB).

As obras do Canal do Sertão foram retomadas, inclusive, em meio à tentativa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, iniciativa que não avançou no governo de Fernando Henrique Cardoso e que se apresentava como importante proposta de campanha para o Governo Lula. Sob esse ângulo, ocupava, na época, as obras de transposição um importante espaço no cenário político nacional e regional.

Em Alagoas, destacamos o fato de alguns representantes políticos terem se colocado contra a transposição das águas do rio São Francisco, vindo, posteriormente, a mudarem de posição como troca de moeda a favor da ajuda do Governo Federal para a construção do Canal do Sertão, a exemplo de Teotônio Vilela Filho e Ronaldo Lessa.

Mas, a cada dia, esse projeto da transposição parece mais remoto por sua inviabilidade econômica, por sua inconsistência técnica e, sobretudo, pela flagrante contradição de se iniciar uma obra de tal vulto quando outras muito menores, mais urgentes e de efeito mais amplo estão paradas, suspensas ou vetadas por falta de recursos (pronunciamento de Teotônio Vilela, no Senado, em 07.03.2005).

Motivo semelhante levou o alagoano Ronaldo Lessa, antes favorável à transposição, a mudar de posição na quarta-feira passada. Lessa agora condiciona o seu apoio à construção do Canal do Sertão Alagoano, que implica retirar água de um braço do São Francisco para abastecer projetos de irrigação e consumo humano. “Todos os governadores eram contra [a transposição], menos eu. Cansei”, resumiu (FOLHA DE S. PAULO, 9 out. 2005).

As falas de Teotônio Vilela e de Ronaldo Lessa demonstram os enlaces políticos para contemplar as transposições estaduais com o apoio e incentivo do governo federal. Esses arranjos se tornam mais complexos quando nos debruçamos sobre os maiores beneficiários desse tipo de obra, a saber: as empreiteiras e grupos empresariais e industriais (SUASSUNA, 2019), como o setor sulcroalcooleiro a que pertence Teotônio Vilela e que tem muito a se

beneficiar com uma obra de irrigação, uma vez que a cana tem se expandido da zona da mata alagoana rumo ao agreste, região onde a obra será finalizada.

O relatório final do Estudo de Viabilidade de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Projeto Sertão Alagoano, de 2003, apresenta os seguintes objetivos do Canal do Sertão,

- Social: melhorar a qualidade de vida da população rural, e implantar infraestrutura social na zona urbana;
- Econômico: dar condições para que a população desenvolva atividades econômicas sustentáveis;
- Cultural: transferir tecnologia mais adequada às condições naturais da região e compatíveis com a capacidade de absorção da população afetada;
- Ambiental: diminuir as atividades extrativistas desordenadas e adotar tecnologias conservacionistas, principalmente, no que se refere à conservação dos solos.

O mesmo estudo ainda destaca, enquanto parte dos objetivos da obra, promover o desenvolvimento da bacia leiteira, pois, com a chegada da água na região, será possível:

- dessedentação do rebanho;
- melhoria na qualidade do leite em função de higiene;
- possibilidade de implantação de tecnologia no processo de ordenha;
- irrigação do pasto, proporcionando a oferta regular de alimento para o rebanho, que permitirá, por sua vez, a regularidade da produção e a redução do processo de descarte e recompra.

A Bacia Leiteira de Alagoas está localizada na região do município de Batalha, região de concentração de latifúndios voltados para a criação de gado e produção de leite que abastece, inclusive, parte das indústrias de laticínios localizadas no agreste alagoano e pernambucano. Na nova versão assumida pelo projeto do Canal do Sertão, pós-Estudo de Sustentabilidade da obra, essa região de Alagoas ganha especial atenção por parte do Estado de Alagoas, confirmando e renovando o histórico pacto político e social entre Estado e classe latifundiária.

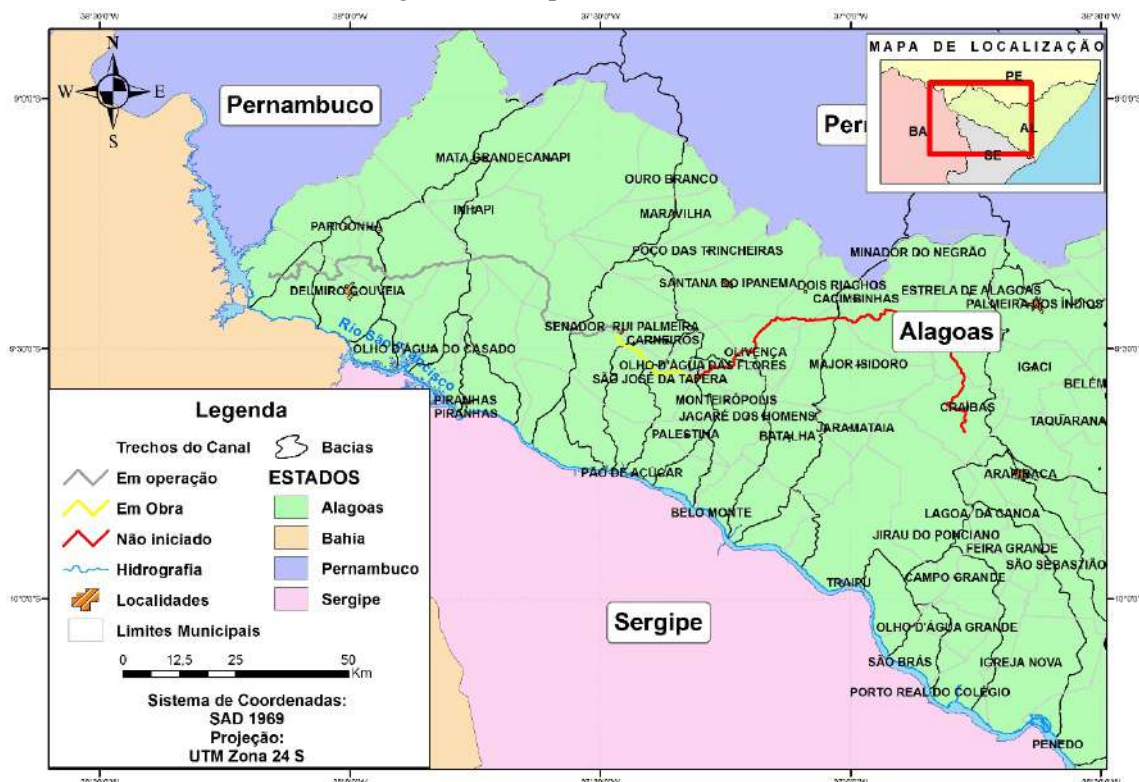
Observa-se, assim, que os objetivos da obra contidos no supracitado estudo ampliam a possibilidade dos usos múltiplos das águas retiradas do rio São Francisco, rompendo, no entanto, o Estado, com o viés histórico de combate à seca como justificativa maior para irrigar o Sertão. A importância da obra deixa de girar em torno do Sertão e passa a ser pensada a partir da realidade de outras regiões, como da Bacia Leiteira e o Agreste, a partir de Arapiraca e do polo industrial de sua região. Assim, a mudança do discurso passa do combate à seca ao convívio com os empreendimentos de irrigação e do agronegócio!

O estudo final de viabilidade (2003) apresentou um orçamento total para a execução da obra no valor de R\$ 2.069.210.279, 97. A esse valor, foram acrescentados ainda valores referentes

a investimentos nos sistemas derivados – captação, bombeamento e adutoras, bem como os investimentos de atividades produtivas – agropecuária, piscicultura e abastecimento.

De acordo com o projeto, o canal percorreria um total de 286,27 km, entre Delmiro Gouveia e Arapiraca, atingindo uma área total de 13.230,30 km² composta por 42 municípios localizados nas regiões do Sertão e agreste alagoano (Figura 25).

Figura 25 - Mapa Canal do Sertão



Fonte: SEPLAG, 2017.

A obra foi se desenvolvendo a passos lentos, nos anos seguintes, mesmo tendo, em 2005, ganhado força a partir da liberação, por parte do Governo Federal de R\$ 100 milhões. Somente em 2007, a instalação dela segue a todo vapor, após ter sido inserida no Programa de Aceleração do Crescimento e com o aporte inicial de R\$ 92 milhões, num total de R\$ 500 milhões garantidos até 2010. Sobre a entrada da obra Canal do Sertão no PAC, Lula afirmou:

O Collor começou o Canal do Sertão. Normalmente as obras começavam com uma emenda parlamentar. Você pegava 30 milhões e colocava na obra. No ano seguinte, não tinha mais a emenda parlamentar, não tinha dinheiro, a obra parava. Dois anos depois, os deputados colocavam mais uma emenda, andava mais um pouquinho. Mas cada vez que você para e cada vez que você começa, fica mais caro. Fica mais caro porque as empreiteiras levam as máquinas embora, ela manda os trabalhadores embora, depois tem que começar tudo de novo. O que nós fizemos? Vamos colocar o Canal do Sertão no PAC. Vamos

colocar no PAC, porque aí não depende de emenda parlamentar, depende de dinheiro do orçamento (PLANALTO, 2009).

A figura a seguir foi retirada do blog do prof. Valmir Pedrosa (UFAL) e demonstra o valor do contrato para construção do primeiro trecho da obra, em 2002.

Figura 26 - Contrato para construção do primeiro trecho da obra



Fonte: <http://valmirpedrosa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Em 2010, a partir da garantia de recursos por parte do Governo Federal e Governo Estadual de Alagoas, o trecho I foi finalizado, passando a funcionar apenas em 2013, quando da inauguração dos primeiros 64km da obra. Lemos destaca a morosidade do Estado para com a eletrificação necessária para funcionamento do canal:

Ocorre que a cidade de Delmiro Gouveia, onde está localizada a estação elevatória, não possuía estrutura elétrica para tanto, fato que parece não ter sido observado durante todo o período de construção da obra. Apenas após a finalização do primeiro trecho e a aquisição das bombas, o Governo de Alagoas solicitou a Eletrobrás que a estrutura fosse construída com a colocação das linhas de transmissão (2013, p. 204).

A partir da informação de Lemos, destacamos ainda que o início da obra do Canal do Sertão se dá numa região historicamente marcada pela intervenção no território de grandes obras voltadas para o setor elétrico. Assim, é no mínimo curioso o atraso por parte do governo

de Alagoas na viabilização das obras necessárias de eletrificação para levar água do reservatório de Moxotó aos 64km do canal. O projeto foi pensado para operar por gravidade, porém destaca-se que, em alguns pontos, a água precisará ser bombeada. A Estação Elevatória principal é a estrutura hidráulica que mais usará energia para funcionamento.

Em 2013, no governo de Teotônio Vilela, a então presidenta Dilma Rousseff inaugura os 64km de extensão da obra Canal do Sertão que corresponde aos trechos I e II, (re)iniciados ainda no governo de Ronaldo Lessa (Figura 27). O evento fez com que o Alto Sertão de Alagoas assumisse, naquela data, centralidade de Alagoas e de Brasil. Estiveram ali presentes personalidades políticas envolvidas – direta e diretamente – em várias etapas da obra, a exemplo de Renan Calheiros e de Fernando Collor.

Figura 27 - Inauguração dos trechos I e II do Canal do Sertão



Fonte: Foto retirada do Jornal *O Globo*. Acessado em: 6 set. 2019.

Em 2015, no governo de Renan Filho, Dilma inaugura o trecho III no município de Inhapi. Na ocasião, a obra contava com 93km de extensão. No discurso de inauguração, a presidenta destacou a importância da obra para a chegada da indústria e da fruticultura irrigada no Sertão, para a construção da Adutora da Bacia Leiteira e da finalização até Arapiraca.

Aqui mora uma parte expressiva do Brasil, é justo que as condições de vida aqui sejam da melhor qualidade, e aí uma obra como o Canal do Sertão Alagoano é para isso, é para transformar essa região, é para fazer com que essa região possa plantar, o governador estava me dizendo, possa trazer para cá indústria de frutas, possa trazer para cá toda sorte de situações que favoreçam à pequena propriedade, que ele possa ter a sua criação, que seus bichos tenham acesso à água, que ele possa plantar e que, quando ocorrer a seca, as pessoas possam viver e conviver com a seca (Discurso da presidenta Dilma Rousseff na Inauguração do Trecho III).

O discurso da presidenta Dilma Rousseff não está levando em consideração o índice de concentração de terra na região, além de ignorar os dados de violência apresentados pela CPT-NE II e o fato de que o canal corta, em sua maioria, grandes propriedades de terras. Assim, como pode favorecer as propriedades camponesas? O seu discurso demonstra a relação íntima que aquela obra pretende estabelecer com o setor da fruticultura irrigada.

Apesar disso, os perímetros de irrigação previstos desde a primeira versão do projeto da obra, no início da década de 1990, ainda aparecem como utopia no âmbito dos discursos do Estado. Parece-nos que as velhas questões relativas à falta de delineamentos políticos e de planejamento ainda assolam a realidade dessa grande obra hídrica em Alagoas. No Sertão, o projeto da obra prevê a construção desses espaços tanto para os municípios de Delmiro Gouveia como os de Pariconha e Inhapi, municípios inicialmente contemplados pelos primeiros trechos em funcionamento.

O quadro de problemas relacionados à obra piorou a partir da Operação Caribdis, referente à investigação por parte do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF) sobre a investigação de fraude, nos trechos III e IV, do Canal do Sertão. De acordo com o MPF, os crimes relacionam-se à fraude à Lei de Licitação, corrupção passiva, organização criminosa e lavagem de capitais. Esses foram cometidos entre 2009 e 2014 pelo Ex-Governador Teotônio Vilela Filho, SEINFRA-AL, membros da Odebrecht S/A e membros da OAS, ao realizarem um “Acordo de Mercado”. Como consta na revista do MPF/AL (2018, p. 13), esse acordo se deu a partir de

(i) modificação do projeto básico para a licitação, com acréscimos de serviços e quantidades a fim de gerarem sobrepreço; (ii) proposta conjunta de divisão da obra em lotes, com acerto prévio à licitação dos trechos sob responsabilidade de cada construtora; (iii) inserção de cláusulas desnecessariamente restritivas da competição no edital das Concorrências n. 40/2009 e 41/2009, impedindo a livre concorrência, e; (iv) ajuste de lances para cobertura recíproca entre as construtoras envolvidas.

Os crimes citados, anteriormente, custaram ao Estado um valor total de R\$ 71.078.613,36. Desse valor, mais de cinco milhões foram pagos em propinas para o Ex-Governador de Alagoas, o Ex-Ministro da Integração e para o então Secretário de Infraestrutura de Alagoas.

Alguns elementos contidos na transposição em Alagoas merecem especial atenção, posto que, mesmo diante das várias denúncias de desvio de verbas e de supervalorização de alguns trechos da obra, ela venha seguindo a pleno vapor, beneficiando diretamente a elite política e econômica local à frente do governo do Estado, como a família Calheiros e as

empreiteiras, que, num jogo político, revezam entre si a responsabilidade pela construção dos vários trechos da obra (Quadro 7).

Quadro 7 - Trechos, empresas e contrato – Canal do Sertão

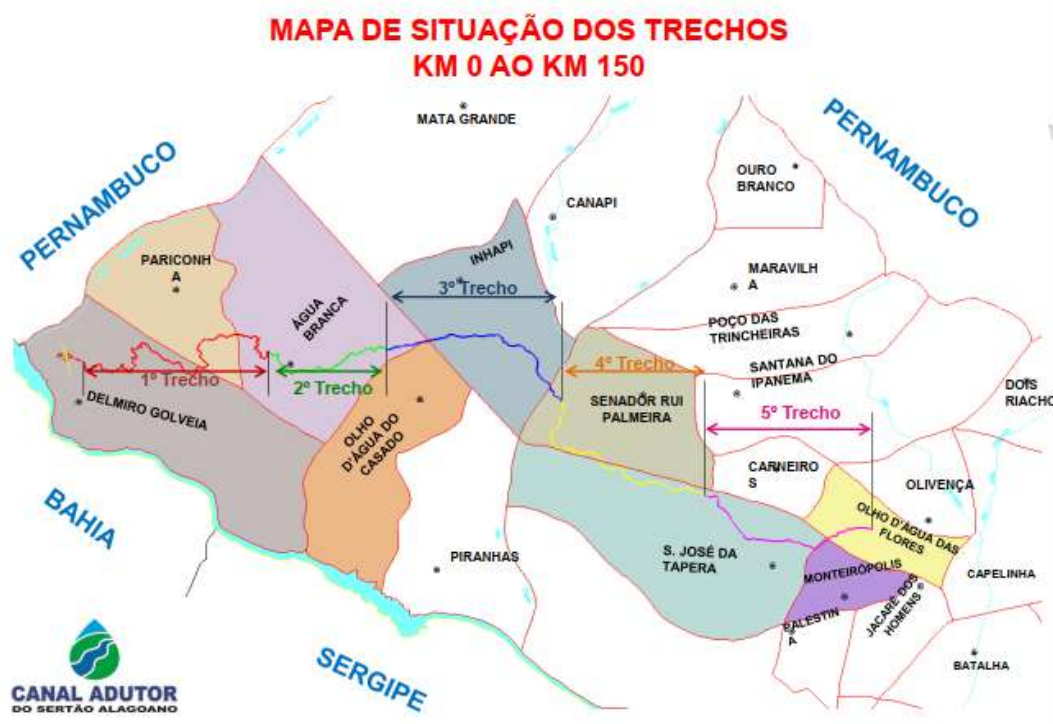
Trecho	Empresa	Contrato
Trecho I	Queiroz Galvão	01/1993-CPL/AL
Trecho II	Queiroz Galvão	10/2007-CPL/AL
Trecho III	OAS	18/2010-CPL/AL
Trecho IV	Odebrechdt	19/2010-CPL/AL
Trecho V	Licitado e contratado, aguardando ordem de serviço pela SEINFRA	

Fonte: SEINFRA, 2018.

O Canal do Sertão conta com um dos setores mais protagonistas na economia brasileira, que é o de construção civil, com empresas que possuem um forte poder econômico e político. Os poderes políticos e econômicos de parte dessas empresas no país mantêm-se inabalados mesmo diante dos vários casos de envolvimento com corrupção, superfaturamento, pagamentos de propinas a políticos e desvio de recursos.

Os estudos finais para implantação da obra conceberam os trechos para efeito de sua independência, a fim de que o funcionamento deles não dependesse da finalização total do canal. A Figura 28 demonstra a situação dos trechos até o km 150.

Figura 28 - Trechos Canal do Sertão



Fonte: SEINFRA, 2014.

O trecho I possui 45km e abrange os municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha e Água Branca. O Trecho II abrange o município de Água Branca e Olho D'Água do Casado com 19,7 km. O trecho III se inicia em Água Branca, passa por Olho D'Água do Casado, Inhapi, chegando até o município de Senador Rui Palmeira com 28,23 km. O trecho IV se inicia em Senador Rui Palmeira e finaliza em São José da Tapera com 30,47km. O trecho V abrange os municípios de São José da Tapera, Monteirópolis e Olho D'Água das Flores com 26,6km.

O quadro a seguir demonstra, até o momento, como têm se dado as várias fases de implantação do Canal do Sertão em Alagoas.

Quadro 8 - Fases de Implantação – Canal do Sertão

1. ^a Etapa de Implantação/captação	Ensecadeira, Canal de Aproximação, Estação Elevatória, Linha de Recalque e Sifão. Início: 1992, Concluído em: 2006.
Trecho I (km 0 ao km 45)	Extensão de 45.000,00 m Início: 2006, Concluído em: 2013 – Trecho executado.
Trecho II (km 45 ao km 64,70)	Extensão de 19.700,00 m Início: 2010, Concluído em: 2013 – Trecho executado.

Trecho III (km 64,70 ao km 92,93)	Extensão de 28.330,00 m Início: 2012(etapa 1) e 2013 (etapa 2), Concluído em: 2015 – Trecho executado.
Trecho IV (km 92,93 ao km 123.40)	Extensão de 30.470,00 m Início em: 2013 - Obra em Execução.

Fonte: SEINFRA, 2019.

Sobre a construção dos perímetros irrigados, até o momento, identificamos como avanços apenas os Editais 54 e 55 de 2012, e ambos se referem, na sequência, à contratação de serviços para consolidar o Projeto Básico existente e elaborar o Projeto Executivo de seis mil e quinhentos hectares para o Perímetro Irrigado de Pariconha e para uma área de seis mil e duzentos hectares para o Perímetro Irrigado de Delmiro Gouveia.

A perspectiva em análise remete-nos ao texto “As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio São Francisco”, de João Suassuna (2005), ao tratar de uma sucessão de projetos de obras hídricas fracassados no Nordeste, vindo o Canal do Sertão, na nossa opinião, a também conformar essa realidade política, econômica e cultural.

Nesse ínterim, julgamos ser necessária a imersão, do ponto de vista técnico, inclusive no arranjo de obras de engenharia que apresenta o projeto Canal do Sertão.

6.3 ASPECTOS TÉCNICOS DO CANAL DO SERTÃO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ÁGUAS

Os estudos de pré-viabilidade do Canal do Sertão apresentaram duas possibilidades de captação da água do rio São Francisco: a primeira a partir do lago Moxotó e a segunda a partir do lago Xingó. Como afirmamos, anteriormente, a opção feita foi por Moxotó. Assim, a primeira versão do projeto apontava que a captação da água se iniciaria com a vazão 20m³/s e passaria, posteriormente, para 40m³/s. As principais estruturas hidráulicas giravam em torno da Tomada D’Água de Moxotó, Estação Elevatória, Adutoras de Recalque e as derivações para atendimento à população, a exemplo dos perímetros de irrigação. A estrutura do atual projeto, pensada a partir dos estudos finais de viabilidade da obra, manteve como base os estudos de pré-viabilidade, fazendo poucas alterações, dentre elas a vazão que passou a ser de 32m³/s e a composição do material de algumas estruturas. A Figura 29 mostra o início da obra, a partir da Tomada D’Água, localizada no reservatório de Moxotó, município de Delmiro Gouveia.

Figura 29 - Tomada D'Água



Fonte: SEINFRA, 2017.

A Tomada D'Água faz ligação com Estação elevatória (Figura 30) a partir de um canal de aproximação. De acordo com a Seinfra, a concepção dessa estrutura foi pensada para que, mesmo em meio a situações adversas, estivesse garantida a adução da água pelo canal de aproximação.

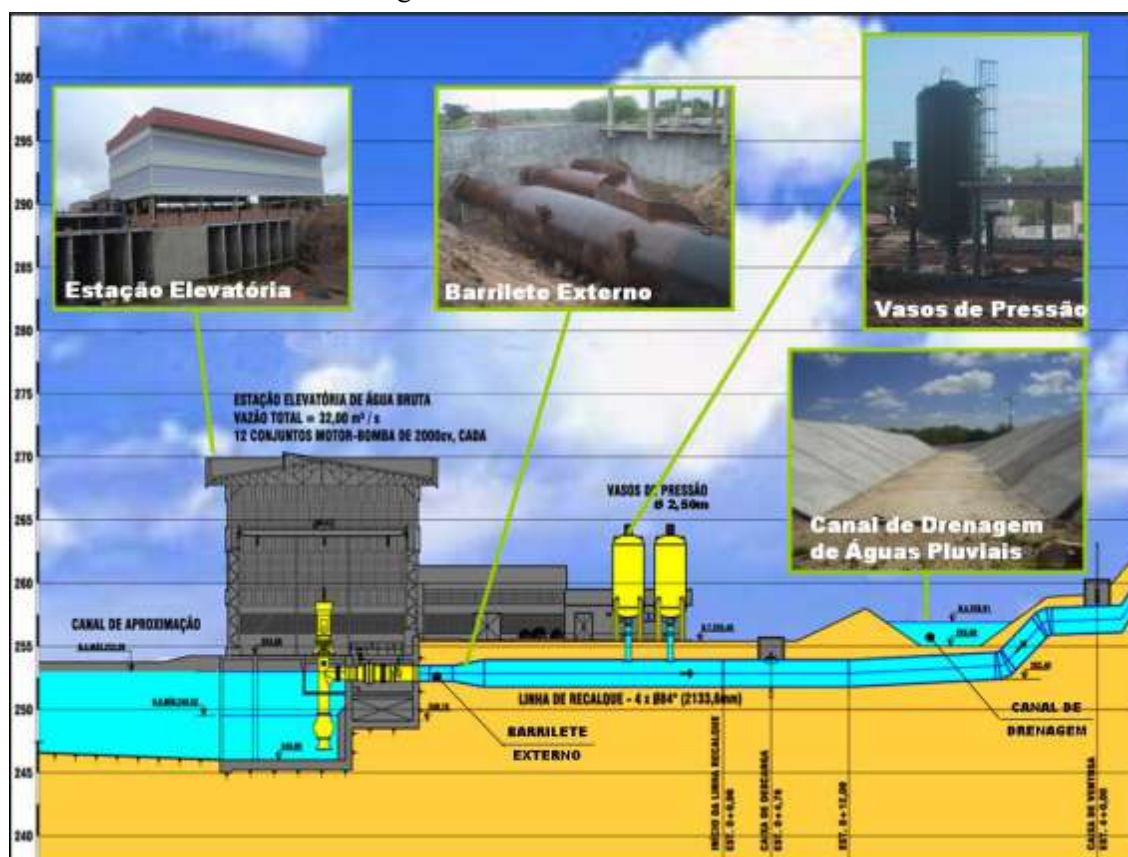
Figura 30 - Estação Elevatória



Fonte: SEINFRA, 2017.

Na Estação Elevatória, o nível de água é de 52m. A partir dessa estrutura, a água segue por aquedutos em tubos de aço com diâmetro de 230m até um ponto de transição na cota 287m. A partir de então, a água é conduzida por gravidade por um sifão invertido, com extensão de 2.100m, até o início do canal, na cota 283m. A Figura 30 nos mostra a complexidade da engenharia em torno das estruturas-base do Canal: Estação Elevatória, Barrilhetes e Canal de Drenagem de Águas Pluviais.

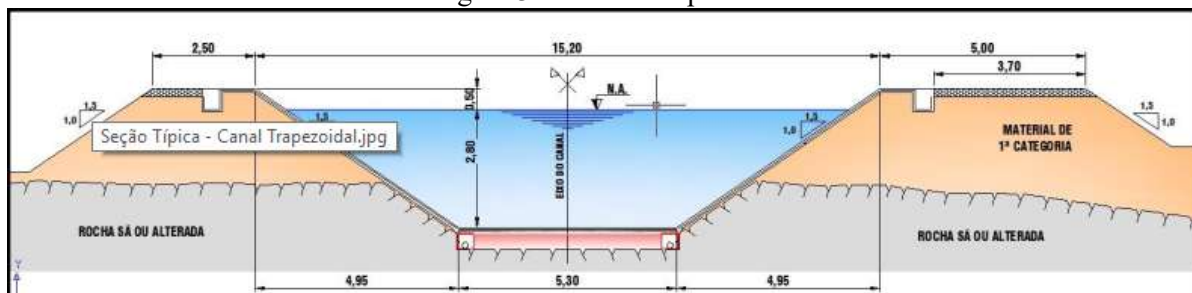
Figura 31 - Estrutura Canal do Sertão



Fonte: SEINFRA, 2017.

O canal principal (Figura 32) apresenta as seguintes medidas: base menor de 5,30m, base maior de 15,20m, altura de 3,3m e declividade de 12cm/km, e leva, por conta da gravidade, água até o trecho final da obra.

Figura 32 - Canal Trapezoidal



Fonte: SEINFRA, 2017.

Sobre a estrutura do canal, foi projetada sua impermeabilização a partir de mantas que ficam entre os revestimentos de concreto, juntamente com todos os sistemas de drenagem no fundo e nas laterais. A Figura 33 mostra as mantas sendo colocadas.

Figura 33 - Mantas Canal do Sertão



Fonte: Disponível em <http://valmirpedrosa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

O canal é composto ainda de 35 estruturas de controle, dotadas de comportas automáticas (Figura 34), tipo setor de nível a jusante, estrategicamente localizadas com a função de permitir o controle operacional do canal, abrindo quando o nível de jusante tende a descer e vice-versa.

Figura 34 - Comportas Canal do Sertão



Fonte: SEINFRA, 2017.

Interligadas ao canal, estão:

- a) sessenta e uma pontes de concreto armado nas interseções do canal com rodovias e estradas;
- b) noventa e uma travessias de pedestres e animas, em concreto armado, e locadas de forma que a distância entre duas transposições do canal não ultrapasse 2km; e
- c) cento e quarenta e sete bueiros nos cruzamentos do canal com talvergues (Figura 35), de forma a não obstruir o escoamento natural das águas pluviais.

Figura 35 - Talvergue



Fonte: SEINFRA, 2017.

Os vários trechos da obra estarão intercalados com sifões para transpor água dos rios e riachos. O projeto aponta as seguintes estruturas:

- a) caixa de carga (ou entrada);
- b) tubulação forçada (quatro linhas independentes); e
- c) caixa de restituição (ou saída).

Seções típicas foram projetadas para serem aplicadas em áreas com relevos irregulares e de declive. Assim, foram definidas quatro seções para cada especificidade de relevo, a saber:

- a) seção corte: aterro ou seção otimizada – é a seção que otimiza o uso do material escavado, gerando os menores impactos na paisagem e no ambiente;
- b) seção em aterro: essa seção foi empregada em passagens de pequenos cursos d'água e depressões do relevo;

- c) seção em corte: essa seção se aplicou quando a berma de projeto do canal encontra-se por baixo do terreno natural, numa profundidade de até 2m;
- d) seção em corte profundo: essa seção é uma adaptação do corte para profundidades de berma, em relação ao terreno natural, superior a 2m. Em suma, o Canal do Sertão apresenta os seguintes elementos construtivos por trecho:

A Atualização dos Estudos Ambientais da obra destaca a mudança do traçado do km 45 ao final da obra.

Cabe ressaltar que, mesmo o projeto geométrico que vem sendo desenvolvido, poderá sofrer algumas modificações para adequação as condições de campo, como, por exemplo, a compatibilização do traçado coma as normas da CHESF e do DNER, quando canal cruza com as linhas de transmissão e com estradas federais. Alguns outros fatores de campo menos relevante também podem justificar pequenas modificações de traçado, como por exemplo, o encontro de um grande matacão de rocha sã que pode ser desviado visando à diminuição dos custos de escavação (SIGA, 2009, p. 14).

Mesmo que a previsão de desvios no projeto seja apresentada apenas do ponto de vista técnico, como é corroborado por Rodrigues (2010), ao afirmar que essas mudanças no traçado devem-se à topografia da região. Isso nos atenta para possíveis intencionalidades presentes nessas mudanças de traçado a partir, por exemplo, de a obra ter cortado várias vezes algumas grandes propriedades no Alto Sertão.

O Estudo de Viabilidade da obra destaca as seguintes atividades econômicas: Agropecuária em Sequeiro, Agricultura Irrigada, Piscicultura e Abastecimento Urbano. De maneira geral, as atividades de irrigação para as áreas de perímetros irrigados e de sequeiro, no âmbito das regiões contempladas pelo canal, foram assim delimitadas:

- a) Sertão: fruticultura e caprinocultura;
- b) Bacia Leiteira: bovinocultura;
- c) Agreste: fruticultura e bovinocultura.

No âmbito dos sistemas derivados, foram projetados, até o km 75, cinco perímetros de irrigação, a saber: Pariconha I, Pariconha II, Delmiro Gouveia, Inhapi I, Inhapi II. As plantas dos perímetros estão contidas nas Figuras 36 e 37.

Figura 36 - Perímetros de Irrigação Pariconha I, II e Delmiro Gouveia



Fonte: CODEVASF, 2003.

Figura 37 - Perímetro de Irrigação Inhapi I e II



Fonte: CODEVASF, 2003.

Dados contidos na Atualização dos Estudos Ambientais do Canal do Sertão (2009) indicam um total de 26 mil hectares de área irrigável concentrada na área de influência do canal. A projeção é para implantação dos primeiros cinco perímetros irrigados do canal em duas fases. A Tabela 8 apresenta as características básicas dos perímetros da área do Sertão, em termos de localização, área e vazão.

Tabela 8 - Características dos Perímetros de Irrigação – Alto Sertão-AL

PERÍMETRO IRRIGADO	Área (ha)	Tipos de lotes	VAZÃO L/S
PARICONHA I	1.600	80 de 20ha	352,00
PARICONHA II	3.040	152 de 20ha	668,80
DELMIRO	1.540	77 de 20ha	338,80
GOUVEIA			
INHAPI I	1.220	61 de 20ha	268,40
INHAPI II	2.520	126 de 20ha	554,40
TOTAL		2.655	1.566,65

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

Sobre as áreas de sequeiro, elas são definidas como grupamento de fazendas atendidas por um sistema de distribuição de água rural planejado de forma diferenciada. Para o Sertão, estão previstos dois perímetros de sequeiro que totalizam uma área de 19.062ha. Para as demais regiões, consta o projeto das seguintes atividades econômicas (Quadro 9).

Quadro 9 – Atividades Econômicas projetadas – Canal do Sertão

Região	Atividades	Quantidade de Perímetros
Arapiraca	Agropecuária Irrigada	09
Estrela de Alagoas	Agropecuária Irrigada e de Sequeiro	08
Dois Riachos	Agropecuária Irrigada e de Sequeiro	02
Riacho Grande	Agropecuária Irrigada e de Sequeiro	03

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

As Tabelas 9 e 10 detalham as vazões projetadas para os perímetros de irrigação por região, confirmando e reforçando os dados do Quadro 9.

Tabela 9 - Vazões para os perímetros de irrigação

Região	Vazão (m3/s)
Agreste	18,5
Transição	2,8
Sertão	2,2
Total	23,5

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

A área de transição é composta pela Bacia Leiteira; nesse sentido, podemos verificar a partir dos dados acima que o Sertão, em termos de vazão prevista para os perímetros de

irrigação, possui a menor demanda. Os dados nos permitem afirmar que as regiões onde se concentram o maior índice de indústrias em Alagoas serão as mais beneficiadas com a água do Canal do Sertão.

Tabela 10 - Vazões para os perímetros de sequeiro

Região	Vazão (m ³ /s)
Agreste	0,85
Transição	2,00
Sertão	1,45
Total	4,30

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

Quanto aos perímetros de sequeiro, novamente podemos verificar que, para o Sertão, está prevista uma vazão de água menor quando comparamos os dados com o da Bacia Leiteira. Dessa forma, percebemos que o projeto beneficia, majoritariamente, a região do latifúndio leiteiro em Alagoas e não o Sertão e a pequena propriedade, onde, desde a primeira versão do projeto, tem sido utilizada como maior justificativa para a transposição de água do rio São Francisco via Canal do Sertão.

Os dados contidos na Tabela 10 demonstram que a maior vazão de água será destinada ao Agreste. A justificativa apresentada no Estudo de Viabilidade da obra está relacionada aos dados apresentados pelo zoneamento edafoclimático, que afirma ser o Agreste a área com maior quantidade de área irrigável.

Tabela 11 - Vazões por região

Região	Vazão
Agreste	0,84
Transição	0,84
Sertão	0,32

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

Os dados da Tabela 11, por si só, demonstram a real intencionalidade contida no projeto de execução do Canal do Sertão. Ao Sertão será destinada a menor vazão de água prevista para todas as regiões pelas quais o canal passará. Como justificativa, o Estado se utiliza de estudos meramente técnicos quanto aos tipos de solos, por exemplo. Esses estudos têm sido suficientes para sustentar o discurso de que o Canal do Sertão foi pensado para a população do campo que sempre apresentou dificuldades de acesso à água.

No entanto, de acordo com o discurso do superintendente da SEMARH, na gestão 2015-2019,

O canal precisa dá certo. São 2,5 bilhões. A água precisa ser usada e a obra precisa ser justificada. A manutenção do sistema já está saindo caro. Não se descarta a hipótese de uma grande empresa se instalar no Sertão e utilizar toda a vazão, pensada, por exemplo, para o agreste.

A fala retrata o compromisso do Estado para com a irrigação a partir de grandes empresas e a falta de compromisso e respeito com várias comunidades que, desde 1991, contam com a finalização da obra e com os possíveis benefícios que ela possa ocasionar.

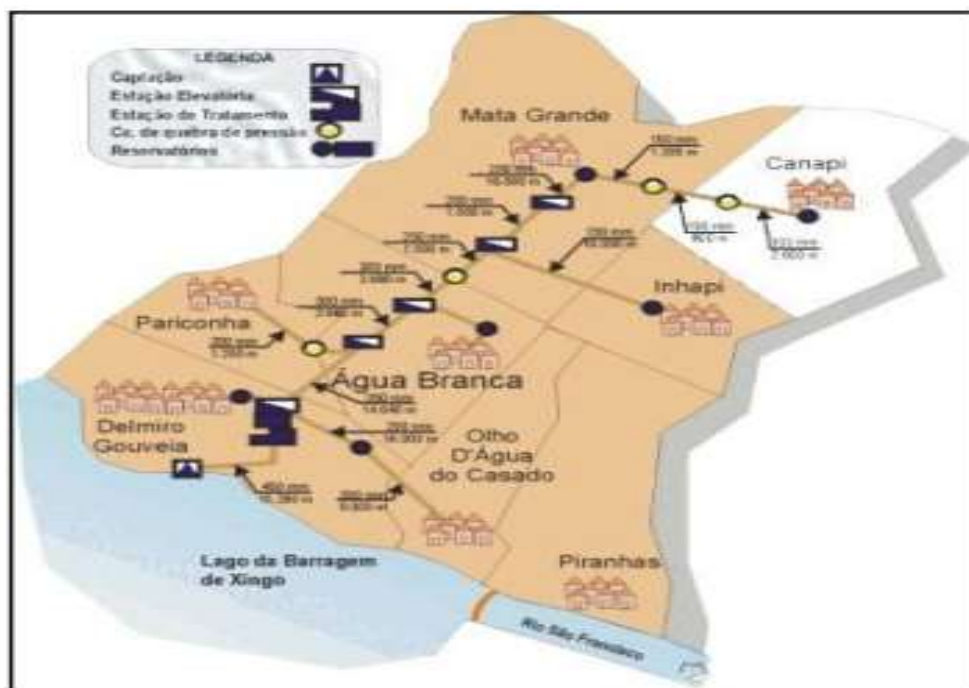
A concepção e a justificativa inicial da obra eram ligadas à resolução do problema da seca e da falta de água no Sertão de Alagoas. Os dados acima revelam as várias mudanças de concepção que envolvem a obra quanto aos seus reais objetivos.

A transposição das águas do rio São Francisco, Via Canal do Sertão, substituirá a captação de água direta no rio pelos atuais sistemas de abastecimento, que são: Sistema Coletivo do Sertão, Sistema Coletivo da Bacia Leiteira e Sistema Coletivo do Agreste:

A extração da água será feita para atender de imediato às demandas localizadas a montante do canal – margem esquerda; o Canal do Sertão substituindo a captação no rio São Francisco tem vantagem da redução expressiva das alturas de bombeamento, repercutindo na diminuição de consumo e da demanda de energia. Tendo em vista que a demanda para abastecimento rural e urbano é insignificante em relação as demandas para irrigação em perímetro e difusa, considerou-se um único ponto de extração, conforme o traçado das linhas tronco dos sistemas existentes (HYDRO/TECNOSOLOS, 2003, p. 167).

A Figura 38 mostra o Sistema Coletivo do Alto Sertão que abastece as cidades de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas, Pariconha, Inhapi, Mata Grande e Canapi. O Canal do Sertão planeja a ampliação desse sistema coletivo.

Figura 38 - Sistema Coletivo do Alto Sertão-AL



Fonte: SEMARH, 2019.

Em agosto de 2019, a CODEVASF apresentou a ampliação de subsistemas da Adutora do Alto Sertão (Figura 39). De acordo com matéria disponibilizada na página da CODEVASF, em 9 de agosto de 2019, o projeto de ampliação terá quatro etapas para a ampliação dos subsistemas que levarão água a vários povoados dos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca e Pariconha.

Figura 39 - Integração do Canal Adutor do Sertão com o Sistema Coletivo de Abastecimento do Alto Sertão



Fonte: SEINFRA, 2017.

No início de 2019, o governo de Alagoas anunciou mais um conjunto de obras atreladas ao Canal do Sertão. Ele consta da construção de 25 barragens ao longo dos primeiros 65 km do Canal nos municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha e Água Branca. Até então, foi homologada a licitação para execução de oito barragens, orçadas em R\$ 7,1 milhões. Quanto a essa obra, de acordo com o superintendente da SEINFRA, ela objetiva melhorar as condições de vida da população, no combate à seca, por meio da implantação de infraestrutura adequada para o abastecimento das famílias que vivem próximo aos locais das barragens. Ainda de acordo com a SEINFRA, a implementação desse projeto, além de contribuir para a melhoria no Meio Ambiente local, também proporcionará a geração de empregos permanentes na operação do sistema de esgotamento e temporários durante a execução da obra.

No entanto, cabe aqui questionarmos que tipo de melhorias aconteceriam no meio ambiente, diante dos vários estudos que retratam os impactos gerados a partir desse tipo de obra (alguns desses já tratados anteriormente), bem como os critérios a serem utilizados pelo Estado para localização dessas barragens, posto que algumas ações referentes a essa obra hídrica têm beneficiado diretamente a classe latifundiária e política local.

A Tabela 12 nos indica o direcionamento das águas do Canal do Sertão de acordo com as atividades anteriormente abordadas:

Tabela 12 - Vazões das águas por atividade	
Tipo de uso	Vazão (m ³ /s)
Irrigação	23,5
Sequeiro	4,3
Urbano e Rural	2,0
Perdas	2,2
Total	32,0

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

Assim, percebemos a política de irrigação como importante pano de fundo no conjunto da obra a partir da criação de perímetros irrigados e de sequeiro a se localizarem entre o Sertão e o agreste de Alagoas.

As disputas territoriais em torno das áreas irrigáveis previstas pelo projeto, nas regiões do agreste e Sertão, têm levado a afirmações por parte da população, movimentos sociais, lideranças locais e de estudos (LEMOS, 2013) de que o canal “não é do Sertão e sim do agreste”. O projeto prevê a irrigação de 20 mil ha no agreste, enquanto que no Sertão apenas 6 mil ha. A obra direciona um total de 73,5% da vazão total para a irrigação no formato de perímetros irrigados, enquanto que apenas 2% da água serão voltados para a comunidade para consumo humano e animal.

Sales (1999), ao estudar os perímetros irrigados no Nordeste (1999, p. 87), afirma que o projeto de irrigação gera um processo desterritorializante, que é ocasionado pela perda da territorialidade anterior e pelas contradições entre o novo modo de produção desenvolvido no projeto e o sistema de exploração tradicional. Os perímetros de irrigação se apresentam como mais uma ação do Estado no sentido de beneficiar o capital, sendo esses a prioridade no conjunto das atividades econômicas do Canal do Sertão, sob a perspectiva de que somente a irrigação deverá justificar tamanho projeto de desenvolvimento nos sertões/agrestes.

Em setembro de 2019, devido a dificuldades de repasse de orçamento por parte do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para a obra do Canal do Sertão e para finalização do trecho IV, a execução dessa foi paralisada. Após forte mobilização política em Alagoas e em Brasília, elas foram retomadas em novembro depois do repasse por parte do governo federal de 18 milhões de reais (SEINFRA, 2019).

Ressaltam-se, assim, as farsas contidas em obras de “combate à seca” no sentido de alimentar o agrohidronegócio no Sertão, bem como o polo industrial em Arapiraca e os projetos de mineração comandados pela Vale Verde a partir do Projeto Serrote no Agreste de Alagoas. Os dados contidos no projeto Canal do Sertão atualizam a colonialidade por meio do pacto entre as elites regionais e nacionais do Estado com o setor privado para a implantação de uma série de projetos de infraestrutura em áreas tidas como sendo “espaços vazios”.

6.4 GESTÃO DO CANAL DO SERTÃO

O plano de organização e gestão do Canal do Sertão está consolidado no relatório final sobre a viabilidade da obra. A gestão está assentada nas diretrizes dos projetos de irrigação e de recursos hídricos, desenvolvidos pela CODEVASF, bem como nos aparatos oficiais relativos à Lei Federal nº 6.672/79 (Lei de Irrigação); na Lei Federal nº 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e na Lei nº 5.965/97 (Lei Estadual de Recursos Hídricos). Com base nos supracitados aparatos legais, recomenda-se:

- O modelo de gestão dos Projetos de Usos Múltiplos da Água deve ter como fulcro a participação da iniciativa privada mediante: i) concessão de serviço público; ii) distritos de irrigação e iii) associação de usuários, com a transferência da administração aos mesmos, devidamente organizados e preparados, mediante programa de capacitação em gerenciamento;
- O Sistema Principal de Captação e Condução da Água deverá ser administração por um sistema autogestionado: organização de usuários ou por empresa privada, neste caso nos termos, nos termos da Lei Nº 8.987 de 13 e fevereiro de 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos e da Lei Nº 9.074 de 7 de julho de 1995,

que inclui, no seu artigo 1º, entre os serviços e obras públicas de competência da União, sujeito ao regime de concessão, ou quando couber, de permissão, “a exploração de obras ou serviços federais de barragens, contensões, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não a execução de obras públicas”;

- Os Sistemas Secundários de Distribuição de Água deverão ser geridos, de acordo com as diversas finalidades, por Associação de Usuários ou por Distritos de Irrigação, ambas entidades civis de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônios e administrações próprias, também mediante concessão de serviços, por delegação assim como pela Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL;
- A emancipação é um objetivo a ser enfaticamente perseguido, dentro de um contexto gerencial, e com fundamentos empresariais;
- A constituição de entidades autônomas para gerenciamento do Projeto Sertão Alagoano, requer uma relação co-responsável entre Poder Público e Usuários, com deveres e direitos claramente estabelecidos;
- A sustentabilidade de negócios e, em consequência, da auto-gestão do sistema, se alicerça no apoio institucional as atividades econômicas, através da assistência técnica, incentivos, crédito, organização dos produtores, comercialização, aspectos sociais, no que interagem diversas instituições em parceria (COHIDRO, 2003, p. 180).

O Decreto nº 40.183, de 14 de abril de 2015, dispõe sobre a administração do Canal Adutor do Sertão Alagoano e instituição do Comitê Gestor. Nesse sentido, de acordo com art. 2º, a administração do Canal Adutor do Sertão Alagoano passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). No âmbito do decreto em análise, cabe destacar os arts. 3º e 4º, que dispõem, na sequência, sobre a análise, autorização e cobrança pelo uso da água, tomando como referência a Lei Estadual de Recursos Hídricos e a responsabilidade, por parte da SEMARH, de criar o Comitê Gestor do Canal do Sertão. O comitê terá função consultiva e será composto por várias instituições governamentais. Assim, após inauguração do trecho III da obra, a SEMARH publica a portaria nº 822/2015, que regulamenta e autoriza a cobrança pelo uso da água do Canal para usuários que venham a consumir mais do que mil litros de água por hora. Em 2015, a partir do decreto e da portaria em questão, tem-se o esboço geral (Figura 40) da atual administração do Canal do Sertão, bem como dos principais usuários.

Figura 40 - Mapa Mental Canal do Sertão



No esboço acima, o Comitê de Trabalho da obra demonstra os principais órgãos e sujeitos envolvidos. Ao nível de Estado, estão a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), responsável pela execução da obra; a SEMARH, com a função de administrar a obra a partir da cobrança, fiscalização e autorização para uso da água e a Secretaria de Agricultura, com o objetivo de capacitar produtores e estruturar a produção a partir de pequenos projetos. Em 2017, a SEAGRI, em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), concebeu o Plano de Desenvolvimento Rural, com ênfase na transformação social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no Território do Alto Sertão. O objetivo do estudo é a elaboração de um plano de desenvolvimento rural sustentável para as populações residentes na área de influência do canal.

A Figura 40 apresenta os três tipos de usuários para utilização das águas do canal, a seguir, a CASAL, que, a partir do Sistema Coletivo do Alto Sertão, utilizaria 400L/s para abastecimento da região; a CODEVASF, a partir dos perímetros irrigados e de obras complementares para a ampliação do abastecimento urbano e rural; e os irrigantes às margens da obra.

De acordo com dados fornecidos pelo GT do Canal do Sertão, existe até o momento uma média de quatrocentos usuários ao longo do canal. Contudo, sem conhecimentos por parte da administração do canal quanto à quantidade de água consumida. A SEMARH afirma ainda existência de dois médios proprietários, ambos pertencentes ao município de Delmiro Gouveia, como demonstra a outorga concedida para um deles (Figura 41).

Figura 41 - Portaria 238/2015 – SEMARH/SRH

PORTARIA Nº 238/2015 – SEMARH/SRH

EXTRATO

OUTORGANTE: SEMARH □ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, através da Superintendência de Recursos Hídricos - SRH.

OUTORGADO: Luiz Carlos Costa, CPF – 045.212.774-20. A SEMARH resolve conceder Autorização de Uso para captação superficial de água bruta no Canal Adutor do Sertão Alagoano, na localidade Fazenda São Vicente, zona rural do município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, entre os pontos de coordenadas geográficas (Datum SAD 69): 09° 20' 55,68" de Latitude Sul e 38° 02' 35,13" de Longitude Oeste; e 9° 19' 32,52" de Latitude Sul e 38° 1' 35,01" de Longitude Oeste, para uma vazão de até 51.944 m³/d (601,20 L/s), durante 24 h/dia, com variação mensal, iniciando com 4.646 m³/dia (53,77 L/s), atingindo o valor máximo em 18 meses, com captação nos meses de janeiro a dezembro. **FINALIDADE:** Irrigação e Pecuária de gado de corte e de leite. **CONDICIONANTES:** O empreendedor será notificado pela SEMARH para adquirir e instalar o equipamento de macromedição, com a finalidade de medir a vazão da água por ele utilizada; o empreendedor fica ciente que deverá cumprir com o pagamento pelo uso da água, tão logo se determine os valores a serem cobrados; o empreendedor fica ciente que o uso prioritário da água se dará para abastecimento humano; o empreendedor deverá apresentar, em até 90 (noventa) dias, os projetos de irrigação para as áreas consequentes do empreendimento, para uso em pivô fixo e outras formas (aspersão e gotejamento). **PRAZO:** 10 (dez) anos, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, caso sejam descumpridas as condições estabelecidas nesta Portaria. **DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei Estadual n.º 5.965/1997, Decreto Estadual n.º 06/2001, Decreto Estadual n.º 170/2001, pelas Leis Delegadas de n.º 32 de abril de 2003, n.º 43 de junho de 2007, n.º 44 de 08 de abril de 2011 e n.º 47 de 11 de agosto de 2015. **PROCESSOS** n.º: 23010-1194/2015 E 23010-2153/2015. Parecer Técnico DIOP/GETOP n.º 220/2015 e Parecer ASTEC/GAB n.º 01/2015. Esta portaria substitui e revoga a Portaria n.º 200/2015. **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS,** em 29 de outubro de 2015.

Gustavo Silva de Carvalho
Superintendente de Recursos Hídricos

Fonte: SEMARH, 2015.

A portaria nº 238/2015 é bastante simbólica, posto que retrata o primeiro beneficiário a conseguir uma outorga para a captação e utilização da água do Canal do Sertão. O outorgante em questão trata-se de um dos políticos mais conhecidos do Sertão alagoano que também possui a maior quantidade de terras na região. A outorga acima libera uma vazão de 601.20L/s para Irrigação e Pecuária de gado de corte e de leite num prazo de dez anos. O proprietário de terra em questão é o maior beneficiado, até então, com as águas do Canal do Sertão, uma vez que a obra perpassa parte significativa de suas terras.

Pedrosa (2016) atenta para os desafios quanto à gestão do canal e destaca os dados contidos na Tabela 13 sobre a utilização da água por trecho da obra e para os tipos de usos.

Tabela 13 - Vazões das águas por trecho

Trecho	Km	Vazão (m ³ /s)
I	0-45	2,20
II	45-64	1,00
III	64-93	0,50
IV	93-123	0,80
V	123-150	1,00
Total		5,50

Fonte: Estudo de Viabilidade, 2003.

A partir dos dados mencionados, no quadro acima, gostaríamos de destacar o valor da vazão direcionada para o trecho I, entre o km 0-45, e o fato de “coincidentemente” estarem localizados nesse trecho os latifúndios de Luiz Carlos Costa. A vazão concedida para irrigação em suas terras a partir da outorga tratada anteriormente talvez nos ajude no entendimento dos números contidos na Tabela 13.

A outorga preventiva para a utilização da água do rio São Francisco a partir do lago Moxotó foi expedida pela ANA, por meio da Resolução nº 660/2010. A outorga prevê a utilização das águas para irrigação, abastecimento urbano e rural e usos difusos ao longo do Canal do Sertão Alagoano. A resolução 660 libera a captação de uma vazão máxima de 9.6212,00 m³/h (2.670,00L/S) ao dia, o que implica na utilização de vazão máxima anual de 84.201.120 m³. A outorga em questão tem validade até 2020.

Estudo realizado por Rodrigues (2010) sobre o custo da água para os usuários do Canal do Sertão, que residem até o Km 64, indica um valor médio de 37,41R\$/1.000m³. Os dados mostram um custo menor com água pelos usuários quando comparados à água utilizada pelo Sistema de Abastecimento do Alto Sertão. Segundo a Seplag:

Isso acontece porque o custo de energia elétrica está relacionado com a altura na qual a água terá que ser elevada. No caso do Canal do Sertão, a água é elevada a uma altura máxima de 40 metros enquanto nos sistemas coletivos de abastecimento que já existem, a água tem que ser recalçada a alturas bem maiores, como é o caso do município de Ouro Branco citado anteriormente, que se encontra numa cota de 350m de altura (2017, p. 18).

Até o final de 2019, a SEMARH ainda não tem cobrado pelo uso da água. Ela afirma que o custo anual da obra, a partir dos serviços de vigilância e energia elétrica, tem sido de R\$ 2.482.000,00. Quanto ao pagamento pelo uso das águas do rio São Francisco para a ANA, tem sido de 320 mil reais anuais, contudo, da autorização para o uso de 2,6 metros cúbicos por segundo, somente 25% dessa água têm sido utilizados, não obtendo a SEMARH informações sobre as condições de uso dessa água. Esse dado reflete um caso típico de controle e exclusão

no uso da água. Trata-se de uma geopolítica da água altamente segregadora, visando somente ao público irrigante do agrohidronegócio.

Os estudos que serviram de base para a implantação do Canal do Sertão não fazem referência ao modelo de gestão a ser implementado quando da finalização da obra. Todavia, o estudo sobre o Canal do Sertão, financiado pelo Governo de Alagoas via SEPLAG (2017), menciona os seguintes modelos a partir de algumas experiências:

Quadro 10 - Modelos de Gestão – Canal do Sertão

Modelos	Especificidades
Parceria Público-Privada	Esse tipo de modelo prevê contratos de longo prazo (geralmente, 20 ou 30 anos de concessão) entre o poder público e a iniciativa privada, em que o Estado concederia a uma empresa privada a gestão do Canal por um tempo preestabelecido e essa auferiria renda por meio de pagamentos de tarifas por parte dos usuários da água do Canal e/ou pagamento mensal feito pelo governo.
Administração Direta	O modelo de gestão do Canal do Sertão por meio da Administração Direta é o que já ocorre hoje, devido ao Decreto nº 40.183/2015, que colocou um órgão da Administração Direta Pública, neste caso, a SEMARH, como responsável por analisar, autorizar, cobrar e fiscalizar o uso da água do Canal do Sertão.
Empresa de Economia Mista	Miranda (2011) conceitua esse modelo como sendo aquele em que uma empresa, que possui associação entre capital público e privado e cuja criação é sempre estabelecida por lei, realiza atividades econômicas ou serviço de interesse coletivo delegado pelo Estado.

Associação Civil sem Fins Lucrativos	Esse modelo é o observado na gestão do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC), na zona rural de Petrolina, em Pernambuco. A empresa DINC é uma instituição privada sem fins lucrativos (associação civil), cuja administração é feita a partir de um Conselho Administrativo, formado pelos próprios produtores locais. Esse Conselho é formado por sete pessoas, é renovado a cada dois anos e apresenta a seguinte formação: quatro representantes de pequenos produtores, dois representantes de pequenas e médias empresas e um representante de grandes empresas.
--------------------------------------	--

Fonte: SEPLAG, 2017.

O Plano de Organização e Gestão do Projeto Sertão Alagoano indica que a participação dos usuários deve perpassar todo o processo de planejamento, instalação e operação da obra:

Com efeito, na condição de principais beneficiários destes empreendimentos, devem estes assumir, o mais cedo que lhes for possível, o comando das atividades de gestão, devidamente organizados em associações, cooperativas, distritos, ou outras entidades de cunho estritamente privadas, com o apoio e assessoramento das entidades públicas envolvidas no empreendimento (2003, p. 180).

A construção do processo de autogestão se daria a partir do apoio do poder público aos espaços de capacitação, articulação, mobilização e fortalecimento das organizações. Assim, em 2015, após assumir a gestão do canal, a SEMARH planejou a realização de audiências públicas a serem realizadas na área receptora do Canal do Sertão para tratar da gestão social da obra. A primeira audiência pública aconteceu ainda em 2015, no município de São José da Tapera. De acordo com a SEMARH, representantes de 21 municípios do semiárido estiveram presentes. Segundo o órgão, em 2016, foram realizadas nove audiências públicas no Sertão de Alagoas (Figura 42).

Figura 42 - Audiências públicas



Fonte: SEMARH, 2016.

Estudo realizado por Nascimento (2016) sobre a Caracterização dos Usuários nos Primeiros 64Km do Canal do Sertão destaca a realização de duas audiências públicas no Sertão de Alagoas no decorrer do ano de 2016 e nos disponibiliza material importantíssimo para entendermos a participação das comunidades.

A audiência realizada em Inhapi, em março de 2016, teve como tema “Desafios, Oportunidades e Participação Social” e contou a participação de 90 pessoas, que apresentaram algumas propostas a partir da temática abordada na audiência, dentre elas:

- a) deve haver segurança no canal para que se possa manter a qualidade da água;
- b) deve haver educação junto às famílias próximas do canal para que saibam gerir as águas dele;
- c) deve haver administração pelo governo;
- d) conflito quanto à segurança ser feita pela polícia da caatinga, devido à forma de abordagem dela;
- e) a distribuição da água para consumo humano deve tratada;
- f) a forma de imposto pelo uso da água deve ser de acordo com a renda obtida por cada um;
- g) deve haver integração na gestão entre o governo e a associação e/ou cooperativa;
- h) deve ser feito condicionamento para que todos os agricultores tenham lotes para explorar e que haja uma articulação entre os três governos para isso;
- i) todos devem ter acesso à água para consumo humano;
- j) aconselhar os beneficiários próximos do canal que criem associações para buscar recursos a fundo perdido para o incentivo inicial;
- l) o governo deve providenciar para que essa água chegue para agricultores com propriedades mais distantes;
- m) todos devem ter iniciativa para acessar o canal;

n) deve haver técnico agrícola para ensinar e acompanhar formas de irrigação a todos.

Ressaltam-se, ainda, os seguintes questionamentos:

- a) Quando vai sair a irrigação em Inhapi?;
- b) Qual a área de perímetro irrigado?;
- c) O pequeno não vai pagar nada? E o médio? E o grande?; e, por fim,
- d) que “seja urgente a distribuição para consumo humano”.

O material extraído das audiências públicas, em Água Branca e Inhapi, sugere o entendimento de que as famílias presentes na audiência priorizam a água para consumo humano e a qualidade dela, bem como desejam apoio para a irrigação por parte do Estado. Interessante ainda a preocupação das pessoas presentes com os agricultores que não possuem terras às margens do canal, ao pedir que seja pensado algo sobre a realidade deles. Esses elementos denotam a solidariedade entre as famílias locais e seus pares.

Sobre a audiência pública, em Água Branca, Nascimento disponibiliza os seguintes depoimentos:

A vocês quero dar um bom dia nesse dia de hoje, sirva pra gente discutir a questão do canal o gerenciamento que ele vai ter, a gente fala do canal do Sertão e ver a mesma preocupação da gente por conta como tá sendo utilizado aquela água, sem acompanhamento técnico, sem ninguém ter feito um estudo, se aprofundado mais, e a preocupação é que nós possa ter daqui mais uns anos a desertificação das plantas nativas, por conta da água que estar sendo jogada sem um acompanhamento, ai tão inadequadamente. Era bom o governo do estado, isso, essas palavras eu quero dizer pra o representante do governo mesmo, por conta que essa desertificação em pouco tempo ela pode aparecer, por conta de não tá tendo acompanhamento técnico [...]. Por aqui finalizo minhas palavras, quero agradecer a todos que vieram dizendo: vamos debater e as perguntas o povo tá aqui pra perguntar, debater e mostrar propostas para o canal do Sertão, é que nós não sabemos pra que é realmente essa água, até agora não temos política sobre esse canal (Liderança Quilombola)

A maior ansiedade de todo esse público que estar aqui presente hoje é saber de que forma vai se funcionar esse canal, de que forma vai ser cuidado, de que forma vai ser acompanhado ele, porque esse canal, uma obra dessa altura dessa daqui estar abandonado, jogado, com animais entrando constantemente lá dentro, para defecar, fazer tudo aquilo o que é necessidade dele, até morrer. Vários casos de animais mortos lá dentro já aconteceu por várias vezes aqui, então essa é a grande preocupação do povo. E as pessoas que estão usando aquela água descontroladamente, chega ali e mete um cano de 100 dentro do canal que corre dia e noite, joga água lá dentro da terra, aquelas pessoas sabendo que estar acabando com aquele terreno dele, com o próprio terreno dele, mais continua jogando água sem parar, afinal não custa nada, não vale nada, ninguém olha nada. Então, a nossa preocupação mais forte e principalmente desse povo que estar aqui é mais essa parte. [...] é certo que nós precisamos desses poços artesianos que estão sendo implantados aqui, mais, precisamos muito mais é da água doce do Rio São Francisco, é uma água que não tem custo nenhum, não vai depender de dessalinizadores nenhum,

então o que nós precisamos imediatamente é que joguem essas ramificações. Volto a repetir, a preocupação maior do povo é saber de que forma esse canal vai ser conduzido como vai ser essa administração dele, porque nesse canal o povo toma banho dentro dele, o povo pesca toda hora, ele tá aí de qualquer forma. Mais o que queremos saber nessa audiência que aqui nós estamos fazendo, hoje aqui, é que já dê um passo e comesse logo a encaminha de que forma nós vamos utilizar essa água¹⁰ (Liderança política) (2016, p. 66-67).

A audiência, em Água Branca, denuncia a ansiedade da população local quanto à forma de gerenciamento e funcionamento do canal e exprime a preocupação com relação à falta de orientação técnica para utilização da água e tratamento dos solos. Demonstra, ainda, a ausência e falta de efetividade do Estado no tocante aos cuidados para a manutenção da obra e a importância da água que corre pelo canal.

Nas audiências, foram escolhidos delegados representantes da sociedade civil organizada, poder público, entidades representativas da categoria dos trabalhadores rurais e instituições federais, como a UFAL. De acordo com a SEMARH, desse processo participativo e coletivo, resultou a constituição da Associação Gestora do Canal do Sertão (AGECSA), que teve estatuto aprovado em março de 2018. De acordo com o art, 2º do Estatuto da AGECSA:

A Associação Gestora do Canal Adutor do Sertão Alagoano – AGECSA, tem por finalidade promover a Gestão Social e Participativa do Canal do Sertão, bem como o desenvolvimento de atividades ligadas ao abastecimento de água para o consumo humano e produção de alimentos na agricultura familiar, produtos do ramo agrícola e pecuário, dentre outros, em seus aspectos tecnológicos, culturais, legais, gerenciais, de recursos humanos, econômicos e financeiros, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural de seus participantes.

Duas questões chamam a atenção no processo de constituição da AGECSA: uma seria o fato de a SEMARH fazer constantes referências a um movimento que se deu a partir da participação efetiva da população, seja a partir da realização de audiências públicas, seja com a construção do Estatuto, o que nos permite afirmar que ele não condiz com a realidade, uma vez que todo o processo esteve sob o domínio da SEMARH e do Estado e a realização da própria oficina de discussão do Estatuto, realizada nos espaços da UFAL, Campus do Sertão, com duração de poucas horas e sem condições e tempos para efetiva participação social, o que resulta em espaços e documentos construídos a partir da SEMARH e entregues à população já prontos.

O Parágrafo Primeiro do Estatuto da AGECSA nos chama a atenção, ao afirmar que a AGECSA não visará aos benefícios ou às vantagens de ordem pessoal para os seus participantes, nem permitirá aos membros servirem-se dele em proveito de suas aspirações particulares, políticas ou de qualquer outra natureza.

Esse parágrafo refere-se aos membros e participantes da AGECSA, contudo é uma informação que não condiz, por exemplo, com a postura do então Secretário Executivo de Gestão Interna da SEMARH, que esteve à frente de todo o processo de convocação e realização de audiências públicas e da elaboração do estatuto da AGECSA e que, em 2016 (ano de entrega do estatuto), foi candidato a prefeito no município de São José da Tapera pelo Partido Social Democrático (PSD). Cabe ainda, aqui, a seguinte ressalva de que só em São José da Tapera o candidato realizou cinco reuniões com a população local até a criação da associação, além do beneficiamento da comunidade Quixabeira, com o Projeto de Microssistemas Comunitários em São José da Tapera e ainda a indicação de sua irmã a uma das importantes funções da AGECSA.

Corroborando ainda esse quadro, destaca-se o fato de que a pessoa que está à frente da associação é oriunda do município de São José da Tapera. De modo intrínseco, identificamos outro aspecto grave quando tratamos do processo decisório que a levou a assumir a determinada função na associação, e a informação de que a indicação se deu a partir do representante da SEMARH, demonstrando que o processo de escolha dos representantes da associação não se deu, na sua totalidade, a partir da indicação dos usuários, demonstrando o caráter antidemocrático de formação de um dos instrumentos importantes para viabilizar o funcionamento da obra. Assim, quando da realização de entrevista com um usuário na comunidade Poços Salgado, em Delmiro Gouveia, esse declarou não saber da existência da associação e muito menos ter conhecimento quanto à pessoa que atualmente está à frente da associação o representando.

Entre o final do ano de 2019 e início de 2020, a AGECSA divulgou um questionário entre os usuários e a sociedade em geral para preenchimento de dados, bem como para receber sugestões quanto ao desenvolvimento e melhor uso das águas do Canal do Sertão. As principais questões do formulário referiam-se ao mapeamento das principais representações e instituições envolvidas; propostas para a área de recursos hídricos; marketing; área administrativa; área financeira; organização comunitária; meio ambiente etc. Em função do recorte temporal desta pesquisa, não foi aqui incluso os resultados da pesquisa.

Os dados levantados exibem a lentidão do Estado quanto à consolidação do processo de gestão do canal, bem como o histórico de interesses políticos envolvendo representantes do Estado e alguns sujeitos, como a realização de audiência no Sertão, em 2009, para tratar do andamento da obra junto à população local, e o fato de essa ter sido realizada na Fazenda São Vicente, pertencente a um político local e um dos maiores latifundiários da região. Situação contraditória com a proposta de gestão social apresentada no estudo de viabilidade do Canal do Sertão e quando se tem, ao nível de Alto Sertão, uma diversidade e complexidade de territórios

indígenas, quilombolas e camponeses como espaços mais adequados para discutir o melhor modelo de gestão de uma obra que deve ser direcionada para os povos do Sertão. Destaca-se, aqui, que o dono da propriedade em questão foi o primeiro a receber outorga para uso do Canal do Sertão, em 2015 (como foi tratado anteriormente). A seguir, tentaremos entender as principais nuances que envolvem o licenciamento e impactos ambientais no âmbito da obra e das desapropriações decorrentes.

6.5 A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS

Conforme dados contidos na Figura 43, em 2001, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM) aprovou a obra do Canal Adutor do Sertão Alagoano.

Figura 43 - Placa Aprovação da obra do Canal Adutor do Sertão Alagoano



Fonte: Disponível em: <http://valmirpedrosa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

O estado de Alagoas tem descumprido um requisito básico da Política Nacional de Licenciamento Ambiental, que é o caráter público do EIA/Rima contido na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e que, de acordo com o Artigo 4º, devem estar disponíveis nos órgãos públicos

em vários formatos e de fácil acesso ao público. Foram várias as tentativas de acesso ao supracitado documento, no entanto, não foi possível. Assim, destacamos algumas agruras que envolvem a emissão de licenças ambientais e os impactos ambientais da obra em Alagoas.

Um dos problemas refere-se ao fato das licenças emitidas terem sido expedidas pelo CEPRAM, via IMA, como a de processo 3015/01. O estado de Alagoas é o proponente da obra; logo, é no mínimo contraditório que tal procedimento se dê a partir do próprio Estado, como é o caso da atuação do IMA, instituto ligado à SEMARH, administradora da obra.

No mais, de acordo com o art. 4º da Resolução do CONAMA Nº 237/97, atribui-se a responsabilidade e licenciamento ao IBAMA quando:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionada no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais; III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios; IV - delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Assim, com base no supracitado artigo, entendemos que a licença ambiental do Canal do Sertão deveria ter sido emitida pelo IBAMA, uma vez que a obra e os impactos ambientais decorrentes abrangem vários municípios alagoanos.

Os dados por nós coletados sinalizam que houve extrapolação da viabilização, por parte do IMA, quanto à renovação das licenças ambientais. A licença de Instalação da obra emitida em 2002 foi apenas renovada em maio de 2009, tendo a obra ficado mais de um ano sem licença ambiental para funcionamento. De acordo com a SEINFRA, em 2015, foi emitida nova licença ambiental para os trechos III e IV da obra.

A obra deveria contar com um licenciamento que incorporasse todas as obras integradas ao Canal do Sertão, contudo somente em 2012 foi emitida pelo IMA a licença prévia nº 072/2012, alusiva ao Projeto e Integração do Canal do Sertão Alagoano com o Sistema Coletivo de Abastecimento do Alto Sertão. O mesmo fato refere-se ao processo de nº 2676/14, que trata da solicitação ao IMA, por parte da CODEVASF, da licença prévia para implantação para as obras de implantação do Perímetro Irrigado de Tapera-Carneiros. Esse projeto teve a licitação para seu estudo de viabilidade revogado em 2015. O processo do IMA de nº 003267/2015 trata da dispensa de licença ambiental, solicitada pela SEINFRA para construção de quatro barreiros para as obras do IV trecho, localizado entre o Km 92,93 e o Km 123,04.

Outra situação por nós detectada foi a do Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) para facilitar a operacionalização de trâmites ao nível público. O ofício de nº 016/2014 registra o pedido da SEINFRA de LAS para a construção de três barreiros localizados entre os Km 64,07 e 92,96. A licença foi concedida pelo IMA, mesmo constando no LAS as seguintes afirmações:

Sabendo da importância do controle desse instrumento pelos riscos que apresentam, principalmente para a qualidade de água desses barreiros, caso não sejam bem construídos e localizados adequadamente, evitando locais cujos solos se encontrem salinizados ou em processo de salinização [...] Aprovamos e até incentivamos tais empreendimentos que buscam o aumento do armazenamento de água que permitem uma busca no aumento da produção, permitindo a dessedentação dos animais e evitando a morte – pela falta de água e alimentos, principalmente nos períodos de grandes secas, como a que hora estamos passando, permitindo-se, assim, a permanência ou a fixação do sertanejo em suas terras, dando-lhe suporte para resistir e conviver com esse fenômeno climático, cujas implicações sociais e ambientais são muito importantes (IMA, PARECER TÉCNICO Nº245/2014).

Cabe destacar que a justificativa apresentada para implementação dos barreiros sob o viés de combate à seca e de aumento do armazenamento hídrico na região tem como real objetivo a extração de material para ser utilizado na obra.

Os problemas acima destacados, no âmbito dos processos de licenciamento e dos estudos ambientais do conjunto de obras atrelados ao Canal do Sertão, refletem a falta de um planejamento integrado e repassam a sensação de que o Estado de Alagoas, sob o velho discurso de instituir políticas de desenvolvimento, não tem dado a devida importância aos impactos que uma obra dessa dimensão pode causar nos territórios.

Os estudos de Impacto Ambiental que resultam na emissão de licença ambiental têm a obrigatoriedade de realizar junto à população local audiências públicas, como consta na Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Entretanto, essa informação não foi confirmada pelas comunidades e lideranças por nós entrevistadas e nem pelos órgãos do Estado responsáveis pela obra.

Sobre os impactos ambientais identificados nos Estudos de Viabilidade (2003) e de Atualização Ambiental do Canal do Sertão (2009), parte significativa é de impactos negativos. Esses impactos se referem ao meio físico, biótico e antrópico. É importante ressaltar que a dimensão e complexidade da obra tem atingindo de maneira intensa a natureza e o território, apresentando, assim, muitos danos que se apresentam como irreversíveis.

Os impactos sobre o meio biótico apresentam considerável alteração da fauna e da flora, com a perda de vários habitats, dispersão de animais e supressão de várias espécies nativas,

devido ao desmatamento e por ser uma obra de caráter altamente invasivo, não só do ponto de vista ambiental, mas também territorial. Sob esse aspecto, os estudos ambientais se referem a esses impactos como sendo, em sua maioria, de média magnitude, demonstrando a negligência por parte do Estado quanto à gravidade dos impactos ambientais decorrentes do Canal do Sertão.

Identificamos que parte das medidas mitigadoras se apresenta como sendo ineficaz, na sua totalidade, a exemplo da reposição das áreas desmatadas para instalação da obra e de se compensar essa ação a partir do reflorestamento.

Na matéria publicada, em 25/03/2013, no jornal *GI Alagoas*, foram abordados os milhares de hectares de mata nativa que foram destruídos por conta da obra. Na ocasião, o IMA desenvolveu a ação por ele denominada de Projeto Piloto de Reflorestamento a partir da realidade do município de Inhapi. A matéria destaca a importância da cobertura florestal no combate à desertificação, contudo nosso levantamento indica que essa ação foi isolada no decorrer dos 112 km, até então, concluídos da obra.

Segundo o IMA (2009, p. 234), “a supressão da cobertura vegetal na região pelo Canal do Sertão se apresenta como sendo de baixa magnitude devido à área já ser antropizada”. Percebemos, aqui, que o Estado tem responsabilizado as comunidades por alguns problemas ambientais existentes na região, como a supressão da vegetação, o nível de desertificação e erosão dos solos. Cabe destacar que a área em questão refere-se a um ecossistema riquíssimo, marcado pela presença de alta diversidade vegetal, animal e de vida.

Outra medida compensatória refere-se à agilidade das obras, a fim de abreviar os impactos. Na atualização dos Estudos Ambientais, consta que “as paisagens deverão ser perfeitamente recompostas com conclusão da obra” (2009, p. 236).

Os estudos ambientais, sob responsabilidade do IMA, minimizam os efeitos diretos da obra sobre os territórios e vida da população local. A alteração da paisagem e do modo de vida local se apresenta como agressivo às famílias que residiam na área há várias gerações. Nesse contexto, destacamos a passagem do canal em meio a comunidades, como a de Poços Salgado, localizado na zona rural de Delmiro Gouveia. As famílias que sempre estabeleceram laços de vizinhança e de identidade entre si e com o lugar agora foram separadas por uma estrutura hidráulica e de concreto, que alterou a paisagem, os caminhos naturais e históricos da comunidade.

Como compensação ambiental, a exemplo de outras realidades impactadas por grandes obras (GT Agrária, 2015), os estudos ambientais têm sugerido a criação de unidades de conservação. Assim, o Decreto de Nº 17.935 de 17 de janeiro de 2012, criou o Refúgio de Vida

Silvestre dos Morros de Caraunã e do Padre (Figuras 45), com área de 1.086,67 ha, os mesmos estão localizados no município de Água Branca.

Figura 44 - Unidade de Conservação



Fonte: IMA.

A área compreendida pela reserva acomete o território de importantes comunidades do Alto Sertão, como os povoados de Alto dos Coelhos, Tinguí e das comunidades quilombolas Lagoa das Pedras, Cal e Moreira de Baixo.

Sobre os objetivos da criação da reserva, consta, no parágrafo único, a seguinte afirmação:

Os objetivos descritos neste artigo visam garantir a integridade do meio natural dos remanescentes de Caatinga, vegetação associada da região e fauna nativa, de extrema importância para a conservação da biodiversidade do semiárido alagoano, além de conscientizar e educar a população de entorno a respeito de modos de vida sustentáveis e valorização cultural da sua região.

Parte da área abarcada pela reserva pertencia a pequenos e médios produtores da região que sempre fizeram uso da terra a partir de práticas agrícolas tradicionais, voltadas para o sustento e manutenção da vida de suas famílias. Dessa maneira, a referida medida não foi recebida pelas comunidades de maneira positiva.

Estudo realizado por Oliveira (2018) ressalta a significativa diminuição da área de algumas propriedades que foram incorporadas à reserva, restringindo, assim, a renda das famílias. Ela afirma, ainda, que,

Para que seja possível entender, trazemos a realidade de dois proprietários, o proprietário P.S herdou e comprou 10 tarefas de terras, a parte cortada pelo canal foi de 1 tarefa e 2,5 tarefas estão localizadas na parte de baixo, está favorecida pelo canal a qual ele produz atualmente e na parte de cima ficaram 6,5 tarefa pertencente a reserva. O produtor C.O. possui a documentação de 38 tarefas, sendo que o canal cortou 4 delas, do lado de baixo, favorecido pela gravidade, ficou apenas meia tarefa, e do lado de cima 33,5. O mesmo produtor C.O solicitou a empreiteira a construção de um barragem, na parte

de cima da sua propriedade, mais informaram que a decisão era do IBAMA e do IMA, foi então, demarcado o lugar pelo proprietário, mais a empreiteira não aceitou fazer, alegando que o governo não permitia (2018, p. 13).

Ao considerarmos a dimensão dos impactos territoriais na região de implantação do Canal do Sertão, devemos nos remeter à presença do Estado numa região historicamente ocupada por povos e comunidades tradicionais, que de repente percebem que suas terras e seu entorno passaram a ser moldados por ações estatais e que a presença desse passa a ser parte da rotina diária em espaços moldados por disputas e conflitos. Corroboramos com Pereira (2006), que, em sua tese de doutorado, ao tratar da mediação de conflitos agrários e ambientais no Vale do Rio São João-RJ, destaca a forma arbitrária como o Estado cria áreas de reservas biológicas sobrepondo seus interesses aos das comunidades locais.

Esse cenário se torna ainda mais tenso a partir dos processos de desapropriação. O projeto prevê a realocação de famílias para possibilitar a implantação da obra. O Estudo de Viabilidade da obra afirma que, nos atos desapropriatórios, devem estar previstos:

- a) A compensação financeira por todas as benfeitorias existentes na terra;
- b) A compensação por perdas (lucro cessante) pelas lavouras interrompidas;
- c) O financiamento em grau e escala adequados, para propiciar a retomada das atividades produtivas, por um período mínimo de um (01) ano após a realocação;
- d) A realocação de famílias em áreas tão próximas quanto possível das originais ou áreas a serem diretamente beneficiadas pelo empreendimento (2003, p. 240).

A partir do convênio entre a SEINFRA e ITERAL, foram realizadas a identificação, o cadastro e a avaliação dos imóveis para desapropriação de uma faixa de cem metros de largura e setenta e cinco quilômetros de extensão de propriedades que margeiam o Canal do Sertão.

Quanto aos dados relativos às desapropriações ocasionadas pelo Canal do Sertão até o km 123, nos foi repassada apenas informações relativas ao trecho IV (ainda em construção). De acordo com a SEINFRA, para execução do Trecho IV do Canal do Sertão, foram desapropriadas 129 (cento e vinte nove) propriedades entre os municípios de Senador Rui Palmeira e São José da Tapera, totalizando uma área de 300,10 hectares e o valor de R\$1.604.362,45 (um milhão, seiscentos e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)¹³.

Contudo, alguns registros e relatos apontam o pagamento de valores injustos e inconsistentes das áreas desapropriadas no decorrer dos três primeiros trechos da obra. A fala

¹³ A SEINFRA só nos repassou dados referentes ao trecho IV, alegando que os dados referentes aos outros três trechos seriam providenciados. Até o momento, não obtivemos resposta após várias tentativas de acesso aos dados.

de um morador da zona rural de Água Branca retrata um pouco de como se deu o processo por parte do Estado de Alagoas:

“Uma pessoa veio aqui e já foi me informando que seria necessário desapropriar a área por conta do Canal do Sertão. Eu ainda tentei evitar buscando o culpado da história. Ou eu estava no lugar errado ou a obra estava sendo construída na área errada. Mas não me deram chance de pensar. Ou aceitava ou ficava no meio da rua”, lembrou o sertanejo (Gazetaweb, 12/03/2013).

Nota-se o nível de coação a partir da fala acima, bem como a forma impositiva por parte do Estado quanto à desapropriação de áreas atingidas pelo canal. De acordo com o trabalhador rural, foram pagos apenas quarenta mil reais por uma parte de suas terras que teria recebido como herança de seus pais. O valor seria referente a dois imóveis e a sua lavoura. Ainda consta no seu relato o seguinte discurso:

“Quando eu vi o trator derrubar os coqueiros, os pés de fruta que eu tinha, sai de perto”, emocionou-se. “Acabou com a minha vida, já que o dinheiro que eu recebi não representou o que eu perdi. Hoje, vivo sozinho na casa que reconstruí. Ainda tive que morar de aluguel por um tempo e, agora, recebo ajuda mensal da minha irmã que mora na Bahia. Já pensei inúmeras vezes em deixar o distrito para ir morar em outro lugar”, comentou. “Eu esperava que o Canal do Sertão me trouxesse benefícios, mas, até agora, nada. Pode até ter a intenção de trazer riqueza, mas eu não fui beneficiado com nada. Nem trabalhar eu pude nesta obra. O que o governo do estado me deu foi um grande ‘cala-boca’”.

A pesquisa de Oliveira (2018) e os demais levantamentos feitos por nós demonstram as falhas na comunicação entre o Estado e as famílias removidas. Essas famílias não foram devidamente contactadas e informadas antes do início da obra, o que aponta as discordâncias entre elas e o Estado quanto ao valor pago. São terras e espaços que representam marcas identitárias importantíssimas. Sem diálogo, negociação e sob ameaças, essas terras são repassadas ao Estado por um preço ínfimo. Uma breve análise dos processos desapropriatórios no Sertão de Alagoas em função do Canal do Sertão por si só aponta para a violência contida nos movimentos de desterritorialização a partir de projetos de desenvolvimento.

A obra em análise, possivelmente, servirá ao capital internacional e não as famílias pertencentes à região de instalação dela. Sob esse ponto de vista, o mercado de terras na região vem passando por um momento de aumento do preço. Levantamentos feitos no decorrer da nossa pesquisa de campo indicam que terras que tinham uma média de preço da tarefa a R\$200,00, desde a inauguração e funcionamento dos primeiros trechos da obra, passaram a valer entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00.

Um marco interessante para entendermos esse processo de aquecimento do mercado de terras é a parceria do Governo do Estado de Alagoas com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas (CRECI), com o objetivo de operacionalizar o processo de compra e venda na área de funcionamento do Canal do Sertão e atrair investimentos para a região.

A trajetória histórica de implantação do Canal do Sertão, em Alagoas, atesta as práticas estatais de implantação de políticas de desenvolvimento fundamentadas na moderno/colonialidade. A configuração de várias estratégias políticas, ao longo de quase três décadas de territorialização desse grande projeto de desenvolvimento, reúne membros do aparelho estatal que se articulam nacionalmente para a viabilização e contam ainda com a parceria de corporações atuantes na área de engenharia, a exemplo do fatiamento da obra entre os grupos mais poderosos do ramo da construção civil – leia-se Odebrecht, Queiroz Galvão e OAS.

Quanto ao objetivo apresentado pelos estudos que fundamentam a obra, até o momento, apresentam-se na contramão do desenvolvimento prometido aos povos do Sertão. São várias as problemáticas aqui apontadas no âmbito da criação, implementação e operacionalização de parte da obra. Desde a concepção do projeto e os conflitos políticos que fizeram a obra paralisar por quase dez anos até os processos de licenciamento e de desapropriações que reúnem vários elementos que nos permitem afirmar que eles têm se dado de maneira suspeita, desordenada, apresentando várias lacunas que têm proporcionado a vulnerabilização da população local. Vulnerabilização que pode se intensificar a partir de uma gestão ineficiente da obra que, futuramente, não venha garantir o uso da água pelas comunidades locais.

Até o momento, apenas os projetos de engenharia dos perímetros irrigados projetados para o Sertão foram licitados. Quando da licitação e implementação da obra, a quem está atenderá? Esse aspecto se reflete no seio da falta de uma gestão efetiva e de traçado quanto ao formato de administração dessa grande obra, com alto nível de complexidade, impactos e que tem custado, até então, quase três bilhões de reais aos cofres públicos.

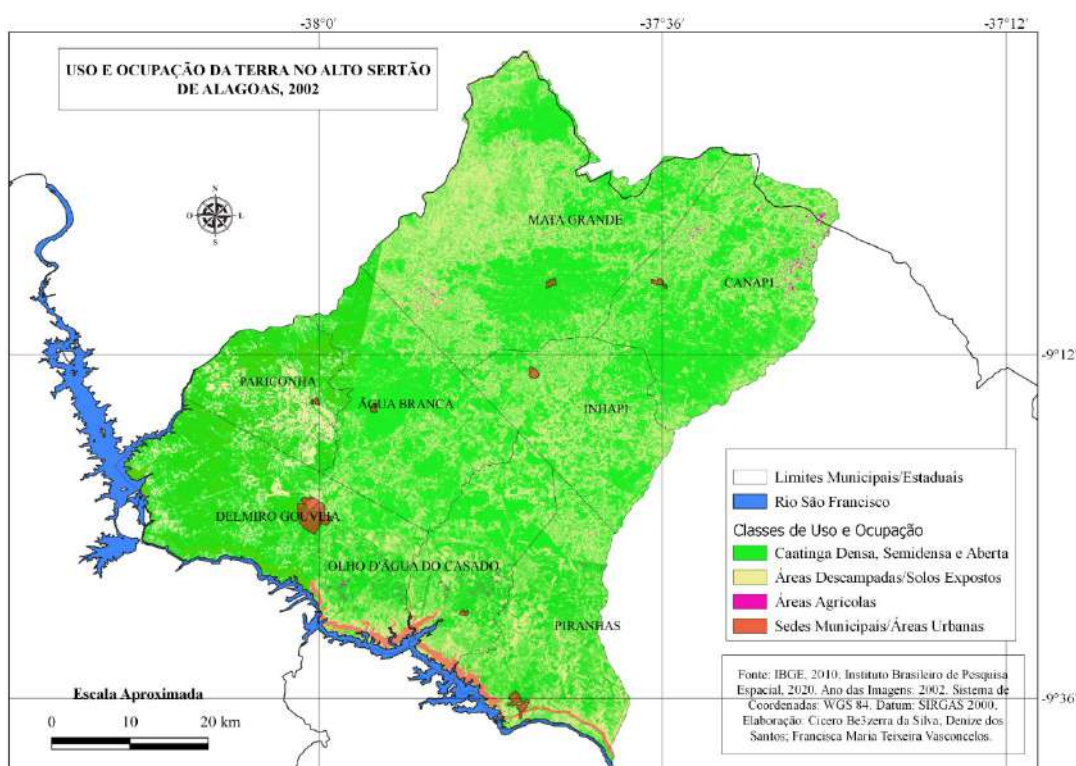
Assim, no próximo capítulo, direcionar-nos-emos para os diversos sujeitos presentes nos territórios de vida do Sertão de Alagoas, a fim de tentarmos entender como tem se dado, de maneira efetiva, a chegada de um grande projeto de desenvolvimento em suas vidas.

7 “DÁ-ME DESSA ÁGUA”: DISPUTAS TERRITORIAIS E AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DOS USOS DAS ÁGUAS E DA TERRA NO SERTÃO DE ALAGOAS

7.1 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS SOBRE ÁREAS TRADICIONAIS DE AGRICULTURA E DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS

Os trabalhos de campo realizados no decorrer da pesquisa indicam transformações territoriais e o surgimento de novas paisagens no Sertão de Alagoas a partir da implantação do Canal do Sertão. Aos poucos, as áreas que eram voltadas para a prática da agricultura tradicional, para a pecuária extensiva e criação de pequenos animais, começam a dar lugar as áreas irrigadas e a prática de monocultura (Figuras 46, 47 e 48¹⁴).

Figura 45 - Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas, 2002



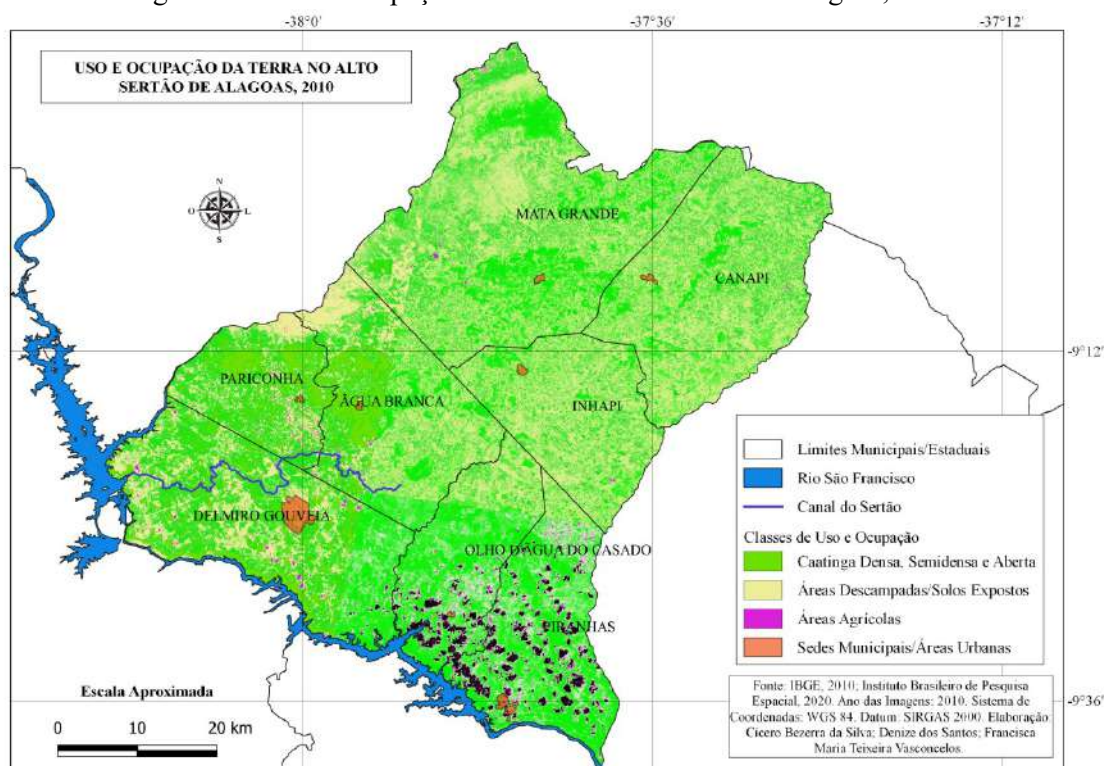
Fonte: IBGE, 2010; Instituto Brasileiro de Pesquisa Espacial, 2020; SIRGAS, 2000.

¹⁴ Gostaríamos de destacar que as áreas descampadas retratadas nas imagens são formadas por um mosaico de usos e de ocupação que envolve, para além de área de solo exposto e simplesmente abertas, áreas de agricultura e/ou de terras sendo preparadas para a prática agrícola.

As imagens contidas no mapa sobre Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de 2002¹⁵ coincidem com a retomada da obra do Canal do Sertão pelo Governo do Estado, o que não nos permite identificar a obra no mapa. As imagens evidenciam a presença e preservação da vegetação de caatinga, no entanto identificamos algumas áreas descampadas e de solos expostos, principalmente nos municípios de Pariconha e de Delmiro Gouveia.

Nas imagens representadas no mapa de Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas 2010 (Figura 47), identificamos a implantação da obra do Canal do Sertão. Assim, é possível verificarmos, a partir dessas imagens, que a alteração dos usos e das formas de ocupação segue em curso em todos os municípios pelos quais a obra avança. São alterações que revelam alguns processos, dentre eles o aumento do nível de desmatamento da caatinga, tanto para a implantação da obra (como abordamos no capítulo anterior) quanto para a prática agrícola a partir da irrigação que, em 2010, foi iniciada com a chegada da água já nos primeiros trechos da obra.

Figura 46 - Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas, 2010



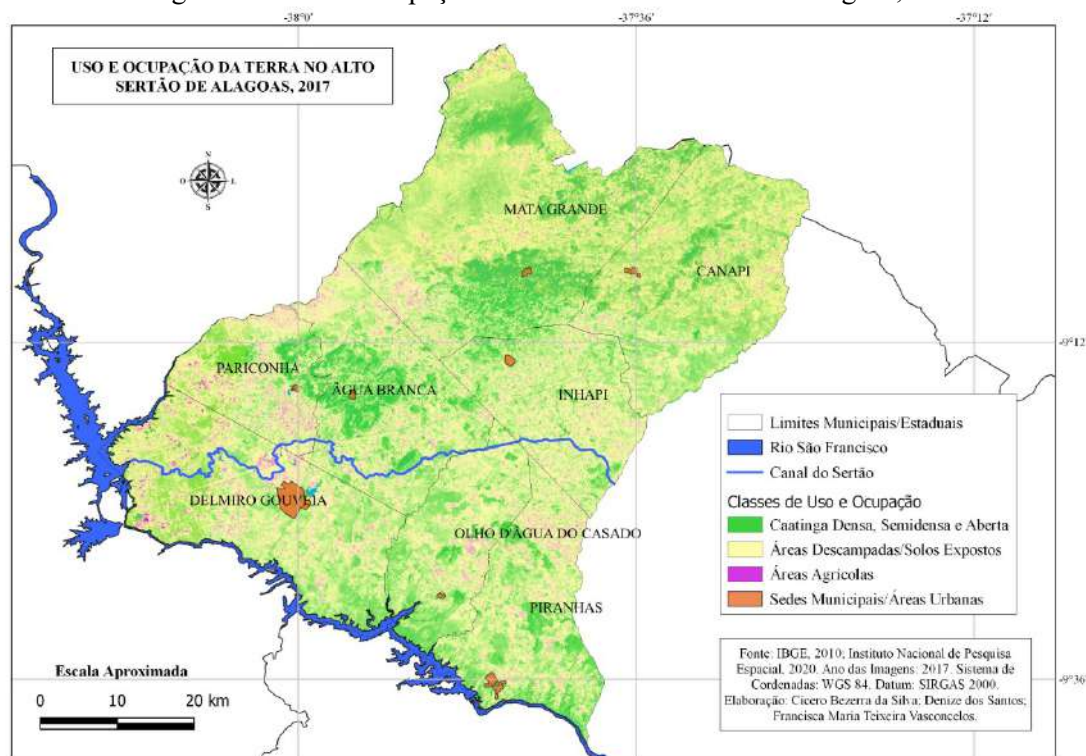
Fonte: IBGE, 2010; Instituto Brasileiro de Pesquisa Espacial, 2020; SIRGAS, 2000.

¹⁵ Ao considerarmos o período chuvoso da região, logicamente que as representações dos elementos vão sofrer algumas influências tanto do período chuvoso quanto do período seco. Contudo, são influências que não comprometem as representações contidas nessas imagens.

As imagens demonstram ainda que a maior representação de expansão agrícola na região se dá, principalmente, em Pariconha e Delmiro Gouveia, primeiros municípios a receberem a obra. Esses dados revelam o aumento de áreas irrigadas na segunda década de implantação da obra, corroborando com estudo realizado por Silva, Tavares e Goldenfum (2018) sobre o aumento de áreas irrigadas a partir da oferta de água do canal do sertão alagoano.

O aumento das áreas irrigadas se torna ainda mais visível e compreensível a partir das imagens representadas pelo mapa de Uso e Ocupação da Terra no Alto Sertão de Alagoas no ano de 2017, em que é possível perceber uma expansão considerável das áreas agrícolas na região.

Figura 47 - Uso e Ocupação da Terra no Alto sertão de Alagoas, 2017



Fonte: IBGE, 2010; Instituto Brasileiro de Pesquisa Espacial, 2020; SIRSAS, 2000.

As imagens demonstram o avanço da obra em nossa área de estudo, o que nos permite uma melhor compreensão sobre os reflexos dessa territorialização nos usos da terra, principalmente nos municípios pelos quais a mesma passa.

Apesar das imagens representadas em 2017 se referirem ao mês de dezembro, período não chuvoso e que determinadas espacialidades vão aparecer nas imagens como solos expostos, não nos permitindo identificar a pequena agricultura desenvolvida nessas áreas, podemos afirmar a significativa alteração dos usos da terra no Alto Sertão de Alagoas a partir do Canal do Sertão.

As imagens referentes aos anos de 2002, 2010 e 2017 nos mostram transformações territoriais no Alto Sertão de Alagoas ao longo de vários períodos, transformações essas sobre espaços pertencentes a diversos povos e comunidades do Sertão que tradicionalmente fazem usos específicos da água e da terra e de acordo com sua cultura e espaço-temporalidade. Desse modo, esses territórios e suas racionalidades comunitárias têm se contraposto a ideologia desenvolvimentista que integra o Projeto Canal do Sertão, apresentando como principal consequência as disputas entre as heterarquias de dominação e as heterarquias de resistência.

7.2 DISPUTAS TERRITORIAIS PELO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CANAL DO SERTÃO

Como vimos no capítulo anterior, o Canal do Sertão, enquanto maior obra hídrica em andamento no estado de Alagoas, representa um projeto colonial de desenvolvimento, a serviço do Estado, do Capital e contra as povos originários e comunidades tradicionais do Sertão. Desde a sua efetiva implantação, podemos afirmar que diferentes intencionalidades em torno dos usos de suas águas já se materializaram no território.

De um lado, um projeto moderno-colonial de transposição das águas do rio São Francisco que inicialmente se utilizou do discurso de resolver os problemas advindos da seca no Sertão de Alagoas e que, posteriormente, incorporou uma narrativa que se encaixa nos moldes do agrohídronegócio. De outro lado, comunidades rurais e urbanas que sempre tiveram problemas de acesso à água e que criaram expectativas de resolução de parte dos seus problemas (ligados a própria reprodução da vida) a partir da instalação de uma obra de transposição.

Essas duas formas de uso do território configuram territorialidades antagônicas entre si, orientadas por matrizes de racionalidade divergentes: “uma, de origem eurocêntrica e que se tornou hegemônica; outra, que foi subalternizada pelo processo da dominação colonial” (FERREIRA, 2016, p. 270-271).

O principal resultado desse processo tem sido a subalternização dos territórios aos projetos de desenvolvimento. A natureza se apresenta como principal instrumento a ser apropriado, moldado e saqueado com especial destaque para o bem natural água, onde a lógica colonial reproduz práticas territoriais de um saber *sobre* em contraposição ao saber *com*, historicamente e geograficamente reiterado pelas comunidades e suas práticas comunitárias (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Os primeiros trechos do Canal do Sertão – em funcionamento – demonstram um tensionamento entre os objetivos (apresentados pelo Estado) que perpassam a obra Canal do

Sertão e as expectativas que vêm sendo geradas nas comunidades ao longo dos últimos anos. O Alto Sertão de Alagoas é espaço de ação de vários sujeitos de vida que ali vêm imprimindo marcas de coletividade, de r-existências, de enfrentamento. A chegada de grandes projetos de desenvolvimento, a exemplo da obra de transposição por nós aqui estudada, já implica em disputas e novas dinâmicas territoriais.

As diferentes experiências e identidades geram conflitos em torno do território, a partir da disputa pelos seus usos e apropriação. Porto-Gonçalves e Chagas (2017) afirmam, no entanto, ser o conflito um conceito capaz de nos oferecer, além dos diferentes olhares e lentes sobre um determinado processo, a importância desse processo num determinado contexto:

É através do conflito que as contradições da sociedade vêm a luz, vêm a público. Embora se possa dizer que toda sociedade se faz conformando consensos, esses consensos se forjam a partir de conflitos que sinalizam suas contradições e, assim, o dissenso é fundamental para que se construa um consenso denso, que possamos chamar verdadeiro. Enfim, se ignoramos o conflito ignoramos as dores da sociedade. O conflito nos mostra os gritos daqueles que, assim, expõem suas dores. É, portanto, um momento de tensão e luz (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS; 2017, p. 5).

Assim, a instalação e o funcionamento dos primeiros trechos do Canal do Sertão em Alagoas nos revelam alguns conflitos e disputas territoriais em função da falta de informações e diálogo do Estado junto a comunidades locais; diversos processos de expropriação; a ênfase da obra voltada para grandes projetos de irrigação; o modelo de gestão; a liberação de outorgas; o custo da água etc.

Dessa maneira, as principais formas de materialização dos conflitos envolvendo o Canal do Sertão e as comunidades do Alto Sertão se deram a partir da ocupação de terras próximas à obra; da ocupação de trechos e espaços da obra; realização de audiências públicas; e Romarias das Águas e da Terra. Esses espaços utilizados pelos diversos sujeitos e comunidades que procuraram denunciar a face complexa desse projeto de desenvolvimento em voga na região.

7.2.1 Acampamento Nelson Mandela: luta por água, terra e território

Em novembro de 2013, 1.500 famílias ocuparam uma propriedade nas margens do Canal do Sertão no Distrito de Alto dos Coelhos, município de Água Branca. As famílias oriundas de vários municípios do Sertão alagoano reivindicavam não somente o acesso à terra, como também à água. De acordo com um dos dirigentes do MST, em entrevista na matéria disponibilizada pelo site *Gl.globo* sobre a ocupação, em 28 de novembro de 2013:

Ocupamos a área de forma definitiva, sem previsão para desocupar. Tanto que as famílias já começaram a construir os barracos no local. Queremos negociar cerca de 2.000 hectares de terras para assentar famílias sertanejas. Além disso, estamos contestando a pretensão do uso da água do Canal do Sertão, cuja expectativa é que se destine prioritariamente para grande indústria na região, em contraste com a falta de políticas públicas de acesso à água para as populações mais pobres (Site G1.globo.com, 28/11/2013).

A ocupação da supracitada área, organizada pelo MST, demarcou o início de uma série de conflitos territoriais entre vários movimentos sociais e o governo de Alagoas, responsável pela obra. Devido à falta de projetos e de transparência quanto ao direcionamento das águas do Canal do Sertão para as comunidades locais, e depois de quase um ano de inauguração do trecho I da obra, as famílias iniciaram a luta no enfrentamento do latifúndio e pelo acesso a água no Alto Sertão de Alagoas.

Em abril de 2014, as famílias desmontaram o acampamento e ocuparam as Fazendas Santa Fé e Redenção, ambas pertencentes à Família Dantas, localizadas na divisa dos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Água Branca. Na ocasião, o número de famílias acampadas havia reduzido, totalizando na ocasião 99 famílias, das quais 54 famílias ocuparam a Fazenda Santa Fé e as outras 45 famílias ocuparam a Fazenda Redenção. Ao acampamento denominaram de Nelson Mandela (Figura 49):

Figura 48 - Acampamento Nelson Mandela



Fonte: VASCONCELOS, F. M. T., 2015.

Em trabalho de campo junto às famílias do Acampamento Nelson Mandela, em dezembro de 2015, podemos vivenciar um pouco da realidade do acampamento e conversarmos com as

famílias que ainda resistiam ao árduo processo de espera pela desapropriação da terra. Na ocasião, com o intuito de nos explicar o nível de redução das famílias acampadas, o coordenador do acampamento ressaltava a dificuldade que era permanecer em baixo da lona preta, no verão e em pleno Sertão:

Como é difícil a vida e o processo de acampamento, como é difícil resistir às dificuldades, já que o processo é demorado é preciso ter paciência, de início o para a ocupação de terras é preciso formação e estudo da área a ser ocupada, logo depois da ocupação, procurar os direitos cabíveis e ir a luta para conseguir os objetivos. O acampamento Nelson Mandela teve início com cerca de 2 mil famílias e hoje conta com menos de 100, ou seja, um processo de formação, onde as pessoas mesmo vão percebendo que elas mesmo não se encaixam, outras dão trabalho ao movimento e outras não se reconhecem como tal (Militante do MST e membro do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares¹⁶).

A fala acima remete-nos aos processos de espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 2001) e como esses podem apresentar diversas dimensões a partir de uma infinidade de contextos. Naquele momento, uma das lideranças do MST da região afirmou que um segundo momento de ocupação foi necessário pelo fato de que a atual propriedade era maior e oferecia melhores condições para a produção agrícola e para a vida das várias famílias acampadas, mesmo sendo a propriedade mais distante do Canal do Sertão:

O movimento sempre foi contra esse projeto, já que o mesmo não irá nos beneficiar, ao passo que a verdadeira intenção desse projeto é a irrigação das plantações de fumo, cana e coco dos grandes proprietários de terra em Arapiraca e em outras cidades (Liderança do MST Sertão¹⁷).

Dentre as maiores dificuldades relatadas pelas famílias acampadas, estava a falta de acesso à água. Iniciaram o processo de ocupação para a conquista da terra e água, contudo, mesmo tão perto da obra, a apenas 3,5km, não podiam ter acesso à água que por ali passava. A água consumida e utilizada pelas famílias só chegava até o acampamento via carro pipa e o valor era inacessível financeiramente e, pelo fato de o acampamento ficar numa área de divisa, as famílias acampadas apresentavam dificuldades para dialogar e conseguir o apoio mínimo das prefeituras.

O acampamento se apresenta como um espaço de enfrentamento ao Estado Moderno-Colonial e ao modelo primário exportador neocolonial, materializado pelo agrohidronegócio. “A ocupação de terras é uma das formas de luta da classe camponesa na busca da criação,

¹⁶ Entrevista em dezembro de 2015.

¹⁷ Entrevista em dezembro de 2015.

recriação e reprodução de um modo de vida baseado, principalmente, na busca pela autogestão, liberdade, controle do tempo e espaço” (FELICIANO, 2016, p. 90).

Em meio à morosidade quanto ao avanço no processo de conquista da terra, as famílias acampadas fortalecem suas experiências de resistência e r-existência no âmbito da organização interna e da produção agrícola. Elas se organizaram a partir de diversos setores, dentre eles: saúde, direitos humanos, gênero, educação, cultura, comunicação, projetos e finanças, formação, produção, cooperação, meio ambiente e frente de massa. Para Fernandes (2001, p. 58), “no conhecimento da experiência aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento, compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações”.

No acampamento Nelson Mandela, a partir da produção agrícola, as famílias conseguiram formar uma Casa de Sementes (Figura 50):

Figura 49 - Casa de sementes – Acampamento Nelson Mandela



Fonte: VASCONCELOS, F. M. T., 2015.

As famílias nos apresentam o espaço com orgulho. Ele foi construído de maneira coletiva por cada família acampada a partir da produção de feijão. Toda a produção agrícola é livre de agrotóxicos e conta com o apoio e assistência técnica do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Um dos acampados nos afirmou de maneira forte que “água é vida!” e que, se tivessem acesso à água do Canal do Sertão, tudo seria diferente na vida das famílias ali acampadas. Assim, a partir da ocupação de uma fração do território capitalista (OLIVEIRA, 2008) na busca

por terra e água, o grupo de famílias construiu diversos espaços de luta e resistência (FERNANDES, 2001), inicialmente, ocupando uma propriedade nas margens do Canal do Sertão e, em seguida, as Fazendas Santa Fé e Redenção, onde permaneceu até o início do ano de 2019, de onde se deslocou novamente para ocupar um dos antigos escritórios de funcionamento da obra, localizado nas imediações do Distrito Alto dos Coelhos em Água Branca. Se fôssemos representar esses deslocamentos das famílias, veríamos que elas deram voltas em círculo e retomaram para as mesmas imediações da primeira ocupação de terra feita em 2013.

De acordo com as famílias, elas não poderiam permanecer na propriedade ocupada por que a terra será comprada via programa de compra e venda, sendo a não ocupação uma das exigências do programa. Na última ocupação, somente cinco famílias permaneceram no processo de luta. Nesse contexto, gostaríamos de destacar a violência contida na luta/diáspora dessas famílias para a conquista da terra e território. Estivemos junto a elas quando da chegada ao antigo escritório de obras do Canal do Sertão, na época construído pela empresa Queiroz Galvão, e podemos afirmar que o cenário era desolador, uma vez que, na propriedade, só restavam as paredes e telhados, pois as demais estruturas haviam sido furtadas: vasos sanitários, janelas, portas, torneiras, pias etc. (Figura 51).

Figura 50 - Antigo escritório da Obra Canal do Sertão em Água Branca-AL



Fonte: VASCONCELOS, F. M. T.

A partir de um acordo entre as famílias acampadas, a FETAG e o proprietário da terra, as fazendas Santa Fé e Redenção foram encaminhadas para serem adquiridas via financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário¹⁸ (PNCF). O PNCF compõe, juntamente com o Programa Cédula da Terra (1996) e Banco da Terra (1998), a denominada “Reforma Agrária de Mercado”. A “Reforma Agrária de Mercado” (via financiamento) se dá em contraposição à reforma Agrária prevista na Constituição de 1988 (via desapropriação). Estudo realizado por

¹⁸Programa Nacional de financiamento para compra de terras por famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. A proposta de financiamento é elaborada pelo grupo de famílias interessadas com o apoio de alguma entidade de ATER credenciada e STR. Em seguida, ela precisa ser aprovada nos Conselhos Municipal e Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e, após isso, pelo agente financeiro.

Vasconcelos sobre os imóveis do Programa Cédula da Terra, no município de Canindé-CE (sertão cearense), aponta que

A opção por fazer parte dessa política, demonstra a esperança que essas famílias tinham quanto a possível melhoria da qualidade de vida, aliada ao acesso à terra. Neste sentido, o maior choque advindo da nova realidade por estas vivenciada, se deu com esclarecimentos de que estariam endividados por vinte anos, e de que a terra comprada não reunia condições físico-naturais de desenvolver a produção agropecuária que viesse a gerar excedente de renda para o pagamento das parcelas (2014, p. 106).

De acordo com a autora, os imóveis adquiridos via financiamento colocam as famílias numa situação de muitas dificuldades relativas não só ao endividamento, à aquisição de terras (muitas vezes, de péssima qualidade), como também à falta de acesso a recursos básicos para a manutenção de suas vidas; abandono por parte dos órgãos responsáveis; níveis altos de evasão dos imóveis; conflitos etc.

Vários estudos apontam (SAUER, 2010; PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2008) que a “Reforma Agrária de Mercado” tem beneficiado diretamente apenas aos grandes proprietários de terra que veem nessa política uma maneira de vender parte de suas terras e de receberem o pagamento alto e a vista por estas. Desse modo, os próprios proprietários têm se envolvido diretamente nos processos de organização dos grupos de famílias para a busca de financiamento e aquisição da terra, e esse foi um dado por nós verificado junto às famílias do Acampamento Nelson Mandela. As intencionalidades contidas nesses comportamentos se apresentam de maneira mais compreensível ao verificarmos que a Família Dantas vem vendendo parte de suas terras na região para posterior aquisição de terras nas margens do Canal do Sertão – porções de terras denominadas pelas famílias de “berço do canal”.

Até a finalização da escrita da tese, as supracitadas famílias permanecem no escritório antigo de funcionamento da obra em estudo, a espera da entrada na terra e ao acesso às águas transpostas. A instalação de mais um projeto de desenvolvimento (envolvendo água no Sertão) nos atenta para os processos de colonialidade e modernização e a elementos correlatos a esses, como a expropriação, conflitos e injustiça em torno dos territórios de vida dos povos do Sertão. São camponesas e camponeses, indígenas, quilombolas e vários outros sujeitos em conflito com esse projeto de desenvolvimento, como veremos adiante.

7.2.2 Ocupações e paralisações das obras do Canal do Sertão: continuidades dos conflitos

O cenário de disputas territoriais em torno do acesso à água e terra a partir do Canal do Sertão em Alagoas se amplia a partir de outros espaços de ocupação, quais sejam: terras nas margens da obra, escritórios de funcionamento e canteiros da obra.

No início do ano de 2018, no município de Pariconha, famílias, organizadas pela CPT, ocuparam uma propriedade nas margens do Canal do Sertão, a qual pertence à família Cardoso e totaliza 15 ha. Parte das famílias que ocuparam a terra já trabalhavam na propriedade na condição de meeiros e decidiram se organizar para conquistar a terra e ter acesso à água (trataremos mais adiante, de maneira mais detalhada, dos processos resistências e r-existências no Acampamento São Francisco).

Numa sequência de ocupações das estruturas físicas da obra em estudo, em abril de 2014, assentados e acampados do Sertão de Alagoas ocuparam o canteiro de obras do Canal do Sertão, na altura do km 65 (município de Inhapi). Segundo membros do MST,

Na propaganda do governo, consta a informação de que a água já está sendo distribuída. No quilômetro 65, talvez esteja, mas num raio muito mais próximo, à beira do canal, centenas de famílias ainda não tiveram acesso ao bem fundamental da vida (BRASIL.247.COM, 2014).

Naquele momento, os camponeses denunciavam a falta de acesso à água nos trechos do canal em funcionamento e a elaboração de projetos voltados para as áreas campesinas. A ação dos camponeses representa o tensionamento entre o projeto que defende o uso das águas do canal para a vida e sua reprodução em contraposição ao projeto defendido e priorizado pelo Governo de Alagoas de que as águas do Canal do Sertão sejam direcionadas para a morte, a partir de seus usos pela fruticultura irrigada e por empresas de grande porte. De acordo com estudos realizados por Lima, Miranda, Silva Lima, Lima, Santos e Maciel Santos (2019), o Canal do Sertão tem proporcionado o aumento do uso de agrotóxicos pelas propriedades que têm produzido a partir da irrigação.

No ano seguinte, a ocupação de trecho da obra e a paralisação dela voltaram a ser tema nos jornais locais a partir de novas mobilizações e denúncias dos movimentos sociais quanto à falta de acesso a água pelas famílias que residem no Alto Sertão. Em março de 2015, camponeses ligados ao MST e agricultores familiares da região paralisaram novamente as obras do Canal do Sertão, reivindicando o direcionamento das águas para as comunidades rurais e não para o latifúndio e empresas. Mais de 1.000 trabalhadores rurais ocuparam o canteiro de obras

do trecho III, novamente no município de Inhapi. Na matéria disponibilizada no *site* oficial do MST, a fala de uma liderança do movimento nos chamou a atenção:

Ocupamos mais uma vez para garantir que as águas chegue nos assentamentos. É por isso que queremos que as terras irrigáveis sirvam aos pequenos agricultores e aos Sem Terra, assim como a irrigação dos assentamentos já existentes na região (MST, 2015).

Os camponeses denunciavam a concentração de terra e água e defendiam a democratização de seus usos, inclusive pelos assentados da Reforma Agrária. Como vimos anteriormente, o Alto Sertão de Alagoas possui assentamentos que margeiam o canal e outros muito próximos, estando essas famílias sem condições de irrigar e investir na produção agrícola local diante da falta de apoio do Estado.

No final do ano de 2016, uma nova ocupação e paralisação se deu no trecho IV no município de São José da Tapera. Na ocasião, as representações sociais foram ampliadas para outros movimentos sociais. Além do MST, estiveram presentes: FETAG, CPT, MLT, MLST, MTL e MUPT. O foco da mobilização era a necessidade de políticas públicas voltadas para democratização dos usos das águas transpostas pelo Canal do Sertão.

Até então, os resultados das várias mobilizações sociais nos canteiros de obras não surtiram os efeitos esperados, posto que nossas pesquisas apontam para as dificuldades de acesso à água do canal por parte das famílias que não possuem terras nas suas margens.

Diante do contexto e dos relatos apresentados, a questão que perpassa todas as manifestações e paralisações da obra deu-se novamente em função da falta de diálogo com o Estado e da efetividade da chegada da água nas várias comunidades. Dessa maneira, é importante destacarmos outros cenários de denúncia e conflitos que passaram a conformar o Sertão de Alagoas a partir do funcionamento dessa obra de transposição.

7.2.3 Romaria das Águas e da Terra: fé, mística e luta por água, terra e abundância

Parte significativa dos conflitos envolvendo terra e água em Alagoas tem sido denunciada não só a partir do Caderno de Conflitos, como também das Romarias que vêm sendo organizadas pela CPT desde o final da década de 1980. Nesse sentido, a CPT realiza, anualmente, a Romaria da Terra e das Águas em Alagoas, das quais duas dessas foram voltadas para temas mais específicos sobre água, como a 17ª Romaria, com o tema: Terra e Água: fontes de vida, realizada nos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, em 2004. Em 2018, com o tema: Lagoa do Mundaú: fonte de vida, trabalho e alimento, foi realizada outra

romaria com tema voltado para a luta pela proteção e cuidado com uma das maiores belezas do estado, a lagoa do Mundaú.

Desde 2015, a Romaria das Águas e da Terra que acontece de dois em dois anos no Sertão de Alagoas vem trazendo como tema as disputas e os conflitos por água no Sertão a partir do Canal do Sertão. Em 2015, aconteceu a 7ª Romaria das Águas e da Terra em Delmiro Gouveia com o tema: Dá-me dessa água – água: canal da vida, presença de Deus. Em 2019, a 9ª Romaria das Águas e da Terra aconteceu em Pariconha, nas margens do Canal do Sertão com o tema: Terra e Água: bem comuns, direitos dos povos!

As romarias da terra e das águas têm assumido um importante papel político na denúncia das várias injustiças territoriais no espaço agrário brasileiro. Organizadas no âmbito da CPT, essa manifestação popular (2003) apresenta consideráveis desdobramentos a partir de organização não só religiosa mais política de camponeses e camponesas no Brasil quanto aos conflitos por esses vivenciados:

A liturgia se reveste de resistência política. A celebração se transforma num laboratório de contracultura. Neste caso, o culto pode ser celebrado de tal forma que faz de Cristo uma presa de determinada cultura, ou de apenas uma camada ou grupo cultural específico. O conflito social é perceptível na Romaria da Terra. Lançando mão de símbolos e práticas litúrgicas de uma festa contracultural, os grupos organizados na romaria conseguem articular-se para além do intrincado mecanismo de poder e de exclusão no qual se encontram. Constituem-se de fato numa forma de política articulada à mística, que se expressa mais através de um discurso instrumentalizador e de propaganda, onde se recapitulam experiências de governo ou confrontos e ocupações de propriedades rurais (VANDERLINDE, 2007, p. 95).

A romaria é, por essência, espaço (sagrado e profano) da explicitação de conflitos, como também de resistência. Dessa maneira, são vários os sentidos que perpassam a realização das romarias. Os significados podem se dar a partir de elementos políticos (materiais) e sagrados (imateriais) que envolvem os sujeitos campesinos e seus modos de vida: conflitos por terra, água, por direitos relativos a educação, saúde e defesa da natureza. “A romaria celebra a vida e também protesta contra as condições de vida” (RODRIGUES, 2016, p. 177).

Sobre os romeiros e romeiras da terra, numa entrevista cedida a Rodrigues para a construção de sua tese de doutorado, Valentim afirma:

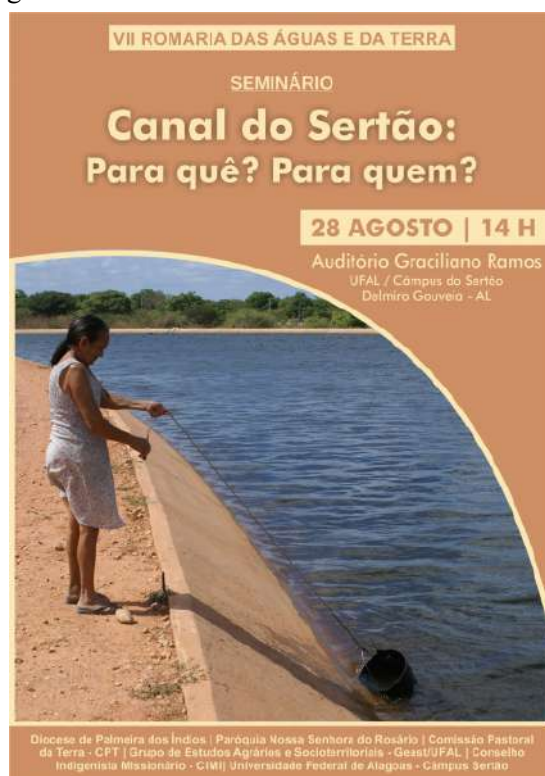
Romeiros e romeiras da Terra é gente simples, que vive em situação de escravidão pelo fato de estarem presos aos regimes patronais ou mesmo vivendo em favelas nas grandes cidades, sem as mínimas condições de vida digna, pelo fato de não terem a própria Terra para viverem e produzirem de acordo com seus costumes e valores (RODRIGUES, 2016, p. 175).

Os romeiros e romeiras são compostos de camponeses, camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras e de vários outros sujeitos representativos de várias regiões e biomas do Brasil. São povos lutando, resistindo e r-existindo na luta por terra, água e território.

Na última década, em função dos conflitos envolvendo a dimensão água no espaço agrário brasileiro, essa foi incorporada ao movimento das romarias da terra, passando, assim, a realização da Romaria da Terra e das Águas.

A realização da 7ª Romaria das Águas e da Terra em Delmiro Gouveia contou com um conjunto de atividades, dentre as quais a realização do seminário “Canal do Sertão: Para quê? Para quem?”:

Figura 51 - Cartaz do Seminário sobre o Canal do Sertão



Fonte: CPT-AL, 2015.

A realização do seminário lançou a Romaria da Terra e das Águas. Foi um primeiro momento da Romaria, descrita por um dos coordenadores da CPT/AL como um “ato de fé, esperança e luta, que denuncia o avanço do capital contra o Rio São Francisco e o povo que vive do Rio”.

O seminário reuniu uma média de 600 participantes (Figura 53) entre assentados, indígenas, acampados, quilombolas e demais sujeitos sociais do espaço agrário do Alto Sertão, bem como estudantes universitários e da rede pública de ensino médio. Ele se deu ainda a partir

da contribuição de professores, pesquisadores, teólogos e filósofos (UFPE, UFAL, Igreja). Cabe destacar a importância desse momento não só em função de representar um dos espaços de denúncias sobre os conflitos territoriais vivenciados pelos vários sujeitos sociais ali presentes, como também por ter sido a primeira vez que o campus de uma instituição pública de ensino superior, ali instalada desde 2010, abriu as portas para os diversos povos do campo.

Figura 52 - Participantes do seminário “Canal do sertão: Para quê? Para quem?”



Fonte: CPT-AL, 2015.

De acordo com os povos do Sertão de Alagoas, o canal já apresentava 65km de suas obras inauguradas e em funcionamento, contudo essa água ainda não havia chegado as comunidades. A denúncia feita pelos povos foi corroborada pelo levantamento feito por integrantes do GEAST/UFAL que afirmaram que, das visitas e pesquisas realizadas em áreas próximas ao Canal do Sertão nos municípios de Delmiro, Gouveia, Pariconha e Água Branca, apenas um latifundiário da região vinha conseguindo irrigar suas terras para o monocultivo a partir da utilização de alta tecnologia:

Alguns poucos pequenos ou médios proprietários rurais que margeiam o Canal do Sertão nos municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca e que conseguiram custear o equipamento necessário para desenvolver algum tipo de cultura irrigada usam o Canal de forma improvisada, devido ao alto custo dos equipamentos e a falta de assistência e orientação técnica. A situação se agrava nos assentamentos, onde são raros os casos dos assentados que fazem uso do Canal, mesmo para o consumo humano (PESQUISA GEAST/UFAL, 2015).

O principal encaminhamento resultante da realização do seminário foi a criação de um comitê popular a partir de algumas representações, como: CPT, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, igreja, UFAL e demais segmentos. Infelizmente, o comitê foi criado, mas não prosseguiu com suas reuniões e atividades, tendo se reunido e feito poucos encaminhamentos após os momentos do seminário e da romaria.

Cerca de um mês após a realização do seminário, foi realizada a Romaria da Terra e das Águas (Figura 54). Na noite do dia 26 de setembro, no centro de Delmiro Gouveia, 2.000 pessoas se reuniram para a marcha até o Canal do Sertão, na divisa de Delmiro Gouveia com o município de Água Branca. Em torno do tema do evento, estavam vários grupos e comunidades pedindo acesso à água do canal e se colocando contra a concentração de terra e água no Sertão de Alagoas.

Figura 53 - Início da 7ª Romaria das Águas e da Terra



Fonte: FERREIRA, F., 2015.

Foram vários momentos e paradas envolvendo a misticidade dos povos: cantos, danças (toré indígena), poesias (recital da romaria), pinturas corporais com argila e falas de indígenas, assentados, da Igreja, da universidade e dos povos do Sertão pedindo o acesso à água do Canal, denunciando as injustiças em torno de sua atual distribuição. De acordo com o Padre da Paróquia de Delmiro Gouveia, uma das organizadoras do evento:

A água é um bem necessário e divino, ela precisa ser preservada para que todos tenham acesso a ela. E muito mais do que isso, nós não podemos ficar passivos às situações de morte que surgem aqui no alto sertão, trazida pela inacessibilidade da água. Nós, o povo de Deus movido pela fé, temos a obrigação de fazer com que os nossos governantes viabilizem políticas públicas que distribuam a água, levando vida em abundância para todos (CPTNACIONAL, 2015).

É uma forma da gente gritar para ter vez e voz os menos favorecidos. A água é uma questão que se não nos preocuparmos agora vai faltar para todos no futuro. A água é uma riqueza que nós temos e estamos vendo ela ir embora, não podemos ficar de braços cruzados, temos que lutar (CPTNACIONAL, 2015).

A romaria se deu a partir de vários momentos denominados de paradas, cada uma delas para reflexão sobre um aspecto específico referente ao tema. Em uma delas, tivemos a oportunidade de refletirmos um pouco sobre o caráter político e ideológico e sobre os aspectos contidos em torno da maior obra hídrica do estado de Alagoas:

O Estado só chega onde o capital apresenta condições de se reproduzir. Essas águas represadas servem ao agro-hidro-negócio. Nós temos que lutar para que as águas do sertão cheguem ao povo e sirvam para a vida e não sirvam para a morte (CPTNACIONAL, 2015).

A 7ª Romaria das Águas e da Terra foi encerrada ao nascer do sol, às margens do Canal do Sertão (Figura 55), onde as águas do rio São Francisco, que escoam por um canal artificial, foram abençoadas e onde as romeiras e romeiros se despediram sob o cansaço da caminhada de 8km, sob a luz do dia e sob a força da resistência na luta por terra e água.

Figura 54 - Encerramento da 7ª Romaria das Águas e da Terra-AL



Fonte: FERREIRA, F., 2015.

Em 2019, foi realizada a 9ª Romaria das Águas e da Terra cujo tema novamente foi voltado para a luta pelo acesso à água no Sertão de Alagoas. Ela aconteceu no município de Pariconha, onde se iniciou no centro da cidade e a caminhada foi finalizada no acampamento São Francisco, localizado nas margens do Canal do Sertão.

A partir do tema Terra e Água: bens comuns, direitos dos povos! A romaria teve quatro paradas. De acordo com a CPT, parte dessas paradas tiveram reflexões trazidas pelos povos indígenas da região, a exemplo dos povos Katokin, Jeripankó e dos Karuazu. Eles deram testemunhos e refletiram sobre os temas terra e direito.

Pesquisadores da UFAL/Campus do Sertão compartilharam, junto às romeiras e romeiros, alguns dados das pesquisas que vêm sendo realizadas por esses, a saber: sobre os conflitos por água e terra na área de abrangência do canal, expropriação dos camponeses, formação de um mercado de terras, concentração de terra e água, bem como um significativo

aumento do uso de agrotóxicos na região a partir da chegada da obra de transposição. Os dados reforçam, no entanto, pesquisas anteriormente realizadas pela UFAL no contexto de realização da 7ª Romaria das Águas e da Terra de que as águas do Canal do Sertão deveriam ser direcionadas para a vida e não para a morte.

Sobre a relação água x vida, a romaria contou ainda com o depoimento dos acampados e acampadas que vêm produzindo uma diversidade considerável de alimentos livres de agrotóxicos a partir das águas do canal. De acordo com as famílias camponesas, o trabalho na terra tem proporcionado a geração de renda e dignidade, permitindo com que eles não precisem vender sua força de trabalho nos latifúndios da região e nem migrar para o trabalho com o corte de cana e na construção civil e em grandes obras.

Nesse sentido, as romarias, enquanto espaço de denúncias de conflitos por água e terra em Alagoas, têm evidenciado não só a espacialidade, como também as territorialidades, e nos apresentado elementos analíticos da dimensão água para o entendimento do estado de Alagoas não só a partir da concentração de terras, do trabalho escravo e da monocultura da cana. A água tem nos apresentado novas nuances da moderno/colonialidade em Alagoas a partir de sua dimensão natural, sagrada, política, ideológica, econômica e social.

7.2.4 Audiência Pública e as narrativas sobre a (não) utilização das águas do Canal do Sertão

Diante de uma forte pressão política e econômica em alguns setores do Estado, do agronegócio alagoano e da agricultura familiar, em maio de 2019, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas realizou uma audiência pública para tratar da utilização das águas do Canal do Sertão e dos projetos do governo voltados para a maior obra hídrica do estado.

Participaram da audiência Parlamentares, técnicos de diversos órgãos e instituições e trabalhadores rurais ligados a organizações e representações como associações, cooperativas, STRs e FETAG-AL. Na ocasião, não estiveram representados nenhum movimento social, o que nos leva a desconfiar das intencionalidades em torno de uma audiência pública pensada a partir de um grupo de parlamentares ligados e sendo parte do agronegócio e do latifúndio alagoano. Contudo, julgamos ser interessante retomarmos aqui algumas narrativas, com destaque para a dos trabalhadores rurais do Sertão de Alagoas, no intuito de também nos aproximarmos dos conflitos e tensões em torno dos usos das águas que esses sujeitos vêm (ou não) fazendo a partir do Canal do Sertão.

Antes de adentrarmos nas diversas narrativas, gostaríamos de ressaltar algumas questões que perpassaram, a nosso ver, as várias falas dos parlamentares e representantes do governo no decorrer da audiência, bem como os objetivos em torno dessa:

- a) a considerável presença de parlamentares da casa;
- b) a fala vazia e o desconforto por parte dos representantes das secretarias estaduais;
- c) o oportunismo por parte de alguns parlamentares a partir do discurso quanto à falta de projetos efetivos para o Canal do Sertão;
- d) a pouca presença dos sujeitos sociais pertencentes ao Sertão de Alagoas;
- e) a falta de espaço para a fala desses sujeitos;
- f) a afirmação por parte do Estado quanto ao real objetivo do Canal do Sertão: a irrigação em grande escala;
- g) as narrativas recorrentes quanto à subutilização das águas do Canal do Sertão;
- h) a explicitação quanto a um dos principais objetivos de realização da audiência pública: regulamentar e implementar a cobrança pelo uso das águas do Canal do Sertão pelos camponeses, camponesas, e pela agricultura familiar.

Ao longo do texto, iremos retomar algumas dessas questões a partir das narrativas dos sujeitos presentes na audiência pública.

O discurso de abertura da audiência se deu a partir do presidente da sessão ao afirmar enfaticamente que

O sertão de Alagoas vai ser para o Nordeste o que a Califórnia é para os Estados Unidos.

A partir do Canal do Sertão é que podemos transformar Alagoas em um oásis do semiárido.

A fala do parlamentar se insere na histórica tentativa, por parte da política alagoana, de transformar o Sertão de Alagoas em um dos maiores polos nordestinos de fruticultura irrigada. Projetos e expectativas esses não correspondidos quando das apresentações e falas pelo Governo do Estado, a partir das SEAGRI, SEINFRA e SEMARH (instâncias ligadas diretamente a instalação, execução e gestão do Canal do Sertão), principalmente quando da afirmação do Secretário de Agricultura do Estado ao afirmar que “o Canal do Sertão tem atraído investimentos maiores”, sem conseguir apresentar dados sobre a afirmativa.

A fala do Secretário de Infraestrutura se deu no sentido de apresentar os custos da obra (tanto para execução como para manutenção) e reafirmar o que já é sabido: da vazão total projetada para todo o Canal do Sertão, ou seja, de $32\text{m}^3/\text{s}$, somente $2\text{m}^3/\text{s}$ serão voltados para o consumo humano e animal, ressaltando que

Ele foi concebido, principalmente para a irrigação, ou seja, o Canal do Sertão, ele foi projetado, efetivamente para a irrigação.

Não tenho dúvidas que o Canal do Sertão, uma vez concluído e as suas águas bem utilizadas, ela vai ser a redenção social e econômica de toda essa região.

No discurso do representante da SEINFRA, chama-nos atenção o fato de que tem sido recorrente a narrativa, por parte desses, em relação à prioridade que a obra apresenta quanto à irrigação. Soa como uma justificativa desesperada dada aos representantes do agronegócio, classe política e de latifundiários quanto ao atraso na criação e execução dos perímetros irrigados, por exemplo.

A narrativa quanto aos custos da obra seguiram em construção a partir dos representantes da SEMARH, inclusive ao afirmar várias vezes que a água do canal está sendo subutilizada, uma vez que a irrigação que vem sendo feita se dá pelos que eles denominam de “usuários naturais”. A fala dele se refere a uma estimativa por parte do Estado de que mais ou menos 800 usuários, ou seja, famílias de camponeses e camponesas voltados para a agricultura de base familiar vêm fazendo irrigação sem apoio do Estado, o que na opinião desses não justifica, por si só, a obra.

Assim, as narrativas acima comungam e expressam, a partir dos vários órgãos do Estado, a ideia central e de uma argumentação que coloca o Canal do Sertão enquanto projeto de desenvolvimento prioritário para grupos específicos.

Para o presidente da FETAG-AL:

O canal do sertão tem dois públicos usufruindo dele, que pode usufruir, aliás. O grande produtor, com recursos próprios, conseguiu botar sua tubulação para o canal e puxar água. E o pequeno e o médio agricultor, que não tem recursos pra colocar a canalização e poder irrigar e produzir recursos e o Governo do Estado tem culpa nisso, sabe por quê? Porque a burocracia que se impera para liberar uma outorga d'água para os agricultores é o que faz os agricultores hoje ficar de fora pra fazer uso daquelas águas (Representante da FETAG).

A fala acima diz respeito aos vários pedidos de outorga por parte de camponeses, camponesas e vários sujeitos sociais, que até o final do ano de 2019 continuavam esperando autorização para utilizar as águas do canal.

Quanto às demais representações presentes na audiência, a exemplo do Comitê da Bacia do Rio São Francisco e técnicos, suas falas giraram em torno das consequências quanto ao uso da água do canal sem uma orientação técnica devido à salinização do solo. Solicitaram mais estudos sobre as barragens a serem construídas no Alto Sertão, como demonstra a fala a seguir:

Eu pediria que tivesse mais esforço sobre essa construção de barragens ao longo do canal, por que a água do canal é doce. Ela está pronta para o uso e se você começar a usar a água desse canal pra fazer barragem, essas barragens vão salinizar a terra. Por que nosso sertão tem solo salino, então eu acho que deveria ter mais estudo sobre essas barragens ao longo do canal (Representante do CBRSF).

Como dito por nós no capítulo anterior, dentre as várias obras atreladas ao Canal do Sertão, o Governo de Alagoas anunciou, em 2019, a construção de 25 barragens ao longo do canal nos municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha e Água Branca.

Sobre a fala dos povos do Sertão, quando foi lhes dada a palavra, o tempo foi restrito a três minutos. Isso por si só denota a falta de respeito e consideração para os sujeitos mais importantes no âmbito do tema central da audiência. Nesse sentido, destacamos a seguinte fala de um trabalhador rural: “Eu gostaria de atentar para a quantidade de gente que veio do sertão e também o pouco tempo que se teve pra ouvir esse monte de sertanejo e audiência pública já se chama, é pra ouvir o público”. Do ponto de vista das narrativas providas da participação dos povos, destacamos os seguintes registros:

Aqui é a fala de um sertanejo que diz que o canal é uma realidade, mais que precisamos fazer o uso mais com acompanhamento técnico para que o sertanejo não migre para as grandes metrópoles (Trabalhador Rural, Delmiro Gouveia).

O depoimento a seguir afirma:

O sertão chora, senhores, o sertão clama, pela situação que estamos passando de sete oito anos de seca. Faz mais de trinta anos que nós fazíamos manifestação em Santana do Ipanema pedindo o Canal do Sertão. Qual era o objetivo? Que fosse perenizado o rio Canapi, o rio Capiá e rio Ipanema. Que foi que fizeram com nós sertanejo, com uma parte, uma metade dos sertanejo? Desviaram o Canal do Sertão beirando o rio e só pegaram as maiores partes dos empresários. Enquanto isso, nós temos empresário que tem quarenta e cinco quilômetro de Canal do Sertão. Nós sertanejo pobre, se precisamos de um caminhão-d'água pra matar a sede do nosso rebanho e do ser humano é trezentos reais e nem dá. Isso é um absurdo. Nós perdemos setenta por cento do nosso rebanho no sertão, no Nordeste. E se num haver uma condição, uma prioridade no Canal do Sertão pra que seja beneficiado os outros municípios, Mata Grande, Canapi. Nós temos aqui município que não tem direito ao Canal do Sertão, só tem se comprar um caminhão d'água (Trabalhador Rural, Canapi).

O depoimento acima retrata os conflitos vivenciados por trabalhadores rurais de municípios do Alto Sertão de Alagoas por onde o canal não adentrou, a exemplo de Canapi, Mata Grande, Piranhas. Eles reivindicam a distribuição de água para toda a região, uma vez que, a partir do canal, isso se tornaria possível.

Outra afirmativa refere-se ao fato de que

Nós não temo como irrigar uma tarefa de terra com essa água preciosa do Canal do Sertão. Enquanto isso, só empresário já começaram e nós sertanejo que precisamos trabalhar, que precisamos produzir pra botar o pão na mesa de vocês, não temos um gota d'água pra plantar (Trabalhador Rural, Canapi).

E mais:

Deputado, me desculpe eu falar desse jeito, mas eu peço a vocês que são os homem do poder, que foi nós que colocamos vocês aí, me desculpa eu dizer, mas conversem com o governador, apresse isso pra que nós tenha água pra nós plantar, nós trabalhar, pra sustentar nossos filhos (Trabalhador Rural, Canapi).

A fala a seguir destaca:

A gente ouviu aqui falas que mostram o que é o agricultor estar na beira do canal e não poder usar aquela água. E aí eu chamo a atenção também à responsabilidade do governo porque não é só a questão da água que a gente tem que discutir aqui, o uso exclusivo da água, mas tem todo um contexto para que a gente possa chegar a usar a água. Nós temos a questão da assistência técnica que não adianta a gente ter água se a gente não tiver o acompanhamento técnico. O agricultor como vai plantar, como vai usar aquela água pra gente também não vai ter bom resultado. A gente também precisa de investimentos e isso a gente precisa tá fazendo essa discussão. A gente vai produzir, a gente precisa tá garantido, né? A comercialização dos nosso produto (Representante CUT, Arapiraca).

Atenta-se ainda para o seguinte:

E o Canal do Sertão hoje, é importante que os secretários vá para a região do sertão, mas não procurem só os gestor, procure também as associação, os produtor (Trabalhador Rural, Senador Rui Palmeira).

Por fim:

Não é justo. Quem tem que pagar os custo que tá tendo com o uso do Canal do Sertão é as grandes empresa. Não é justo que o agricultor familiar não tenha um hectare de terra com água isenta para irrigar. Tá difícil sem pagar, imagine pagando pela água (Trabalhador Rural, Senador Rui Palmeira).

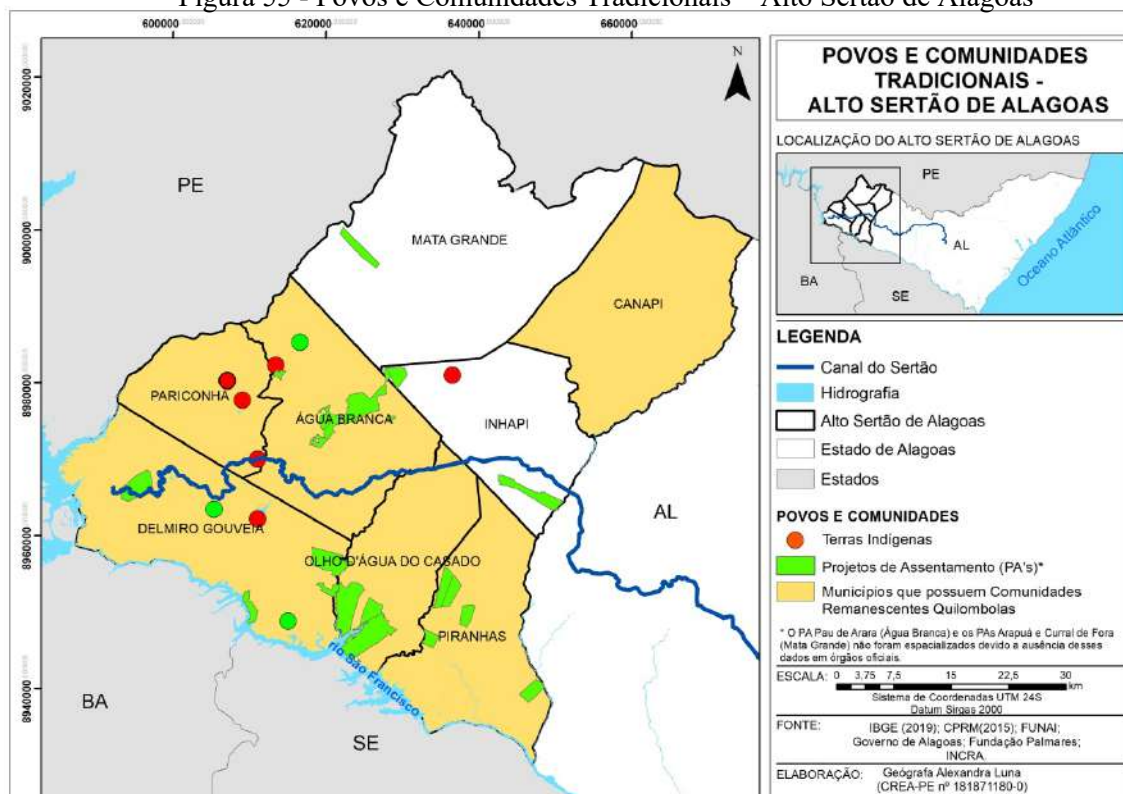
Os conflitos aqui explicitados a partir das falas no decorrer da Audiência Pública demonstram a face perversa do Estado Moderno Colonial quando da implementação de projetos de desenvolvimento voltados para as obras de transposição. Esses conflitos são perpassados pela concentração de água e desigualdade no acesso, o que tem comprometido a manutenção da vida nos territórios. São aspectos materiais e subjetivos que revelam, a partir de várias ações dos sujeitos camponeses, de povos e comunidades suas lutas, manifestações, articulações contra a ação irresponsável e omissa do Estado na política das águas e nas obras em torno deste bem. Contudo, em meio a esse cenário, nossa pesquisa aponta para os processos de resistência e r-

existências contidos nos territórios por nós visitados. Essas indicam um caminhar dos povos e comunidades na contramão da política envolvendo uma obra de transposição atualmente em curso em Alagoas, e que tem sido voltada para a mercantilização e para acentuar os processos de privatização das águas.

7.3 PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS E R-EXISTÊNCIA, USOS DA NATUREZA E A DIVERSIDADE DAS FORMAS DE VIDA NO SERTÃO

O Sertão de Alagoas, entendido a partir do Estado Moderno Colonial e retratado em suas políticas desenvolvimentistas como desabitado e um espaço *além de, além do*, tem nos permitido, com a pesquisa de doutorado, entendê-lo a partir de uma perspectiva epistemológica em que os diversos povos, com seus modos de vida específicos, têm negado e desconstruído a falácia contida na implantação de certas obras pensadas tão somente em gerar desenvolvimento e acúmulo de capital para setores específicos da sociedade. A Figura 56 nos mostra, a partir dessa pesquisa, parte da diversidade de povos, comunidades e grupos que compõem o Alto Sertão de Alagoas correlato à implantação de uma grande obra hídrica, projetada para retroalimentar o modelo primário exportador neocolonial.

Figura 55 - Povos e Comunidades Tradicionais – Alto Sertão de Alagoas



Fonte: SEMUDH/SUPDHIR, 2017.

Os povos e comunidades em destaque na imagem referem-se à sobreposição de assentamentos rurais, comunidades quilombolas e terras indígenas sobre o Canal do Sertão. São povos e comunidades que nos apresentaram, no decorrer da pesquisa, maneiras específicas de apropriação do território a partir da relação historicamente estabelecida com a natureza e com o Bioma Caatinga. São processos de territorializações tanto materiais quanto simbólicas no que se refere à água e terra como bens comuns. São dimensões territoriais, que, de acordo com Acosta, destacam, *a priori*,

A colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade; a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade social (que não é o mesmo que propriedade estatal) ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade (2016, p. 34).

São perspectivas de existência que relacionam à reprodução da vida a natureza e ao saber-fazer a partir de várias experiências que recolocam as narrativas dos subalternos no centro do debate sobre políticas de desenvolvimento. Nesse ínterim, a água apresenta uma forte conotação de representação da própria vida a partir da relação que os diversos povos e comunidades estabelecem com esse bem comum. Para Diegues,

Cada tipo de população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas. Nesse sentido, os sertanejos atribuem à água escassa e desigualmente distribuída um valor diferente daquele dado a ela pelos caboclos/ribeirinhos amazônicos ou pelos pantaneiros que dispõe de água mais abundante (2005, p. 7).

São valores específicos, mas todos relacionados ao território com conotações e simbologias próprias, a exemplo dos povos indígenas, onde a água e a natureza giram em torno de vários significados que perpassam suas crenças e religiosidade. Para o povo Pankararu-PE, tronco velho dos povos indígenas do Alto Sertão, a cachoeira de Paulo Afonso, atualmente invadida por um complexo de usinas hidrelétricas, era a casa de seus Encantados. Os Encantados para os indígenas de matriz Pankararu são definidos como “as forças da natureza” ou, ainda, como sendo os espíritos dos antepassados, que vivem em torno do que chamam o “Grande Deus Tupã” (VIEIRA, 2013, p. 7). Diante disso, os Encantados migraram para a cachoeira de Itaparica, também inundada com a barragem, acontecendo novamente uma nova destruição de sua morada (MARQUES; TOMAZ; SOUSA; HEIM; GOMES DO NASCIMENTO; BARROS; ANDRADE NETO; XAVIER, 2017, p. 102).

Vieira (2013) ao estudar o povo Katokin, destaca a relação que esses apresentam em sua identidade étnica com elementos marítimos como a água e o peixe. De acordo com o autor, na história mais recente desse grupo identifica-se o permanente deslocamento na busca por regiões férteis, várzeas e margens dos rios São Francisco e Moxotó. Para o autor,

É nesse contexto que encontram o ritual do Rei dos Peixes. O Ritual teve sua origem em um peixe. Segundo o relato do pajé Adelino dos Santos, dono do Encantado, encontrou uma pedrinha dentro da barriga de um peixe pescado na grande lagoa que fica em torno da comunidade, para os indígenas era a semente do Encantado. A partir daí, todos os anos, durante à noite de sábado da segunda semana de fevereiro, os homens - homens que usam roupas fabricadas do cipó do crauá e encarnam o espírito do Encantado – se preparam para a realização dos rituais (VIEIRA, 2013, p. 11).

A base da alimentação servida no ritual Rei dos Peixes é oriunda do mar e do bioma caatinga, como o peixe e a farinha.

No caso das pontas de rama reterritorializadas no Alto Sertão e a partir da dificuldade de acesso a terra e água, inclusive para materialização de suas crenças e religiosidades, a caatinga e suas matas passaram a desempenhar o papel de lugar sagrado para esses povos. Esse fato por si só reforça o vínculo estreito entre os povos e comunidades do Sertão de Alagoas com a água e a natureza local. Estudo realizado por Gomes, Silva, Araújo, Lira, Santos e Costa (2018) em assentamentos rurais do Alto Sertão sobre a utilização de plantas para fins medicinais oferecidas pela caatinga, destaca a importância do umbu. O umbu apresenta usos diferenciados a partir de cada povo; nesse sentido, o camponês acampado nos afirma que

A gente tem que aprender muito com a natureza, né? Tem gente que vê um pé de urtiga, mais aquela planta tem um objetivo e a gente tem que aprender muito com a natureza. Você chega numa região dessa assim, se você é um agricultor, tipo um agricultor de Arapiraca que as terras são boas, chega aqui e diz: “Eu quero ir embora que essas terra num vale nada não”. Mas o que a gente tem que fazer? A gente tem que observar a natureza. Qual as plantas que mais nasce aqui, né? Nasce plantas que dá fruto? Nasce plantas que dá raízes, entendeu? Aí você tem que ver. Aqui a gente tem o umbuzeiro, que tem uma batata bem grande, né? A batata que nutre ele em tempo de seca. Essa planta entra em dormência no período, mas, mesmo assim, como ela ter armazenado muito nutriente, ela floresce e frutifica, mesmo em plena seca, né? (Camponês Acampado, Delmiro Gouveia-AL¹⁹).

Para os povos indígenas, o umbu é o elemento central de suas festas tradicionais. Segundo uma das lideranças do povo Karuazu, sua festa tradicional acontece sempre no período da quaresma e é denominada de Corrida do Umbu, iniciada quando surgem os primeiros frutos. A data específica é incerta, uma vez que se depende do movimento da natureza.

¹⁹ Entrevista em novembro de 2018.

Esse é um período em que os terreiros dos povos indígenas do Sertão de Alagoas entram em festa:

Para os Pankararu, o pé de imbuzeiro é sagrado e faz parte do surgimento dos Praiás na aldeia. As festividades da corrida do Imbu são uma referência aos antepassados que realizavam esse ritual agradecendo as divindades pelo fruto, pela sombra da árvore e também pela sua raiz que armazena água (BATALHA, 2017, p. 72).

O umbu é parte da relação que os povos do Sertão mantêm com a natureza da região, com o seu bioma a partir de diferentes usos, usos não somente religiosos, mas também para fins alimentícios, como demonstra a fala de uma moradora da comunidade Tinguí em Água Branca-AL,

A gente utiliza aqui muito o fruto, principalmente quando ele tá inchado, quando ele tá mais durinho, né? E de uns anos pra cá, as pessoas estão utilizando a geleia do imbu e o suco do imbu inchado, maduro não, inchado. Descasca e retira a semente e faz o suco. Mais o mais tradicional aqui é a questão da imbuzada e da tinã. A tinã é um nome diferente, né? Mas a imbuzada é feita só com leite e na tinã eles acrescenta o coco ou o ouricuri. A imbuzada e o tinã é as primeira receita do imbu que faz antes do fruto amadurecer (Filha de Camponês, Comunidade Tinguí, Água Branca²⁰).

A fala acima demonstra o conhecimento das comunidades sobre a diversidade biológica e ambiental da região e os diferentes usos sobre uma planta que nos diz muito sobre a identidade territorial dos povos do Sertão.

A fala a seguir traz ainda a importância de outras plantas típicas da caatinga para as comunidades locais:

Então, como o umbuzeiro, existe muitas outras planta. Aqui, a gente tem acho que umas oito ervas que produzem uma grande batata. Temos as primas delas que a gente pode trabalhar que é a batata doce, a macaxeira, isso todo agricultor consegue plantar isso aqui, né? Aí nós temos plantas de flores roxas, né? Toda planta que nasce aqui, basicamente de dez planta que floresce aqui, sete tem a flor roxa, entendeu? Ela tem o excesso de um nutriente no solo, então, se você for trabalhar frutos roxos aqui, repolho roxo, berinjela roxa, você tem muito êxito nessa sua produção, você consegue produzir sem precisar adicionar adubo químico, sem precisar combater alguma praga (Camponês acampado, Delmiro Gouveia²¹).

Nesse sentido, considerar o conhecimento da população local sobre a natureza e as suas potencialidades pode acarretar na manutenção de sua diversidade a partir, tão somente, de práticas tradicionais e artesanais agrícolas.

²⁰ Entrevista em fevereiro de 2019.

²¹ Entrevista em novembro de 2018.

Ainda sobre o umbu, de acordo com as entrevistas, a sua safra pode chegar até o meio do ano, e o início dela está relacionado às trovoadas. A trovoada é um fenômeno natural que envolve a água e tem uma enorme importância para a população local do Alto Sertão:

Em um cenário de grande hostilidade social e ambiental, em que a capacidade de resistência dos sertanejos é colocada à prova cotidianamente, saber ler os sinais de chuva ou seca afigura-se como uma forma simbólica de deter algum controle e precaução em um universo marcado pela imprevisibilidade. Neste contexto, estas experiências representam a possibilidade de expansão de existência dos agricultores sertanejos. São estratégias reproduzidas e ressignificadas em cada momento histórico (SILVA, 2013, p. 88).

As trovoadas se destacam em meio à simbologia utilizada pelos povos do Sertão para se organizarem para o período chuvoso (ou não) que se aproxima. Silva (2013) atenta-nos para a ressignificação desses processos ao longo do tempo. Desse modo, o depoimento da camponesa nos chama atenção para as mudanças quanto aos períodos de ocorrência desse fenômeno na região:

Antigamente as trovoada começava em novembro, mas nunca mais ninguém viu trovoada em novembro. Depois era mesmo em dezembro, janeiro, fevereiro e março. Era o tempo do povo plantar milho pro São João. Agora começa em fevereiro, março. Aí antigamente nós já plantava nas primeira trovoada, em novembro, nos tempo antigo (Camponesa, comunidade Tinguí²²).

A fala da camponesa traz memórias históricas sobre as transformações no ciclo produtivo local e reforça o conhecimento das comunidades e a relação dessas com a natureza a partir das primeiras chuvas, das trovoadas.

Para o camponês de Piranhas,

A água em qualquer lugar ela é vida. Mas, para o nosso sertanejo, o nosso sertão, não tem nada mais importante que a água, por isso que o período que a gente se sente mais grato, mais produz é no inverno. Às vezes, nem chega totalmente o inverno, quando dá as primeiras chuvas que a gente chama de trovoada, é, digo isso por que a minha mãe é a primeira a fazer. Assim que dá a primeira chuva de trovoada, janeiro pra fevereiro ela já quer plantar uma roça de feijão de corda porque em março ele já tá brotando, né? Já tem feijão de corda e já tem milho. Em maio, começa o inverno, então a gente produz aí até o final da colheita de setembro. Então, não tem nada mais importante e essencial pro sertão do que a água (Camponês, Sítio Lages, Piranhas²³).

Desse modo, as comunidades possuem seu modo e formas de vida integralmente relacionados à natureza do Sertão e ao que ele oferece para a reprodução da vida. São gerações

²² Entrevista em fevereiro de 2019.

²³ Entrevista em fevereiro de 2019.

e mais gerações que aprendem com seus antecessores, que desenvolvem uma simbologia própria para entendê-lo e assim, melhor nele viver. Os depoimentos a que tivemos acesso são reveladores quanto à biodiversidade, abundância e variedades das espécies naturais nativas.

No entanto, o modo de vida dos povos e comunidades do Sertão de Alagoas é também demarcado pelo tensionamento com o projeto moderno-colonial na luta pela água, terra e território. Essas lutas também nos apresentam conteúdos e dimensões de ancestralidade, do sagrado, do místico, da diversidade, da diferença, da liberdade, da autonomia, da democracia, de caminhos alternativos aos que nos têm sido impostos desde o século XVI quanto às formas de vida. “São esses sujeitos que recolocam, hoje, no plano político, o esgotamento/crise do modelo de desenvolvimento como caminho único” (BARCELOS, 2017, p. 266). Assim, a água se destaca no âmbito dessas diversas lutas e desses diversos processos de territorialização.

Nesse sentido, a água assume um significado especial no modo de vida desses povos e comunidades a partir do sagrado, simbólico, da materialidade, bem como nos processos de reterritorialização, a exemplo das pontas de rama Pankararu-PE, que, ao chegarem no Sertão de Alagoas, o precursor do povo Jeripankó, se localizara, inicialmente, perto de um olho-d’água, sendo ali onde Zé Carpina iniciou o trabalho na terra, conquistando posteriormente o direito a essa terra. Dessa maneira, iniciara-se ali o que viria a conformar depois vários territórios indígenas a partir dos Jeripankó, Katokin e Karuazu.

Os remanescentes de quilombos no Alto Sertão também apresentam sua territorialização estreitamente relacionada à presença de água, posto que parte das comunidades de remanescentes de quilombos estão hoje localizadas próximo a áreas de serras, onde se tem a presença de nascentes e olhos-d’água ou perto de rios e riachos. Os camponeses, ao ocuparem a terra, consideram como elementos essenciais a presença de água. Nesse sentido, as primeiras ocupações e áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária no Alto Sertão são áreas próximas ao rio São Francisco. Essas informações a que tivemos acesso a partir dos trabalhos de campo nos apresentam um Sertão com uma identidade territorial vinculada à água a partir de vários aspectos, seja pela sua presença ou ausência:

El/la agua, por sus naturalezas, es un elemento que articula los flujos de la vida em diversos procesos, ciclos y dimensiones. Sus movimientos sinuosos interconectan y configuran paisajes y ecosistemas em los que se tejen tramas de vida através de los cuales se crían comunidades humanas y no humanas. Como elemento vital, aglutinante de los procesos sionaturales, la relación que los pueblos han tejido a lo largo del tempo com ella há sido determinate para sus formas de estar juntos (GÓMEZ, 2017, p. 182).

Todos esses aspectos referentes à água e seus movimentos se reproduzem e demarcam o modo de vida de diversos povos e comunidades a partir de diferentes formas de gestão e de usos da água pelas famílias camponesas. Assim, Diegues destaca que,

Entre esses elementos, os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia (2005, p. 1).

Quando da chegada da chuva no Sertão, a primeira preocupação é com o armazenamento para não se perder uma gota de água; nesse sentido, os barreiros, tanques e as cisternas assumem especial destaque.

Na região por nós estudada, podemos apontar uma semelhança quanto às formas de armazenamento e fontes de água estudadas por FUNARI (2016) na região do Sertão do Pajeú, estado de Pernambuco: barreiro, cacimba, cacimbão e no período mais contemporâneo, a partir de políticas públicas, as cisternas de placa, calçadão e as barragens subterrâneas. A partir da pesquisa de FUNARI com mulheres camponesas, ela afirma que, de acordo com as entrevistas, “essas pequenas obras criam importantes pontos de abastecimento de água para as famílias camponesas, geridos e controlados por essas e disponíveis ao livre acesso em suas propriedades, comunidades ou no entorno” (FUNARI, 2016, p. 131).

Parte dessas formas de armazenamentos é histórica na vida dos povos e comunidades do Alto Sertão como meio de sobreviver nos períodos ou parte dos períodos em que a água não é disponibilizada (seja do ponto de vista físico, natural ou político e social). É um saber-fazer que as famílias desenvolvem para manutenção da vida não só dos membros de seu núcleo, mas dos animais e da vizinhança. A cacimba e o cacimbão sempre assumiu esse caráter de coletividade, de comunidade, de algo que é comum a todos. É o ponto de encontro, da conversa no começo do dia ou no fim da tarde, do banho, do cultivo de hortaliças, ervas e frutas. Próximo à cacimba e cacimbões, geralmente se planta uma árvore frutífera para ir sendo “agoada” com a água que dali escorre, seja pós-banho, ou que sobra ao encher os tambores, baldes, bacias etc. É nesse espaço também onde as mulheres se encontram para a lavagem de roupa. Assim, as fontes de água ou de armazenamento, além de representarem a vida a partir da oferta desse bem comum, também a alimenta a partir das relações socioidentitárias com o lugar, paisagem, território e com os entes queridos: familiares e/ou vizinhos.

Segundo relatos surgidos nas entrevistas e conversas por nós realizadas, principalmente a partir da realidade da zona rural do município de Piranhas-AL, as pequenas cisternas também

eram formas de armazenamento de água individuais, ou ainda em cisternas maiores e comunitárias construídas pelos Governo do Estado para armazenamento das águas trazidas pelos caminhões carro-pipas para as comunidades. Destaca-se o fato de que, na maioria das vezes, essas cisternas construídas com dinheiro público estavam localizadas nas fazendas, nos latifúndios da região, geralmente também sujeitos com algum mandato político. Para essas fazendas, deslocavam-se parte das famílias que transportavam a água até suas casas em latas de águas apoiadas na cabeça (geralmente das mulheres) ou nos carros de boi.

O tanque de pedra era outra forma de armazenamento de água feita, geralmente, nos lagoiros. Quem detinha melhores condições e mais terras construía uma barragem. Atualmente, o armazenamento de água se dá a partir das cisternas de placa, como tratamos no capítulo anterior. Existem as cisternas de placas de dezesseis mil litros, denominada de primeira água. Ressalta-se também a utilização das cisternas de plásticos, também de dezesseis mil litros, e ainda as cisternas calçadões, que são de cinquenta e dois mil litros de água.

Na comunidade quilombola Cal, todas as famílias foram contempladas com cisternas de placa. De acordo com uma liderança local, é uma mudança bastante positiva na vida das famílias, posto que a água encanada só chega durante poucos dias da semana na comunidade e com a cisterna elas conseguem armazenar água.

Na Terra Indígena Karuazu, a comunidade vivencia uma situação semelhante quanto às falhas no abastecimento público de água ofertado as famílias indígenas. Assim, elas apontam a importância do armazenamento de água em cisternas de placa e nos falam sobre a luta da comunidade para conseguirem a instalação de um poço profundo. Ressaltam ainda a dependência das famílias quanto à água que chega via carro pipa e o que isso representa do ponto de vista político, a exemplo da dependência, compra de votos, ameaças etc.

Esses processos de relação dos povos do Sertão com a natureza e a água se refletem diretamente nas suas formas de alimentação. A vida no Sertão apresenta como prioridade o acesso à terra e água que representa e garante, majoritariamente, a segurança alimentar e que também é um elemento identitário de cada povo e comunidade, a exemplo do cotidiano das comunidades quilombolas. Para Silva,

Mas a resiliência quilombola se identifica nos variados aspectos culturais, que sobrevivem a muitos desafios, a exemplo da valorização da alimentação com características tradicionais, quando dispõem cotidianamente em suas mesas, os quilombolas preferem alimentar-se segundo seus gostos e preferências constituídas ao longo da história, transmitidas a cada geração [...] em comunidades quilombolas o valor agregado aos alimentos está relacionado ao sentimento afetivo de quem transferiu o conhecimento na criação de uma receita que foi ensinada entre várias gerações, podendo expressar a história familiar e comunitária (2017, p. 75).

Nesse sentido, na alimentação básica da Comunidade Quilombola Cal, destaca-se o feijão. O seu preparo se dá com base na mistura ancestral de matriz africana e indígena e que se reproduziu a partir de várias gerações e foram moldadas a partir das singularidades do bioma caatinga, do Sertão. A alimentação também denota o saber-fazer dos povos do Sertão.

A fala de Silva (2017) nos leva ao depoimento de uma das lideranças quilombolas do Alto Sertão quando essa nos fala da importância de alguns alimentos que compõem o cotidiano da comunidade:

Aqui a cultura do feijão é muito forte, muito forte. Se não tiver o feijão pra botar no fogo, pra gente, a gente acha que não tem nada. Assim como o milho, o cuscuz, tem que ter todo dia, não falta. Tem o rubacão. Aqui, a gente planta feijão de corda e feijão carioca e as famílias gosta de fazer o rubacão com feijão de corda. E também a farinha. As crianças mesmo só querem comer com farinha. E o quarenta que é de milho também, não sei se a senhora já ouviu falar, é feito do milho, da massa. Daí do milho a gente faz o cuscuz e o quarenta. Cada família tem um jeito de fazer (Liderança Comunidade Quilombola, Água Branca²⁴).

Assim, percebemos que a base da alimentação da Comunidade Quilombola Cal é majoritariamente o feijão e o milho. A comunidade tem preservado formas tradicionais para o preparo desses alimentos como a elaboração do rubacão e do quarenta, ambos com base no feijão e no milho.

Estudo realizado por Silva (2017) nas comunidades quilombolas Malhada Vermelha (Pariconha), Moreira de Baixo e Cal (Água Branca) aponta ainda os seguintes pratos como sendo tradicionais: Feijoada, Buchada, Beiju, Mungunzá, Canjica, Cuscuz, Tapioca, Sarapatel, Angu, Arroz Doce, Rubacão, Puba, Bolo, Doce, Galinha e Fato. Os alimentos citados demonstram a relação das comunidades com a terra, a partir não somente do feijão, mas também do milho e ainda da mandioca e do consumo de pequenos animais. No decorrer dos trabalhos de campo, identificamos, a partir das entrevistas, que o milho, por mais que esse ainda seja bastante produzido pelas famílias, elas o tem adquirindo já com alguns beneficiamentos, a exemplo da massa para o cuscuz, bolo etc.

Destacamos, ainda, a readaptação de parte dessa alimentação ao longo de várias gerações a partir, inclusive, da junção de alguns desses alimentos, como podemos ver no depoimento de um quilombola da Comunidade Cal a Silva (2017):

Também a gente aprendeu, era tradição de antigamente comida era mungunzá sempre com milho moído, né? Faz bolo, milho moído, sabe tudo era igual, aquela coisa que tem tudo milho, porque era o que a gente tinha na roça, então

²⁴ Entrevista em novembro de 2018.

a gente vai aprendendo aquelas receitas mais puxadas naquele lado que consegue tirar. Ia fazendo aquela mistura, tipo o mungunzá salgado veio do milho com o feijão junto, o doce já veio do milho com o coco, né?

Os hábitos e tradições alimentares, intimamente relacionados com a água e a terra, nos oferecem elementos para entendermos não somente os modos de vida, como também as existências dos povos do Sertão. O saber-fazer das comunidades tem como subsídio as diversas formas de convivência com as particularidades dessa região a partir da fauna e flora, e a água se destaca o âmbito desse processo.

Quanto às experiências históricas das formas de produção e trabalho na e com a terra, mesmo diante das limitações quanto à disponibilidade de água como elemento central nesse processo, essas práticas permitem a recriação social dos povos e comunidades junto e com a natureza. Esses são conteúdos que se apresentam como também reveladores dos modos de vida no Sertão a partir do trabalho na terra e da utilização de saberes reproduzidos ao longo de várias gerações no que se refere a técnicas artesanais.

A partir da memória de uma camponesa de 94 anos da Comunidade Tinguí, em Água Branca, a mesma nos afirma que

Primeiro arrumava, ciscava o mato, limpava com enxada. Depois apareceu o arado, não, digo, o cultivador. Depois deixaram o cultivador e veio o arado. Depois do arado, apareceu o trator. Nós plantava milho em abril, feijão em maio. Melancia nós plantava em julho pra setembro pra outubro já ter melancia, no começo do verão. O feijão de corda era de fevereiro pra março que a gente plantava, mas no inverno nós não plantava feijão de corda não. Plantam agora. Nós plantava muito na trovada de fevereiro pra março pra apanhar em abril, aí já tirava a safra em abril. Arava a terra e plantava as carreira de feijão. Plantava milho junto também. Já o feijão de arranca plantava de maio pra São João aí em agosto já batia, já colhia a safra (Camponesa, Comunidade Tinguí, Água Branca²⁵).

São memórias sobre o trato com a terra para a produção de alimentos que ela nos oferece no decorrer do ano. O feijão de corda é o denominado feijão verde, plantado a partir das primeiras chuvas, chamadas trovadas. O feijão de arranca é conhecido popularmente por “feijão carioca”, é o feijão que vai ser exposto ao sol para secagem e para alimentar as famílias no decorrer do ano até a chegada do próximo período de plantação e colheita. Contudo, as famílias destacam ainda outras variedades de sementes. O depoimento acima nos permite ainda perceber as várias técnicas utilizadas, ao longo do tempo, para o preparo da terra: cultivador, arado e trator.

²⁵ Entrevista em fevereiro de 2019.

Nesse sentido, nas comunidades por nós pesquisadas as técnicas utilizadas no âmbito da preparação da terra e da produção agrícola ainda são de caráter artesanal, dados que são reforçados pela pesquisa de Silva (2017) em comunidades quilombolas do Alto Sertão e que destacam a utilização dos seguintes instrumentos utilizados para a preparação da terra: enxada, arado, boi, foice, estrovinga, pá, cacete, machado, estrumo, carroça de mão, canga e puxador. São instrumentos de trabalho historicamente acessíveis e utilizados por várias gerações. O que os camponeses e camponesas apontam de mais moderno na preparação da terra, nos últimos anos, é a utilização do trator, geralmente alugado, cedido pela prefeitura ou adquirido via recurso de algum projeto a que algumas associações concorrem.

Os camponeses demonstram ainda os cuidados para com a terra a partir do que a própria natureza oferece e permite

O que o pessoal chama de erva vassoura, erva daninha, não sei o quê, a gente chama de ervas parceiras porque são parceiras, têm uma função. Todo solo precisa de uma cobertura ou morta ou viva pra proteger aquele solo, principalmente aqui que a gente tem 12 horas de sol por dia. Nosso sol começa a brilhar cinco e pouca da manhã e agora, nesse período, tá indo até seis da noite. Isso tem uma vantagem, tem mil maravilhas. Por exemplo, sempre que a gente tá em Maceió o pessoal procura, cadê as batata doce do sertão? Cadê as abóbora do sertão? Eu perguntei um dia, porque o senhor só quer saber se for do sertão? Porque as de lá são mais doce. E eu disse: é, justamente. Realmente (Camponês acampado, Delmiro Gouveia²⁶).

Desse modo, os camponeses e camponesas indicam vários elementos simbólicos, identitários, territoriais e diversos sobre seus modos de vida atrelados à natureza no Sertão e a importância da água-terra para sua reprodução. São práticas cotidianas mantidas pelas comunidades e que colocam em questionamento os princípios e valores da ordem-moderna e colonial.

7.3.1 Os diferentes usos das águas do Canal do Sertão

O acesso por parte dos povos e comunidades do Alto Sertão à água por meio do Canal do Sertão se dá no marco legal de uma obra ainda em andamento e sem a materialidade de uma gestão efetiva por parte do Estado no que se refere às formas de funcionamento, cobrança pelo uso da água, vazão, fiscalização etc. Nesse sentido, diante de tal cenário, as comunidades têm feito usos dessas águas à revelia, com base em suas experiências de vida e conscientes quanto a uma “suposta e pseudoliberalidade” de acesso a essa água. Elas têm convivido com a tensão em

²⁶ Entrevista em novembro de 2018.

torno da chegada de algum representante do Estado para cobrança e imposição quanto à utilização da água, como podemos perceber a partir de várias falas de camponeses a seguir:

Até então tá bom. Nós não paga pela água, né? (Camponês, Piranhas²⁷).

Olha esses grande fazendeiro que tem aí, tem em Inhapi, que tem em Água Branca, a discussão é que eles têm que ter uma taxaço maior do que a gente que é baixa renda. Tipo esse prefeito aí de Delmiro, ele tem que ter uma taxaço maior. Ele foi um dos primeiro a ter outorga. Ele e outros fazendeiro aí. Esse homi, pra você ver, todas as terras dele é banhada pelo canal. O canal vai no meio, dá aquela curva, daí aquela curva volta, mas vai cercando as terra do Lula Cabeleira. Ele tem muita influência política, jurídica, mas tem outros fazendeiro que também têm (Camponês, Delmiro Gouveia²⁸).

Eu mesmo já espero porque eu sei que não vai durar toda vida de graça, né? A gente tá torcendo que seja uma taxinha que dê pra gente pagar, né? (Camponês, Água Branca²⁹).

No entanto, enquanto a água não é cobrada e não é imposto nenhum limite de vazão para uso dela, as famílias têm ressignificado seus espaços de vida. Nesse sentido, parte dos camponeses teve no acesso à água pelo Canal do Sertão a oportunidade de retornar ao seu lugar de origem, uma vez que, de acordo com vários depoimentos no decorrer da pesquisa de campo, a falta de acesso à água impediu muitas pessoas de permanecer no Sertão. São vários relatos que demonstram a realidade quanto à necessidade dos pais de famílias migrarem durante parte do ano para trabalhar no corte da cana-de-açúcar no que eles denominam de “Sul” ao referirem-se à Zona da Mata alagoana:

Eu sempre trabalhei no Sul. Parei agora em 2014. Sempre trabalhei no Sul, cortando cana. Agora eu trabalhei mais queimano, trabalhei mais de doze ano só queimano cana. Trabalhava à noite, aí eu tava adoecendo, a pressão subindo por causa da quintura. Leva muita quintura, sabe? (Camponês, Inhapi³⁰).

Eu trabalhei em Xingó, em Itaparica, em 83, fui pra São Paulo, aí depois vim pra cá (Camponês, Delmiro Gouveia³¹).

Eu vivia em Belo Horizonte há 10 ano. Trabalhava no açougue, aí depois que chegou o canal, né? A gente voltou de novo (Camponês, Água Branca³²).

São muitos os relatos sobre a realidade que assolava parte do campesinato do Sertão alagoano, os obrigando-os a migrar e se subalternizar ao latifúndio da cana ou no trabalho em

²⁷ Entrevista em fevereiro de 2019.

²⁸ Entrevista em novembro de 2018.

²⁹ Entrevista em novembro de 2018.

³⁰ Entrevista em fevereiro de 2019.

³¹ Entrevista em fevereiro de 2019.

³² Entrevista em fevereiro de 2019.

grandes obras, processo esse que tem sido amenizado pelo acesso à água em algumas regiões do Alto Sertão.

À água é atribuída não só à possibilidade de uma renda mensal para sobrevivência, mas ao reestabelecimento de laços de parentesco, de vizinhança e da vida junto à terra e à natureza. Desse modo, os entrevistados nos relatam sobre o fato de que, se não fosse a água do Canal do Sertão, muitas famílias não estariam mais residindo na região em função da falta de acesso à água e ao preço exorbitante a ser pago por um caminhão de carro-pipa:

Se não fosse o canal, eu tenho certeza que aqui existia poucas pessoas. O pessoal já tinha ido embora, tinha migrado. Já tinha acabado quanto é tudo de animal. Como é que você comprar um caminhão-d'água, vamo supor, vai pegar lá em Delmiro, pegar pra mim por 300 ou 400 reais. Como é que ia manter? (Camponês, Inhapi³³).

Se não fosse o canal, não tinha mais ninguém nessa terra, acredita? Ninguém, ninguém. Por que ia morrer de sede e de fome, né? E outra coisa, de onde é que ia beber água? Ia comprar um caminhão-d'água? Era caro e num chegava na hora (Camponês, Delmiro Gouveia³⁴).

Outras famílias relatam, dependendo do município e localidade, já terem tido de pagar a média de 500 reais por um caminhão pipa.

Dos oito municípios que compõem o Alto Sertão de Alagoas, Mata Grande, Canapi e Piranhas não tiveram o Canal do Sertão passando por seu território, contudo, num ato de resistência e solidariedade, muitas famílias camponesas têm conseguido puxar água até suas propriedades. Essa experiência tem se dado nos municípios de Piranhas-AL e Inhapi-AL, onde os camponeses têm formado mutirões e grupos para compra de canos e, a partir dessa ação, conseguem o acesso à água para irrigar suas terras e quintais. Assim, a organização interna dos grupos permite que todos os seus componentes tenham acesso à água durante algumas horas do dia de maneira igualitária. A solidariedade entre eles se dá ainda a partir da relação com outros camponeses e proprietários da região que permitem com que os seus canos passem por dentro de suas propriedades até a chegada no destino final. O tamanho dos grupos tem variado de comunidade para comunidade, bem como a distância da obra até as propriedades.

O princípio da água como bem comum é bastante forte e significativo entre os povos e comunidades do Alto Sertão de Alagoas. São formas de apropriação que desconstróem a lógica mercantilista e concentradora contida no imaginário colonial que permeia a concepção ideológica dos projetos de desenvolvimento que envolvem água.

³³ Entrevista em fevereiro de 2019.

³⁴ Entrevista em fevereiro de 2019.

As experiências comunitárias de democratização do acesso à água na nossa região de estudo também aponta alguns contrapontos que nos levam a entender que a desigualdade quanto ao acesso à água do Canal do Sertão é parte da realidade de parte dos povos e comunidades, inclusive daquelas comunidades em que o canal adentra. Nesse sentido, a fala do camponês a seguir é bastante elucidativa:

Agora, é uma diferença, assim, dentro do povoado. Uma parte tem fartura e outra parte tá no sofrimento. Quem tem suas terra a margem do canal, vixe! Tá uma maravilha, feijãozinho de corda verde, tem a macaxeira, banana, caju. Aí de outra parte é gente queimando mandacaru, queimando macambira pra pode dar o gado. Enquanto nós tem fartura outros não tem nada (Camponês, Comunidade Tinguí³⁵).

O camponês por nós entrevistado reside em uma das comunidades que recebeu a obra, entretanto a fala dele revela que, em função da falta de apoio e projetos efetivos por parte do Estado, algumas famílias têm sido beneficiadas em função do fato de o canal passar por suas terras ou da localização delas favorecer a irrigação por gravidade (Figura 57).

Figura 56 - Irrigação por gravidade – Alto Sertão



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2018.

Essa tem sido a realidade de parte significativa das famílias camponesas que têm conseguido acessar a água via irrigação no Alto Sertão de Alagoas – a irrigação a partir de um fator natural de localização e posição da propriedade diante da obra:

³⁵ Entrevista em novembro de 2018.

Quem tem conseguido irrigar tem sido por conta da gravidade. Esse lado todinho do canal não tem por bombeamento, é todo por gravidade. Todo mundo que tem alguma coisa é por gravidade, inclusive, até mesmo aqui no povoado, até a metade do povoado, já tá chegando a água do canal por gravidade que os próprio morador se reuniu e colocaram, puxaram água até a praça (Camponês, Comunidade Tinguí³⁶).

Dessa maneira, o acesso à água se dá via gravidade e pelos laços comunitários e de solidariedade entre as famílias.

Outro aspecto que cabe ser destacado no âmbito das r-existências das comunidades refere-se à assistência técnica. Esse fato nos revela duas faces: a falta de apoio por parte do Estado, o que reforça o discurso por esse propagado de que as águas do canal tem sido subutilizadas, ou seja, quem as utiliza são sujeitos que não se apresentam como prioridade para o Estado. Contudo, os camponeses de algumas comunidades revelaram que no início tiveram serviço de assistência técnica e depois não mais.

A informação refere-se aos projetos pilotos implantados pelo Estado em algumas propriedades entre os municípios de Delmiro Gouveia e Olho D'água do Casado, a exemplo da propriedade de um camponês do povoado Poços Salgados:

Eu sou o primeiro agricultor familiar a produzir no Canal do Sertão. Eu fui contemplado com o kit irrigação do Governo do Estado, né? Que foi montado aqui o demonstrativo, né? Vai fazer sete ano. No começo, quando eles vieram, o pessoal da SEAGRI veio com milho sorgo, capim, palma. Foi um projeto da SEAGRI, não chegou a nem 01 há. Na época, tive assistência técnica da SEAGRI, mas agora não tenho mais (Camponês, Delmiro Gouveia³⁷).

A fala do camponês em questão refere-se ao período que compreendeu a inauguração dos primeiros trechos da obra, quando ele assumiu a função de “garoto propaganda” do Governo do Estado com relação ao Canal do Sertão e a chegada desse na região. No decorrer de sua fala, percebemos o orgulho de ter sido o primeiro a receber esse apoio e atenção por parte do Estado, mas também a decepção pelo fato de que o apoio inicial não teve continuidade. Isso é bem forte ao tratar tanto da falta de assistência técnica quanto da falta de atenção do Estado para com a manutenção da estrutura física da obra. O camponês afirma que ele e os vizinhos formam grupos para limparem as margens do canal e retirarem as algarobas, o que, na opinião deles, irá futuramente comprometer a estrutura física, uma vez que têm nascido muitas dessas plantas. Destaca que fizeram isso depois de várias ligações para a SEAGRI para resolverem o problema. As comunidades demonstram apego e cuidado para com uma obra que,

³⁶ Entrevista em novembro de 2018.

³⁷ Entrevista em fevereiro de 2019.

ao mesmo tempo que se apresenta como estranha ao lugar, é tão importante para esses em função da água.

No âmbito dessa questão, são recorrentes as falas quanto à falta de assistência técnica, mas o que também nos permitiu entender e nos debruçar sobre a vasta experiência desses povos no trato, entendimento e trabalho com a terra.

A gente faz e o técnico da roça é o próprio agricultor. A gente vai vivendo e vai aprendendo. A gente vê que a coisa dá errado, a gente tenta mudar. Quando dá certo, a gente melhora mais ainda e assim a gente segue (Camponês, Comunidade Tinguí³⁸).

A fala do camponês demonstra o orgulho deles ao relatarem sobre a não utilização de agrotóxicos em sua produção agrícola.

As fartura, os passáro, tá tendo muito. Atrapalha um pouco? Atrapalha, porque vamo dizer que vinte por cento da produção de frutas é o passarim que come. A gente não usa nada de agrotóxico, né? Então esse negócio de feijão de corda, esses produto, né? Os passarim, eles come muito (Camponês, Comunidade Tinguí³⁹).

Sobre a utilização de agrotóxicos, não obtivemos nenhuma declaração de utilização desses a partir das entrevistas e conversas com vários camponeses e várias camponesas de comunidades do Alto Sertão de Alagoas.

7.3.2 Produção agrícola camponesa e experiências comunitárias no Alto Sertão-AL

No decorrer da pesquisa, tivemos oportunidade de visitarmos e conversarmos com famílias de três áreas de reforma agrária, a exemplo de dois acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra denominados Maria Leonora (Delmiro Gouveia), vinculado ao MST, e o Acampamento São Francisco (Pariconha), vinculado à CPT e, ainda, o assentamento Maria Cristina (Delmiro Gouveia), criado em 2004. São famílias que estão acampadas e/ou assentadas nas margens do Canal do Sertão e que ocuparam essas terras motivadas não só pelo sonho de acesso a ela, mas também à água.

São famílias que têm conseguido produzir com base no trabalho familiar e camponês, sem a utilização de agrotóxicos. São famílias que têm produzido alimentos saudáveis para sua sobrevivência, a partir de laços comunitários, como afirma uma camponesa assentada: “Aí aqui

³⁸ Entrevista em fevereiro de 2019.

³⁹ Entrevista em fevereiro de 2019.

a gente colhe, a gente vende, a gente dá, sabe? Aquela coisa de vida em comunidade⁴⁰”. Nesse sentido, identificamos como traço característico na vida das famílias camponesas do Alto Sertão de Alagoas a produção de uma alimentação saudável como algo sagrado e que perpassa o modo de vida, inclusive de seus antepassados.

De acordo com a liderança do Acampamento Maria Leonora: “não tínhamos água e ela chegou, agora falta a terra⁴¹”. O acampamento em questão já existe desde 2007 e, atualmente, 50 famílias aguardam pelo acesso à terra de maneira oficial. São famílias de trabalhadores e trabalhadores rurais sem terra, historicamente subalternizadas pelo trabalho como meeiros nas grandes fazendas da região. A ocupação conta ainda com famílias indígenas oriundas de Pariconha, que, como tratamos anteriormente, também enfrentam um processo histórico de luta pela terra e território na região. Enquanto isso, elas sobrevivem a partir da produção de uma significativa variedade de alimentos que serve para o sustento das famílias.

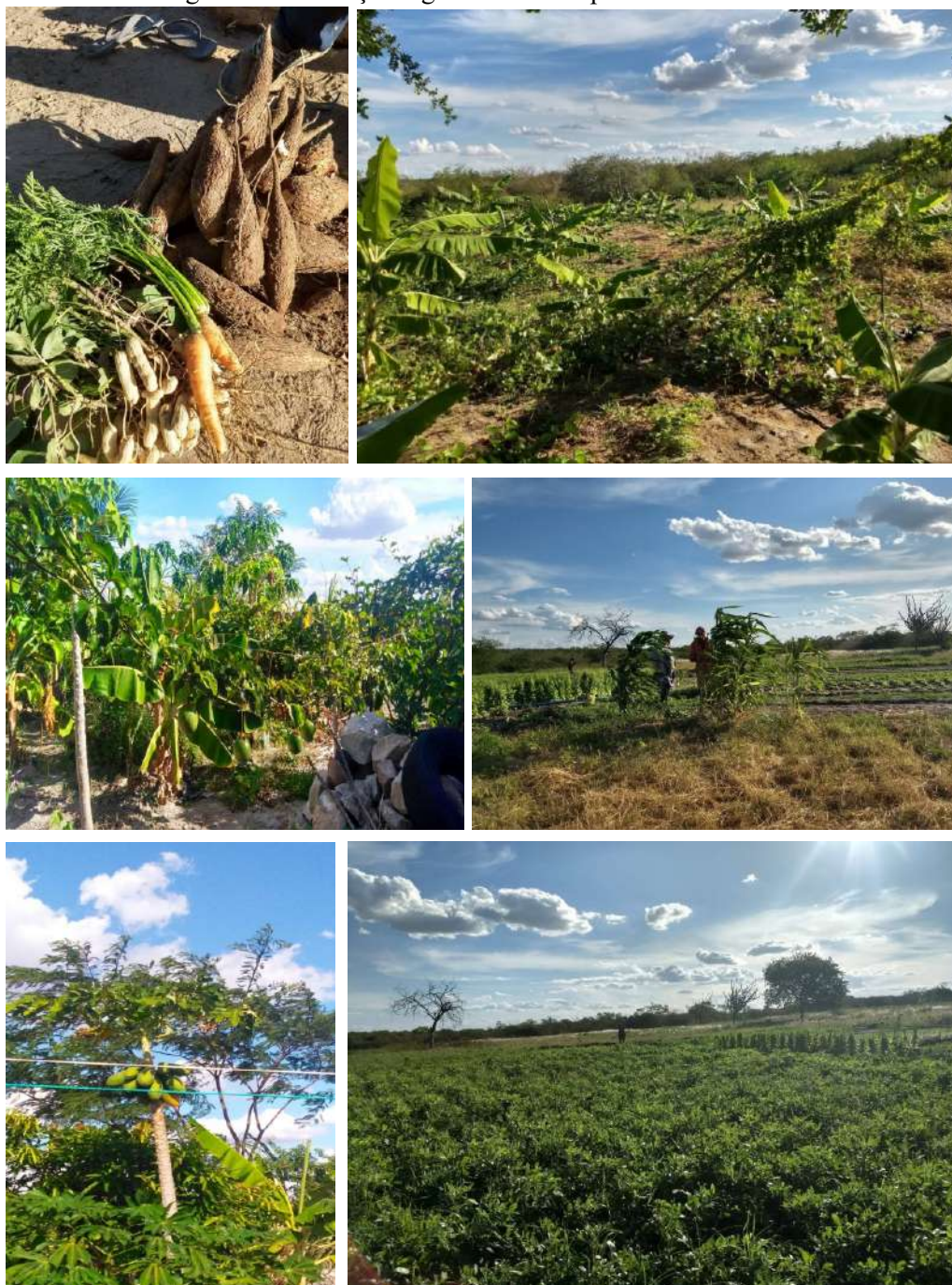
Diante da falta de apoio por parte do Estado, essas têm conseguido comercializar o excedente da produção agrícola em feiras da região como as de Delmiro Gouveia-AL, do distrito de Barragem Leste-AL, e em Paulo Afonso-BA. Participam, ainda, das Feiras Camponesas, de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária em Maceió e nos relatam com bastante orgulho o fato de uma grande rede de supermercado ter comprado a produção de macaxeira do acampamento.

A produção agrícola camponesa do Acampamento Maria Leonora é composta por produtos oriundos de áreas de Reforma Agrária, de territórios de luta e sem veneno, como maracujá, feijão, milho, macaxeira, abóbora, hortaliças, tomate cereja, pimenta de cheiro e amendoim (Figura 58).

⁴⁰ Entrevista em novembro de 2018.

⁴¹ Entrevista em novembro de 2018.

Figura 57 - Produção Agrícola – Acampamento Maria Leonora



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2018.

No assentamento Maria Cristina, as 70 famílias já assentadas iniciaram a luta pela terra em 2004, passando cerca de quatro anos acampadas, embaixo da lona, até conseguirem, via apoio do MST, a desapropriação da área. O assentamento possui três agrovilas, todas elas próximas ao Canal do Sertão. Contudo, relatam a falta de apoio e incentivo do Estado para a utilização das águas do canal e para a produção agrícola, assim como destacam apenas a oferta por esse de alguns cursos, como o de produção de hortaliças, e sobre a não utilização de

agrotóxicos na produção agrícola. Todavia, nenhum projeto envolvendo a produção agrícola e irrigação foi ainda instalado no assentamento, e as famílias têm irrigado a partir de investimentos próprios, a exemplo da compra dos kits de irrigação, irrigação essa que tem se dado somente por gravidade (Figura 59).

Figura 58 - Produção agrícola – assentamento Maria Cristina



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2018.

As famílias camponesas do Assentamento Maria Cristina têm produzido melancia, maracujá, feijão de corda, tomate, banana, macaxeira e comercializado parte de sua produção na Barragem Leste em Delmiro Gouveia. No entanto, algumas famílias do assentamento ainda precisam trabalhar fora do assentamento durante alguns dias da semana, como demonstra o depoimento de um assentado:

Pra quem não tem condição, trabalha nos empurrão. Eu trabalho três dias da semana aqui na roça e três dia fora pra dar conta. Eu aproveito segunda, terça

e quarta na minha roça e quinta. Sexta e sábado trabalho pra um aposentado da CHESF que mora na Barrage (Assentado, Delmiro Gouveia)⁴².

São processos de r-existência que exigem alguns enfrentamentos a partir da venda da força de trabalho fora do assentamento, mesmo depois do acesso a terra. O Estado tem se apresentado cada vez mais de maneira omissa no que se refere à oferta de direitos básicos para as famílias das áreas de Reforma Agrária.

O Acampamento São Francisco representa na região, o último território de luta iniciado a partir da chegada do Canal do Sertão e da busca por terra e água. É um acampamento recente, que data do início de 2018, onde as famílias receberam o apoio da CPT. Ele está localizado no município de Pariconha-AL, nas margens do Canal do Sertão. A terra pertencia à família Cardoso e abriga 25 famílias que têm, a partir do acesso a água, conseguido romper com a condição de exploração tanto na propriedade em que se encontram acampados como em outras fazendas da região.

Diante do desmonte das políticas de Reforma Agrária no país, a exemplo dos demais acampamentos da região e que foram aqui por nós abordados, as famílias aguardam a aquisição da terra via PNCF. Enquanto isso, seguem produzindo para a sua sobrevivência, o que tem lhes garantido um espaço de considerável destaque não só na região, como também em Alagoas como um todo, a partir da comercialização de seus produtos nas feiras locais, como as de Pariconha-AL, Água Branca_AL e Delmiro Gouveia-AL, como também em feiras de Maceió.

⁴² Entrevista em novembro de 2018.

Figura 59 - Produção agrícola – Acampamento São Francisco



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2018.

As fotos acima demonstram a produção agroecológica que se dá em torno do cultivo de milho, feijão de corda, melancia, mamão, coentro, cebolinha, couve, alface, pimentão, abóbora,

macaxeira, maracujá, banana etc. A figura a seguir trata de uma família de acampados que se instalaram embaixo de uma árvore em meio à roça que construíram e da criação de pequenos animais.

Figura 60 - Família acampada



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2018.

As experiências de r-existências nas áreas de Reforma Agrária do Alto Sertão de Alagoas situadas em torno do Canal do Sertão inferem que, mesmo diante da omissão do Estado e da negação por parte desse de direitos básicos para manutenção da vida das famílias camponesas, essas conseguem se vestir de força, de princípios comunitários, de liberdade e construir territórios de autonomia:

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

As áreas de acampamentos rurais, mesmo não se utilizando de uma infraestrutura básica como a de moradia, por exemplo, têm feito com que a terra por esses ocupadas exerça função social a partir da produção de alimentos e da manutenção social e econômica das famílias. São

áreas que, do ponto de vista oficial e estatal, são invisibilizadas, mas que têm cada vez mais territorializado ações campesinas e comunitárias a partir da água e da terra.

Assim, também podemos apontar, a partir das r-existências das demais comunidades por nós estudadas, que essas também têm plantado as sementes de vida e esperanças a partir dos usos das águas de uma obra de transposição que, por mais que tenha perpassado, serpenteado, cortado suas terras, o Estado teima em dizer que ela atende a outros interesses e objetivos que não incluem a agricultura camponesa e familiar:

Quando foi pra construírem o Canal do Sertão os povos tradicionais não foram consultados e aqui dentro de Pariconha, da cidade, nós temos três aldeias. O Canal do Sertão é como se diz, pra muitos eu digo assim, pros que tem dinheiro pode ser que seja vantagem, mas pra gente aqui parece que não, né? E é tão próximo, praticamente dentro de nossa aldeia, né? E fica difícil, né? (Liderança Indígena, Pariconha⁴³).

A aldeia Karuazu, dentre as demais terras indígenas do município de Pariconha, é a que está mais próximo à obra de transposição em estudo, distando apenas 3 km. Contudo, de acordo com a liderança por nós entrevistada, nenhum dos povos indígenas foi consultado quando da sua instalação e nem tampouco foram até então beneficiados de alguma maneira por essa. Eles ainda não possuem suas terras demarcadas pelo Estado, no entanto têm tentado, via CIMI, a materialização de alguns projetos junto à CODEVASF que venha a beneficiar os povos locais. De acordo com os Karuazu, o solo da aldeia é bastante favorável para a agricultura, e destaca que “Aqui é mais agricultura pequena e criação de animais como ovinos e caprinos, né⁴⁴? E se a gente tivesse mesmo acesso ao canal e chegasse até nós, nossa! Seria melhor, né? Como seria bom”. Acrescenta ainda que:

Olha, pra você ter uma ideia, se esse Canal do Sertão, se nós tivesse acesso e a água chegasse aqui, o pessoal poderia ter um criatório de peixes, poderia produzir a agricultura familiar, né verdade? Mas sem água, como é que vamos conseguir isso aí? Não só na agricultura, mas em outras atividade que a gente poderia crescer e como a gente tá bem próximo, aí poderia até produzir algo para que as pessoas pudessem não se deslocar pros grandes centros urbanos em busca de serviço, em busca de alguma coisa (Liderança indígena, Pariconha⁴⁵).

As famílias que fazem parte da comunidade Quilombola Cal nos falam com orgulho da importância da agricultura em suas vidas. Uma das pessoas por nós entrevistada afirma que foi com o dinheiro adquirido a partir da roça que ela tem conseguido comprar todos os móveis e

⁴³ Entrevista em novembro de 2018.

⁴⁴ Entrevista em novembro de 2018.

⁴⁵ Entrevista em novembro de 2018.

manter sua casa. Destaca a importância do acesso à água a partir do Canal do Sertão e do fato de não dependerem mais somente da chuva para iniciarem a produção agrícola. Sobre a produção agrícola,

Tem de tudo um pouquinho plantado. As roça é uma maravilha de lindas, é mais pro consumo, vende pouco, mas vende a macaxeira, o milho. Tem umas família produzindo só o milho, faz silage pra vender, mas a maioria tem de tudo um pouco na roça (Liderança quilombola – Água Branca⁴⁶).

A partir do acesso à água, as formas de produção voltadas para a reprodução da família e da vida conduzem os diversos grupos à geração de renda, que tem permitido com que esses possam falar abertamente sobre a liberdade que começam a ter para aquisição de bens, ou seja, não se trata somente do poder que essas passam a ter para produzir seu próprio alimento no decorrer do ano inteiro, mas também de acesso a uma dignidade, honradez e orgulho pelo trabalho na terra e os frutos decorrentes disso.

No que se refere à comercialização da produção agrícola na região, deparamo-nos ainda com a solidariedade entre as comunidades quanto à venda deles. As famílias camponesas da comunidade Tinguí em Água Branca-AL vendem seus produtos na feira do município que acontece toda segunda-feira, bem como nas feiras dos municípios e povoados vizinhos:

Nós planta feijão de corda, macaxeira, banana, abacaxi, pinha. Não é em grande quantidade, né? Mas pra sobrevivência, pra comer, pra sua família, né? E também pra apurar um dinheirinho. Toda segunda nós leva alguma coisa pra Água Branca, no sábado pra Delmiro. Aqui mesmo nos povoado vizinho. Aí nos comércio do Alto nós deixa bacia de uma coisa, bacia de outra. Aí um ajuda o outro a vender (Camponês, Comunidade Tinguí⁴⁷).

A diversidade que conforma a produção agrícola comunitária passa a ser disponibilizada nas feiras semanais, permitindo à população local o consumo de produtos advindos da própria região:

Destaca-se no processo de construção da resistência a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança (FABRINI, 2007, p. 24).

⁴⁶ Entrevista em fevereiro de 2019.

⁴⁷ Entrevista em novembro de 2018.

Algumas famílias camponesas dos municípios de Piranhas e Inhapi, por exemplo, têm conseguido garantir a produção agrícola para a subsistência: milho, feijão, macaxeira, batata doce etc. (Figura 62).

Figura 61 - Produção agrícola camponesa – Inhapi



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2019.

Entretanto, elas têm enfrentado dificuldades quanto ao escoamento do que gostariam de comercializar e lamentam ter de vender seus produtos para o atravessador. Isso tem acontecido com as famílias que têm se dedicado à produção do quiabo, pois parte desses produtos tem sido escoada para o estado da Bahia. Para o camponês, “o problema daqui é a gente não ter um tipo de mercado que pegue a produção da gente, sabe? Por um preço justo⁴⁸”.

Outros produtos que se destacam no âmbito do campesinato do Alto Sertão Alagoano a partir das águas do Canal do Sertão têm sido a criação de peixe (Figura 63), a exemplo de dois irmãos que plantam feijão, milho, algodão, melancia, capim, mas que têm se dedicado à criação de peixes sem nenhum tipo de assistência e acompanhamento técnico: “a gente vai criando peixe e aprendendo. Nunca fizemo curso nenhum e vendemos até peixe pro Ceará⁴⁹”.

⁴⁸ Entrevista em fevereiro de 2019.

⁴⁹ Entrevista em fevereiro de 2019.

Figura 62 - Criação de peixes – Piranhas



Fonte: VASCONCELOS, F.M.T., 2019.

A produção de mel sempre compôs a realidade do campesinato que reside no Sertão de Alagoas. Assim, mesmo essas famílias estando voltadas para a produção de alimentos prioritários como o feijão, o milho e a macaxeira, e, ainda, pelo fato de algumas dessas famílias estarem se permitindo vivenciar novas atividades como a de criação de peixes, parte significativa dessas continua a se dedicar à produção de mel.

A exemplo das áreas de Reforma Agrária que realizam o trabalho na terra junto à família, as demais comunidades camponesas por nós aqui abordadas também tem desenvolvido a produção agrícola junto aos filhos e companheiros, como aparece nos seguintes depoimentos:

A gente trabalha em conjunto aqui, pastejo pro gado, milho, feijão, a gente faz tudo junto (camponês, Água Branca⁵⁰).

Aqui sou eu e a mulher que trabalhamos na roça. Uma diária de serviço é cinquenta conto, aí quando for ver o dinheiro só dá pra pagar a diária, né? O dinheiro só daria pra pagar os trabalhadores, aí desse jeito vamos levando devagarim, né? (Camponês, Inhapi⁵¹).

A base do trabalho é familiar, sendo raramente utilizada a mão de obra externa em função de vários fatores, dentre eles a própria manutenção da roça a partir dos membros da

⁵⁰ Entrevista em fevereiro de 2019.

⁵¹ Entrevista em fevereiro de 2019.

família, a dificuldade no pagamento de diárias e, ainda, pelo fato de muitos desses camponeses fazerem troca de dias de trabalho

A relação de vizinhança entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo. As ações comunitárias ainda se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. (FABRINI, 2007, p. 28).

O autor trata das várias resistências com base nos princípios comunitários que se refletem a partir de várias nuances presentes no cotidiano da vida camponesa: vizinhança, produção agrícola, no cuidado com a terra, nas colheitas. São outras racionalidades que se apresentam nas r-existências sociais pela vida (SOLÁ PÉREZ, 2017).

Assim, no seio das contradições em torno do acesso à água em Alagoas, no decorrer deste capítulo, voltamo-nos para o lugar que ela tem assumido no Sertão, não somente pela relação histórica e ancestral que os vários povos sempre mantiveram com ela, mas também a partir de uma obra de transposição e da complexidade que esse projeto de desenvolvimento vem imprimindo no território, do qual destacamos não somente os conflitos em torno da luta pela sua democratização, mas também pela diversidade de seus usos com base em relações comunitárias e de respeito e cuidado com a natureza.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da tese de doutorado buscou o entendimento sobre a instalação de uma obra de transposição no Sertão de Alagoas e os rebatimentos desta sobre os territórios de vida de sujeitos acampados, assentados, quilombolas, indígenas e de demais camponeses que compõem a diversidade territorial do Alto Sertão de Alagoas.

Nos capítulos 2 e 3, em consonância com os objetivos traçados, buscamos construir nossa base teórica e metodológica no intuito de tecermos, ao longo de todo o trabalho, considerações críticas ao projeto moderno-colonial de desenvolvimento.

Do ponto de vista não só teórico, como também metodológico, optamos, no capítulo 4, por nos debruçar sobre a busca de entendimento do Sertão de Alagoas a partir dos principais conteúdos do sistema-mundo moderno/colonial. Para isso, partimos de uma discussão de Sertão a partir de obras clássicas da literatura brasileira, passando pelos vários enfoques do ponto de vista físico, humano e/ou culturais atribuídos a esse pela Ciência.

Dessa maneira, procuramos situar o Sertão como formação territorial a partir do colonialismo e das várias nuances resultantes da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza que também se fizeram presentes sobre esse espaço. No âmbito desse processo, destacamos o papel da cartografia e da própria Geografia e a maneira utilizada por essas para retratar e se reportar ao Sertão. O Sertão vazio e distante e, por isso, espaço marcado, historicamente pela violência, exploração e expropriação.

Contudo, o Sertão também se apresenta como espaços de r-existências e de lutas contra a violência a ele direcionada pela colonialidade do poder, o que nos permitiu nos debruçarmos sobre uma diversidade do ponto de vista de povos e comunidades que ali habitam.

A partir de então e com base na construção mais geral sobre o (Ser) tão, buscamos contextualizar a formação do Sertão de Alagoas no âmbito da formação do Estado Moderno/Colonial de Alagoas. Assim, em diálogo com Lindoso (2011) entendemos que a discussão sobre Alagoas se dá a partir da monocultura da cana-de-açúcar, do Quilombo dos Palmares e do Sertão. O Sertão alagoano é formado a partir da violência, como também com base na luta e resistência dos indígenas contra o projeto moderno-colonial de tomada de seus territórios pela pecuária. Isso conformaria a base do Grande Sertão, termo que tomamos emprestado de Lindoso (2011).

Ao Grande Sertão, atribuímos, então, a existência de racionalidades oriundas dos conflitos e das r-existências, representado então pelo latifúndio, pela pecuária, pelo mandonismo político, pelo coronel, mas também pela desobediência ao Estado, como no caso do cangaço tão presente nesses sertões alagoanos, pelos vários movimentos de resistências empreendidos pelos povos indígenas, que, a partir da formação de uma rede de lutas, vêm retomando seus territórios de vida no Alto Sertão. Na mesma direção, abordamos, ainda, a insurgência das lutas dos povos remanescentes de quilombos e ainda, do campesinato presente nos movimentos de luta pela terra.

A abordagem sobre as múltiplas racionalidades presentes no Sertão de Alagoas nos permitiu entender a diversidade e pluralidade pulsante nesse território, denunciando a complexidade envolta de uma região historicamente subalternizada e a nós apresentada como sem importância do ponto de vista da vida e das potencialidades ali existentes.

No capítulo 5, abordamos a chegada nesses territórios de grandes projetos de desenvolvimento em torno das águas do rio São Francisco e a sobreposição desses sobre os territórios de vida. Desde meados do século XX, obras hídricas envolvendo as águas sagradas do Velho Chico vêm sendo implantadas tanto em nossa área de estudo como nas suas imediações, atingindo direta e indiretamente povos e comunidades tradicionais.

Estudar uma grande obra hídrica em Alagoas, a partir da transposição das águas do rio São Francisco, não pode se dar sem nos remetermos ao processo histórico de apropriação dessas águas pelas várias hidrelétricas. Entendemos, assim, o Canal do Sertão como continuidade de vários projetos de desenvolvimento onde a água assume especial destaque: complexo hidrelétrico de Paulo Afonso-BA, Usina Hidrelétrica de Moxotó-AL, Usina Hidrelétrica de Itaparica-PE e Usina Hidrelétrica de Xingó-AL. Os projetos de desenvolvimento em questão atingiram de maneira impactante não só o rio São Francisco, comprometendo e alterando seu nível de vazão, assoreando algumas de suas áreas, modificando as espécies nativas, bem como mudando a relação de várias comunidades com suas águas. Destacamos, ainda, a especulação na sua área de influência, alteração na paisagem, comprometimento da mobilidade de comunidades ribeirinhas e de pescadores etc.

Os dados por nós analisados inferem a forte incidência de conflitos envolvendo água no Sertão de Alagoas e o protagonismo assumido pela CHESF, sendo assim a maior causadora deles na área de estudo. A abordagem sobre os conflitos em Alagoas envolvendo água nos remeteu a iniciarmos o capítulo 6 nos debruçando sobre o cenário assumido por esse bem comum em Alagoas. Partimos de sua importância para a própria terminologia do estado: Alagoas em função da riqueza e disponibilidade de água em suas terras. Entretanto, abordamos as Alagoas a partir de uma parte do estado em que a água aparece de maneira abundante e de uma outra parte em que ela é tida como escassa. Destacamos a geopolítica das águas, tanto a partir da histórica indústria da cana-de-açúcar na zona da mata alagoana quanto da “indústria da seca” no Sertão.

A partir de então, direcionamo-nos para as espacialidades e territorialidades que as águas assumem no Sertão: principais açudes, rios e riachos, nascentes e formas de armazenamento, o que reflete a complexidade em torno desse bem comum. O Sertão se apresentou para nós como uma região onde a água não somente assume a condição de escassa, como também de abundância, coadunando com a diversidade de vidas por nós identificadas a partir de vários povos e comunidades com seus modos de vida.

Um rápido mergulho sobre a geologia e geografia da região nos permite falar de um Sertão que é também formado a partir da presença das águas. Rompemos, assim, com a ideologia colonial de que projetos de desenvolvimento direcionados para o Sertão se apresentam como a redenção dos povos e comunidades, principalmente no tocante à oferta de água. Já neste capítulo, pudemos perceber o Sertão com suas práticas e experiências comunitárias quanto à convivência com a natureza local e quanto aos diversos usos das águas

e da terra, mesmo diante de limitações em relação ao acesso a ela em função de especificidades físico-naturais, políticas e sociais.

Após essa abordagem sobre Alagoas, a partir de suas águas, “rios e canais”, seguimos para o estudo da obra denominada Canal do Sertão. Para isso, o analisamos sob a perspectiva histórica e política, tentando captar e resgatar os principais elementos em torno da concepção e elaboração de seu projeto, até adentrarmos nos principais aspectos técnicos que culminam na sua implementação e execução, culminando no que denominamos de processo de desterritorialização das águas do rio São Francisco.

Um outro viés de abordagem sobre essa obra se deu a partir das concepções em torno de sua gestão, que até então, em função do fato da obra ainda estar em andamento, encontra-se em aberto. Entrevistas junto aos órgãos do Estado envolvidos com a implementação do Canal do Sertão demonstram a ineficiência quanto à melhor forma de funcionamento e de projetos que atendam às comunidades no tocante ao atendimento dos objetivos apresentados em seu projeto: “múltiplos usos, dentre eles o abastecimento urbano e rural para o consumo humano e animal, irrigação, agroindústrias, piscicultura, turismo e lazer” (VASCONCELOS, 2017, p. 47).

Nesse sentido, a liberação de outorgas para utilização das águas do Canal do Sertão já se apresentara no decorrer do capítulo 6 como maior reivindicação e preocupação por parte das famílias camponesas localizadas nas imediações da obra. No que se refere a essa questão, o Estado se comporta de maneira a beneficiar os grandes proprietários de terra e de maneira simbólica, e identificamos a liberação da primeira outorga para o maior latifundiário do Alto Sertão de Alagoas em dezembro de 2015.

Ainda no que se refere à gestão, o Estado avançou na criação da AGECSA, contudo nossas pesquisas detectaram o beneficiamento pessoal de alguns gestores ao se utilizarem politicamente da formação de uma associação que deveria representar os usuários de água do Canal do Sertão e não a servidores públicos que pleiteavam cargo político em um dos municípios do Sertão de Alagoas.

A ineficiência e a omissão do Estado apontadas por nós no âmbito da gestão dessa obra também se fazem presente no que se refere aos processos de territorialização a partir do licenciamento ambiental e das desapropriações de áreas para implantação da obra. As ações em torno das licenças ambientais para instalação e funcionamento dos trechos I, II e III denunciam a violação de uma série de requisitos a serem cumpridos. Aponta-se a vulnerabilidade nos estudos e diagnósticos realizados nas áreas a serem impactadas, a minimização dos riscos ao meio ambiente e o beneficiamento dos setores envolvidos. No seio desse cenário, destacamos

ainda a não disponibilidade para consulta pública do EIA-*rima* da obra, o que representa o descumprimento de legislação nacional.

As desapropriações retratam ainda a continuidade de violações aos direitos dos povos e comunidades quanto ao conhecimento sobre a obra, a realização de audiências públicas e a falta de comunicação e informação quanto aos trâmites burocráticos e condições gerais para as desapropriações. Foram muitos os relatos no decorrer das entrevistas tratando de insatisfações quanto às condições de pagamento de indenizações. Trazemos, ainda, o aquecimento do mercado de terras na região a partir da chegada da obra e a repercussão desse processo na expropriação territorial de muitas comunidades. Dessa maneira, o latifúndio tem ampliado suas fronteiras para as áreas próximas ao canal.

Todos esses levantamentos nos direcionaram à situação de conflitos territoriais, bem como às resistências e r-existências no âmbito dos povos e comunidades junto ao Estado por nós abordadas no capítulo 7.

O Canal do Sertão integra um conjunto de outras obras hídricas que conformam a ideologia do desenvolvimento que vem sendo direcionada para os Sertões de Alagoas e região desde meados do século XX. Nesse sentido, são racionalidades em choque em função da perspectiva de vida contida em cada projeto desse, o que defende somente o desenvolvimento à custa de várias vidas, culminando na morte: morte de culturas, memórias, apagamento das ancestralidades e, o projeto defendido pelas comunidades, voltados para a reprodução da vida com base na busca pela autonomia, liberdade, segurança alimentar, saúde.

Como principal reflexo desse antagonismo, detectamos as disputas territoriais em torno do acesso à água e terra. Conflitos territoriais materializados a partir de mobilizações e denúncias a partir da ocupação de terras localizadas próximas ao Canal do Sertão, bem como na paralisação da execução de obras, realização de audiências públicas e na realização de seminários e romarias das águas e da terra. São espaços de encontro de diversos e diferentes sujeitos camponeses representantes dos vários territórios de vida invisibilizados por esse projeto de desenvolvimento pedindo o acesso à água, exigindo a garantia e segurança quanto a esse acesso por parte do Estado.

Os trabalhos de campo realizados nos permitiram adentrar em múltiplas realidades quanto ao acesso à água pelas famílias camponesas. Identificamos desde comunidades localizadas a poucos quilômetros do Canal do Sertão que não foram consultadas e nem consideradas quanto à implementação da obra e de nenhum projeto vinculado a essa, a exemplo do povo indígena Karuazu; até a situação de povos que enfrentam problemas cotidianos quanto à deficiência do sistema público de abastecimento de água da região, o que os força a depender,

em muitos períodos do ano, da oferta de água via carro pipa e do custo político a ser pago pelas famílias em tempos de eleição.

Constatamos, ainda, famílias camponesas que, mesmo não estando próximas ao canal, têm reivindicado o acesso à água, a exemplo dos vários depoimentos ocorridos na audiência pública de maio de 2019. São famílias que não residem nos municípios contemplados pela obra, mas que exigem que o Estado democratize a água para toda região do Sertão de Alagoas.

Compondo ainda o quadro de conflitos em torno da obra, verificamos os camponeses e camponesas sem acesso à água e também à terra e que, desde 2014, permanecem firmes na luta pelo direito à água e à terra, como constatamos ao acompanharmos, em muitos momentos, as famílias acampadas do Nelson Mandela. De maneira semelhante, observamos as famílias acampadas do São Francisco e do Maria Leonora, territórios de luta iniciados a partir da perspectiva de acesso à água e terra para reprodução da vida.

As disputas territoriais e conflitos tão presentes nos projetos de desenvolvimento que estudamos no decorrer da pesquisa nos permitem também falarmos e nos debruçarmos sobre os processos de resistências e de r-existência também presentes e que foram identificadas nos territórios por nós estudados.

São outros modos de vida construídos a partir da pluralidade de experiências junto e a partir da natureza. Essas experiências se dão desde os territórios camponeses de povos e comunidades do Alto Sertão: Indígenas, Quilombolas, Assentados, Acampados, Camponeses e Camponesas diversos.

São sujeitos invisibilizados nos processos integrantes dos projetos de desenvolvimento, no entanto sua afirmação tem se dado a partir de diferentes usos das águas e da terra. Diante da omissão do estado quanto à democratização da água, esses sujeitos têm criado processos de gestão a partir da criatividade que lhes são próprias, de maneira coletiva, ética e cuidadosa. São relações baseadas no respeito à natureza, terra e água.

De acordo com a liderança de um acampamento que entrevistamos, ela afirma que o acesso à água na região ainda é uma das lutas empreendidas pelo MST. Assim, outras comunidades a que tivemos acesso também corroboram essa afirmativa. Elas têm assumido o protagonismo, fora dos marcos legais, quanto a alternativas para irrigação, por exemplo. São várias as experiências de usos a que tivemos acesso.

Essa pluralidade de experiências parte de irrigar as terras a partir da gravidade, enquanto o Estado não legaliza e oficializa o acesso dessas famílias às águas do canal. Essas têm transformado suas vidas e territórios a partir de sistemas coletivos de irrigação, como pudemos verificar na zona rural de Piranhas, onde aquelas que não estão localizadas perto da obra têm

formado grupos e, a partir do trabalho coletivo, em mutirão dividem os valores do material necessário e puxam água até suas casas, seus quintais e suas roças. Os laços de solidariedade perpassam ainda na relação delas com as que estão localizadas nas margens do canal e em áreas próximas que cedem suas terras para instalação do encanamento. Num sistema de comunidade, elas distribuem, de maneira igualitária, os usos das águas no decorrer do dia. Assim, cada membro do grupo irriga suas terras durante a mesma quantidade de horas.

A irrigação por gravidade tem fortalecido os vários territórios de vida na nossa área de estudo. Comunidades camponesas em que parte dos membros da família precisou migrar para trabalhar no corte de cana, seja na zona da mata alagoana, seja em outras regiões canavieiras do país, ou ainda, precisaram trabalhar em grandes obras. A partir da chegada da água, parte desses sujeitos retornou ao seu local de origem, à sua morada.

O acesso à água favorece ainda a unidade camponesa, onde as famílias não precisam mais trabalhar no latifúndio da região para complementar a renda. Permite com que os sujeitos acampados, enquanto o Estado não desapropria a terra, desenvolvam a produção agrícola para seu sustento e de sua família e ainda venham a comercializar uma parte de excedente da produção. São grupos que têm territorializado espaços como os das feiras camponesas, de agricultura familiar e de Reforma Agrária, bem como as feiras semanais dos municípios da região e que nos oferecem alimentos produzidos sem a utilização de veneno e livres de agrotóxicos.

São atos políticos de fortalecimento da organização comunitária, com base na liberdade e autonomia e em consonância com a natureza e com o autocuidado e respeito. Esse movimento se dá de maneira paralela a implantação de um projeto de desenvolvimento com base na privatização da água e no cercamento delas por parte do Estado. Neste sentido, os povos e comunidades por nós estudados nos falam sobre compartilhar e democratizar entre si o acesso, a produção de alimentos, a comercialização e diversas outras práticas comunitárias. É um fortalecimento que perpassa não somente a produção agrícola, o trabalho na terra, como também outros direitos a que passam a ter acesso e/ou a buscar como a importância da alimentação saudável, de educação, saúde: o direito às suas religiosidades e práticas culturais e o direito à natureza.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-85.
- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para viver imaginar mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2017.
- AGB. GT Agrária Rio de Janeiro e Niterói. Os “grandes projetos de Desenvolvimento” e seus impactos sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro e Niterói. In: MITIDIERO JÚNIOR, M.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. G. (org.). **A questão agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e processos e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 181-224.
- ALAGOAS, Secretaria de Irrigação. **Pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão alagoano**. Maceió: Secretaria de Agricultura, 1991.
- ALAGOAS, SEMUDH/SUPDHIR. **Relatório técnico comunidades tradicionais Alto Sertão**: levantamento de dados de vulnerabilidade das comunidades tradicionais, remanescentes e específicas, 2017.
- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.
- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.
- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades indígenas de Alagoas/Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2017.
- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre o Canal do Sertão-AL**. Maceió: SEPLAG, 2017.
- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas/Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.
- ALMEIDA, L. S. Notas para a história do integralismo em Alagoas. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, Maceió, IHGAL, v. 41, p. 87-112, 1989.
- ALMEIDA, L. S. **Mata e Palmares nas Alagoas**. Arapiraca: EDUAL, 2004.
- ALMEIDA, L. S. **A formação histórica de Alagoas**: rotas de acumulação do açúcar. Maceió: EDUFAL, 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terra de**

quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. p. 25-131.

ALMEIDA, R. A. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 1, p. 02-10, 2012.

ALMEIDA, J. C. de. **A indústria sucroalcooleira-energética e os recursos hídricos:** rio Santo Antônio Grande, Alagoas. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

ALVARENGA, F. M. **Os deserdados do desenvolvimento:** o caso da implantação do complexo industrial portuário do Açú e seus impactos sócio-territoriais. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

AMORIM, S. S. de. **Os Kalankó, Karuazu, Koiunpanká e Katokinn:** resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão Alagoano. 2010. 431 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AMORIM, S. S. de. **Ressurgidos:** A construção da auto-imagem – os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Katökinn e os Koiupanká. 2003. 301 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. (org.). Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

ARAÚJO, M. L. C. de. Adaptação e resistência em Itaparica. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 7, n. 2, p. 167-186, jul./dez., 1991.

ARAÚJO, L. C. Grandes obras. Grandes Impactos. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 7, n. 1, p. 5-30, 2001.

ARAÚJO, M. L. Economia e propriedade escrava em Nossa Senhora da Conceição de Água Branca – Província de Alagoas (1850-1871). In: SILVA, G. C. M.; TEIXEIRA, L.; MARQUES, D. B. **História da Escravidão em Alagoas.** (org.). Maceió: EDUFAL, 2017.

ARAÚJO, S. S.; AGUIAR NETTO, A. O.; SALES, J. M. J. **O peixe, o pescador e a barragem xingó no baixo são Francisco em Sergipe e Alagoas no Brasil.** RevIPI 2, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2016.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo a colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2013.

BATALHA, V. S. **Os rituais Pankararu:** memória e resistência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017. 159 f. Doutorado (Tese em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARCELOS, E. Povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e lutas pela descolonização do saber, do poder e do território. *In*: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

BARBOSA, A.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. *In*: MENESES, M. P.; VASILE, I. (org.). **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais**. Debates, n. 5, 2014.

BARRETO, J. N. **Corridas do Umbú**: rituais e imagens entre os índios Karuazu. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcanti. **Lampião e nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BIACHI, A. P. T.; MACEDO, F. C. Ferrovia Nova Transnordestina e organização espacial. **Mercator**, v. 17, e17010, 2018.

BLOG Valmir Pedrosa. Disponível em: <http://valmirpedrosa.blogspot.com/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Estrada de ferro Paulo Afonso**: sua origem. Paulo Afonso: Graftech, 2007.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001.

BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Edcult, 1988.

BRANDÃO, Moreno. **Vade-mécum do turista de Alagoas**. 2. ed. [fac-símile, 1937]. Maceió: Imprensa Oficial, 2013.

BRANDÃO, Octavio. **Canais e lagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2001.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida**. Taubaté: GEIC, Cabral, ?.

BRITTO, F. G. A. **Análise Crítica do Licenciamento Ambiental de UHEs na Amazônia Brasileira**. 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m)**: grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. Curitiba: CRV, 2016.

CARLI, Caetano de. **A família escrava no Sertão de Pernambuco (1850-1888)**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CASANOVA, R. Irrigação em Alagoas não dá em nada. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano 83, p. A-4, 11 mar. 1992.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. *In*: LANDER, Edgard. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos e Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHESF. 70 anos de história / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.

CORONIL, F. Natureza do Pós-Colonialismo do Eurocentrismo ao Globocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 50-62.

CODEVASF. **Estudo de sustentabilidade do projeto canal do Sertão alagoano**. Maceió: CODEVASF, 2002.

CODEVASF. **Estudo de viabilidade do aproveitamento integrado dos recursos hídricos do projeto canal do Sertão alagoano**. Maceió: CODEVASF, 2003.

CORRÊA, G. S. Territórios e estudos de matriz decolonial: caminhos e possibilidades de pesquisa sobre comunidades quilombolas. *In*: VIII Encontro Nacional de Geógrafos: a construção do Brasil – geografia ação política e democracia, 8., 2016, São Luís. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2016. p. 1-30.

COSME, C. M. A contrarreforma agrária no Brasil do século XXI: notas sobre a espacialização dos assentamentos rurais e a (re)criação do campesinato assentado no campo alagoano. *In*: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ?, 2017.

COSTA, C. **História de Alagoas**. 2 ed. Maceió: SEC, 1983.

CONAMA. **Resolução n. 237 de 19/12/1997**. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Brasília, 1997.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social no território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRUZ, V. C. Povos e comunidades tradicionais. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. P. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 594-600.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 09-36.

CUNHA, A. P. Diálogo entre geografia e agroecologia: reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. **Terra Livre**, São Paulo, ano 29, v. 2, n. 43, p. 170-205, 2017.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ediouro, 2003.

CPT Nacional. **Site Institucional**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 30 set. 15.

LINS, L. Dilma inaugura trecho do Canal do Sertão em Alagoas. Site O Globo, 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-inaugura-trecho-do-canal-do-sertao-em-alagoas-7813808>. Acesso em: 9 out. 2018.

LUCENO, C. S.; LAROQUE, L. F. S. A ferrovia como a gente de progresso e desenvolvimento: a inserção em ambiente mundial, brasileiro e sul-riograndense. **Revista Destques Acadêmico**, CCHJ/UNIVATES, v. 3, n. 2, 2011.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

VDL – Documentários e vídeos Linhares. **Documentário sobre o povo indígena Pankararu de Delmiro Gouveia-Al**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nUpn-aaKl9k>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUSSEL, E. **The Invention of the Américas**. Eclipse of “the Other” and the Myth of Modernity. Nova Iorque: Continuum Publishing, 1995.

DUARTE, A. **As Alagoas na Guerra da Independência**. Maceió: APA, 1974.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. (org.). Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-83.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá-Colômbia: Editora Norma, 1995.

ESCOBAR, A. **Territories of Difference**: Place, Movements, Life, Redes. Durham: Duke University Press, 2008.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NER**, v. 10, n. 11, jul./dez., 2007.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1979.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FEDERAL, S. Pronunciamento de Antônio Vilela Filho. Site Senado Federal, 07 de março de 2005. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/352288>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Sobre tipologias de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO; E.S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A; SOUZA SANTOS, L. R. (org.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 81-100.

FERREIRA, S. R. B. Conflitos territoriais e a explicitação de matrizes de racionalidade divergentes: projetos desenvolvimentistas e a emergência de r-existências dos povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 179-207.

FERREIRA, S. R. B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (org.) **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 267-307.

FREIRE, A. C. **Etnias Indígenas Alagoanas**. Maceió-AL: Editora, 2020.

FUNARI, Juliana Nascimento. **Um sertão de águas**: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GALVÃO, O. J. A. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 15, n. 1, p. 33-66, 1999.

GROSGOUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, abr./jun. 2007.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, 2008.

GOMES NETO, J. F. Onde se (des) encontra o Sertão? **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 31, n. 1, p. 55-61, jan./jun. 2011.

GOMES, D. L.; SILVA, A. P. L.; ARAÚJO, K. D.; LIRA, E. S.; COSTA SANTOS, É. M.; GOMES DA COSTA, J. Exploração da caatinga em assentamentos rurais do semiárido alagoano. **RAEGA**, Curitiba, v. 45, p. 142-152, dez. 2018.

GÓMEZ, A. F. J. “**Criando la montaña, el agua y la vida: procesos hidrocomunitarios campesinos y acumulación por despojo hídrico em el complejo de Páramos de Sansón em Antioquia**”. 2017. 278 f. Tesis (Maestro em Gestión Sustentable del Agua). El Colegio de San Luis, A. C, San Luis Potosí, 2017.

GUDYNAS, E.; ALAYZA, A. (org.). **Transiciones**: post extractivismo y alternativa al extractivismo en el Peru. Lima: Red Peruana por uma globalización con equidade; Centro Latino Americano de Ecologia Social, 2011.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (org.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, descrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012. p. 303-318.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERBETTA, A. F. Cantos de Protesto – modos de ser no Alto Sertão Alagoano. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 177-183, 2008.

HERBETTA, A. F. Cultura viva – modos de descolonizar a caatinga a partir da relação entre flores e pássaros. **Tellus**, Campo Grande, v. 17, n. 34, p. 29-60, set./dez. 2017.

HOBSBAWM, E. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL. **Catálogo de Imagens**. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/CDR/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LANDER, E. A. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas

ao desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-44.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

LEMOS, J. V. M. **Água**: direito humano e mercadoria, análise do ciclo hidronormativo do Canal do Sertão alagoano. 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

LIMA, J. C. S. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento e a serviço das famílias empobrecidas do campo. *In*: ALMEIDA, J. S.; LIMA, C. S.; OLIVEIRA, J. S. (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 363-392.

LIMA, L. G.; MIRANDA, A. R.; LIMA, ÉRICA F. da S.; SANTOS, J. R. da S.; NASCIMENTO, J. A. Agrotóxicos no Semiárido de Alagoas: agricultura químico-dependente e suas contradições. **Diversitas Journal**, v. 4, n. 3, p. 829-847, 2019.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

LINDOSO, D. **O Grande sertão** – os currais de boi e os índios de corso. Brasília: fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In*: XXIII Reunião Brasileira de Antropologia - Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia, 23., 2002, Gramado. **Anais [...]** Gramado: UFRGS, 2002.

LIRA, F. J. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LUSA, M. G. O rural no semiárido e a transformação sócio-histórica de Alagoas. *In*: ALMEIDA, J. S.; LIMA, C. S.; OLIVEIRA, J. S. (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EdUFAL, 2013. p. 345-361.

LUCENO, Cristine Secchi; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A ferrovia como agente de progresso e desenvolvimento: a inserção em ambiente mundial, brasileiro e 167 sul-riograndense. **Destaque acadêmico**: a importância do conhecimento, Lajeado, v. 3, n. 2, p. 83-97, 2011.

MACÊDO, N. **Capitão Virgolino Ferreira**: Lampião. 4. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: EdUFAL, 2009.

MACHADO, A. Irrigação, redenção de um povo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano 83, p. A-2, 22 dez. 1992.

Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e justiça no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MARACCI, M. T. Percursos descoloniais nas lutas territoriais dos Tupiniquim e dos Guarani. *In*: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 209-246.

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. (org.). **Barrando as barragens**: o início do fim das hidroelétricas. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2017.

MARQUES, J.; TOMAZ, A.; SOUSA, L. S. C.; HEIM, B. B.; GOMES DO NASCIMENTO, L. E.; BARROS, J. N.; ANDRADE NETO, C. G.; SANTOS XAVIER, M. M. Danos Simbólicos e Valoração Ambiental: um estudo de caso da bacia do rio São Francisco. *In*: MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. (org.). **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidroelétricas. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2017. p. 157-178.

MARTINS, R. C. De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 465-488, jul./dez. 2012.

MENDONÇA, J. M. N. **Entre as mãos e os anéis**: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

MENDONÇA, C. F. L. **Insurgência política e desobediência epistêmica**: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na Serra do Arapuá. 2013. 246 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MELO, Adriana Ferreira de. **Sertões do Mundo**: uma epistemologia. 2011. 121 f. Tese (Doutorado em Teoria, Métodos e Linguagens em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

MIGNOLO, Walter. “Un paradigma outro”: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. *In*: MIGNOLO, Walter. **Historias locales-diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003. p. 19-60.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, may/aug. 2008.

MIGNOLO, Walter. **Género y Descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2016.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Em defesa dos direitos indígenas. **Revista Atuação**, ano II, 2018.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. *In*: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli Alves dos (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-34.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 6, n.1, p. 163-174, 2012.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, 2005.

MONTENEGRO, ROCHA, O. G. A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais. *In*: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p.145-177.

MORAES, A. C. R. O Sertão: um “outro” geográfico. s/p. **Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico Brasil**, anos III-IV, n. 4-5, 2002-2003.

MOTA, M. A “estrela” de pedra: Delmiro Gouveia, civilizador de terras, águas e gentes. **Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais**, Recife, n. 9, 1961.

MOTTA, M. S. **Teotônio Vilela**. Brasília: Senado Federal/FGV, 1996.

MST. **Site Institucional**. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 15.

MST paralisa obra do Canal do Sertão. Site Brasil247, 15 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/mst-paralisa-obras-do-canal-do-sertao>. Acesso em: 15 abr. 14.

MST ocupa terras às margens do Canal do Sertão, em Delmiro Gouveia. Site G1.AL, 28 de novembro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/mst-ocupa-terras-margens-do-canal-do-sertao-em-delmiro-gouveia.html>. Acesso em: 28 nov. 2013.

NASCIMENTO, E. F. **Delmiro Gouveia e a educação na Pedra**. Maceió: Viva Editora, 2013.

NASCIMENTO, J. F. **Caracterização dos usuários da água nos primeiros 64 km do Canal Adutor do Sertão Alagoano**. 2016. 130 f. Monografia (Especialização em Gestão Hídrica e Ambiental). Universidade Federal do Pará. Instituto de Geociências, Belém, 2016.

Obras do Canal do Sertão destruíram milhares de hectares de mata nativa. Site Globo.com (G1.AL), 26 de maio de 2013. Disponível em:

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/05/obras-do-canal-do-sertao-destruiram-milhares-de-hectares-de-mata-nativa.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.

OLIVEIRA, I. S. **A produção campesina as margens do canal do Sertão**: uma análise a partir do Distrito Tinguí em Água Branca-AL. 2018. 46 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, E. A. F. Nos trilhos da história do Baixo São Francisco: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso. **MNEME** – Revista de Humanidades, v. 4, n. 8, abr./set. 2003.

OLIVEIRA, A. U. Território de quem? **Revista Sem Terra**, São Paulo, ano XI, n. 47, out./nov. 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

PEIXOTO, J. A. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

PEREIRA, M. C. B. **Mediação de conflitos agrários e ambientais**: um estudo sobre o vale do rio São João no estado do Rio de Janeiro. 2006. 146 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, E. A. D. Horizonte geográfico do imaginário moderno-colonial e as representações espaciais na Amazônia. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 299-320.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 282 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PÉREZ, M. S. **R-existências sociais pela vida**: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponesas (Colômbia). Curitiba: CRV, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém. **Políticas Ambientais Latino-Americanas**, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às ge-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2002). p. 217-256. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes). In: ALIMONDA, Hector. (org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas**. Brasília: Flacso, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 195-221.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-51.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional da América Latina. **Revista latino-americana**, v. 11, n. 31, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CHAGAS, S. M. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina**. 2018.

MDA/SDT/PRONAT. **Plano de desenvolvimento rural sustentável do Alto Sertão de Alagoas** – PTDRS, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

QUIJANO, A. **“Coloniality of power and its institutions”**. Simpósio sobre a Colonialidade do poder e seus âmbitos sociais, Binghamton University, Nova Iorque, abril. 1999.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 22-32, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 73-117.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**. De la dependencia historic-estructural a la colonialidade/decolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANSOLIN, A. F. **As ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1870-1920): um estudo comparativo**. 1995. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 1999.

RAMOS, G. **Viventes de Alagoas**. 15 ed. São Paulo: Record, 1994.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 429 f. Doutorado (Tese em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

REPÚBLICA, P; IMPRENSA, S. Discurso do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da adutora Helenildo Ribeiro. Site Biblioteca da Presidência, 14 de julho de 2009. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/copy_of_14-07-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-adutora-helenildo-ribeiro. Acesso em: 10 fev. 2019.

SILVA ROMERO, J. H. da. **Sertão, sertões e outras ficções**: ensaio sobre a identidade narrativa sertaneja. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, R. F. História ecológica do Sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (org.). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros, 2000. p. 47-106.

ROCHA, T. **Delmiro Gouveia**: o pioneiro de Paulo Afonso. Maceió: DEC, 1963.

RODRIGUES, D. F. **Canal do Sertão alagoano**: o custo da água. Maceió: UFAL, 2010.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967

ROTZSCH, M. P. R. Entre doadores e receptores, Nordeste se divide. Site Folha de São Paulo, 2005. Disponível em www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0910200502.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

ROVERE, E.L.L., SILVA, H.V.O., BULCÃO, J.A.S., SANTOS, S. BARCELOS, C., LUIGI, G., SOUSA, D.S., MOURA, F.H.S., NIEMEYER, L.F. **Mapa de risco epidemiológico de projetos hidrelétricos no Brasil**. Rio de Janeiro: LIMA/COPPE/UFRJ, 2009.

ARAÚJO, S. S.; AGUIAR NETTO, A. O.; SALLES, J. M. J. O peixe, o pescador e a barragem de xingó no baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas no Brasil. **REVIPI**, v. 2, n. 1, 2016.

SALES DINIZ, A. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados no Nordeste. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, ano 1, n. 1, 1999.

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SADER, Emir (org.). **O desafio ambiental**: os porquês da desordem mundial – Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, A. **Delmiro Gouveia**: depoimento para um estudo biográfico. Recife, 1947. Mimeo.

SANTOS, B. de S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, E. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva colonial. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 57-75.

SANTOS, R. G. Área de Influência Real de Empreendimentos Hidroelétricos do ponto de vista da Geografia (AIREHG). **I Simpósio Internacional Eletrificação e Modernização Social**. São Paulo, 2013.

SANTOS, S. V. **“Para as ondas do mar sagrado”**: uma etnografia dos rituais de rezadeiras e rezadores de Delmiro Gouveia. 2018. 109 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

SANTOS, R. G. dos. **Impactos socioambientais à margem do rio São Francisco**: um estudo de caso. São Paulo. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAUER, S. “Reforma Agrária de Mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociais e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010.

SIGA. **Atualização dos estudos ambientais do canal adutor do Sertão alagoano**. Maceió: SIGA, 2009.

SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009,

SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, A. A. M. **Piranhas de baixo, Piranhas de cima, nova Piranhas**: conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE Xingó. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2010.

SILVA, D. R. B. da. **A construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso**: fotografia e história. Maceió: IHGAL, 2012.

SILVA, J. R. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In: ALMEIDA, J. S.; LIMA, C. S.; OLIVEIRA, J. S. (org.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013. p.393-411.

SILVA, D. R. **Comissão pastoral da terra Ceará: uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, W. A. **Agricultura familiar e seguranças alimentar nas comunidades quilombolas de Pariconha e Água Branca**. 2017. 138 f. Mestrado (Dissertação em Ecologia Humana) – Universidade do estado da Bahia, Paulo Afonso, 2017.

SILVA, M. A.; MUNIZ, B. M.; MENEZES, C. A. Caminhos das águas, caminhos de terra: trilhando o território alagoano através dos mapas nos primeiros séculos coloniais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018.

SILVA, D. F.; TAVARES, T. G. A.; GOLDEFUM, J. A. Investigação de áreas irrigadas a partir da oferta de água do Canal do Sertão alagoano. *In*: XIV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 14., Maceió, 2018. **Anais [...]** Maceió: UFAL, 2018.

SILVEIRA, J. S. “Braços cruzados, máquinas paradas”: Trabalhadores, Experiências e Conflitos na Capital da Energia (1960-1980). **Revista Científica da FASETE**, 2018.

SILVEIRA, M. **A implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e a saúde com as transformações no território: o caso da UHE de Belo Monte**. Brasília-DF. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, A. N.; JACOBI, P. R. Expansão da matriz Hidrelétrica no Brasil: um desafio de governança. **Cadernos Adenauer**, n. 3., 2014 Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cc27cfe6-e99c-7141-24e7-e5da96370198&groupId=265553. Acesso em: 02 de junho de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias *et al.* (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

STEINBRENER, R. M. A.; CASTRO, E. M. R. Desenvolvimento e pensamento pós-colonial/decolonial: revendo conceitos e práxis. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 41º CBCC, 2018.

SUASSUNA, J. As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio São Francisco. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 227, jul./set. 2007.

TAVARES, F. B. N. O negro na história do Sertão: Bibliografia e memória local. *In*: X Encontro Estadual da ANPUH-PE, 10., Recife, 2016. **Anais [...]** Recife: UFPE, 2016.

TENÓRIO, D. A. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD Livros, 1996.

TENÓRIO, D. **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casas-grandes de Alagoas. 2. ed. Maceió: Sebrae, 2010.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

Transposição do São Francisco: uma obra desnecessária (Entrevista com João Suassuna). Site: FUNDAJ, 17 de junho de 2019. Disponível em: www.fundaj.gov.br. Acesso em: 02 dez. de 2019.

VANDERLINDE, T. A peregrinação por um novo território. *In*: III Colóquio Cultura e Memória Social, 3., Cascavel, 2007. **Anais [...]** Cascavel: UNIOESTE, 2007.

VASCONCELOS, F. M. T. Programa Cédula da Terra em Canindé-CE: uma discussão sobre a construção do território pelos sujeitos assentados. *In*: SAMPAIO, J. L. F.; ALENCAR, A. G.; MOREIRA DA SILVA, C. N.; VASCONCELOS, F. M. T. (org.). **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p.87-111.

VAZ, L. **A ética da malandragem no submundo do congresso nacional**. Brasília-DF: Geração Editorial, 2005.

VIEIRA, J. L. G. povos indígenas em Alagoas: território, desterritorialização e reterritorialização. Mobilização política e afirmação ética. *In*: ALMEIDA, J. S.; LIMA, C. S.; OLIVEIRA, J. S. (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 181-205.

VIEIRA, J. L. G. O sonho do etnônimo katokinn e o rei dos peixes perspectivas analíticas em Jung e Lévi-Strauss. *In*: XXVII Simpósio Nacional de História, 27., Natal, 2013. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2013.

www.gazetaweb.globo.com. Acesso em: 15 abr. 14.

www.cptnacional.org. Acesso em: 30 set. 15.